



Mnemosine Revista

Volume 7, n.2, abr/jun 2016

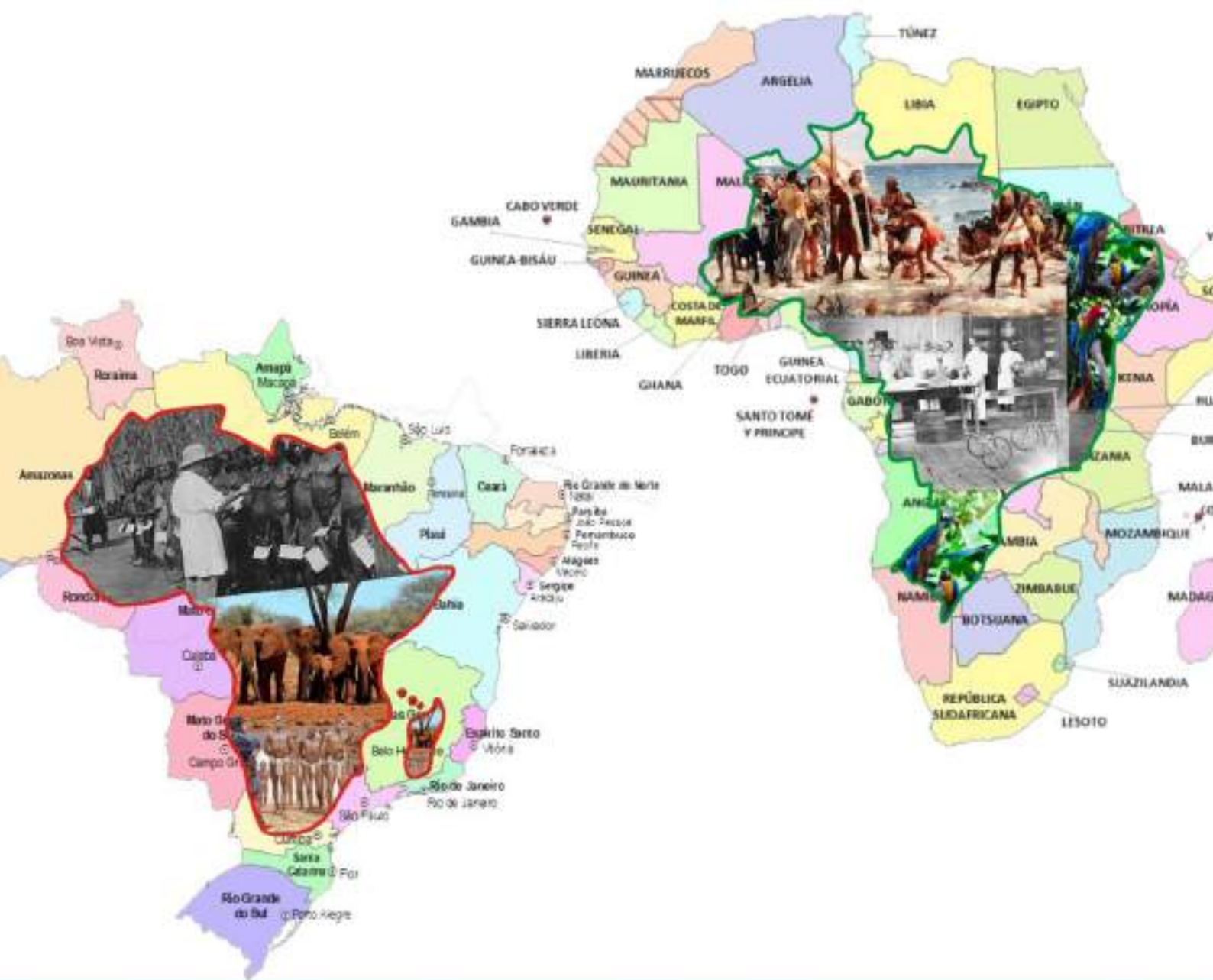
ISSN:2237.3217

Dossiê

África e Brasil:

Saúde, Sociedade e Meio Ambiente

SÉCULOS XV-XXI



Mnemosine Revista

Volume 7, n.2, abr/jun 2016

MNEMOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades
Universidade Federal de Campina Grande. n. 1 (2016). Campina Grande: CH / UFCG, 2016-Trienal
ISSN 2237-3217
1. História I. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil
e-mail: menmosinerevista@gmail.com

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Noemia Dayana de Oliveira
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

Mnemosine Revista

Volume 7, n.2, abr/jun 2016

MNEMOSINE REVISTA

Volume 7 – Número 2 – Abr/Jun 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Dr. José Edilson de Amorim

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenadora Administrativa: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos – Editor

Prof. Dr. José Otávio Aguiar – Editor Adjunto

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes Ferreira,

Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL

Dr. Cristian Wick,

*Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies,
TRINIDAD E TOBAGO*

Dr^a. Elizeth Payne Iglesias,

Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA

Dr. Gervácio Batista Aranha,

*Decano da Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande,
BRASIL*

Dr. Iranilson Buriti de Oliveira,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Jean-Frédéric Schaub,

L'Ecole Des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Dr. Joanildo A. Burity,

Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL

Dr^a. Juciene Ricarte Apolinário,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Dr. Martin N. Dreher,

Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Paulo D. Siepierski,

Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL

Dr. Ronald P. Morgan,

Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES

CONSELHO CONSULTIVO

Alarcon Agra do Ó,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

André Figueiredo Rodrigues,

Professor de História, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL

Ângela Maria Vieira Domingues,

Professora de História na Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL

Antonio Carlos Jucá de Sampaio,

Professor de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL

Antônio Clarindo Barbosa de Souza,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Antônio Torres Montenegro,

Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Carla Mary S. Oliveira,

Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Dilton Cândido Santos Maynard,

Professor de História, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL

Durval Muniz de Albuquerque Junior,

Professor de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL

Edson Silva,

Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Eduardo França Paiva,

Professor de História, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL

Elizabeth Christina de Andrade Lima,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Geraldo Silva Filho,

Professor de História, Universidade Federal de Tocantins, BRASIL

Marcos Fábio Freire Montysuma,

Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL

Marinalva Vilar de Lima,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Mary Catherine Karasch,

Teacher of History, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES

Patrícia Cristina Aragão Araújo,

Professora de História, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL

Regina Célia Gonçalves,

Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Regina Coelli Gomes Nascimento,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Rodrigo Ceballos,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Severino Cabral Filho,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Silvia Hunold Lara,

Professor de História, Universidade Estadual de Campinas, BRASIL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO7

ARTIGOS DO DOSSIÊ

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EPIDEMIA DA INFECÇÃO POR VIH EM ANGOLA

Maria Helena Agostinho10

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA MALÁRIA EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO COLONIAL

Emília Virginia Noormahomed e Virgílio E. do Rosário31

A DENGUE NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E AQUECIMENTO GLOBAL – UMA CONFRONTAÇÃO INEVITÁVEL (1990 A 2010)

Roger Domenech Colacios44

DOENÇAS E CLIMAS DOS TRÓPICOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: BRASIL E ÁFRICA (SÉCULOS XVIII-XIX)

Jean Luiz Neves Abreu62

“A FISIONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL” NOS ANOS DE 1930: A NATUREZA PELO OLHAR DO PADRE BALDUÍNO RAMBO

Daniel Porciúncula Prado e Zuleica Soares Werhli78

IMPERIALISMO, COLONIALISMO, GUERRA CIVIL E CRISE IDENTITÁRIA: ELEMENTOS QUE LEVAM A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS ACUSADAS DE FEITIÇARIA EM ANGOLA

José Francisco dos Santos e Andréa Pires Rocha95

HAIKAIS FOTOGRÁFICOS: REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA NAS IMAGENS DE HARUO OHARA (LONDRINA, 1930-1950)

Richard Gonçalves André118

LITERATURA E IDEOLOGIA COLONIALISTA: ANOTAÇÕES SOBRE JULIO VERNE E A CONQUISTA CIENTÍFICA DA ÁFRICA

Carlos Eduardo Rodrigues e José Henrique Rollo140

CABO VERDE E A LUTA PELA ÁGUA: UMA DISCUSSÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E ESTRUTURA AGRÁRIA

Dora Shellard Corrêa157

O FENÔMENO DA MORTANDADE DE PEIXES NOTICIADO PELA IMPRENSA BRASILEIRA (1870S – 1930S)

Ramiro Alberto Flores Guzmán177

RESENHA O IMPÉRIO DA VISÃO: FOTOGRAFIA NO CONTEXTO COLONIAL PORTUGUÊS

Carlos Alberto Sampaio Barbosa196

RESENHA MOÇAMBIQUE, O BRASIL É AQUI

Paulo Henrique Martinez199

ARTIGOS DE FLUXO

A OBRA DE CARLOS GOMES E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NACIONAL (1870 A 1939)

César de Carvalho Ismael e Izabel Missagia de Mattos205

ENSAIO SOBRE A HERMENÊUTICA DE KARL BARTH: A PREGAÇÃO COMO ELUCIDAÇÃO DA ESCRITURA. UMA HISTÓRIA DO DISCURSO NO CRISTIANISMO PROTESTANTE

Maurício Manuel Amazonas dos Santos226

DOSSIÊ ÁFRICA E BRASIL: SAÚDE, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE (SÉCULOS XVIII-XXI)

O dossiê temático **África e Brasil: saúde, sociedade e meio ambiente (séculos XVIII-XXI)** reuniu artigos e resenhas contendo informações, descrições e análises resultantes de pesquisas e estudos relacionados com Brasil e África, particularmente, os países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde e Moçambique. O presente dossiê contempla análise e interpretação das realidades sanitárias, sociais e ambientais na África e no Brasil.

Acervos bibliográficos, bases de dados e de documentação disponíveis na atualidade, possibilitaram variadas abordagens, tendo por base uma diversidade de objetivos de investigação e com características tipológicas de fontes documentais similares, como relatos de viajantes, militares, religiosos e administradores coloniais, obras literárias, iconografia, noticiário e reportagens da imprensa, relatórios médicos dos serviços de saúde, dados técnicos, diários, memórias e autobiografias.

As novas e futuras abordagens multidisciplinares, como a história ambiental, história mundial, a história das ciências, da saúde e das doenças, a antropologia médica e a etnobotânica, entre outros campos disciplinares, encontram espaços de atuação que possibilitam a obtenção e a ampliação do conhecimento de conjunto e comparado, monográfico e temático, empírico e teórico, nacional, regional e global de grande

elenco de fenômenos e processos sociais relacionados à saúde humana e às doenças, sobretudo aquelas de incidência em áreas tropicais, à vida social e material e do meio ambiente na África e no Brasil.

Os dez artigos que integram o dossiê *África e Brasil: saúde, sociedade e meio ambiente (séculos XVIII-XXI)* oferecem assim uma diversa amostra da amplitude deste panorama acessível aos leitores interessados e aos pesquisadores em variados campos das artes, das ciências e humanidades.

A autoria dos trabalhos também espelha essa grandeza, diversificada procedência institucional, disciplinar, investigativa e geracional. Ela traduz a complexidade e o potencial que as abordagens integradoras e multidisciplinares comportam no âmbito do estudo da história, da saúde e das doenças, do meio ambiente em escala nacional e continental. Procurou-se alcançar e houve êxito no equilíbrio numérico e espacial dos textos.

Em cinco deles os objetos de estudos estão referidos ao continente africano. Em todos eles há o esforço em compreender os desafios que se abrem neste século e o quanto estes são devedores de imagens, interpretações, informações e representações do passado. Os momentos anteriores ao colonialismo europeu, à sua presença e legados no continente africano, as disputas sob a Guerra Fria e, logo, as novas angústias e esperanças sob a globalização dos mercados e da cultura no século XXI. Tomados em suas respectivas escalas nacionais, territórios étnicos e mesmo

continental, os artigos trazem à tona aspectos relevantes, dados e informações inéditos e originais, empenho interpretativo, fecundas perspectivas analíticas e metodológicas e a proposição de questões para o debate intelectual, científico, cultural e político no tocante às trajetórias e os destinos coletivos na África e no Brasil.

História e evolução da epidemia da infecção por VIH em Angola, de Maria Helena Agostinho (Angola), *Aspectos da história da malária em Moçambique no período colonial*, de Emília Virginia Noormahomed (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique) e Virgílio Estolio do Rosário (Universidade Nova de Lisboa/Portugal), *Imperialismo, colonialismo, guerra civil e crise identitária: violência contra crianças acusadas de feitiçaria em Angola*, de Andréa Pires Rocha (Universidade Estadual de Londrina) e José Francisco dos Santos (Universidade Federal do Oeste da Bahia) e *Literatura e ideologia colonialista: Júlio Verne e a conquista científica da África*, de Carlos Eduardo Rodrigues e José Henrique Rollo (Universidade Estadual de Maringá), *Cabo Verde e a luta pela água. Uma discussão sobre meio ambiente e estrutura agrária*, de Dora Shellard Corrêa (Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco), oferecerem apetitoso caleidoscópio das imbricações entre condição individual e social, de um lado, e, de outro, as perspectivas da razão, de seus instrumentos e de suas instituições na ânsia de controle e de mudança social em espaços e territórios secularmente submetidos à ação dos

grupos e das sociedades humanas na África. Este conjunto de análises recobre um tempo longo na história social africana.

O segundo conjunto, igualmente formado por cinco artigos, concentra atenção em situações regionais e nacionais do Brasil. Acoplado a ele, o artigo de Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia), *Doenças e climas dos trópicos do Império Português: Brasil e África (séculos XVIII-XIX)*, cumpre estimulante papel de preâmbulo, articulação e transição de espaço e tempo, África e Brasil, alargando o horizonte analítico para o futuro que virá: a construção dos estados e das sociedades nacionais. São os estudos sobre *A dengue no Brasil: políticas públicas, neoliberalismo e aquecimento global – uma confrontação inevitável (1990-2010)*, de Roger Domenech Colacios (Universidade Estadual Paulista), *"A fisionomia do Rio Grande do Sul" nos anos de 1930: a natureza pelo olhar do padre Balduino Rambo*, de Daniel Porciúncula Prado e Zuleica Soares Werhli (Universidade Federal do Rio Grande), *Haikais fotográficos: representações de natureza nas imagens de Haruo Ohara (Londrina, 1930-1950)*, de Richard Gonçalves André (Universidade Estadual de Londrina), *O fenômeno da mortandade de peixes na imprensa brasileira (1870-1930)*, de Ramiro Alberto Flores Guzmán (Universidade Estadual Paulista). Uma vez mais, agora na costa ocidental do Atlântico, indivíduo e sociedade, cultura e poder, ser humano e natureza, estão fortemente ligados em contraditórias e singulares articulações fenomênicas e conferem relevância, distinção e

originalidade ao conhecimento histórico das realidades observadas, esmiuçadas e explicadas nestes artigos.

A sua disposição em sequência espacial alternada não impossibilita a apreensão deste fio condutor e de identidade do dossiê. Ele surgiu espontaneamente e pode ser identificado com nitidez na leitura dos artigos, tornando-se indisfarçável ainda que sob a manta de temas, objetos, períodos, documentação e localização histórica. Há duas resenhas que completam este dossiê **África e Brasil: saúde, sociedade e meio ambiente (séculos XVIII-XXI)** e apontam outros elementos diretamente referidos à identidade e unidade temática daquelas pesquisas.

A Rede Internacional de Pesquisa História e Saúde, organizada em Goiás, em outubro de 2013, responsável pela compilação destes artigos agradece a generosa colaboração das autoras e dos autores, bem como aos editores de *Mnemosine*, pela oportunidade de leitura, difusão e promoção dos estudos reunidos pelo dossiê.

Paulo Henrique Martinez
(Faculdade de Ciências e Letras de
Assis/Universidade Estadual
Paulista/Brasil)

Virgílio Estolio do Rosário
(Instituto de Higiene e Medicina
Tropical/Universidade Nova de
Lisboa/Portugal)

Philip J. Havik
(Instituto de Higiene e Medicina
Tropical/Universidade Nova de
Lisboa/Portugal)

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EPIDEMIA DA INFECÇÃO POR VIH EM ANGOLA

Maria Helena Agostinho
Médica, Doutora em Clínica das
Doenças Tropicais, UNL
Professora reformada da
Universidade Agostinho Neto Luanda,
Angola
helenavpagostinho@gmail.com

Resumo: A autora descreve a história e evolução da infecção por VIH e SIDA em Angola. Salienta os aspectos da localização geográfica de Angola, entre países de diferentes prevalências da infecção por VIH e diferentes padrões genéticos do vírus VIH-1, que predomina no país. Refere as decisões das autoridades de saúde a partir dos primeiros casos diagnosticados em 1986, o apoio da OMS e as perturbações que a guerra civil trouxe ao estudo do perfil da epidemia e ao seu controlo. Caracteriza o país em traços demográficos e de desenvolvimento e descreve a evolução dos cuidados médicos às pessoas vivendo com VIH/SIDA, a chegada tardia dos medicamentos antirretrovirais ao país, estudos genéticos realizados e por fim, a panorâmica actual da epidemia e as limitações no seu controlo.

Palavras-chave: VIH, história, Angola

Abstract: The author describes the history and evolution of VIH infection and AIDS in Angola. She refers the geographic localization of Angola, between countries of different prevalence of HIV infection and different genetic subtypes of virus HIV-1, that is the predominant in the country. Also describes the decisions of the authorities of health since the first diagnosed cases in 1986, the support of the WHO and the disturbances that civil war brought to the epidemic study and control. She characterizes the country in demographic and development traces and describes

the evolution of medical care to the people living with HIV/AIDS, the delayed arrival of antiretroviral drugs, some genetic studies and concludes with current panoramic of the HIV/AIDS in Angola and limitations to the control of the epidemics.

Key words: HIV, history, Angola

Introdução¹

A epidemia do VIH tem sido um dos maiores desafios à humanidade. Atinge actualmente todas as comunidades e famílias e tem despertado o interesse e a necessidade de maior conhecimento a vários ramos da ciência.

África, considerada o berço da epidemia, tem sido dos continentes mais flagelados. O presente artigo tenta retratar o seu início e evolução em Angola, antiga colónia de Portugal, onde o problema do VIH/SIDA surgiu numa sociedade já perturbada pela guerra e pela pobreza.

1.História da infecção por VIH e SIDA

O início da epidemia de SIDA é marcado geralmente em 1981, ano em que foram referidos 4 casos de homossexuais masculinos com manifestações de imunodeficiência, na cidade de Los Angeles. Os primeiros casos descritos tinham os diagnósticos de pneumonia a *Pneumocystis carinii* (actualmente *Pneumocystis jiroveci*), sarcoma de Kaposi e linfadenopatias. A coexistência de outras doenças raras e estudos imunológicos identificaram estes doentes como imunodeficientes e por essa razão foi adoptada a designação de síndrome de imunodeficiência adquirida (CDC, 1982: 513) habitualmente designada

¹ A autora é Coordenadora do Grupo para o VIH e da Comissão e Controlo de Infecção Hospitalar da Clínica Sagrada Esperança-ENDIAMA. Angola.

pelas abreviaturas, AIDS em inglês ou SIDA em português.

As mesmas manifestações clínicas foram descritas em utilizadores de drogas endovenosas (Masur, 1981:1431) e receptores de transfusões de sangue (Ammann, 1983; Shannon, 1983:859). O modo de transmissão heterossexual, não reconhecido inicialmente, foi valorizado em estudos realizados no Haiti e em África (Pape et al., 1985: 674; Piot et al., 1984:65; Quinn et al., 1987: 2617; Van de Perre, 198: 62). É na actualidade o modo de transmissão mais frequente a nível mundial (Piot et al., 1984: 65; UNAIDS, 2009)

Ao fim duma intensa pesquisa sobre a etiologia da SIDA, foi demonstrado em 1983-84 que o retrovírus VIH-1 era o agente causal (Barré-Sinoussi, 1983: 868). Foi designado em França por LAV (*lymphadenopathy virus*) e nos Estados Unidos da América HTLV-III (*human T-cell lymphotropic virus type*). Esta última designação vem na sequência das designações de HTLV-I e HTLV-II (Gallo 1985). O vírus HTLV-III/LAV é designado actualmente por vírus da imunodeficiência adquirida (VIH) e em inglês, *human immunodeficiency virus (HIV)* por recomendação do International Committee for the Taxonomy of Virus (ICTV, 2002).

Em 1986 foi isolado um vírus semelhante ao VIH, designado inicialmente por HTLV-IV e LAV-2 e actualmente designado por VIH-2 (Clavel, F et al., 1986:343; Clavel, F. et al., 1987:1180; Kanki, 1986: 238; Tristem et al., 1989: 479). Actualmente está confirmado que já existiam infecções por VIH, em

humanos na África Equatorial, muito antes do reconhecimento da epidemia clínica de SIDA. Há referências de casos esporádicos em vários Europeus, que tinham vivido temporariamente em África, entre 1966 e 1976 e adoeceram depois do regresso à Europa, tendo-se verificado que estavam infectados por VIH-1 (Froland et al., 1988: 1344).

Foi confirmado um outro caso de um português, que tinha vivido na Guiné-Bissau entre 1956 e 1966 e manifestou SIDA em 1974 (Bryceson et al., 1988: 221). Os testes serológicos em amostras conservadas deste doente demonstraram que estava infectado pelo VIH-2. Foi também comprovada transmissão autóctone de VIH na África subsaariana antes de 1981 e presença do VIH em soros guardados das décadas de 50, 60 e 70 (Getchell et al., 1987:833; Nahmias, 1986:1279; Nzilambi et al., 1988:276; Srinivasan et al., 1989:121).

Após a descoberta do VIH-1, foram desenvolvidos ensaios imunológicos para detecção de anticorpos específicos anti-VIH-1, para o diagnóstico da infecção que ficaram disponíveis em 1985 (Weiss, 1985: 221). Foram os estudos de sero-prevalência em populações de risco de diferentes regiões do globo que permitiram avaliar as dimensões da epidemia (Arbesser et al., 1988: 11; Barin et al., 1985:1387; Human immunodeficiency virus infection in the United Kingdom: quarterly report I. The epidemic to 30 September 1987," 1988:291; Mertens et al., 1989:4; Weiss, 1985:221).

Acompanhando a evolução do conhecimento sobre as diferentes manifestações clínicas de SIDA e sobre os testes de diagnóstico, o "Centers for Disease Control and Prevention" (CDC), nos Estados Unidos da América, divulgou várias orientações para a vigilância epidemiológica, manuseamento clínico, diagnóstico e medidas terapêuticas para a infecção VIH e SIDA em adultos e crianças (CDC, 1985: 373,1982:513,1988:286).

2. Infecção por VIH e SIDA em África

Apesar de estar actualmente provado que os primeiros casos de infecção por VIH em humanos surgiram em África, o conhecimento e divulgação dos primeiros casos de SIDA em África sofreram algum atraso, pela influência de políticas adoptadas em relação a este problema. Alguns governos de países africanos não admitiram durante algum tempo a existência de SIDA, pois isso iria reflectir o tipo de sociedade nos seus países.

As igrejas proibiam o uso de preservativos. Os serviços de atendimento não eram adequados e

o número de médicos também era insuficiente, pela saída para outros países e continentes, em busca de melhores oportunidades. Os argumentos sobre a origem da SIDA, se na Califórnia ou em África, foram bastante explorados e também contribuíram para algum atraso, na forma de assumir a importância e dimensões do problema.

Em 1990, o Zaire, actual República Democrática do Congo (RDC) não reportava nem monitorizava os casos de SIDA, embora tivessem um número estimado em 300, sendo portanto provavelmente o país mais atingido, seguido do Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Ruanda, Burundi, Quênia, Zimbábwe e Malawi. Os países em guerra, como Angola e Moçambique, não tinham condições para avaliar a dispersão da doença.

3. Infecção por VIH em Angola

3.1 Angola: Aspectos gerais do País

Angola está situada na costa ocidental de África (Figura1) fazendo parte da sub-região Central e Ocidental de África, segundo a OMS (Figura) (UN, 2000).

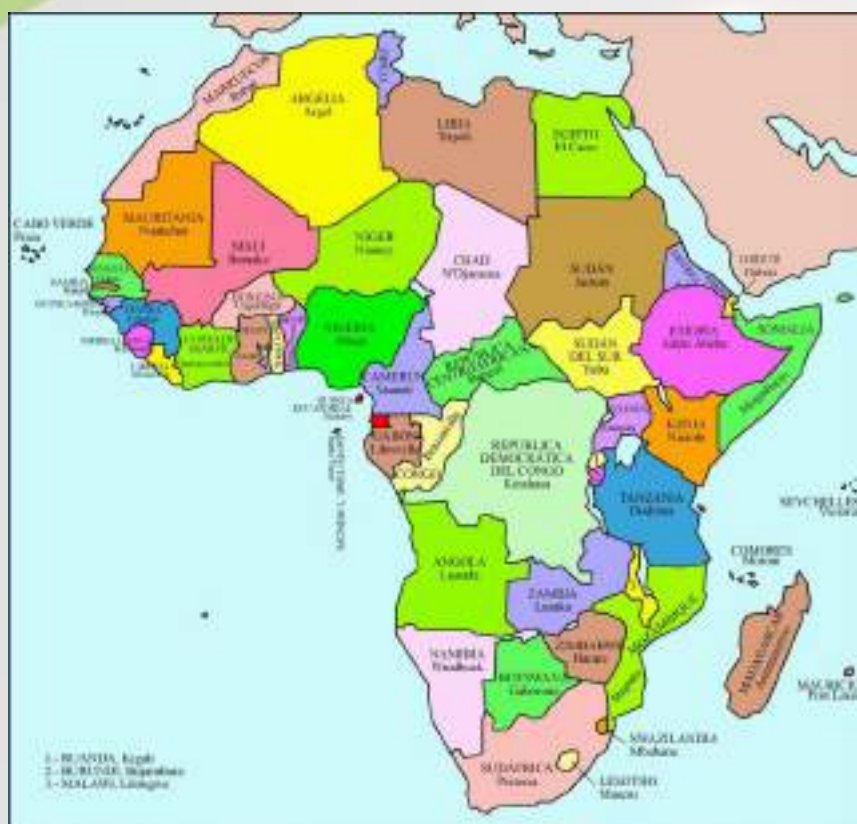


FIGURA 1 - MAPA POLÍTICO DE ÁFRICA. Fonte: epilasociales2.blogspot.com



FIGURA 2 - SUB-REGIÕES DE ÁFRICA - OMS. Fonte: geoandrefreire.blogspot.com

população e 37,9% vivem em área rural. (INE, 2014:23). Administrativamente, Angola divide-se em 18 províncias. A cidade capital, Luanda, localiza-se a Norte, no litoral, na província de Luanda (Figura 3).

No Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD 2009, que se refere a dados de 2007, Angola foi colocada em 143º lugar entre 182, na escala de desenvolvimento. Foi considerada um país de desenvolvimento médio, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,564, esperança de vida ao nascer de 46,5 anos, taxa de literacia do adulto (acima dos 15 anos) de 67,4% e um rendimento *per capita* de 5,38 USD. No mesmo relatório do PNUD, o índice de pobreza de Angola (HPI-1) é de 37,2%, colocando este país no lugar 118º entre 135 países (UNDP, 2009). Segundo o Relatório de Angola à Assembleia Geral das Nações Unidas em 2012, o país era considerado em vias de desenvolvimento, com 36,6% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, com uma concentração de pobreza desproporcional na área rural, com 58,3%, sendo 18,7% em área urbana (INLS, 2012).

A população de Angola é predominantemente jovem, com 45,5 % da população com idades entre os 15 e 49 anos (UNAIDS/WHO, 2008) e com uma mediana de idade de 16 anos, segundo o último censo (INE, 2014: 23). Em 2005 foi realizado um estudo que demonstrou a pouca aceitação de risco da população jovem em relação à infecção por VIH (INLS, 2010: 52; Prata et al., 2005:192). Em 2007, outro estudo revelou comportamentos de alto risco

em militares e necessidade de campanhas agressivas de prevenção para reduzir o risco de infecção pelo VIH nos militares e população que os mesmos serviam (Bing et al., 2008: 578).

A religião e o passado colonial foram considerados, por alguns autores, factores preditivos importantes da taxa de infecção de países africanos. Angola está incluída num grupo de países da África subsaariana que têm em comum a predominância da religião católica, presença da muçulmana e crenças tradicionais e um passado de colonização feita por Portugal, França ou Bélgica. A este grupo de países correspondem as prevalências mais baixas da infecção por VIH (Velayati et al., 2007:486).

A guerra civil e os problemas socioeconómicos que daí derivaram, os movimentos de populações, a pobreza e a instabilidade social favoreceram a disseminação da infecção, como em outros países de África (Girdler-Brown, 1998:513). Os mesmos factores parecem justificar os dados crescentes referidos no perfil da epidemia, numa fase em que se restabelece a livre circulação de pessoas após o fim da guerra (Assoga, 1990:24; Strand et al., 2007:467).

Verifica-se actualmente uma movimentação fronteiriça intensa, uma rápida urbanização, assentamentos humanos e insuficiências das redes de educação e saúde. Estes factores, aliados à prática cultural de poligamia, à multiplicidade de parceiros e o início precoce de relações sexuais sem protecção são determinantes para a

expansão da epidemia (INLS, UNAIDS, 2007).

Curiosamente, a guerra foi também referida como explicação para as prevalências baixas encontradas, atribuindo-as ao isolamento da cidade capital, Luanda, em relação às províncias fronteiriças dos países vizinhos: República Democrática do Congo - RDC (ex-Zaire), República do Congo-RC (ex-Congo-Brazzaville) e Zâmbia (Portincasa et al., 1995:413; Strandet al., 2007: 467). No entanto, a RC e RDC, em 2009, mantém prevalências abaixo de 5%, enquanto que a Zâmbia tem uma prevalência de VIH de 15,2% e a Namíbia de 15,3% (UNAIDS, 2009).

Num estudo sobre prevalências em 7 países da África subsaariana, em guerra, com duração mínima de 10 anos e iniciadas nos anos 70, verificou-se que a prevalência da infecção por VIH cresceu mais lentamente que nos países vizinhos em paz, o que leva ao debate dos factores que contribuíram para esta evolução, de forma a desenhar acções de prevenção (Gisselquist, 2004,114).

Para organizar acções de prevenção, é essencial caracterizar a epidemia dos países, Em 1988, Fleming referira Angola como um país pré-epidémico em relação à infecção por VIH, a par com os países de África ao Norte do Sahara e também Nigéria, Moçambique e República da África do Sul (RAS) países em que havia uma frequência significativa da infecção apenas em pessoas com doenças de transmissão sexual e em mulheres trabalhadoras de sexo. No caso particular da RAS e Marrocos, também em homossexuais masculinos (Fleming, 1988:309).A epidemia em Angola é considerada

generalizada (UNAIDS/WHO, 2008; WHO, 2009:164).

4.2 História e evolução da epidemia da Infecção por VIH em Angola

Os dois primeiros casos de SIDA em doentes angolanos e residentes em Angola foram diagnosticados em 1985 (INLS, UNAIDS, 2007). Os testes de diagnóstico destes doentes foram realizados na França e na Bélgica, segundo os arquivos do Ministério da Saúde (MINSa).

Em 1986, foi criado um Grupo de Trabalho para o Controlo da infecção VIH e SIDA, na Direcção Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde - DNSP/MINSa (INLS, UN, 2006). Em 1987 foi criado o Programa Nacional de Luta contra a SIDA e a Comissão Técnica Nacional de Luta contra a SIDA, esta liderada pela Direcção de Saúde Pública do Ministério da Saúde e com a participação da Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto e dos Serviços de Assistência Médica das Forças Armadas Angolanas (INLS, 2010:52).

A atenção médica aos doentes organizou-se em 1986, seguindo os doentes adultos em consultas de Medicina Interna e Clínica Geral, as crianças em Pediatria e grávidas em Ginecologia – Obstetrícia. Mediante a apreciação dos critérios clínicos da OMS/Bangui, era confirmando este diagnóstico com testes ELISA, que inicialmente só existiam na cidade capital, Luanda, no Centro Nacional de Hemoterapia, actualmente Serviço Nacional de Sangue. A distribuição de orientações era garantida pelo Grupo

de Trabalho para o controlo da Infecção VIH e SIDA do MINSA.

O número de casos de infecção por VIH e SIDA foi aumentando progressivamente, atingindo cerca de 10000 casos registados em 2002, segundo o INLS.

Estudos em diferentes grupos da população, realizados em Angola, revelaram em 2001, prevalências da infecção por VIH de 33% em mulheres trabalhadoras de sexo e de 10% em doentes com Tuberculose, na cidade de Luanda e uma prevalência de 9% em mineiros independentes, homens e mulheres, na província da Lunda Norte, fronteira com o Congo Democrático (UNAIDS/WHO, 2007) (Figura 3).

Apenas em 2004, com a chegada a Angola dos primeiros fármacos para o tratamento antirretroviral (TAR) gratuitos, foram acrescentadas normas para a TAR, baseadas nas orientações da OMS para o programa «3 by 5» «*SCALING UP ANTIRETROVIRAL THERAPY IN RESOURCE-LIMITED*

SETTINGS»(WHO, 2002: 31) traduzidas para a língua portuguesa. Foram iniciadas acções de formação para médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório e conselheiros, com apoio da OMS e do CDC.

Em 2006, foram actualizadas as orientações nacionais com 2 manuais nacionais. Elaborados pelo Programa Nacional de Luta contra a SIDA e baseados nas orientações da OMS e CDC: «Normas sobre Tratamento Anti-Retroviral» e «Directrizes para a Profilaxia e Tratamento das Infecções Oportunistas Associadas ao VIH/SIDA

e Principais Complicações do Tratamento Anti-Retroviral».

Em 2002, foi criada a Comissão Nacional de Luta contra o VIH/SIDA e Grandes Endemias, coordenada pelo Presidente da República (INLS, UN, 2006). Em 2004, foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto 43/03, sobre VIH /SIDA, Emprego e Formação Profissional e aprovada pela Assembleia Nacional a Lei nº 8/04, sobre o VIH/SIDA. Em 2005, foi criado pelo Decreto 7/05 o Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS, UN, 2006).

Ainda em 2004, foi disponibilizada a TAR gratuita, através do programa «3 by 5» da OMS na sequência de solicitação de Angola em 2003 e distribuído através do INLS (WHO, 2010). Entre 1985 e 2007, os dados de prevalência das diferentes províncias foi-se modificando. De início eram as províncias do Norte as de maior prevalência. Posteriormente, estudos de sero prevalência em grávidas dos 15 aos 49 anos revelaram que a província do Cunene, ao sul do país, na fronteira com a Namíbia, (Figura 11) foi a de maior prevalência, com 8,8% em 2004, 10,6% em 2005 e 9,4% em 2007 (INLS, UNAIDS, 2007).

Este fenómeno pode ser explicado pelo fim da guerra em 2002 e pela livre circulação que se seguiu entre Angola e Namíbia, país com uma prevalência média actual de 15,3%. Os habitantes dessa zona têm a mesma etnia dos 2 lados da fronteira, circulando livremente por laços familiares e de comércio. As províncias do norte da Namíbia, Engela e Oshakati, as mais próximas

de Angola, atingiram uma prevalência calculada em 25% (UNAIDS/WHO, 2007). Segundo dados de 2009, Cunene e Benguela detêm as maiores prevalências, ambas com 4,4%, seguidas das província da Lunda Norte, Cuando-Cubango e Huambo, com 4,2%. Luanda, a cidade capital, tem uma prevalência de 3,9% (Figura 3).

3.3.Situação epidemiológica da infecção por VIH em Angola

3.3.1.Indicadores

O número de pessoas a viver com o VIH tem aumentado progressivamente. Foi estimado em 190.000 em 2007 (UNAIDS/WHO, 2008) e em 210.775 em 2009 (INLS, 2010: 52) (Tabela 1).

TABELA 1 - ESTIMATIVA DA EPIDEMIA DO VIH EM ANGOLA, 2009 (BASEADA NO PROGRAMA EPP SPECTRUM) (INLS 2010)

Prevalência em adultos	2,4 %
Pessoas a viver com VIH	210 775
Crianças (0-14) anos com VIH	28 367
Mulheres a viver com VIH	127 617
Mortes (adultos) 15-49 anos	13 929
Mortes em crianças (0-14 anos)	3 531
Órfãos de Sida (0-17)	12 597

A prevalência média oficial da infecção por VIH em Angola tem sido baseada na prevalência em grávidas em consulta pré-natal e atingiu 3,7% em 2005, estabilizando posteriormente entre 2,1% e 2,4%, até 2008. Em 2009, a mediana da prevalência nacional foi de 2,4%, utilizando o programa *EPP Spectrum*, tendo diminuído a prevalência entre

os 15 e 24 anos, que era de 2,67% em 2007 e é de 1,7% em 2009 (INLS, 2010:52).

Em 2015, a prevalência média do país mantém-se estável em 2,4%. Segundo o CDC, na sua página *Global AIDS. Angola. HIV/AIDS in Angola*, revista em Abril de 2015, (CDC, 2015) os dados sobre a epidemia são os seguintes:

TABELA 2 - ESTIMATIVA DA EPIDEMIA DE VIH EM ANGOLA, BASEADAS EM DADOS DE 2014 (CDC)

Pessoas vivendo com VIH	300.000 (220.000 – 430.000)
Taxa de prevalência em adultos dos 15 aos 49 anos	2,4% (1,7% -3,3%)
Adultos	270.000 (190.000 – 380.000)
Mulheres com idade igual ou superior a 15 anos vivendo com VIH	160.000 (110 – 230.000)
Crianças dos 0 aos 4 anos vivendo com VIH	32.000 (23.000 – 46.000)
Mortes devidas à SIDA	12.000 (8.6000 – 16.000)
Órfãos da SIDA dos 0 aos 17 anos	120.000(5.000 – 230.000)

3.4.3.2 Grupos vulneráveis

Consideram-se grupos vulneráveis, em Angola, as mulheres trabalhadoras de sexo e seus clientes, os homens que têm sexo com homens, os jovens dos 15 aos 24 anos e os utilizadores de droga intravenosa (INLS, 2010:52).

3.3.3 Modos de transmissão

Segundo o relatório elaborado pelo MINSA com a ONUSIDA e FNUAP, em 2012, modo de transmissão mais frequente em Angola é o heterossexual com 79,2% seguido da via de transmissão vertical com 5,7%, 13% por sexo entre homens e 2,1% por outras causas, o que inclui a transmissão parenteral, com a utilização de drogas intravenosas e transmissão transfusional (ONUSIDA et al., 2012:16). Estes dados levam a crer que o investimento feito para o sangue seguro tem sido eficaz, pois em 2007 o modo de transmissão transfusional correspondia a 10% (INLS, UNAIDS, 2007).

3.4 VIH-1, VIH-2 e subtipos em Angola

Em Angola predomina o VIH-1 (Bottiger et al., 1988: 8; Portincasa et al., 1995, 413: 413). Apenas um estudo revelou prevalências semelhantes de VIH-1 e VIH-2 (Santos-Ferreira MO, 1990:780). Foram realizados estudos sobre a variabilidade genética dos subtipos do VIH-1 em Angola, em províncias do Norte do país e que mostram uma grande diversidade de subtipos, CRF, URF e amostras não tipificadas. (Abecasis et al., 2005:231; Bartolo et al., 2005:306; Bartolo et al., 2009: 3156; Garrido et al., 2008: 694;

Guimaraes et al., 2009:39). Em dois estudos mais recentes, publicados respectivamente em 2008 e 2009, nota-se uma predominância do subtipo. Garrido refere 18,2% e Ferreira da Silva refere 25% (Ferreira da Silva et al., 2009; Garrido et al., 2008: 694).

Serão necessários estudos mais amplos, cobrindo as restantes províncias do território, que poderão ou não mostrar um padrão diferente, pois os países que fazem fronteira a Sul de Angola têm predominância do subtipo C, enquanto que a Norte, a República do Congo e a Norte e Nordeste, a República Democrática do Congo, têm uma grande diversidade de subtipos do VIH-1.

De notar que na *HIV Sequence Database* do *Los Alamos National Laboratory*, (*LANL Database*) em que figuram apenas os subtipos comunicados, as amostras do subtipo C do VIH-1 de Angola surgem a partir de amostras de 2001 (LANL, 2010) não existindo registos deste subtipo em anos anteriores.

Consultando esta base de dados, verifica-se que em 2010 Angola tem registadas 415 sequências de VIH-1 e uma grande diversidade de subtipos do VIH-1 e recombinantes (Figura 4). Predomina o subtipo A com 27,7% (115/415) seguido do C, com 14,5% (60/415). Das formas recombinantes, a mais frequente é a CRF02_AG, com 4,3% (18/415). Esta forma recombinante demonstra, em estudos realizados, uma capacidade de replicação superior aos subtipos A e G isoladamente, o que explica a sua disseminação dominante (Njai HF, 2006, 3:40). Actualmente, sobre os subtipos do VIH-1 em Angola, a *LANL*

Database continua a mostrar uma predominância do subtipo A, com 19,2%, figurando o subtipo C

com 16,2%. A recombinante CRF02_AG representa 5,9% (LANL, 2016).

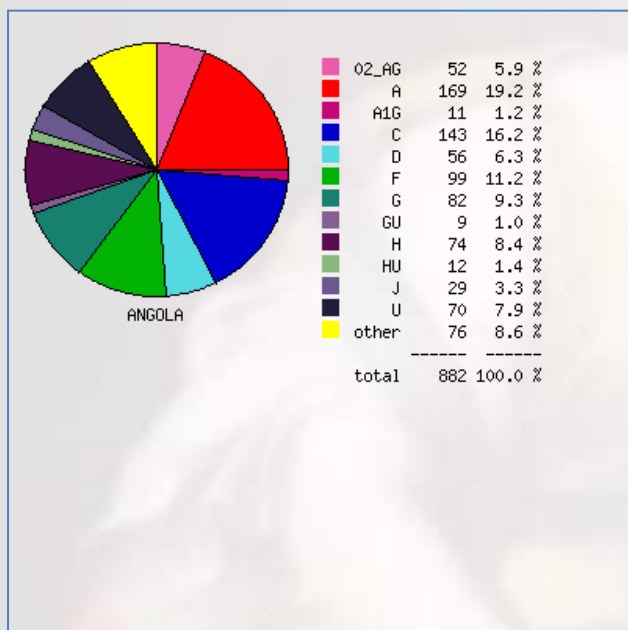


FIGURA 4 – SUBTIPOS DO VIH-1 EM ANGOLA. FONTE: LANL DATABASE, 2016.

Em Angola, outros estudos realizados mais recentemente continuam a revelar uma diversidade de subtipos e uma importância crescente do subtipo C, especialmente no sul do país. Num estudo de coorte de 300 doentes com infecção por VIH, seguidos no Hospital Américo Boavida (HAB) em Luanda, entre 2006 e 2010, foi possível conhecer os subtipos de 37 doentes, sendo 30% (11/37) do subtipo C (Agostinho, 2010: 45). Noutro estudo realizado entre 2008 e 2010, em 101 doentes do Norte, Centro e Sul do país, a predominância no Norte foi do subtipo F1 (20%), no Centro predominaram as recombinantes intersubtipo (42%) e no sul predominou o subtipo C (45%) (Afonso et al., 2012: 42996).

Acerca dos países vizinhos de Angola, a Norte, a República do Congo (ex-Brazzaville) e a Norte e Nordeste, a República Democrática do Congo (ex-Zaire) mostram uma grande diversidade de subtipos, CRF e amostras não tipificadas. A Leste, na Zâmbia, o subtipo C predomina, com 94,5%. Sobre a Namíbia, na fronteira sul, não há informação na LANL DATABASE. No entanto, a predominância do subtipo C nos países que fazem fronteira com a Namíbia, a livre circulação de pessoas e relações estreitas com a República Sul Africana tornam provável que o quadro seja semelhante, pois a República Sul Africana apresenta 97,8% do subtipo C do VIH-1 na mesma base de dados (LANL, 2016). Acerca do VIH-2, Angola tem apenas duas sequências

registadas, segundo a mesma *Database*, que são do grupo A e correspondem a amostras de 1995 (LANL, 2016).

3.5 Aspectos clínicos e condições mais frequentes associadas à infecção por VIH

Não existem muitos dados publicados sobre as características clínicas dos doentes com infecção por VIH e SIDA em Angola. Porém é comum que o contacto do doente com os cuidados médicos seja com manifestações clínicas de doenças oportunistas, ou condições associadas a SIDA. O primeiro estudo publicado foi realizado em Luanda, num coorte de 658 doentes adolescentes e adultos, seguidos em Luanda, na Clínica Multiperfis, entre 2001 e 2004. O *wasting* síndrome foi a apresentação clínica mais frequente (31,5%) seguida da Tuberculose com 21,1%, pneumonia a *Pneumocystis carinii*, actualmente *Pneumocystis jirovecii*, com 2,28%, sarcoma de Kaposi com 2,1%, candidose esofágica com 1,8%, seguindo-se por ordem decrescente e frequências inferiores a 1%, neurotoxoplasmose, encefalite a *Criptococcus neoformans*, linfoma não-Hodgkin, pneumonias de repetição, retinite por *Cytomegalovirus*, Leucoencefalopatia Multifocal Progressiva (LMP), histoplasmose sistémica, demência e infecção mucocutânea por Herpes vírus (Menéndez Capote RL, 2006). A tuberculose foi a doença associada mais frequente no coorte do HAB, com 39% (Agostinho, 2010:45).

Referindo também dados clínicos, um estudo retrospectivo, em 72 doentes adultos co-infectados com VIH e TB, realizado em Luanda em

2009, no Hospital-dia do INLS (Hospital Esperança), revela que o diagnóstico simultâneo de infecção por VIH e TB pulmonar e/ou pleural ocorreu em 41,7% dos doentes, sendo a TB diagnosticada no decurso do seguimento da infecção por VIH nos restantes 58,3% (Campos, 2009).

O diagnóstico das doenças oportunistas em Angola tem sido feito frequentemente de forma presuntiva, pois existem limitações quanto ao apoio laboratorial para o diagnóstico definitivo das diversas condições definidoras e associadas a SIDA.

A classificação da infecção pelo VIH segundo o CDC não é ainda aplicada como rotina em Angola, nas condições actuais de seguimento dos doentes, pelas limitações no acesso à citometria de fluxo para a quantificação dos linfócitos T CD4+, que é essencial para a aplicação desta classificação.

No hospital-dia do INSP, centro de referência para o tratamento antirretroviral (TAR), a monitorização do número de linfócitos T CD4+ teve limitações, pois apenas 47,3% dos doentes tinham registos do valor de células T CD4+ da linha de base. Destes, cerca de 2/3 tinham T CD4+ inferiores a 200 cel/ μ l (Campos, 2009).

Há também algumas limitações na atenção médica aos doentes com infecção por VIH. Apesar de se organizarem progressivamente mais centros, há sobrecarga dos mesmos e dificuldades práticas na atenção integrada TB/VIH e infecções de transmissão sexual (ITS).

Angola partilha ainda, actualmente, das dificuldades que a OMS pontuou, em 1989, referindo-se a países de recursos limitados, em relação ao diagnóstico da TB: limitações no acesso da população à atenção médica para TB/VIH e no acesso de rotina à baciloscopia e radiologia; inacessibilidade a testes imunológicos e técnicas de PCR e algumas limitações na coordenação entre os 2 programas nacionais para estas 2 epidemias para o acesso dos doentes a uma atenção integrada (WHO, 1989: 8).

Apesar da existência de testes de diagnóstico e monitorização em Angola, o acesso não é universal, pelo menos no tempo desejável. Há sobrecarga nas estruturas do Ministério da Saúde e os preços praticados nas estruturas privadas não são acessíveis à maioria da população. As seguradoras limitam a cobertura a doenças crónicas, entre elas a infecção por VIH, incluindo nos seus acordos exames hematológicos, bioquímicos, parasitológicos mas excluindo sistematicamente o apoio para determinação dos linfócitos TCD4 e Carga Viral por *Polimerase chain reaction*.

3.6. Diagnóstico da infecção por VIH em Angola

3.6.1 Testes serológicos

Em 1986 iniciou-se a realização de testes de diagnóstico no Serviço Nacional de Hemoterapia do Ministério da Saúde, com os objectivos de testar o sangue de dadores de produtos sanguíneos e de confirmar o diagnóstico de doentes que reuniam os critérios da OMS – Bangui. Inicialmente, o diagnóstico era feito com testes ELISA e posteriormente com testes rápidos, como aconteceu noutros países.

Em 2002, Angola recebeu o apoio do CDC, tendo sido realizada uma avaliação laboratorial do desempenho de diferentes testes rápidos e a elaboração do algoritmo nacional de diagnóstico (CDC, 2010).

Como conclusões dessa avaliação, os testes rápidos Determine®, OraQuick® e Unigold® foram os que obtiveram melhor desempenho, além de terem outras características vantajosas, como facilidade de execução e interpretação. Os testes Determine® e Unigold® utilizam sangue total, o que também os torna de mais fácil execução, em relação aos que utilizam soro e ao OraQuick®, que utiliza secreções orais.

Na sequência desta mesma análise, foi delineado um algoritmo de confirmação de diagnóstico para Angola (Figura 14), utilizando os testes Determine® e Unigold® (Van Dunem J, 2004).

1

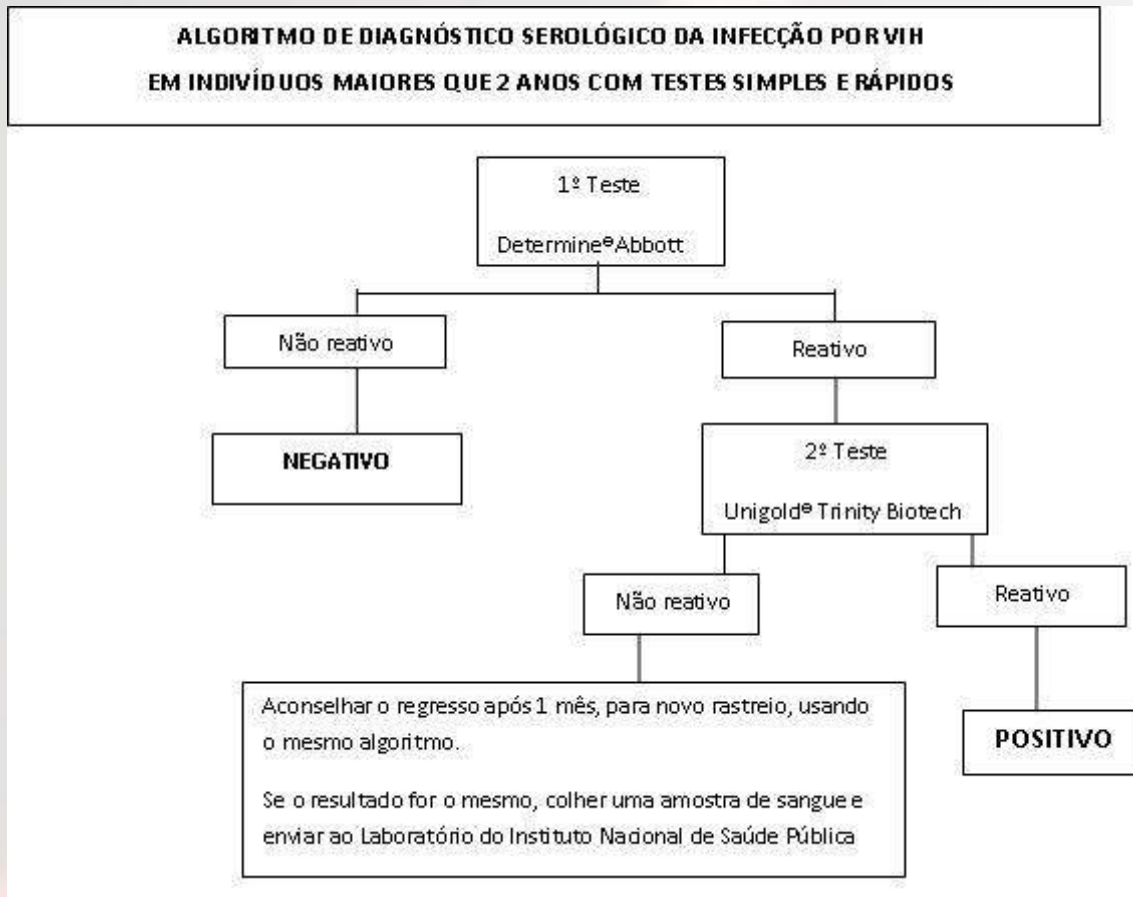


FIGURA 5 - ALGORITMO DE DIAGNÓSTICO VIH – ANGOLA ADAPTADO DE: AVALIAÇÃO LABORATORIAL DO DESEMPENHO DE DIFERENTES TESTES RÁPIDOS E SIMPLES PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS CONTRA VIH-1/VIH-2 (VAN-DUNEM, FERNANDES ET AL. 2003)

Em 2007 foi revista a definição de caso de infecção por VIH como «indivíduo que apresenta pelo menos 2 testes positivos de VIH (Unigold® e Determine®) (INLS, UNAIDS, 2007). Na prática, o algoritmo não se modificou, devido ao difícil acesso aos testes de diagnóstico rápido mais modernos, de 4ª geração, com maior sensibilidade e especificidade.

4.6.2 Determinação da Carga viral (CV)

Angola dispõe de um equipamento Roche Amplicor 1.5,

desde 2004, no Laboratório de Biologia Molecular do INSP/MINSA. As limitações na aquisição de reagentes foram a principal causa para o facto de esta técnica só ficar disponível de forma regular, a partir de 2007, tendo sido disponibilizado o reagente pelo INLS. O método de determinação de carga viral Roche Amplicor 1.5 não é o ideal para África, pois poderá não detectar todos os subtipos em circulação (Rouet F, 2010,253). Outros laboratórios, estatais e privados, foram adquirindo equipamento de biologia molecular mais modernos,

com maior capacidade de leitura das unidades virais e que permitiriam apoiar cada vez melhor o seguimento dos doentes. No entanto, o custo destas técnicas para os doentes e as irregularidades na existência de reagentes limitam a sua utilidade prática.

3.7.Terapêutica antirretroviral (TAR) em Angola

3.7.1 Acesso à TAR

Angola sofreu um grande atraso no acesso à TAR, tal como a maioria dos países de África. Na Europa e Estados Unidos da América, o AZT foi utilizado desde 1987 e progressivamente a TAR se foi tornando um tratamento de associação de fármacos.

Em Angola, os fármacos antirretrovirais surgiram como iniciativa privada em algumas farmácias, no fim de 2003, mas a

TAR só se tornou gratuita em 2004, através do programa «3 by 5» da OMS, na sequência da solicitação de Angola em 2003 (WHO, 2010) com distribuição através do INLS. O acesso gratuito à TAR foi precedido da elaboração de orientações traduzidas do manual do programa «3 by 5» *Scaling up antiretroviral therapy in resource-limited settings: Guidelines for a public health approach- Executive summary* (WHO, 2002:31). A disponibilização de TAR foi iniciada na cidade capital, Luanda. Estendeu-se às restantes províncias em 2005.

Os fármacos disponíveis entre 2004 e 2008 estão referidos na Tabela 2 e pertenciam a 3 grupos de antirretrovirais: análogos de nucleósidos/nucleótidos inibidores da transcriptase reversa (NITR), não análogos dos nucleósidos inibidores da transcriptase reversa (NNITR) e inibidores da protease (IP).

TABELA 2- FÁRMACOS ANTIRRETROVIRAIS DISPONÍVEIS EM ANGOLA, 2004

NITR	NNITR	IP
Azidotimidina (AZT)	Nevirapina (NVP)	Indinavir (IDV)
Didanosina (DDI)	Efavirenz (EFV)	Nelfinavir (NFV)
Stavudina (D4T)		Ritonavir (RTV)
Lamivudina (3TC)		

Entre os medicamentos previstos para TAR em 2003 pelo programa «3 by 5», Angola não dispunha de vários fármacos destes diferentes grupos, como abacavir (ABC), tenofovir (TDF), lopinavir (LPV) e saquinavir (SQV). O EFV, DDI, NFV e RTV estiveram disponíveis de forma irregular durante 2005 e 2006.

O tenofovir (TDF) e a associação de lopinavir com reforço

em baixa dose (*booster*) de ritonavir (LPV/r) tornaram-se disponíveis durante o ano de 2008 e a sua utilização foi precedida por uma reunião de consenso e a distribuição de uma adenda de actualização às Normas Nacionais de TAR.

Em 2010, apenas 22% dessas pessoas com indicação para TAR estavam sob regime terapêutico,

embora o acesso à TAR tenha aumentado. O número de locais que disponibilizaram a TAR aumentou de 9, em 2004 para 494, em 2010, distribuídos por unidades de saúde fixas e móveis (INLS, 2010: 52).

3.7.2. Resultados da TAR em Angola

Foi realizado um estudo de coorte, entre 2008 e 2009, que revelou que a sobrevivência dos doentes em TAR, adultos e crianças, após os primeiros 12 meses de TAR é de 61,1%, sendo maior nas mulheres (62,4%) e nos doentes com menos de 15 anos (73,3%) (INLS, 2010:52). No entanto, segundo a OMS, apenas 42% das pessoas que deveriam estar a fazer TAR têm acesso a esta, considerando as orientações de 2010 (WHO, 2015). Se fosse aplicado o método «*test and treat*» que indica TAR em todas as pessoas com infecção por VIH, o desfasamento seria ainda maior.

3.7.3. Adesão à TAR

Não há dados publicados sobre a adesão à TAR em Angola e sobre o peso dos diferentes factores que podem influenciar a adesão.

3.7.4. Resistência aos fármacos antirretrovirais

Em 2008, foi realizado um estudo em Luanda, no Hospital-dia do INLS, apresentando resultados de testes genotípicos de resistência, em 45 doentes a fazerem TAR (2NITR+1NNITR) com carga viral superior a 1000 cp/ml. As mutações mais frequentemente encontradas foram a **M184V** (70%) e a **K103N** (39%); 65% dos doentes mostravam resistência simultaneamente a NITR

e NNITR e apenas em 11% não foi detectada resistência (Garrido et al., 2008: 694)

Vários estudos têm salientado a importância do estudo da resistência transmitida, na infecção por VIH: Ferreira da Silva e col., em 2004, pesquisaram resistência primária do VIH aos antirretrovirais em Angola, no âmbito do *National Serum Survey*. Em 44 amostras, encontraram 3 (6,8%) apresentando mutações de resistência a 1 dos NRTI: AZT, 3TC e D4T, sendo 1 sequência com M184V e 2 com M41L; 2 amostras (4,5%) com mutações de baixo nível de resistência a NNRTI (E138A e V179D). Para além destas, 2 tinham mutações relacionadas com NNRTI (V106I e V90I/Y181H). No entanto, estudos mais recentes demonstraram que as alterações E138A, E138K, V179D, V106I e V90I podem ocorrer como polimorfismos naturais em vários subtipos não-B, pelo que não devem ser consideradas na avaliação da transmissão de resistência (Bennett D, Camacho RC et al, 2009). Na região da protease, 1 amostra (2,2%) tinha a mutação primária I54M (Ferreira da Silva et al., 2009). Em 2012, foi referida a existência de mutações de resistência em doentes sem antecedentes terapêuticos em Angola, o que traz insegurança no uso dos esquemas terapêuticos de primeira linha utilizados como rotina (Afonso et al., 2012, e42996).

Serão necessários estudos mais amplos, associados a estudos de adesão terapêutica, para melhor conhecer os perfis de resistência do VIH em circulação em Angola.

É urgente dispor de alternativas terapêuticas para o VIH,

pois os doentes de Angola não têm acesso a todos os fármacos dos grupos mais antigos (NITR, NNITR e IP) assim como não dispõem de outros grupos de fármacos como os inibidores da integrase, inibidores da fusão e inibidores dos co-receptores.

Considerações finais

Em Angola existem ainda várias limitações ao controlo da epidemia:

A capacidade de intervenção em área rural, onde o número de casos foi aumentando

progressivamente (UNAIDS, 2009) e que continua a constituir uma preocupação, dada a dificuldade de cobertura sanitária nessas áreas.

A sustentabilidade da rede sanitária, que ainda não se afirmou depois do fim da guerra.

A nível laboral e apesar da legislação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de legislação nacional sobre os direitos do seropositivo, continua a haver discriminação laboral.

Há um grande desfasamento no acesso aos medicamentos mais recentes, em relação à Europa e Estados Unidos.

Há pois, muitos passos a dar em Angola, para que a história se modifique e possamos dar esperança e melhor qualidade de vida às pessoas vivendo com o VIH.

BIBLIOGRAFIA

- ABECASIS, A. et al. HIV-1 genetic variants circulation in the North of Angola. **Infect Genet Evol**, 5(3), 231. 2005
- AFONSO, J. M. et al. HIV-1 genetic diversity and transmitted drug resistance mutations among patients from the North, Central and South regions of Angola. **PLoS One**, 7(8), e42996. 2012
- AGOSTINHO, M. (2010). *Opções de utilização sequencial de antirretrovíricos em doentes com falência terapêutica em Angola*. (Doutorat PhD Thesis), Universidade Nova de Lisboa, Lisbon. Retrieved from https://run.unl.pt/browse?type=type&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&value=doctoralThesis&starts_with=Op%C3%A7%C3%B5es+de+utiliza%C3%A7%C3%A3o+sequencial
- AMMANN, A., COWAN MJ, WARA DW, WEINTRUB P, DRITZ S, GOLDMAN H, PERKINS HA. Acquired immunodeficiency in an infant: possible transmission by means of blood products. **Lancet**. 1983 Apr 30;1(8331):956-8. 1983
- ARBESSER, C. et al. Searching for the HIV (human immunodeficiency virus) in south Sudan, Guinea Bissau, Cape Verde Islands, Iran, Nicaragua, El Salvador, Columbia. **Geogr Med Suppl**, 1, 11. 1988
- ASSOGA, L. N. [Population, development and AIDS "that is all we needed"]. **Vie Sante**(5), 24. 1990
- BARIN, F. et al. Serological evidence for virus related to simian T-lymphotropic retrovirus III in residents of west Africa. **Lancet**, 2(8469-70), 1387. 1985
- BARRÉ-SINOUSSE, F., CHERMANN JC, REY F, NUGEYRE MT, CHAMARET S, GRUEST J, DAUGUET C, AXLER-BLIN C, VÉZINET-BRUN F, ROUZIOUX C, ROZENBAUM W, MONTAGNIER L. Isolation of a T-lymphotropic retrovirus from a patient at risk for acquired immune deficiency syndrome (AIDS). **Science**. . 1983 May 20;220(4599):, 868. 1983

- BARTOLO, I. et al. High genetic diversity of human immunodeficiency virus type 1 in Angola. **AIDS Res Hum Retroviruses**, 21(4), 306. 2005
- BARTOLO, I. et al. Antiretroviral drug resistance surveillance among treatment-naive human immunodeficiency virus type 1-infected individuals in Angola: evidence for low level of transmitted drug resistance. **Antimicrob Agents Chemother**, 53(7), 3156. 2009
- BING, E. G. et al. HIV/AIDS behavioral surveillance among Angolan military men. **AIDS Behav**, 12(4), 578. 2008
- BOTTIGER, B. et al. Prevalence of HIV-1 and HIV-2/HTLV-IV infections in Luanda and Cabinda, Angola. **J Acquir Immune Defic Syndr**, 1(1), 8. 1988
- BRYCESON, A. et al. HIV-2-associated AIDS in the 1970s. **Lancet**, 2(8604), 221. 1988
- CAMPOS, L. Q. T., P²; MANUEL, GED², SILVA, A ¹, VEGA, M; POSADA-VERGARA, MP² (2009). *Características epidemiológicas e clínicas de uma amostra de Pacientes Seropositivos em uso de anti-bacilares acompanhados no Hospital Esperança*. Paper presented at the III Congresso da CPLP sobre VIH/sida e Infecções de Transmissão Sexual Lisboa. POSTER retrieved from
- CDC. (2010). Angola Country Profile - Countries where we work - Global HIV/AIDS Program. Retrieved from <http://www.cdc.gov/global/Notable Accomplishments>
- CDC. (2015). Global HIV/AIDS. Angola. Retrieved 29/04/2016 <http://www.cdc.gov/globalaids/Global-HIV-AIDS-at-CDC/countries/Angola/default.html>
- CDC. Revision of the case definition of acquired immunodeficiency syndrome for national reporting--United States. **MMWR Morb Mortal Wkly Rep**, 34(25), 373. 1985
- CDC. Update on acquired immune deficiency syndrome (AIDS)--United States. **MMWR Morb Mortal Wkly Rep**, 1982 Sep 24;31(37):507-8, 513-4., 513. 1982
- CDC. Update: acquired immunodeficiency syndrome (AIDS)--worldwide. **MMWR Morb Mortal Wkly Rep**, 37(18), 286. 1988
- CLAVEL, F. et al. Isolation of a new human retrovirus from West African patients with AIDS. **Science**, 1986 Jul 18;233((4761)), 343. 1986
- CLAVEL, F. et al. Human immunodeficiency virus type 2 infection associated with AIDS in West Africa. **N Engl J Med**, 316(19), 1180. 1987
- FERREIRA DA SILVA, R., ABREU, CM, BRANCO EC¹, BULE E, STAKTEAS, S, AGUIAR RS, BRINDEIRO PA, et al. EVALUATION OF PRIMARY RESISTANCE IN HUMAN IMMUNODEFICIENCY VIRUS TYPE-1 (HIV-1) CIRCULATING IN ANGOLA AND MOZAMBIQUE BASED ON AN HIV DRUG RESISTANCE THRESHOLD SURVEY (HIVDR). **Antivir Ther** 2009;14 Suppl 1:A193 (abstract no. 170). 2009
- FLEMING, A. Seroepidemiology of human immunodeficiency viruses in Africa. **Biomed Pharmacother**. 1988;42(5):309-20., 42(5):, 309. 1988;
- FROLAND, S. S. et al. HIV-1 infection in Norwegian family before 1970. **Lancet**, 1(8598), 1344. 1988
- GARRIDO, C. et al. Subtype variability, virological response and drug resistance assessed on dried blood spots collected from HIV patients on antiretroviral therapy in Angola. **J Antimicrob Chemother**, 61(3), 694. 2008
- GETCHELL, J. P. et al. Human immunodeficiency virus isolated from a serum sample collected in 1976 in Central Africa. **J Infect Dis**, 156(5), 833. 1987
- GIRDLER-BROWN, B. Eastern and Southern Africa. **Int Migr**, 36(4), 513. 1998
- GISSELQUIST, D. Impact of long-term civil disorders and wars on the trajectory of HIV epidemics in sub-Saharan Africa. **SAHARA J**, 1(2), 114. 2004

- GUIMARAES, M. L. et al. Close phylogenetic relationship between Angolan and Romanian HIV-1 subtype F1 isolates. **Retrovirology**, 6, 39. 2009
- Human immunodeficiency virus infection in the United Kingdom: quarterly report I. The epidemic to 30 September 1987. **J Infect**, 16(3), 291. 1988
- ICTV, I. C. O. T. O. V.-. (2002). ICTV Taxonomy - Index of Viruses. Available from ICTV ICTV dB Index of Virus Retrieved 5-04-2002 <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/ICTVdb/Ictv/index.htm>
- INE. (2014). *Resultados preliminares. Recenseamento geral da população e habitação - 2014*. Luanda: INE - Divisão de Reprografia Retrieved from http://www.embaadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf.
- INLS. (2010). *Relatório sobre o Progresso do país para dar Seguimento aos Compromissos da Sessão Especial sobre VIH e SIDA da Assembleia Geral das Nações Unidas -2008-2009 - UNGASS -Março 2010*. Retrieved from Luanda-Angola: http://www.unaidsrstesa.org/files/u1/angola_2010_country_progress_report_es.pdf
- INLS. (2012). *UNGASS 2012 Relatório sobre o Progresso do País para dar Seguimento aos Compromissos da Sessão Especial sobre VIH e SIDA da Assembleia Geral das Nações Unidas, período 2010-2011*. Retrieved from Luanda: http://www.unaids.org/en/dataanalysis/knowyourresponse/countryprogressreports/2012countries/ce_AO_Narrative_Report%5B1%5D.pdf
- INLS, U. RELATÓRIO DE UNGASS 2006. 2006
- INLS, U. (2007). *RELATÓRIO DE UNGASS 2007*. Retrieved from http://data.unaids.org/pub/Report/2008/angola_2008_country_progress_report_pt.pdf
- KANKI, P., BARIN F, M'BOUP, S, ALLAN, JS, ROMET-LEMONNE, JL, MARLINK, R, MCLANE, MF, LEE, TH, ARBEILLE, B, DENIS, F, ET AL. New human T-lymphotropic retrovirus related to simian T-lymphotropic virus type III (STLV-IIIAGM). **Science**. . 1986 Apr 11;232(4747):, 238. 1986
- LANL, H. S. D. (2010). Distribution of all HIV-1 Angola sequences. In A. D. o. a. H.-. sequences (Ed.). Los Alamos.
- LANL, H. S. D. (2016). HIV Sequence Database. Retrieved 14-05-2016 <http://www.hiv.lanl.gov/content/sequence/HIV/mainpage.html/>
- MASUR, H., MICHELIS, MA, GREENE, JB, ONORATO, I, STOUWE, RA, HOLZMAN, RS, WORMSER, G, BRETTMAN, L, LANGE, M, MURRAY, HW, CUNNINGHAM-RUNDLES, S. An outbreak of community-acquired Pneumocystis carinii pneumonia: initial manifestation of cellular immune dysfunction. **N Engl J Med**. , 1981 Dec 10;305(24):, 1431. 1981
- MENÉNDEZ CAPOTE RL, C. D. M. L., RUIZ PÉREZ A, ANTONICA COSTA F. Sentinel infections for AIDS in a group of African patients with HIV/AIDS infection. **Enferm Infecc Microbiol Clin.**, 2006;Apr;24(4):287-8. 2006
- MERTENS, T. et al. Epidemiology of HIV and hepatitis B virus (HBV) in selected African and Asian populations. **Infection**, 17(1), 4. 1989
- NAHMIAS, A., WEISS J, YAO, X, LEE, F, KODSI, R, SCHANFIELD, M, MATTHEWS, T, BOLOGNES, I D, DURACK, D, MOTULSKY, A, ET AL. Evidence for human infection with an HTLV III/LAV-like virus in Central Africa, 1959. **Lancet**. , 1986 May 31;1(8492):, 1279. 1986
- NJAI HF, G. Y., VANHAM G, CLYBERGH C, JENNES W, VIDAL N, BUTEL C, MPOUDI-NGOLLE E, PEETERS M, ARIËN KK. The predominance of Human Immunodeficiency Virus type 1 (HIV-1) circulating recombinant form 02

(CRF02_AG) in West Central Africa may be related to its replicative fitness.

Retrovirology. , 2006 Jul 3, 3:40. 2006

NZILAMBI, N. et al. The prevalence of infection with human immunodeficiency virus over a 10-year period in rural Zaire. **N Engl J Med**, 318(5), 276. 1988

ONUSIDA et al. (2012). *O Rosto do VIH e SIDA em Angola* Retrieved from Luanda: http://unfpa.co.ao/arquivos/brochura_rostofeminino.pdf

PAPE, J. et al. The acquired immunodeficiency syndrome in Haiti. **Ann Intern Med.**, 1985 Nov;103(5).

, :674. 1985

PIOT, P. et al. Acquired immunodeficiency syndrome in a heterosexual population in Zaire. **Lancet**, 2(8394), 65. 1984

PORTINCASA, P. et al. Prevalence of antibodies to HIV-1 and HIV-2 in women attending a sexually transmitted disease clinic in Luanda, Angola. **Genitourin Med**, 71(6), 413. 1995

PORTINCASA P, Z. T., DETTORI G, CHEZZI C, DOS SANTOS N, VANDUNEN M, LEMOS C, RUBINO S, CAPPUCCINELLI P, COLOMBO MM. Prevalence of antibodies to HIV-1 and HIV-2 in women attending a sexually transmitted disease clinic in Luanda, Angola. **Genitourin Med.**, 1995 Dec;71(6):, 413. 1995

PRATA, N. et al. Gender and relationship differences in condom use among 15-24-year-olds in Angola. **Int Fam Plan Perspect**, 31(4), 192. 2005

QUINN, T. C. et al. Serologic and immunologic studies in patients with AIDS in North America and Africa. The potential role of infectious agents as cofactors in human immunodeficiency virus infection. **JAMA**, 257(19), 2617. 1987

ROUET F, F. V., VILJOEN J, STEEGEN K, BECQUART P, VALÉA D, DANAVIAH S, SEGONDY M, VERHOFSTEDE C, VAN DE PERRE P; WHO/ANRS 1289 KESHO BORA STUDY GROUP. Comparison of the Generic HIV Viral Load assay with the Amplicor HIV-1 monitor v1.5 and Nuclisens HIV-1 EasyQ v1.2 techniques for plasma HIV-1 RNA quantitation of non-B subtypes: the Kesho Bora preparatory study. **J Virol Methods**, 2010 Feb;163(2) ((2)), 253. 2010

SANTOS-FERREIRA MO, C. T., LOURENÇO MH, ALMEIDA MJ, CHAMARET S, MONTAGNIER L. A study of seroprevalence of HIV-1 and HIV-2 in six provinces of People's Republic of Angola: clues to the spread of HIV infection. **J Acquir Immune Defic Syndr.** , 3(8), 780. 1990

SHANNON, K., BALL, E, WASSERMAN, RL, MURPHY FK, LUBY J, BUCHANAN GR. Transfusion-associated cytomegalovirus infection and acquired immune deficiency syndrome in an infant. **J Pediatr.** , 1983 Dec;103(6):, 859. 1983

SRINIVASAN, A. et al. Molecular characterization of HIV-1 isolated from a serum collected in 1976: nucleotide sequence comparison to recent isolates and generation of hybrid HIV. **AIDS Res Hum Retroviruses**, 5(2), 121. 1989

STRAND, R. T. et al. Unexpected low prevalence of HIV among fertile women in Luanda, Angola. Does war prevent the spread of HIV? **Int J STD AIDS**, 18(7), 467. 2007

TRISTEM, M. et al. Six new isolates of human immunodeficiency virus type 2 (HIV-2) and the molecular characterization of one (HIV-2CAM2). **J Gen Virol**, 70 (Pt 2), 479. 1989

UN. WORLD MACRO REGIONS AND COMPONENTS. 2000

UNAIDS. (2009). *AIDS epidemic update* Retrieved from http://data.unaids.org/pub/Report/2009/jc1700_epi_update_2009_en.pdf
<http://www.unaids.org/en/KnowledgeCentre/HIVData/EpiUpdate/EpiUpdArchive/2009/default.asp>

UNAIDS/WHO. (2007). *2007 AIDS epidemic update—regional summary*. Retrieved from http://data.unaids.org/pub/epislides/2007/2007_epiupdate_en.pdf

- UNAIDS/WHO. (2008). *Epidemiological Fact Sheets on HIV and AIDS, 2008 Update*. Retrieved from http://apps.who.int/globalatlas/predefinedReports/EFS2008/full/EFS2008_AO.pdf
- UNDP. (2009). *Human Development Reports. Human Development Report 2009 - HDI rankings*. Retrieved from <http://hdr.undp.org/en/statistics/>
- VAN DE PERRE, P., ROUVROY, D., LEPAGE, P., BOGAERTS, J., KESTELYN, P., KAYIHIGI, J., HEKKER, AC, BUTZLER, JP, CLUMECK, N. Acquired immunodeficiency syndrome in Rwanda. **Lancet**. 1984 Jul 14;2(8394):62-5., 1984 Jul 14;2(8394), 62. 1984
- VAN DUNEM J, F. C., FERRAZ D, SILVA FG, DIAS L, TANURI A, CASTILLO F. . Avaliação laboratorial do desempenho de diferentes testes rápidos e simples para detecção de anticorpos contra VIH-1 /VIH-2. *Acta Médica Angolana*. Volume 14, Nº02. 2004. **Acta Médica Angolana**. Volume 14, Nº02. 2004, Volume 14, Nº02. 2004
- VELAYATI, A. A. et al. Religious and cultural traits in HIV/AIDS epidemics in sub-Saharan Africa. **Arch Iran Med**, 10(4), 486. 2007
- WEISS, S., GOEDERT, JJ, SARNGADHARAN, MG, BODNER, AJ, GALLO, RC, BLATTNER, WA. Screening test for HTLV-III (AIDS agent) antibodies. Specificity, sensitivity, and applications. **JAMA**. , 1985 Jan 11;253(2):221-5., 221. 1985
- WHO. (2010). *3 by 5 initiative - Countries that have appealed for assistance*. Retrieved from <http://www.who.int/3by5/support/updates/en/index.html>
- WHO. (2015). Angola Country Profile. *Global Health Observatory (GHO). Contry Statistics. Angola*
Retrieved from http://www.who.int/gho/countries/ago/country_profiles/en/
- WHO. (2009). *Towards universal access: scaling up priority HIV/AIDS interventions in the health sector : progress report 2009* (ISBN 978 92 4 159875 0). Retrieved from Geneva: http://www.who.int/hiv/pub/tuapr_2009_en.pdf
- WHO. Tuberculosis and AIDS. Statement on AIDS and tuberculosis. Geneva, March 1989. Global Programme on AIDS and Tuberculosis Programme, World Health Organization, in collaboration with the International Union Against Tuberculosis and Lung Disease. **Bull Int Union Tuberc Lung Dis**, 64(1), 8. 1989
- WHO (Ed.) (2002). *Scaling up antiretroviral therapy in resource-limited settings: Guidelines for a public health approach- Executive summary*. April 2002.

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA MALÁRIA EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO COLONIAL

Emília Virginia Noormahomed
Professora Catedrática
Universidade Eduardo
Mondlane/Maputo, Moçambique
enoormahomed@gmail.com

Virgílio E. do Rosário
Professor Catedrático Aposentado
Instituto de Higiene e Medicina
Tropical/Universidade Nova de
Lisboa, Lisboa, Portugal
virgilio.do.rosario@gmail.com

Resumo: A malária é das doenças infecciosas de maior importância e um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de Países Africanos, entre eles Moçambique, ex-colónia Portuguesa. Aqui apresenta-se alguns aspectos relevantes do controlo da doença no tempo colonial, até à independência em 1975, baseados em relatórios e documentos de um arquivo de um portal, pertencente ao Instituto de Higiene e Medicina Tropical, UNL, Lisboa, Portugal, que possui toda uma documentação nesta área, desde os anos 1900. Hoje, e apesar de maiores investimentos, existem ainda fortes estrangimentos na luta contra a malária naquele País.

Palavras-chave: Malária, Controlo, Moçambique.

Abstract: Malaria is a major infectious disease and an obstacle for development in African countries, as in Mozambique, a former Portuguese colony. Here we present some aspects of malaria control during the colonial days, until its Independence in 1975. Based upon reports collected from a digital source, from the Institute of Hygiene and Tropical Medicine, UNL, Lisbon, Portugal, hereby introduced, which maintains since the

90's documentation on this area. Today, and despite major investments, there are still constraints and difficulties related to the fight against malaria in that country.

Key words: Malaria, Control, Mozambique.

Introdução¹

De uma forma geral, são muitos os Países africanos com programas de luta contra a malária, uma doença que já foi considerada das mais devastadoras, a par com a tuberculose e o HIV-SIDA, causadas, respectivamente, por um parasita protozoário, uma bactéria ou um vírus. Conhecem-se bem os seus ciclos de vida e há várias estratégias para o seu combate, embora no caso do HIV-SIDA existam fortes estrangimentos financeiros, no caso da malária e da tuberculose, para além dos estrangimentos financeiros, o problema maior existente é o da resistência às drogas utilizadas para o seu combate.

Em relação à malária, a ciência moderna trouxe conhecimentos variados sobre todos os aspectos da infecção, desde o próprio agente, e seu ciclo de vida, à imunidade do Homem e níveis de gravidade da doença, ou a características do inseto vector e transmissor, mas esta acumulação de conhecimentos não permitiu o seu controlo ou a eliminação da doença, sobretudo nos Países menos desenvolvidos, apesar do enorme apoio técnico, científico e financeiro existente.

As bases dos programas de controlo continuam a ser as mesmas, desde a identificação do ciclo de vida do agente patogénico, ou seja, a luta anti vectorial, o diagnóstico e tratamento atempado da infecção e

¹ Neste artigo foi mantida a ortografia original do manuscrito. Nota do Editor.

doença, e a educação das populações, em zonas de risco.

Em Portugal, que foi um País colonizador até 1975 (Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau em África), a malária foi erradicada num programa iniciado nos anos 1940, com interrupção da transmissão em 1958, sendo considerada erradicada apenas em 1973. Interessante referir que dois anos depois, com a independência das colónias, deu entrada em Portugal de uma população residente em África, de vários milhares de pessoas, algumas supostamente infectadas com o parasita causador da malária mas sem necessariamente haver provas de transmissão da doença em Portugal, dado a população de mosquitos transmissores não existir nos centros urbanos onde aqueles se localizaram, na sua grande maioria (BRUCE-CHWATT E ZULUETA, 1977: 232).

Este manuscrito refere sobretudo à fase inicial da luta contra a malária, quando esta grassava também em Portugal e em outros Países europeus e baseia-se em registos e relatórios, do período colonial relacionados com as ciências médicas tropicais. Embora Portugal tenha tido os seus primeiros contatos com Moçambique na sua busca pelo caminho marítimo para o Oriente (Índia), e considerado aquele País como sua colónia, apenas no século XX se começou a verificar um desenvolvimento maior daquela colónia, dentro dos constrangimentos típicos da colonização. Só em 1962 de estabeleceu a primeira Universidade em Moçambique, então denominada Universidade de

Lourenço Marques, posteriormente Universidade Eduardo Mondlane.

É de maior importância referir que este manuscrito baseia-se na recolha de informação obtida a partir de toda uma colheita de relatórios e outros documentos, acessível no acervo do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa.²

Este acervo correspondeu a um trabalho de uma Rede, hoje extinta, denominada RIDES Malária CPLP, (Rede de Investigação e Desenvolvimento da Malária, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa), que teve apoios diversos, citando entre eles, a Fundação da Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal, Ministério de Saúde de Angola, Ministério da Saúde Pública de Angola, Ministério da Saúde do Brasil, Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Fiocruz, Brasil, entre outros. Essa Rede teve como um dos seus objetivos a ligação entre os novos Países Africanos de Língua Portuguesa, na formação pós-graduada, na malária e na recolha e organização daquela documentação, hoje acessível a quem de interesse.

Naquele *portal* poder-se-ão encontrar publicações várias, todas relacionadas com a malária, e com as ex-colónias Portuguesas com a exceção do Brasil e com raras publicações relacionadas com a Índia (Estado de Goa, Damão e Diu) ou Timor Leste.

Caracterização sócio-demográfica e histórica:

Moçambique, ex-colónia Portuguesa, (também denominada,

² Portal:
<http://ihmtweb.ihmt.unl.pt/PublicacoesFB/ArtigosMalaria/index.html>

no seu percurso como região Portuguesa, uma Capitania, Estado da África Oriental, Província e Estado de Moçambique, (esta apenas de 1972-1975)), tornou-se independente em 1975, e situa-se na

zona austral e na costa oriental de África, com fronteiras com seis Países Africanos tendo o oceano Índico a banhar toda a sua costa oriental com uma extensão aproximada de 2.515 km, Figura1.)

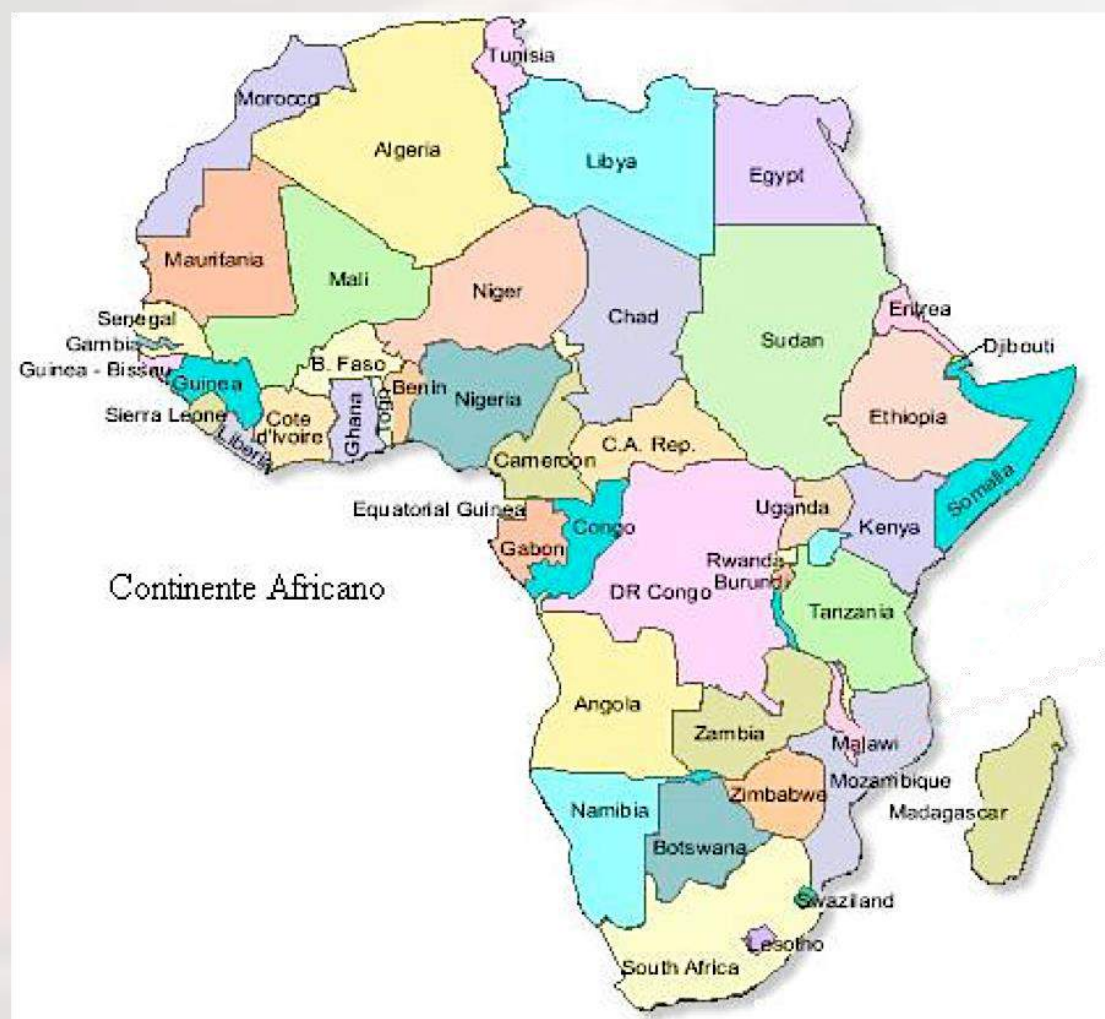


Figura 1 - Mapa político de África

Fonte: misoafricapt.wordpress.com/2012/03/19/mapa-atualizado-da-africa-2012

O clima em Moçambique é tropical e húmido e as temperaturas médias variam entre 20°C no sul e 26°C no norte, sendo os valores mais elevados durante a época chuvosa.

Portugal manteve um império durante vários séculos, em graus distintos de desenvolvimento. Enquanto o Brasil tem a sua independência em 1822 (séc. XIX) as

colónias Africanas Portuguesas só se tornam independentes em 1975, e os documentos existentes no acervo acima citado, mostram que as causas de morte, em geral, eram devidas, tal como hoje, à malária, tuberculose e uma série de doenças infecciosas e transmissíveis, lamentavelmente ainda existentes. Só hoje muitas viroses são devidamente

identificadas e deve ser mencionado que o HIV-SIDA que enorme mortalidade causa nos países Africanos, só surge nos anos 80 do séc. XX, pós independência.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2007) a população de Moçambique foi estimada em 2010 em cerca de 22 milhões de habitantes (censo 2007), assumindo uma taxa de crescimento anual da população de 2.36% ao ano. Em 2010 estimou-se que havia 3,8 milhões de crianças menores de cinco anos e 1,1 milhão de mulheres grávidas. 37% da população vive em áreas urbanas.

Moçambique é propenso a desastres naturais como secas, ciclones e inundações que muitas vezes contribuem para o aumento da transmissão e de casos de malária e foi afetado por uma guerra civil, pós independência entre 1976 a 1992 que contribuiu para o retardamento do desenvolvimento do país.

Este País tem, apesar de esforços, uma esperança de vida ao nascer de 48.4 anos, uma população urbana de 38% e um índice de analfabetismo de 56.2%. O Índice de Pobreza é de 54.7% e só 44% da População tem acesso a água potável.

Moçambique, nesta atualidade, desenvolveu o Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARP 2011-2014), o Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019 e o Plano Estratégico do Sector de Saúde (PESS) 2007-2012 que é o documento principal de orientação no combate contra a malária. O Plano Estratégico da Malária (PEM) 2012-2016 foi elaborado com base no PESS e assim as políticas são

alinhadas com as prioridades de saúde do Governo de Moçambique.

Os princípios orientadores do PESS são: i) enfoque nos cuidados primários; ii) equidade e proteção social para os grupos vulneráveis; iii) acesso universal a cuidados e serviços de saúde; iv) alta qualidade de intervenções com base em evidências; v) mobilização e envolvimento comunitário; vi) desenvolvimento institucional e de recursos humanos; vii) encorajamento de parcerias, colaboração local e internacional; viii) desenvolvimento e promoção de estilos de vida e comportamentos saudáveis e; ix) advocacia.

De uma forma geral estes planos são idênticos ou similares a de outros países e de outros programas de luta contra a malária, de entre os quais apenas São Tomé e Príncipe parece ter sido bem-sucedido, com enorme apoio internacional seja financeiramente seja em termos técnicos. Deve-se contudo acrescentar que o facto de ser este País constituído por duas ilhas, e uma pequena população, um programa de controlo torna-se mais viável (WEN LEI, 2010: 26)

A Malária

A malária ou paludismo, como é hoje conhecida, é uma doença infecciosa, causada por parasitas do sangue, denominados plasmódios. É de um grande peso socioeconómico, tanto a nível individual (compra de medicamentos, transporte para o hospital, absentismo na escola e no trabalho, etc.), como ao nível dos governos (manutenção das unidades sanitárias, compra de medicamentos, programas de saúde pública para prevenção da doença, perda de

oportunidades para o turismo, entre outros).

O médico italiano Giovanni Maria Lancisi notou, no século XVIII (1717) que os habitantes dos pântanos eram os que mais sofriam da doença e por isso a mesma recebeu o nome italiano de "mal aire", que significa mau ar ou ar insalubre, já que na época acreditava-se que era causada pelas emanções provenientes dos pântanos. Esta associação provém da observação, no ano 500 a.C., por Hipócrates, médico e filósofo grego, que denominou estas febres de paludismo proveniente da palavra latina "palud" que significa pântano. Originada provavelmente no Continente Africano, que é entendido como o "Berço da Humanidade", acompanhou a saga migratória do ser humano pelas regiões do Mediterrâneo, Mesopotâmia, Índia, e Sudeste Asiático. A chegada da doença ao novo mundo poderá ter sido devido a viagens transpácificas em tempos remotos, bem como às viagens de colonizadores espanhóis e portugueses a partir do século XVI. Apesar de a associação com a malária ser incerta, existem referências a febres sazonais e intermitentes em textos religiosos e médicos bastante antigos, entre os assírios, chineses e indianos, que relacionavam a doença à punição de Deuses e à presença de maus espíritos.

Hipócrates, foi o primeiro a descartar a superstição e relacionar a doença às estações do ano ou aos locais frequentados pelos doentes. Também foi o primeiro a descrever detalhadamente o quadro clínico da malária e algumas das suas complicações. Depois dele, no século

II d.C., diversos médicos gregos e romanos deixaram várias referências sobre a doença, que ocorria em epidemias cíclicas na Grécia, Itália e diversas partes da Europa, onde era conhecida como "Febre Romana", tendo sido uma das doenças que atingiu a base populacional e económica do Império Romano, ajudando à sua queda (THOMPSON, 2013: 17).

Durante quase 1.500 anos, pouco foi acrescentado ao conhecimento sobre a doença e seu tratamento. No século XVII os padres jesuítas observaram que as populações indígenas da América do Sul utilizavam a casca de uma árvore nativa para o tratamento de alguns tipos de febre. O seu efeito espalhou-se rapidamente pela Europa e passou a ser conhecido como "pó dos jesuítas" e a árvore de onde o mesmo era extraído recebeu o nome de Cinchona. Em 1820 foi isolado o seu princípio ativo que consistia no quinino e graças a este, os europeus sobreviveram em grande número em África.³ Por outro lado, os Chineses já usavam a planta a *Artemisia annuá* séculos, muito antes de a mesma ser considerada uma "nova" droga anti malárica revolucionária "descoberta" apenas em 1972.⁴

Foi no final do século XIX, em 1880, que o médico do exército francês Charles Alphonse Laveran, (prémio Nobel de fisiologia em 1907) trabalhando na Argélia, observou e descreveu os parasitas da malária no interior das hemácias humanas e propôs que a malária era causada por um protozoário, sendo a primeira vez que se identificava um protozoário como causador de uma enfermidade. Posteriormente, o britânico Sir Ronald Ross, prémio

³ <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=829&sid=7>
⁴ <https://es.wikipedia.org/wiki/Artemisinina>

Nobel de Medicina em 1902, (trabalhando na Índia), demonstrara em 1898, que a malária era transmitida por mosquitos, ao encontrar formas do parasita da malária no interior de um mosquito que havia se alimentado em um portador da doença. O quadro completo do ciclo de desenvolvimento do parasita da malária no homem e na fêmea do mosquito *Anopheles* foi obtido posteriormente, graças aos pesquisadores italianos Amico Bignami, Giuseppe Bastianelli e Batista Grassi, em estudos realizados entre 1898 e 1899. Portanto, só relativamente em tempo recente se conheceu o ciclo da malária.

Aspectos históricos sobre a malária em Moçambique:

A linguagem médica observada nos documentos do portal acima citado, dos anos 1910-1960 é acessível mas limitada, uma vez que enorme desenvolvimento técnico e científico teve lugar após os anos 70, com a introdução de técnicas do âmbito da biologia molecular que afetou positivamente o conhecimento sobre a malária.

A enfermidade denominada hoje malária, no princípio do século XX era denominada por impaludismo, paludismo, sezonismo e toda uma série de outras variedades de nomenclatura definidas de acordo com a sintomatologia, tais como febre biliosa (ainda utilizada na linguagem popular), febre hemoglobínica, febre renitente, febre pernicioso, "cachexia" palustre e outras. O autor elabora uma série de comentários sobre saúde e cuidados profiláticos na cidade de Lourenço Marques, capital,

posteriormente denominada Maputo (SANT'ANNA, 1910: 43).

Alexandre Sarmiento diz: "...que o estudo da mortalidade infantil é uma das grandes pedras angulares para o futuro dum povo, dado que são as gerações que despontam para a vida as que à sua frente têm o encargo de continuar e ampliar os esforços das gerações que as antecederam". (SARMENTO, 1953: 1811)

Esta citação demonstra já a importância do controlo das doenças neste inicial período de colonização. A busca de informação e dados sobre a malária, baseada em documentos acima mencionados, refere os que se encontram na base de congressos ou relatórios anuais obrigatórios pelo Governo de Lisboa, enviados pelo corpo médico português, colocado nas mesmas colónias, tendo aqui sido selecionados apenas os referentes a Moçambique, salvo raras e justificadas exceções.

Nos mesmos Arquivos e documentos, verifica-se que a entomologia é relevante em programas de controlo, dado que os autores José Rodrigues do Amaral Leal e C. Walter Howard, o primeiro médico e o segundo entomologista, dão apoio ao trabalho de investigação no terreno sobre os parasitas (aqui denominados vírus) e os seus vectores sendo importante também verificar que um cientista de língua estrangeira é convidado a participar nestas atividades. (LEAL E HOWARD, 1910).

Muitos dos relatórios deste período, referem-se não só à Moçambique como também a Angola, colónia do lado ocidental de África e também em fase de desenvolvimento. Entre 1947-1950 citam-se como causas de

morte a coqueluche, (também conhecida por tosse convulsa), tuberculose, paludismo, sífilis, gripe, varíola entre outras, mas em números excessivamente baixos, não se entendendo se estes correspondem apenas a crianças hospitalizadas ou a crianças de origem europeia. As causas de morte predominantes são as indeterminadas (sem assistência hospitalar) e a maior parte corresponde ao primeiro ano de vida. A maior parte dos relatórios deste período são detalhados e representam um conteúdo médico bem determinado mas sem a correspondente etnicidade.

No documento *A Luta antimalárica em Lourenço Marques*, de Alberto Soeiro, Mário Pereira e Artur Pereira, do Instituto de Investigação Médica, existe uma detalhada descrição da cidade, elementos de meteorologia incluindo hora de sol coberto e descoberto, descrevendo a população repartida por Europeus (28,699), indianos (5.690), Amarelos (852) e Mistos (7.334) com uma citação sobre os africanos indígenas, na referência à raça "Africana", num total de 77.425, "*dos quais apenas 1.457 são evoluídos, ou seja, com hábitos europeus*" (SOEIRO, 1956: 635). Esta descrição tem a ver com o facto destes serem os mais migratórios para zonas externas à cidade, onde a malária seria mais transmissível.

Entre os trabalhos de investigação, existe já a descrição de estudos hospitalares sobre a ação profiláctica do Daraprim, numa Missão Católica, em cem crianças (e outras cem como testemunho ou grupo placebo) com enorme sucesso. Em 1955 ainda não havia referência

à problemática da "resistência parasitária aos antimaláricos" que se veio a espalhar por quase todos os fármacos antimaláricos de uso posterior e até os dias de hoje, depois de 1960 e que incluiu não só o Daraprim como na década de 80 a cloroquina (CAMBOURNAC, 1955: 341).

Durante a primeira metade do século XX, muitas pesquisas eram dedicadas ao controlo da malária, especialmente, para reduzir ou eliminar a presença de criadores do inseto transmissor, que pertence à grande Família de *Anopheles* com uma enorme variedade de espécies distintas pelos vários continentes. Entres eles, em África, predomina o *Anopheles gambiae*, considerado talvez o melhor vector da doença no mundo.

Portugal, ele próprio País colonizador foi fortemente afetado pela malária (denominada por sezonismo) por motivos da sua produção de arroz em regiões hidrográficas, e não fora o enorme apoio da Fundação Rockefeller não teria erradicado a mesma. Em 1959 teve o seu último caso endémico (BRUCE-CHWATT E ZULUETA, 1977: 232).

Lourenço Marques foi capital de Moçambique, então colónia Portuguesa, localizada na costa oriental do continente Africano. O autor considera que as buscas de causa de morte nos hospitais eram duvidosas mas seriam as melhores estatísticas possíveis. De entre 1900 e 1908 a mortalidade geral variou entre 416 e 703 casos, considerando que a malária fora a causa de morte entre 67 e 63 casos sendo pior o ano de 1903. Se considerarmos que a população dita branca era de 4.691

peessoas e a morte destas por malária era de um máximo de 7.5% este valor pode ser considerado elevado entre os ditos responsáveis pelo desenvolvimento. Já em 1901 faziam-se resguardos nas cisternas de águas e aterramento das terras alagadas e também o afastamento das populações das "raças de cor" para fora da área ocupada por europeus. O tratamento seria na base da "quininização terapêutica".

Existia um conhecimento amplo sobre a doença e sobre métodos que pudessem reduzir os efeitos da doença. Refere-se que, neste período, a morte por paludismo variou entre 18 a 33 por mil habitantes supostamente brancos. 87% dos europeus imigrados em Moçambique, na cidade capital, tiveram a infecção dentro de um ano de permanência no País. A malária hemoglobínúria estava associada com a infecção crónica e era muito frequente. Existem registos que identificam a raça dos enfermos, entre 1900 e 1909, sendo identificados como "naturais da Europa", ou da Ásia, África, América e Oceania, sendo os últimos dois exemplos muito raros. Neste documento já se menciona que os Europeus nem sempre foram bem-sucedidos nas suas atividades profissionais, tendo se formado uma classe dita de "miseráveis e necessitados" entre eles o que demonstra a precariedade da saúde e o seu efeito sobre os próprios colonizadores (SANT'ANNA, 1910: 43).

Nos mesmos Arquivos (60-) em *Algumas considerações sobre as Campanhas Antimaláricas em Lourenço Marques*, por José Rodrigues do Amaro Leal e C. Walter

Howard (LEAL E HOWARD, 1910), existe um excelente descrição da cidade e dos locais de possível infecção e transmissão, e possui ainda a descrição de um vector erroneamente denominado aqui *Pyrotophorus costalis*, posteriormente designado como membro do grupo de *A. gambiae*, citado anteriormente como o mais importante transmissor da malária neste continente.

Menciona também os outros dois vectores relevantes, o *Culex fatigans* e *Stegomyia fasciata* este último transmissor da febre amarela. O *P. costalis* foi então identificado em quase toda a colónia com uma descrição do seu habitat preferido.

Este documento refere também a existência de serviços domésticos feitos por adultos de outras origens como Zanzibares, Comorianos ou Macuas (tribo local).

As campanhas contra os mosquitos foram as mais importantes medidas profilácticas utilizadas. Existiam já médicos municipais e entomologistas.

Há a menção de a Associação Comercial local ter exigido à Câmara Municipal e ao Governo medidas rigorosas contra a doença, no que não foram atendidos inicialmente. Na definição de regras profilácticas menciona-se a "obrigatoriedade de uso de redes nas janelas e em toda a habitação", a "proibição de os indígenas não domésticos dormirem dentro da cidade", a "participação obrigatória à autoridade, em caso de doença", a "pesquisa de lugares de criação" (criadouros), entre outras. O conhecimento dos autores da cidade era de enorme importância e este documento assim o demonstra, desde as origens dos criadouros aos

abastecimentos de água potável. A expropriação de terrenos não saneados era previsível pela lei (LEAL E HOWARD, 1910).

Existe já menção de uso de peixes, como a *Tilapia natalensis* e o *Girardinus pescioides* destruidores de ovos, larvas e pupas dos mosquitos. O valor a dispende, neste exemplo, seria de mil a mil e quinhentas libras esterlinas, o que também é interessante sendo esta a moeda da Grã Bretanha e não a Portuguesa, país colonizador.

Em 1938 há um artigo sobre Paludismo ao longo do traçado do caminho de ferro de Tete por António Rebelo, relatório este publicado pela Imprensa Nacional de Lourenço Marques. O mesmo autor elabora o relatório *O sezonismo em Quelimane* para o período de 1945 onde também refere a existência de três espécies, *P. falciparum*, *P. malariae* e *P. vivax* sendo a primeira a predominante (REBELO, 1946:143).

Já se efetuavam disseções e determinação do índice esporozóico (percentagem de mosquitos com parasitas), e comparava-se a relação quantitativa entre *Anopheles gambiae* e *A. funestus*, a predominante. O documento possui um resumo em francês e em inglês demonstrando o interesse na divulgação científica de um trabalho efetuado numa colónia.

Outro exemplo interessante de trabalho científico aplicado, refere-se ao paludismo na região de Tete, oeste centro de Moçambique, em trabalho de António Rebelo, *O Paludismo ao longo do traçado do Caminho de Ferro de Tete*, publicação da Imprensa Nacional Lourenço Marques 1938. Corresponde este relatório ao estudo de 1204 crianças

dos 0 aos 15 anos numa região denominada Mutarara, junto a uma das margens do grande rio Zambeze e onde uma das maiores pontes ferroviárias do mundo viria a ser construída (foi posteriormente parcialmente destruída durante a guerra colonial dos anos 1980). Associava-se também às minas de Moatize e a zona denominada Tete ainda hoje é famosa pelas suas riquezas em carvão e outros. Nessa época já se estudava a doença como fator negativo ao desenvolvimento. Aqui identificou-se o *Plasmodium falciparum*, como o parasita predominante, bem como o mais raro *Plasmodium vivax* e o *P. malariae*, e concluiu-se também que a esplenomegalia não deveria ser utilizada como fator indicativo de infecção sobretudo em crianças, o que pode ser discutível (REBELO, 1938).

Em 1943, e por Américo Pires de Lima, outro relatório dentro dos denominados *Moçambique documentário trimestral* n. 23, publicado pela Agência Geral das Colónias, faz menção a uma Estação Anti Malárica de Lourenço Marques chefiada por um não Português, Dr. Botha de Meillon, entomologista do Instituto Sul Africano de Investigações Médicas. O seu trabalho *Culicineos (Diptera, Nematocera) da Colónia de Moçambique* contribuiu para a identificação dos mosquitos em Moçambique, e foi publicado em inglês e em português (MEILLON, 1941: 59)

Para apoio geral aos centros de saúde e hospitais, foram elaboradas, em 1943, as "*Noções de Malariologia*" (especialmente destinadas aos funcionários

administrativos) por Alberto Soeiro e António Rebelo. Este documento inclui profilaxia e terapêutica.

Existia uma obrigatoriedade de produzir um anuário estatístico pela Direcção dos Serviços de Economia e de Estatística Geral.

Num exemplar de 1956, editado pela Imprensa Nacional de Moçambique, existe toda uma descrição do número de casos de paludismo por cada uma das espécies de parasitas, incluindo casos de recaídas e de infecções mistas. Inclui, além disso, uma Tabela de 38 enfermidades, incluindo tipos de tuberculose e as raças afetadas, sendo estas denominadas por Europeus, Amarelos (chineses), Indianos, Indo portugueses (Indianos cristãos oriundos da Província de Goa, Damão e Diu), mistos e Africanos.

As várias comunidades existentes em Moçambique estavam bem estabelecidas e viviam sobretudo do comércio. A função pública era sobretudo exercida por Europeus e Indoportugueses (PIRES DE LIMA, 1943). Este livro (PIRES DE LIMA, 1943), refere as experiências de um médico no período de 1916-1917 na região do Niassa, norte de Moçambique, como clínico. Descrito de forma narrativa e não científica, refere contudo vários casos de Psicose palustre entre Europeus militares ou indígenas, termo atribuído aos negros locais. Apesar da enorme mortalidade, a cura deu-se em vários casos com um tratamento na base de "quinino e brometos".

Muito importante nesta descrição mencionar que muitos soldados vinham do norte de Portugal onde a importância da vida

familiar e social era enorme, com uma alimentação baseada em enorme fartura e que sentiam-se em Moçambique totalmente desarraigados, caindo em melancolia profunda. Em muitos casos foi possível uma associação acidental de febre por malária e tentativas de suicídio motivados pelo mau estar em terras de África, onde nada faria lembrar as terras de origem.

Em África Médica, Maio Junho 1945, n. 5-6, Ano XI, Fernando Jaime Machado Faria, descreve a sua Contribuição para o tratamento do paludismo agudo, com injeções intravenosas de água bidestilada esterilizada. É importante realçar que este trabalho foi realizado em Angola, a colónia da Costa Ocidental de África, mas baseado em trabalho publicado anteriormente. Iniciou o trabalho com indígenas seguindo-se europeus. A hemólise causada pelas injeções intravenosas de água bidestilada na dose diária de 10cc., durante três a cinco dias, sendo que em casos sem resposta prolongou-se o mesmo tratamento por dois dias mais. Produziu uma anemia desprezível em comparação com os casos não tratados. O autor recomendou o mesmo tratamento para o tratamento da furunculose e do antraz e considerou que teve 98% de sucesso nos tratamentos do paludismo agudo. Mais informa que nunca teve qualquer acidente imediato ou tardio, aparte uma queda de 3 a 4 graus centígrados na temperatura corporal. Dos tratamentos formais (quinino, atebriina, plasmocina) encontrou o mesmo tipo de sucesso. Em casos graves (perniciosos) aplicou duas injeções diárias e a colocação permanente de um capacete de gelo.

Hoje considerar-se-ia inaceitável este tratamento mas, de acordo com as tabelas apresentadas, teve logo após a primeira injeção 54% de desaparecimento dos sintomas, no primeiro dia, ou 29% no segundo dia ou 12% no terceiro dia. Só em 3% dos casos houve prolongamento do tratamento por mais dois dias. Em 1942 informa tratar 481 doentes com injeções de quinino ou de água bidestilada. Termina o seu trabalho descritivo com a seguinte informação: "A inocuidade deste processo de tratamento, o seu fácil manejo, o baixo preço da medicação são fatores que, creio, devem merecer a atenção de todos os médicos...."(MACHADO-FARIA, 1945:95).

Em África Médica, 1940, *Notas Clínicas, Esquemas sobre o sezonismo* por António Casqueiro, encontra-se um importante trabalho sobre a sinonímia utilizada na época. De uma forma detalhada e hoje de difícil interpretação, a malária era também denominada paludismo, febre intermitente, febre palustre, febre biliosa colonial, febre telúrica, febre estivo-outonal italiana, febre tropical, caquexia palustre, febre remitente e ainda febre de Torti. Nesta publicação só se consideram três espécies de plasmódios entre eles o *Plasmodium malariae*, o *P. vivax* e o *P. praecox* (ou *falciparum*, *imaculatum*).

A descrição clínica inclui o: A) sezonismo agudo com vários tipos de febre, incluindo a intermitente biliosa (vómitos e fezes biliosas), B) febre remitente ou colonial, com febre remitente simples ou biliosa (icterícia e hematúria), C) febres ou acessos perniciosos em que existe aspecto de entorpecimento do doente ou sua

agitação e vários tipos de acessos: comatoso, soporoso, delirante, epileptiforme, meningitiforme, afásico, dispneico angustiante, pernicioso tetaniforme, sincopal, pulmonar, digito, anémico, cardiálgico, coleriforme, disentérico com elevado prognóstico de mortalidade. D) Sezonismo crónico relacionado com recidivas por reinoculação e por revivescência, E) Caquexia palustre, associada ao sezonismo crónico, podendo existir duas formas, a caquexia seca e a caquexia húmida (associada a pneumonias). F) neuroses e psicoses sazonáticas, G) poliomiélites meningoencefalites sazonáticas, H) nevralgias e nevrites sazonáticas, I) Sinopatoses sazonáticas, J) Doenças do sistema circulatório durante ou depois do sezonismo, K) Lesões endocrínicas no sezonismo, associadas as supra-renais, tiróide, testículos e glândulas linfáticas), L) localizações oculares, M) Paludismo associado ou infecções mistas aqui descrevendo doze outras infecções associadas. Interessante mencionar que este autor considera a Febre biliosa hemoglobínica uma associação aqui denominada paludo-espiroquetose que atinge apenas os Europeus.

Esta complexa descrição inclui medidas de profilaxia que incluem fumigações e o uso de peixes devoradores de larvas de mosquitos, medidas para suprimir os pântanos e os charcos, a petrolagem das águas estagnadas e a projeção de larvicidas por via aérea, sem mencionar o preço do mesmo.

Conclusões

Depois da descolonização (1975) houve uma entrada e apoio

financeiros visíveis para a área da Saúde, no âmbito da denominada reconstrução do País mas, apesar de tudo, os resultados do controlo da malária não correspondem ao esperado. Hoje, a não eliminação da malária em Moçambique deve-se a um elevado número de fatores, dos quais não se pode ignorar a falta e a fuga de quadros, a dispersão populacional, a guerra civil, e a escassez ou deficiente gestão de recursos financeiros que, no controlo da malária e de outras doenças, dependem grandemente do apoio externo.

A única Universidade local, a Universidade Eduardo Mondlane que

até há 13 anos era a única que formava quadros superiores de Saúde, manteve-se responsável pela formação dos mesmos de técnicos na Saúde e compete ao Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Saúde a responsabilidade de implementar e monitorar o programa de controlo da malária no país. Existem outras universidades privadas e públicas, mais recentes, mas o problema do controlo da malária passou a ser um problema regional e sul africanos sobretudo ligado aos programas de controlo regionais.

Referências

- BRUCE-CHWATT, Leonard J. e ZULUETA, Julian. Malaria Eradication in Portugal. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 71:3, p 232-240, 1977.
- CASQUEIRO, António. Notas Clínicas, Esquemas sobre o sezonismo. In: *África Médica*. 1940
- CAMBOURNAC, Francisco José Casqueiro; GANDARA, Álvaro Franco e PENA, Antero Jacques. Estudo da acção profiláctica do daraprim numa comunidade indígena (missão católica do Huambo, Angola) *Anais do Instituto de Medicina Tropical*. Vol XII, pg 341- 357, 1955.
- CRUZ, João José de Sousa. O enigma de uma colónia virtual – África Oriental Portuguesa. *Revista Militar*. Nº2482, p. 1233, 2008.
- INE. *Resultado do Censu Populacional 2007*. República de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística, 2007
- LEAL, José Rodrigues do Amaral; HOWARD, C. Walter. *Algumas considerações sobre as campanhas antimaláricas em Lourenço Marques*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.
- MACHADO - FARIA, Fernando Jaime. *África Médica*. n.5-6, Ano XI, p. 95-109, 1945
- MEILLON, Botha de e REBELO, António. Culicíneos (díptera, nematocera) da colónia de Moçambique. In: *Moçambique documentário trimestral*. Nº27, p. 59-77, 1941.
- PIRES DE LIMA, Américo. *Moçambique documentário trimestral*. Agência Geral das Colónias. n 23, 1943
- _____. *Explorações em Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. 327 p, 1943

_____. Explorações em Moçambique por Américo Pires de Lima. In: *Américo Pires de Lima*. Edição Divisão de Publicações e Bibliotecas. Agência Geral das Colónias, 1943.

REBELO, António. *O Paludismo ao longo do traçado do Caminho de Ferro de Tete*. Imprensa Nacional de Lourenço Marques, 1938.

_____. O sezonismo em Quelimane. In: *Moçambique: documentário trimestral*, nº44, p. 47 – 64, 1945.

SANT'ANNA, Firmino. As Estatísticas da mortalidade palustre em Lourenço Marques: seu valor e interpretação. In: *Arquivos de Higiene e Patologia Exóticas, Parte II*. n.3 págs. 43- 58, 1910.

SARMENTO, Alexandre. Mortalidade infantil da população Indígena da cidade de Nova Lisboa. *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, volume X, pg. 1811 – 1818, 1953.

SOEIRO, Alberto; PEREIRA, Mário; PEREIRA, Artur. A luta antimalárica em Lourenço Marques. *Anais do Instituto de medicina Tropical*, 13:4, p.635-670 1956.

_____. & REBELO, António. *Noções de Malariologia*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique. Pp. 3- 33, 1943.

THOMPSON, Andrew. Malaria and the fall of Rome. *BBC*.n.p. 17, 2011

WEN LEE, Pei; LIU, Chai Tai; ROMPÃO, Herodes Sacramento e DO ROSÁRIO, Vírgilio. Pre-elimination of malaria on the Island of Principe. *Malaria journal*, 9:26, 2010

RECEBIDO EM: 29/09/2016

APROVADO EM: 24/05/2016

A DENGUE NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E AQUECIMENTO GLOBAL – UMA CONFRONTAÇÃO INEVITÁVEL (1990 A 2010)

Roger Domenech Colacios
Pós-doutorando em História
Ambiental/UNESP-Assis

Resumo

Este artigo analisa a relação entre a dengue, o projeto neoliberal e os enunciados científicos do aquecimento global no caso brasileiro entre os anos de 1990 a 2010. Neste período ocorreram os maiores surtos da dengue registrados no país ao mesmo tempo que foram colocadas em prática políticas públicas que visavam erradicar a doença de todo o território nacional, tal como o Programa Nacional de Controle da Dengue de 2002. Estas políticas foram elaboradas e implantadas em conformidade com a agenda neoliberal e não teriam levado em consideração as mudanças climáticas que poderão ocorrer nas próximas décadas, fator que alteraria a situação da dengue no país.

Palavras-Chave: História das Ciências; História Ambiental; Dengue; Neoliberalismo; Aquecimento Global.

Abstract

This article examines the relationship between dengue, the neoliberal project and scientific statements of global warming for the Brazilian case between the years 1990 to 2010. In this period there were the highest dengue outbreaks reported in the country at the same time they were put into practice public policies aimed at eradicating the disease throughout the country, such as the Programa Nacional de Controle da Dengue in 2002. These policies were designed and implemented in conformity with the neoliberal agenda and would not have taken into account the

climate changes that may occur in the next decades and alter the dengue situation in the country.

Keywords: History of Sciences; Environmental History; Dengue; Neoliberalism, Global Warming.

A relação entre o Brasil e a dengue é antiga. No século XIX notícias sobre epidemias com as características dessa doença podem ser encontradas em relatos de autoridades e de médicos no Rio de Janeiro. Apesar dessa presença histórica, a dengue torna-se um problema considerável de saúde pública para o país apenas nas últimas décadas do século XX e primeiros anos do XXI. Um período em que a dengue ganhou papel de destaque como uma epidemia de graves proporções em todo o território nacional. Os recorrentes surtos deste vírus não foram contidos pelas políticas públicas criadas para este fim entre os anos de 1996 e 2002. A consequência desta falta de eficiência no controle da doença foi o aumento exponencial de contaminados e de óbitos nos primeiros anos do novo milênio. Os prognósticos científicos não apresentam um quadro melhor para a sequência do século XXI. Pesquisas realizadas desde 1991, por órgãos internacionais como o *Intergovernmental Panel on Climatic Changes* (IPCC) e a *Organização Mundial de Saúde* (OMS), revelam que as mudanças climáticas, em particular o aquecimento global, iriam aumentar o tempo e a área de atuação do vírus nos próximos anos.

Este artigo está dividido em três partes. Inicialmente trata do contexto de formulação, nos anos

iniciais do século XXI, de uma política pública voltada para o combate à doença, o *Programa Nacional de Controle da Dengue* (PNCD). Este programa foi criado pelo Governo Federal brasileiro em 2002, com o objetivo de controlar a expansão da dengue e de seu principal transmissor, o mosquito *Aedes Aegypti*. O PNCD foi colocado em prática no momento final do mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República e continuou como diretriz de atuação dos governos que o sucederam e ficou em vigor até 2015¹. A escolha em analisar o PNCD justifica-se, por ser considerado pelos especialistas como um programa moderno, abrangente e eficiente, principalmente em relação ao seu predecessor, formulado em 1996, o *Plano de Erradicação do Aedes Aegypti* (PEAa). Apesar de sua eficiência e modernidade a nova política não impediu o avanço da doença e o aparecimento de epidemias recordes em todo o Brasil.

Na segunda parte, o PNCD é analisado como uma política pública formulada em consonância com a conjuntura política e econômica brasileira da década de 1990. Período este que foi implantado uma agenda neoliberal, derivada do Consenso de Washington de 1989. Projeto econômico, social e político que, no decorrer dos anos 1990, levou ao encolhimento das ações do Estado, privatizações, controle inflacionário, aumento no desemprego e na marginalização ou mesmo o abandono sistemático de políticas públicas, tal como o controle da dengue no país. O PNCD, formulado neste momento, seria um retrato dos limites impostos pelo neoliberalismo

à políticas deste porte e cujas diretrizes influenciaram os elementos do programa e de sua execução.

A terceira parte contém uma interpretação do PNCD a partir dos prognósticos realizados por especialistas internacionais sobre a relação entre a dengue e o aquecimento global. Para isto a base da análise são os relatórios do IPCC e artigos de cientistas para a OMS, publicados entre 1991 e 2013. Documentos que são provenientes de grupos heterogêneos (cientistas, políticos, jornalistas, ambientalistas) e cuja divulgação e discussão remetem a um certo consenso científico sobre as mudanças climáticas e suas consequências para a saúde humana. Tais relatórios servem como parâmetro para medir as ações contra a dengue de médio e longo prazo contidas no PNCD em relação àquilo que os enunciados científicos do aquecimento global preveem para sua relação com esta doença nas próximas décadas.

Dengue e o Brasil: ressurgência e políticas públicas

A dengue é uma doença tropical e com a presença restrita às regiões caracterizadas por este tipo de clima: porções da Ásia, o Norte da África, a América Latina e algumas partes ao sul dos Estados Unidos da América (EUA). Esta área de atuação coloca aproximadamente 900 milhões de pessoas no raio de ação do vírus e as cidades de grande contingente populacional destas regiões são os principais focos de disseminação da doença. São quatro os tipos sorológicos da dengue: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. O avanço de um tipo a outro simboliza

¹ Em 2015 o Governo Federal frente a nova epidemia de dengue e o surgimento de duas novas doenças, o chikungunya e o zika, com características semelhantes e o mesmo vetor de transmissão, elaborou uma outra política de saúde visando o controle da dengue, o "Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue".

a adição de novos sintomas e a intensificação da infecção, com a piora do quadro clínico: febres e dores no corpo mais agudas e até mesmo em casos graves pode ocorrer a morte do doente (CATÃO & GUIMARÃES, 2011). O Brasil é considerado pelos especialistas em saúde pública como um país onde a dengue ressurgiu (BARRETO; TEIXEIRA, 2008). Ao longo das últimas duas décadas (1990-2010) foram registrados a presença dos quatro tipos sorológicos do vírus e seu avanço por todo o território brasileiro.

Diferentemente da febre amarela, não existe uma vacina para a dengue. Todo o controle deve ser feito através de medidas preventivas. A "cura" para a dengue vem através de ações que visem a melhoria do saneamento básico e da vigilância sanitária. Medidas estas que proporcionariam a diminuição dos focos de reprodução do principal mosquito transmissor do vírus, o *Aedes Aegypti* e também do vetor secundário o *Aedes Albopictus*². O controle e a possível erradicação da doença dependem de políticas públicas que direcionem e planejem as práticas de controle da dengue em áreas de contaminação (BARRETO e TEIXEIRA, 2008; CATÃO e GUIMARÃES, 2011).

A dengue passou por um longo processo de adaptação ao país. Processo resultante das várias décadas no século XX de urbanização acelerada do Brasil. Uma conjuntura nacional que alterou as características das cidades, do consumo de produtos, da dispersão de dejetos, da mobilidade e do cotidiano da população. Tal situação

foi propícia à criação dos focos do mosquito *Aedes Aegypti*, o aumento de sua presença nas áreas urbanas e provocando em última instância seu enraizamento por todo o território nacional

Entre os anos de 1950 e 1980 a dengue apareceu no país em surtos localizados, comumente próximos de zonas portuárias. Estes episódios eram rapidamente contidos pelas ações do Governo Federal, que conseguiram nestas décadas restringir o espaço de atuação do vírus ao combater a proliferação do mosquito *Aedes*. O tipo de controle realizado nestes anos foi efetivo³ (SILVA et al., 2008).

A eficiência no controle do mosquito e da dengue começa a apresentar um quadro diferente no início dos anos 1980. Nestes anos uma epidemia iniciada em Cuba atingiu a região norte do Brasil, notadamente no Estado de Roraima. O surto rapidamente foi controlado, mas marcou o começo de uma nova fase da relação entre a dengue e o país. Gradualmente, nos anos seguintes, os casos da doença se multiplicaram e foram encontrados em áreas de pouca incidência histórica do vírus (DICK et. al., 2012). Durante toda a década de 1990 até o ano de 2009, o espraio da dengue no Brasil foi considerável. Giovanini Coelho, do Ministério da Saúde, informa, sobre isto, que:

In Brazil, the presence of *Aedes aegypti* is found in all regions and federal units of the country. A figure that shows the seriousness of the problem is the large number of infested cities in the country. Data provided by State Departments of Health shows that in just over a

² Ambos os mosquitos são do mesmo subgênero, porém, conforme apontam Rafael Catão e Raul Guimarães (2011), o *Albopictus* teria uma plasticidade ambiental maior, porém, encontrado em áreas florestais, enquanto o *Aegypti* tem nas áreas urbanas sua principal área de existência.

³ O Brasil ganhou uma certificação internacional de país livre da dengue no ano de 1958 por conta de suas medidas de erradicação da doença neste período.

decade (1996-2009), there was a significant increase in the number of cities infested, from 1,753 cities in 1996 to just over 4,000 in 2009 (COELHO, 2012: S13).

Na década de 1990 a dengue foi registrada nas regiões sul e sudeste e aumentou sua presença nas áreas onde já havia o registro histórico de seu surgimento. Num primeiro momento, em 1997, foi formulado uma estratégia de ação pelo governo federal, intitulado de *Plano Ajustado de Erradicação do Aedes Aegypti* (PEAa), na tentativa de conter o espraiamento e crescimento da contaminação. O PEAa foi considerado por alguns especialistas como modesto e mesmo simplista (SILVA et al., 2008). As medidas a serem adotadas neste plano visavam apenas o combate ao vetor da dengue, o mosquito, não propunha ações integradas entre as esferas públicas e não apresentava um sistema de financiamento que colocasse em atividade ações amplas junto as populações atingidas. O PEAa acabou restrito ao controle químico dos mosquitos. O plano vigorou entre os anos de 1997 e 2001, sua contribuição foi, conforme Barreto e Teixeira, a “[...] continuidade da expansão da área habitada pelo vetor, na manutenção de elevados níveis de infestação domiciliar, especialmente nos maiores e mais complexos centros urbanos” (BARRETO; TEIXEIRA, 2008: 64).

Na prática, o PEAa manteve as ações tradicionais de controle da infestação do mosquito, em vigor no país desde o início do século XX. Atividades essas relacionadas a fumigação e a eliminação das larvas

do *Aedes*. Este plano representou a manutenção de uma política pública que foi benéfica, mas apenas para o vírus da dengue e seu vetor de transmissão, o mosquito. Tais ações eram eficientes quando a característica demográfica do país era outra. Um Brasil de tons rurais e consequentemente o controle das infestações em centros urbanos, principal espaço de atuação do mosquito, lidava com um volume populacional menor, mais fluído, embora em constante crescimento por todo o século XX.

O PEAa na virada para o século XXI não trouxe alento à presença da doença no Brasil. Ao contrário, nos anos iniciais do novo milênio o registro da doença aumentou e passou a ser classificada pelas autoridades públicas como uma endemia e não mais uma epidemia. A diferença entre uma e outra forma de tratar a dengue consiste em não mais considerar a possibilidade de uma erradicação em curto prazo do vírus, mas abordar seu controle a partir de uma perspectiva tanto de médio quanto de longo prazo.

A partir desta nova perspectiva de atuação, em 2002 o Governo Federal substitui o PEAa por uma outra política pública. Entrava neste ano em vigor o *Programa Nacional de Controle da Dengue* (PNCD). A nova política era um instrumento de organização do combate ao mosquito e de controle da doença, que deveria vincular as ações entre as esferas federal, estadual e municipal no combate à dengue. O programa previa ações continuadas, procurando com isto formular uma política permanente, em longo prazo, que possibilitaria a

redução do impacto da dengue no país.

Os objetivos do PNCD eram: a diminuição da infestação do *Aedes Aegypti*, a diminuição da incidência de dengue e a redução da letalidade da febre hemorrágica. Com a meta de atenuar os índices da presença da dengue até sua erradicação nos próximos anos. Por fim, foi organizado com base naquilo que chamaram de "componentes". O PNCD é composto por dez diretrizes. As diretrizes deveriam ser seguidas, adaptadas e implantadas por cada estado e município do país. São elas: vigilância epidemiológica, combate ao vetor, assistência aos pacientes, integração com atenção básica, ações de saneamento ambiental, ações integradas de educação em saúde, comunicação e mobilização social, capacitação de recursos humanos, legislação, sustentação político-social e o acompanhamento e avaliação do PNCD (BRASIL, 2002). De forma geral, o programa caracterizaria uma política pública abrangente e capaz de lidar com os vários aspectos encontrados nas epidemias de dengue. Aspectos próprio da situação da doença no país: alto índice de contaminação, rápida proliferação de seu vetor de transmissão e a falta de uma vacina contra o vírus. Também deveria atuar junto às condições climáticas favoráveis ao mosquito, o pouco saneamento nas áreas urbanas e o sistema de saúde ineficiente. Um amplo espectro de situações e fatores que tinham no longo prazo de manutenção do PNCD em vigência a chave para o controle da doença no Brasil.

A manutenção do programa a longo prazo visava criar uma

perspectiva unificada de combate à doença, ou seja, era o fim de medidas avulsas realizadas por órgãos administrativos diversos e que, em geral, eram ineficientes. Essa nova perspectiva e sua ação unificada entre as esferas foram consideradas um avanço em relação à política contra a dengue anterior (BARRETO; TEIXEIRA, 2008; SILVA et al., 2008). A introdução da cartilha do PNCD faz referência a esta questão da eficiência, faz uma avaliação das técnicas de combate ao vírus e da situação da ocorrência deste em todo o território nacional.

Em nosso país, as condições socioambientais favoráveis à expansão do *Aedes aegypti* possibilitaram uma dispersão desse vetor, desde sua reintrodução em 1976, que não conseguiu ser controlada com os métodos tradicionalmente empregados no combate às doenças transmitidas por vetores, em nosso país e no continente. Programas essencialmente centrados no combate químico, com baixíssima ou mesmo nenhuma participação da comunidade, sem integração intersetorial e com pequena utilização do instrumental epidemiológico mostraram-se incapazes de conter um vetor com altíssima capacidade de adaptação ao novo ambiente criado pela urbanização acelerada e pelos novos hábitos (BRASIL, 2002: 3)⁴.

O documento não discute a baixa eficácia dos métodos de controle tradicionais, que foram utilizados pelo mesmo governo que reformulava sua política de combate à dengue. De qualquer forma, o plano colocado em prática no final da década de 1990 foi considerado inapto para conter a dengue no Brasil e a *mea culpa* presente no PNCD serviu para abrir espaço a uma proposta mais ampla e tida como mais eficiente (BRASIL, 2002). A

formulação do PNCD mostra que o Governo Federal percebeu com um atraso de seis anos, ao apagar das luzes do mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Apesar dos especialistas apontarem como eficiente, esta competência do PNCDem combate a dengue é questionável. É certo que obteve 75% de redução dos casos da doença nos primeiros anos de implantação da política, entre 2003 e 2006. A questão é que os anos seguintes foram desastrosos. De 2007 em diante houve o registro de grandes epidemias da doença no Brasil. Os números contabilizados demonstram que os casos da doença

bateram recordes históricos (BARRETO e TEIXEIRA, 2008). Isto é um indicativo que esta política pública, planejada para vigorar em longo prazo, não modificou o panorama da doença no país. Tal ineficiência da política nacional contra a dengue é comprovada também pelos dados fornecidos por um estudo de 2012 assinado Olivia Dick e sua equipe da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (DICK et. al., 2012). O estudo é referente ao histórico da dengue nas Américas e conforme a figura a seguir é possível seguir a expansão da dengue pelo continente americano desde 1980 até o ano de 2010.



Figura 1: Dengue Incidence in the Americas, 1980-2010
Fonte: DICK, et. al., 2012

A figura revela o aumento significativo dos casos de dengue no país nestes anos. Não foi um crescimento apenas em quantidade de casos, mas trouxe consigo o espraiamento geográfico da doença por todas as regiões brasileiras. Conforme indicado na figura é

possível perceber que no início da década de 1980 o Brasil apresentava baixos índices e praticamente nenhum foco da dengue. Nos anos 1990 a situação do país apresentava o aumento de casos e regiões infectadas, em níveis que já necessitavam a atenção das

autoridades públicas. Entre 2000 e 2010, portanto, quando já estava implantado o PNCD, a dengue atingiu marcas recordes de infecção, com epidemias em todas as regiões e os números de casos e mortes ultrapassando, em muito, os registros anteriores.

Os autores deste estudo deram destaque aos três anos com epidemias recordes no Brasil: 2007, 2008 e 2010. Nos dois primeiros anos, conforme os autores, houve a suspeita de ter ocorrido quase um milhão e meio de casos e em torno de quatrocentas mortes (158 e 225 respectivamente), presença dos três tipos de dengue (DENV -1, -2 e -3) e foi observada a contaminação em menores de dez anos de idade, fato incomum em outros momentos da doença no Brasil. No ano de 2010, a epidemia foi a maior da história do país. Segundo Olivia Dick e seus colegas, com mais de um milhão de casos e 656 mortes atribuídas à dengue:

The outbreak in Brazil has particular relevance because of the active circulation of DENV-4. This serotype was reported in 2008 for the first time since 1982 from three patients that had not traveled outside Manaus. All four dengue serotypes of dengue were identified during the outbreak, with the southeast and midwest areas as the most affected areas (DICK et. al., 2012: 589).

Estes números de 2007, 2008 e 2010 revelam que algo aconteceu. O Brasil na década de 1990 tinha uma situação de alerta sobre a dengue, quando métodos tradicionais de combate eram aplicados. Anos depois, a doença foi considerada endêmica para todo o país, momento no qual estaria em prática uma

política moderna de controle da dengue, o PNCD. Uma mudança de panorama que não pode ser explicada somente pela dinâmica da doença, a capacidade de contaminação pelo mosquito. Uma conjuntura na qual a ciência sozinha não pode explicar o desenvolvimento de uma situação de calamidade pública causada pela dengue. Os motivos devem ser procurados no fundo político que deu base à criação do PNCD.

Diante desta perspectiva política duas implicações presentes no PNCD permitem analisar as suas dificuldades para o combate à dengue. A primeira implicação diz respeito as consequências da proposta de ação integrada entre as esferas governamentais de controle da dengue, fomentada por esta política federal, que ao estar em conformidade com a agenda neoliberal, provocaria a individualização do combate ao mosquito. A segunda é relativa à sua perspectiva a longo prazo que não leva em conta as possíveis mudanças climáticas num futuro próximo e que conforme estudos científicos divulgados desde a década de 1990 poderão interferir na proliferação de doenças do tipo da dengue. Duas questões de ordem política, pois o histórico de combate à dengue e o conhecimento científico mostravam um caminho diferente do adotado pelo Governo Federal em 2002.

A primeira implicação, entende-se que o PNCD vem na esteira da conjuntura da saúde pública no país. A política contra a dengue foi o reflexo das decisões políticas e econômicas adotadas pelo Estado nacional e que, na verdade,

orientaram, como um todo, a diretriz das políticas públicas de saúde no Brasil. A liberalização das forças econômicas e individuais somada ao processo de afastamento pelo Governo Federal de suas obrigações com a população, exemplificado pela inoperância de diversas políticas sociais neste período, levou ao cenário desastroso da dengue.

Sobre a segunda implicação, os prognósticos realizados por equipes de cientistas em órgãos internacionais, como o IPCC e a OMS, para a relação entre mudanças climáticas e as doenças tropicais, são fundamentais para entender a limitação da política nacional de combate à dengue. Estudos divulgados na década de 1990 e nos anos 2000 alertam para o aumento da incidência destas doenças, como a dengue, em diversas regiões do globo, particularmente áreas de clima e condições socioeconômicas propícias à proliferação de seus vetores de transmissão. Enunciados que, aparentemente, não foram considerados no processo de formulação do PNCD e sua implantação.

PNCD e Neoliberalismo: o mosquito e o cidadão.

O Programa Nacional de Combate à Dengue, em seus pormenores, formulou uma política de descentralização do combate ao *Aedes*. Passava a gestão das ações para os municípios e em última instância para os cidadãos. Um processo de individualização das responsabilidades que seguia o projeto político e o modelo econômico que marcou a conjuntura

do país ao longo da década de 1990 – o neoliberalismo.

O neoliberalismo é uma ideologia econômica criada a partir dos trabalhos de Friedrich Hayek junto ao que ficou conhecido como a Sociedade de Mont Pèlerin. Logo ao final da II Guerra Mundial, Hayek e alguns outros intelectuais formularam uma série de medidas econômicas daquilo que consideraram ser o ideal para a retomada da produção industrial no mundo. Essas propostas tinham como base a quebra do modelo de *Bem-Estar Social (Welfare State)*, em voga como a diretriz econômica de muitos governos desde os anos 1930 e cuja principal contribuição vinha das políticas sociais e a criação e fortalecimento de uma legislação trabalhista. A Sociedade de Mont Pèlerin era contrária a este tipo de política e propunha que somente a desigualdade no seio social era o instrumento para o aumento da produtividade, além de outras ações para a liberação das forças econômicas e individuais. Um liberalismo renovado e que ia contra políticas que visavam a justiça social, estimulando o enfraquecimento do movimento trabalhista e medidas de ajuste fiscal e das contas públicas. A meta de Hayek e demais participantes da Sociedade era a diminuição do papel do Estado na economia e na sociedade (MIROWSKI e PLEHWE, 2009).

Por três décadas as ideias de Hayek e seus colegas ficaram marginalizadas, mas durante as crises econômicas ocorridas nos anos 1970 houve sua retomada⁵. 1981 marcou a adoção do programa neoliberal pelos governos dos EUA,

⁵ As crises referidas foram: os choques do petróleo de 1973 e 1979 e a recessão que causaram nas economias de muitos países, particularmente aqueles considerados como desenvolvidos.

na figura de Ronald Reagan e da Inglaterra, liderada pela Primeira-Ministra Margareth Thatcher. Somado às propostas de globalização da economia mundial, o neoliberalismo ganhou força e entrou na pauta de países europeus e latino-americanos (MIROWSKI e PLHWE, 2009). Diante deste quadro em 1989 uma reunião na capital dos EUA formulou as principais medidas que deveriam ser postas em prática para os governos que desejassem aderir a teoria neoliberal (ANDERSON, 1995).

Esta reunião, conhecida como Consenso de Washington, determinou a agenda econômica a ser seguida, nos anos seguintes a 1989, como diretriz pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). A pauta estabelecida nestas agências internacionais previa uma política econômica para a redução da máquina pública, através do corte dos gastos considerados excessivos, derivados em grande parte das políticas sociais (ANDERSON, 1995).

A proposta neoliberal teve na gestão de Fernando Collor (1990-1992) na presidência da República sua entrada no Brasil. O governo de Itamar Franco (1992-1993) levou adiante esta agenda econômica, com as privatizações das companhias estatais e nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o neoliberalismo obteve a hegemonia como agenda de governo. As administrações seguintes de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) mantiveram muitos aspectos do projeto neoliberal brasileiro, embora tenham adotado um projeto econômico, social e político diferente (FILGUEIRAS, 2003; SINGER, 2012).

No Brasil, conforme Perry Anderson, a agenda neoliberal buscou o controle econômico contra a hiperinflação, que assolava o país desde meados da década de 1980 (ANDERSON, 1995). FHC e sua equipe promoveram uma política econômica que resultou na deflação, abertura do mercado interno, privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia (FILGUEIRAS, 2003; SADER, 2013). Exatamente como prévia o “mantra” neoliberal em voga neste momento.

Seguindo a influência internacional, o neoliberalismo no Brasil incidiu diretamente nas políticas sociais. Com a redução ou mesmo a extinção destas. O “Estado mínimo” preconizado pela agenda neoliberal tornava as questões sociais um dispêndio desnecessário, voltando toda a atenção para o equilíbrio econômico e o estímulo à produção. Na área da saúde pública, essa reorientação diminuiu o financiamento público, afetando diretamente qualquer política voltada para a prevenção de doenças, tal como as políticas de contenção da dengue, o PEAa e o PNCD (MENICUCCI, 2007; PAIM, 2013). Conforme apontou Jairnilson Paim, a proposta neoliberal minou as bases de financiamento das políticas sociais e a previsão de um fundo permanente para a manutenção do sistema de saúde, previsto na Constituição, foi ignorado:

O orçamento da Seguridade Social não foi adotado e suas fontes de recursos foram desviadas para financiar a economia. Caso não houvesse a captura de recursos para o pagamento da dívida da União por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o orçamento da

Seguridade Social seria superavitário. Sendo tais recursos fundamentais para a viabilização das políticas universais como o SUS, identificam-se nessas intervenções determinantes econômicos (subfinanciamento), políticos (contrarreforma liberal) e ideológicos (alívio da pobreza) do redirecionamento das políticas sociais (PAIM, 2013: 1931).

A pouca atenção da administração federal à saúde pública ia de encontro com a demanda social por um sistema que fosse ao menos funcional. Nas décadas de 1990 e 2000, caracterizou-se um jogo de interesses, quando por um lado havia a demanda social por políticas sociais efetivas e por outro o Governo Federal deveria seguir com a agenda neoliberal. Uma situação que criava um quadro no qual junto aos programas da área social havia a necessidade de inserir medidas que atendiam aos princípios do modelo econômico em vigor. Nesta perspectiva, o governo atenuaria sua presença como articulador, financiador e promotor de programas de atendimento amplo às carências da população. Para a socióloga Nívea Fuhrmann,

A União e mesmo os estados transferiram autonomia aos municípios para que planejassem e gerissem suas próprias políticas sociais, mas não repassavam o correspondente em recursos materiais e humanos para a realização deste projeto. Apesar dos entraves iniciais, o processo de municipalização da saúde, no decurso da década de noventa, se desenvolveu de forma extraordinária no Brasil. Hoje, cerca de 99% dos municípios brasileiros estão com a saúde pública municipalizada (FUHRMANN, 2004: 124).

Segundo Fuhrmann na sequência ocorreu um processo de democratização das ações sociais no

país. Ao diminuir sua presença no cenário nacional, o Governo Federal permitiu que estados e municípios tivessem o controle das atividades relacionadas ao funcionamento das políticas sociais, particularmente relacionadas à saúde pública (FUHRMANN, 2004). Contudo, a análise deste fator junto ao Programa Nacional de Controle da Dengue revela outra faceta da "democratização" das políticas sociais no Brasil.

A municipalização do planejamento e gestão foi a marca do PNCD. Suas ações foram dirigidas para os municípios cuja população seria maior que cinquenta mil habitantes e que fizessem parte ou fossem próximos às grandes regiões metropolitanas. Conforme os dados apresentados na cartilha do programa, as áreas urbanas com estas características seriam aquelas com a maior concentração dos focos de dengue no país.

Também foram incluídos nesta lista os municípios de regiões fronteiriças e portuárias. Locais onde haveria um alto risco da entrada de novas levas dos mosquitos *Aedes* – devido o contato com outros países em situação de epidemia ou então embarcações carregando o vetor. O cerco de atuação do programa, dessa forma, fechava-se sobre determinados municípios, embora em seu texto estivessem contempladas todas as cidades do país (BRASIL, 2002).

Os municípios seriam os principais agentes de ação dos PNCD. Com o repasse de verbas públicas, o programa estimulava o combate à dengue em uma escala reduzida, deixando às prefeituras adaptarem a

política às especificidades locais, administrando as verbas, o pessoal e as ações. Tal mecanismo dava aos municípios e também aos estados da União a possibilidade de organizarem internamente, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos pelo PNCD, as formas e as medidas que considerassem cabíveis para executar o programa. Era o compartilhamento das responsabilidades em relação à doença, mas que em última instância serviu como instrumento que retirou o papel de protagonismo do Governo Federal contra a dengue.

Esta "retirada estratégica" do governo contra a dengue deve ser compreendida como uma saída política. A execução da política foi no passado recente do país, além de ineficiente, impopular. Com a implantação do PNCD, sua participação torna-se complementar aos municípios e aos estados, servindo como um articulador, financiador e avaliador externo das decisões providenciadas pelas unidades federativas e seus municípios (BRASIL, 2002). A administração federal dessa maneira "lavava as mãos" ao entregar o programa para que as demais esferas públicas lidassem com ele da forma que bem entendessem.

Esta medida também apresenta uma consequência mais profunda. A diminuição do papel do Estado é acentuada quando mesmo a função dos governos estaduais e municipais foi relativizada. O PNCD foi uma política pública que envolveu o cidadão na resolução do problema da dengue. Uma inovação quando comparado com as ações anteriores. Os mecanismos de funcionamento do programa serviram em última

instância para fazer do cidadão o principal agente contra o mosquito. A intenção era provocar a mudança de comportamento da população quanto às suas práticas sanitárias e de seu cotidiano em relação ao despejo de lixo, ao acúmulo de objetos e na limpeza dos terrenos⁶.

Isto levou o combate contra a dengue para esfera individual. Colocando sobre cada um dos habitantes das áreas de infestação do mosquito a responsabilidade pelo seu controle, ou seja, para todos os habitantes do país, já que a dengue estava presente na maioria dos estados. A redução da escala levou a atomização da política pública contra a doença. Legou ao indivíduo a responsabilidade por ela, ao mesmo tempo em que dava a liberdade para não fazer nada. Era de se esperar epidemias, tal como ocorreram em 2007, 2008 e 2010.

O Programa Nacional de Controle da Dengue de 2002 permite perceber como o modelo neoliberal penetrou fundo na estrutura da saúde pública do país. Analisado sob este viés o PNCD foi formulado e implementado na esteira de interesses econômicos, minando as bases de um programa integrado, que ao invés de promover a coletividade do combate à doença, levou ao extremo individualismo. Quando o cidadão limpa sua residência, joga o lixo e entulho fora, faz sua parte, mas se os resíduos não têm o tratamento adequado pelas prefeituras ou fica amontoado em terrenos baldios, este não é um problema dele.

Dentro deste panorama apontado acima a suposta democratização das políticas sociais

⁶ No PNCD estão atividades são colocadas de forma ampla, sem a indicação de um sujeito que as executaria, deixando a entender que recairia acima de tudo ao cidadão as mudanças em seu comportamento sanitário.

fez com que o cidadão arque duas vezes com as consequências desta escolha mercadológica. A primeira ao ser responsabilizado pela presença e ampliação da dengue em todo o território nacional e uma segunda vez quando procura o atendimento público de saúde e o encontra sucateado e caótico dado o desinteresse do Estado em manter suas bases financeiras, estruturais e sociais de funcionamento.

Por fim, o PNCD também revela outra faceta da diretriz implantada de combate à dengue. O Governo Federal, formulador da política pública, se absteve do olhar macro em relação ao problema. O programa não levou em conta as perspectivas futuras de proliferação do mosquito e da contaminação do vírus da dengue. Uma contradição em suas prerrogativas. Ao ser considerado como um planejamento a longo prazo de combate à epidemia desta doença, o PNCD deixou fora de seu escopo as novas possibilidades de atuação do vetor de transmissão e do próprio vírus, particularmente quando observadas em sua possível interação com o aquecimento global. O que nos leva a segunda questão o Programa Nacional de Controle da Dengue e sua perspectiva a longo prazo sob a ótica das pesquisas científicas do aquecimento global.

PNCD e o Aquecimento Global: a política pública e o futuro climático

O Programa Nacional de Controle da Dengue teria como proposta inovadora, em relação à política anterior contra a Dengue (a PEAa de 1997), a perspectiva de atuação em longo prazo. Para tanto, a política fez uso de instrumentos

permanentes de ação, como os agentes de fiscalização e o financiamento público das suas atividades. Uma escala temporal que daria margem às metas que visavam a redução da doença, de seu transmissor, o mosquito *Aedes Aegypti*, e das mortalidades por ela causadas. Uma redução da dengue de 50% para o ano de 2003 e 25% para os demais anos, sem a definição de um prazo final de erradicação da doença no país (BRASIL, 2002).

Os meios técnicos eram os instrumentos para os municípios cumprirem os objetivos da política. A forma de trabalho do PNCD era dirigida por uma metodologia de ação continuada de vigilância sanitária e atendimento aos pacientes. Uma política previamente determinada e que deixava pouco espaço para a flexibilização de suas atividades e meios de controle da dengue. Esse quadro estático, a inflexibilidade da política pública, leva a sua dissonância com alguns prognósticos científicos. O PNCD não contempla em seu teor as possibilidades aventadas pelas ciências de mudanças no clima do planeta num futuro próximo, especialmente o aumento das temperaturas médias, fenômeno conhecido como aquecimento global.

Mesmo não podendo ser considerado um conhecimento científico finalizado, o aquecimento global obteve entre cientistas e políticos, com a assinatura do Protocolo de Kioto em dezembro de 1997, um consenso em relação a sua existência enquanto fenômeno climático. As idas e vindas das ratificações entre os países nos anos seguintes, especialmente os EUA,

não tiraram a confirmação obtida pelos cientistas dos efeitos causados no ambiente global devido ao aumento das temperaturas.

Ao longo da década de 1990 vários organismos internacionais publicaram documentos que tratavam dos possíveis impactos que as mudanças climáticas teriam nas doenças tropicais. Dentre estes, merecem menção os relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) e alguns artigos publicados por especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS). Ambos trazem ao contexto de atuação do PNCD uma perspectiva em longo prazo que mostraria a intensificação e expansão da dengue e de outras doenças tropicais em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

As questões envolvendo o aquecimento global, de ordem econômica, política e científica, poderiam ser uma das possíveis respostas do porque não está contemplado no PNCD. Apesar enunciado científico do aquecimento global ter obtido um consenso científico em 1997, com o Protocolo de Kioto, a conformidade política até 2016 ainda não havia sido atingindo, provocando formas diferenciadas das nações tratarem do assunto. Além disso, as propostas e metas estipuladas no protocolo previam uma reorientação, mesmo que mínima, do modelo de desenvolvimento da maioria dos países envolvidos. Isto provocou o enfraquecimento do documento frente a demanda de crescimento econômico que diversas nações requeriam como lema para atingir um padrão de vida superior para

seus cidadãos (ou parte deles). Situações que colocariam em dúvida a aceitação incondicional do aquecimento global como uma realidade científica.

Estas situações não justificam o “esquecimento” pelos formuladores do Programa Nacional de Controle da Dengue dos prognósticos científicos para o vírus em um planeta com a média de temperatura acima da considerada normal. O Brasil assinou o documento de Kioto em abril de 1998, aceitando as suas propostas de mitigação das emissões de gás carbônico na atmosfera e as demais disposições envolvidas. Ao ratificar Kioto o país aceitou também seu enunciado científico. Este enunciado está presente nos relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), junto com seus desdobramentos, como os problemas relacionados à saúde humana provocados pelo aquecimento global. Os relatórios do IPCC são exemplares no que diz respeito a um conjunto de informações sobre a relação entre o aquecimento global e as doenças do tipo da dengue.

A dengue, como uma doença tropical, mereceu a atenção dos especialistas em clima e doenças do IPCC desde o primeiro relatório de 1991. Em sua versão divulgada para os administradores públicos⁷, consta um tópico exclusivo para o impacto na saúde humana causado pelas mudanças climáticas. Os responsáveis pelo estudo, o grupo de trabalho II, considera que as populações que estarão em risco serão aquelas oriundas dos países em desenvolvimento. Especialmente os habitantes das áreas de risco ambiental nas grandes cidades

⁷ O IPCC além da publicação do relatório técnico também faz um resumo no qual “traduz” para o público em geral as suas principais conclusões. Utilizamos este documento aqui por ser este o principal meio de consulta na formulação de políticas públicas referentes as mudanças climáticas.

dessas regiões. Isto aconteceria devido a possível falta de alimentos e água potável, além do surgimento e intensificação de infecções de todos os tipos (IPCC, 1991). Podemos entender que com as condições de vida alteradas, passando de uma situação já debilitada para a carência total de meios básicos de sobrevivência, essas pessoas ficariam mais suscetíveis a doenças de rápida proliferação, tal como a dengue.

Sobre isto o relatório do IPCC faz, de forma geral, o alerta de que as “[...] Changes in precipitation and temperature [...]”, devido ao aquecimento global, podem “[...] radically alter the patterns of vector-borne and viral diseases by shifting them to higher latitudes, thus putting large populations at risk [...]” (IPCC, 1991: 55). A alteração no clima levaria a modificação nos padrões de transmissão pelos mosquitos de doenças como a dengue, a malária e a febre amarela. Mudança também de localização, pois poderiam espalhar-se pelas altas latitudes, onde antes não eram encontrados.

Na publicação seguinte do Painel, divulgado em 1995, a mesma situação é relatada, apenas tendo como destaque a expansão da malária por várias partes do mundo. Ainda assim, considera que a dengue seria outro vírus a ganhar espaço. O alerta do IPCC é exclusivamente direcionado aos países desenvolvidos, por serem hipoteticamente os mais prejudicados na expansão das doenças típicas do “mundo em desenvolvimento”. O documento forneceu alguns parâmetros para todas as nações. Um conjunto de medidas a serem colocadas em prática para diminuir o

impacto das mudanças climáticas na saúde humana, entre elas: tecnologia protetiva (incluído nisto o uso de ar condicionado, água purificada e vacinação), preparação contra desastres e um sistema de saúde apropriado (IPCC, 1995).

Esta situação muda no relatório de 2001. Neste documento, o grupo de trabalho II, acaba por dedicar todo um tópico as doenças infecciosas, onde consta um item específico para a dengue. O documento considera que o reaparecimento desta nos últimos anos não foi causado pelas mudanças climáticas, mas por fatores demográficos e sociais. Elementos que serão sensíveis a nova configuração do clima prevista para os próximos anos: quente e úmido (IPCC, 2001).

Quanto a dengue, o IPCC considerou que nos últimos anos, até 2001, ela tem se tornado a doença que mais afetou os centros urbanos em países tropicais. Apesar disso, a preocupação dos autores do relatório foi de apontar que o próximo território de ataque dos mosquitos transmissores de dengue seria os Estados Unidos da América. Já haveria em 2001, casos de dengue neste país, principalmente na fronteira com o México, visto serem as condições climáticas da região ideais para a proliferação de seu vetor de transmissão. Mantendo a preocupação voltada para os países desenvolvidos, o IPCC, mostrou mesmo assim como a dengue seria um problema a ser considerado por todo o planeta (IPCC, 2001).

Em 2007, ano de publicação do quarto relatório do IPCC, não teremos avanços na argumentação

sobre as doenças transmitidas pelos mosquitos e o aquecimento global, menos ainda em relação à dengue. O relatório faz somente uma abordagem geral da questão, repetindo as informações contidas nos documentos anteriores. Aparentemente, podemos considerar, que os fatos científicos a respeito dessas doenças haviam sido determinados. Embora ainda mantivesse o destaque na contaminação por malária e dengue em países desenvolvidos (IPCC, 2007; IPCC, 2013)⁸.

Os relatórios do IPCC não lançam luz diretamente à relação entre o Brasil, a dengue e as mudanças climáticas, especialmente o aquecimento global. Os prognósticos destes documentos, no entanto, permitem inferir os possíveis cenários para a doença em médio e longo prazo. No Brasil, provavelmente não teremos a expansão do vírus pelo país, já que este está espalhado por todas as suas regiões, porém, o período de surgimento dos surtos da doença poderá ser aumentado. Um fator que elevaria a quantidade de casos da dengue e a incidência de seu sorotipo considerado mais perigoso, o DENV-4.

A questão chave na relação entre aquecimento global e dengue vem das alterações prováveis que o fenômeno climático provocaria no regime hidrológico (IPCC, 1991; 1995; 2001). No Brasil as concentrações regulares das chuvas estão entre março e junho, período que também registra os maiores surtos da dengue. São meses nos quais o clima é propício para a proliferação do *Aedes Aegypti*,

quando suas larvas encontram diversos locais adequados para sua rápida formação. A umidade somada ao calor seriam os ingredientes principais para a criação de focos do mosquito *Aedes*. Com as mudanças climáticas previstas, existe a possibilidade de que esses elementos se ampliem temporalmente no Brasil. Assim, passaria a existir o risco da dengue por todo o ano.

Essa situação é corroborada por relatórios de especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para estes os vírus que são transmitidos por mosquitos têm sua ação vetorial determinada por uma faixa de temperatura. Um fator que pode variar entre 14°C e 40°C dependendo da doença. Como as estimativas para o aumento das temperaturas até o ano de 2100 variam entre 1°C e 3,5°C⁹, isto elevaria o período de atividade dos vetores de transmissão das doenças, que foi estimado entre 30°C e 32°C, embora também represente que o tempo de vida dos mosquitos seja menor. Conforme a análise de Andrew Githeko e sua equipe para a Organização Mundial de Saúde "[...] around 30–32°C, vectorial capacity can increase substantially owing to a reduction in the extrinsic incubation period, despite a reduction in the vector's survival rate [...]" (GITHEKO et. al., 2000: 1136-1137). Quando relacionado o fator de aumento das temperaturas com a alteração do regime de chuvas, os cientistas visualizam um quadro problemático de contaminação no futuro. As águas empossadas das chuvas ou acumuladas por outros meios, seriam aquecidas acima do considerado normal, o que poderia tornar ainda

⁸ O último relatório do IPCC de 2013 diluiu as questões de saúde e demais impactos que consideramos como indiretos em fatores de preocupação maior do órgão. É difícil a identificação de uma linha de argumentação e propostas específicas para a dengue neste documento (IPCC, 2013)

⁹ Mesmo que o consenso científico tenha estabelecido os 2°C para o aumento das temperaturas médias do planeta, alguns estudos utilizados pelo IPCC trabalhavam com essa outra faixa de valores.

mais rápido o período de amadurecimento das larvas dos mosquitos. Segundo a equipe de Andrew Githeko “[...] Increased precipitation has the potential to increase the number and quality of breeding sites for vectors such as mosquitoes, ticks and snails, and the density of vegetation, affecting the availability of resting sites [...]” (GITHEKO et. al., 2000: 1137).

No Brasil, quando observadas estas correlações entre temperatura e a dengue, ocorreria um quadro de sinergismo. O aquecimento global altera a temperatura e o clima e com estes o regime de chuvas é modificado, o que por sua vez leva ao aumento da umidade e cria as condições favoráveis para a proliferação e atividade do mosquito da dengue, além de elevar o número de seus criadouros. A essa equação também outros fatores específicos do Brasil poderiam intensificar o quadro da dengue.

Como apontado anteriormente, o mapa demográfico no Brasil modificado a partir da segunda metade do século XX, com o aumento da população das áreas urbanas, as epidemias, antes controladas localmente, passaram a ser um problema grave para o sistema de saúde pública. Junto a este novo panorama urbano também vem na esteira a modificação nos padrões sanitários e de resíduos sólidos, que não acompanharam no Brasil o crescimento da população dos municípios. Esses dois elementos quando encontrados em péssimas condições, tal como a coleta de lixo precária ou então a falta de um sistema de esgoto que atenda de forma satisfatória os habitantes de

determinado centro urbano, acaba por favorecer a disseminação de doenças do tipo da dengue (MENDONÇA et. al., 2009).

O Brasil apresentaria todas as condições, quando levado em conta os prognósticos científicos de ser palco de novas ondas de grandes epidemias. Em meio a isto, o PNCD e suas perspectivas de atividades contra a dengue, não levou em consideração os prognósticos científicos de expansão e intensificação dos surtos desta doença. Apesar da complexidade do enunciado científico, seus desdobramentos políticos e econômicos, o aquecimento global mostra a necessidade de adaptação das ações governamentais e o trabalho coletivo, público e privado, para conter suas consequências. O PNCD em questão não atendeu essas expectativas, fechou-se em uma metodologia inflexível, na individualidade do combate ao mosquito e em ações continuadas pautadas por um quadro estático, no qual a dengue seria uma epidemia conhecida e que não poderia mudar em longo prazo.

Conclusão

A dengue é hoje uma doença endêmica no Brasil. O país nos últimos cem anos observou a ressurgência do vírus, até seu enraizamento em todo o território nacional. Nesses retornos, particularmente a partir da década de 1980, o governo não mais conseguiu sua erradicação e a dengue causou surtos recorrentes no país em um período regular de tempo. Na década seguinte, anos 1990, grandes surtos atingiram a população e uma política

pública o Plano de Erradicação do *Aedes Aegypti* (PEAa) foi criado em 1997 como medida para o controle da doença. Seu efeito, entretanto, foi praticamente nulo, dada a continuidade dos casos de dengue por todo o Brasil.

Em 2002 uma proposta, o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), considerada como mais abrangente e mais eficiente foi posta em prática pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A política previa a integração entre as esferas administrativas de modo que o controle do mosquito fosse adaptado ao contexto local. Entretanto, este mecanismo provocava tanto a saída do governo federal como protagonista do combate à dengue, ao deixar a cargo dos municípios e estados a aplicação das propostas do PNCD, como também levava a individualização das ações, ao jogar na população o ônus maior das medidas preventivas. Portanto, uma política pública que vinha na esteira

das medidas neoliberais adotadas pelo Governo Federal para todo o sistema público de saúde. O resultado disto veio nos anos de 2007, 2008 e 2010, quando tivemos as maiores epidemias de dengue no país.

Quando analisado em relação aos prognósticos do futuro climático do planeta este quadro pode se tornar mais complexo. A perspectiva para a dengue no Brasil nos próximos anos seria de intensificação da doença em todas as partes do país. O Programa Nacional de Controle da Dengue de 2002 mesmo tendo como diretriz um combate a longo prazo não adicionou medidas relativas ao aumento das temperaturas médias do planeta. Um elemento que apresenta uma relação sinérgica com as doenças transmitidas por mosquitos, tal como a dengue. Por fim, se o quadro histórico da doença foi e ainda na atualidade é desastroso dado a falta de políticas públicas eficientes, o futuro pode ser ainda mais desolador.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BARRETO, Mauricio L. e TEIXEIRA, Maria G. Dengue no Brasil: situação epidemiológica e contribuições para uma agenda de pesquisa. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 64, p. 53-72, 2008.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Programa Nacional de Controle da Dengue*. Brasília: 2002.
- CATÃO, Rafael de Castro e GUIMARÃES, Raul B. Mapeamento da reemergência da dengue no Brasil – 1981/82-2008. *Hygeia*, v. 7, n. 13, p. 173-185, dez, 2011.
- COELHO, Giovanini E. Challenges in the control of *Aedes Aegypti*. *Revista do Instituto de Medicina Tropical*. v. 54, supl. 18, p. S13, Out, 2012.
- DICK, Olivia B. et. al. Review: the history of dengue outbreaks in the Americas. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*. v. 87, n. 4, p. 584-595, 2012.

- FILGUEIRAS, Luiz. Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso de Brasil. *CLACSO*, Buenos Aires, p. 1-9, 2003.
- FUHRMANN, Nadia Lucia. Neoliberalismo, cidadania e saúde: a recente reorganização do sistema público de saúde no Brasil. *Civitas*, v. 4, n. 1, p. 111-131, jan-jun, 2004.
- GITHEKO, Andrew K. et al. Climate change and vector-borne diseases: a regional analysis. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 78, n. 9, p. 1136-1137, 2000.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *First assessment report: climate change*. [S. l.: s. n.] 1991.
- _____. *Second assessment report: climate change*. [S. l.: s. n.] 1995.
- _____. *Third assessment report: climate change*. [S. l.: s. n.], 2001.
- _____. *Fourth assessment report: climate change*, [S. l.: s. n.] 2007.
- _____. *Fifth assessment report: climate change*, [S. l.: s. n.] 2013.).
- MENDONÇA, Francisco de Assis et al. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. *Sociedade & Natureza*, v. 21, n. 3, p. 257-269, dez, 2009.
- MENICUCCI, Telma. A Implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. In: HOCHMAN, Gilberto et al. (orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 303-325.
- MIROWSKI, PHILIP e PLEHWE, DIETER (Eds.). *The road from Mont Pelérin: the making of the neoliberal thought collective*. Chicago: Harvard University Press, 2009.
- PAIM, Jairnilson. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 29, n 10, p. 1927-1953, Out, 2013.
- SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 135-144.
- SILVA, Josiel et al. A dengue no Brasil e as políticas de combate ao Aedes Aegypti: da tentativa de erradicação às políticas de controle. *Hygeia*, vol. 3, n. 6, p. 163-175, jun, 2008.
- SINGER, André V. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

RECEBIDO EM: 11/04/2016

ARQUIVO EM: 11/05/2016

DOENÇAS E CLIMAS DOS TRÓPICOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: BRASIL E ÁFRICA (SÉCULOS XVIII-XIX)¹

Jean Luiz Neves Abreu
Professor do Instituto de
História/Universidade Federal de
Uberlândia
Investigador correspondente do
Centro de História de Além Mar

Resumo: O artigo analisa as relações entre o clima e as doenças nos relatos de médicos e viajantes sobre o Brasil e a África produzidos no século XVIII e XIX. Parte-se do princípio de que a imagem dos trópicos nesses relatos promoveu uma identidade comum que aproximou negativamente o Brasil e a África, uma identidade similar também foi relacionada a uma determinada representação desses locais e de suas enfermidades. As percepções sobre os territórios tropicais do Império estavam ligadas à lógica da própria expansão ultramarina portuguesa.

Palavras-chave: Medicina, Trópicos, Brasil, África.

Abstract: This article analyzes the relationship between climate and diseases in physicians and travelers reports produced during eighteenth and nineteenth century about Brazil and Africa. Starting from the principle that the tropics portrayal in these reports promoted a common identity that negatively spliced together both Brazil and Africa, a similar identity was also related to a certain representation of those places and its diseases. The perceptions about the Empire tropical territories were part of the very logic of Portuguese overseas expansion.

Keywords: Medicine, tropics, Brazil, África

Introdução

Embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-lhe a influência que exerce na formação e desenvolvimento das sociedades (...). Estão meio desacreditadas as doenças tropicais. Não se nega, porém que o clima, *per se*, ou através de fatos sociais ou por ele condicionados, predisponha os habitantes dos países quentes a doenças raras ou desconhecidas nos países de clima frio (FREYRE, 2004:75)

O excerto em destaque acima, extraído de *Casa-grande e Senzala* (1933), é um dos argumentos apresentados por Gilberto Freyre para analisar os processos de aclimação e miscibilidade promovidos pelos portugueses nas regiões tropicais. Sua análise revela o lugar de destaque conferido ao clima como elemento explicativo das sociedades localizadas nos trópicos e as representações em torno das doenças.

Tais elementos são recorrentes em vários relatos de viagens produzidos sobre o Brasil e a África pelos portugueses, luso-brasileiros e viajantes no decurso da expansão ultramarina. Ao longo desse artigo, pretendo abordar como os registros deixados por médicos e viajantes nos séculos XVIII e XIX contribuíram para a construção de certas representações sobre essas sociedades amparadas em aspectos ambientais e sanitários, sob o signo da "tropicalidade".

Os trópicos e as doenças

Ao abordar a questão da invenção da "tropicalidade", David Arnold observa que o termo representou uma das formas de representação do "outro" no

¹ Esse texto está relacionado com as pesquisas ligadas ao projeto sobre teses médicas do século XIX, financiado pela FAPEMIG.

pensamento europeu. Segundo o autor, a complexidade das ideias e atitudes em torno da ideia de trópico representa uma das mais persistentes e duradouras ideias ambientalistas, marcada pela ambiguidade dos trópicos: um mundo de opulência e exuberância e, ao mesmo tempo, de enfermidade, opressão e escravidão. Dessa forma, a denominação de trópicos e seus equivalentes –zona tórrida, região equatorial - se converteu em uma forma ocidental de definir algo culturalmente estranho e ambientalmente distinto. Embora remonte ao período em que os primeiros viajantes na Ásia, África e América, essa perspectiva desenvolveu-se mais integralmente ao longo do século XVIII (ARNOLD, 2000:130-132). Tal perspectiva é também endossada por Sandra Caponi. Segundo a autora, o significado de trópico assume significado mais simbólico que físico; algo distinto cultural, politicamente e topográfico diferente da Europa; uma alteridade que se mostra ameaçadora nas descrições médicas (CAPONI, 2002:119).

Tais elementos são perceptíveis nos relatos deixados por viajantes e cronistas que aportaram na América Portuguesa e construíram cada um ao seu modo uma visão ambígua sobre a terra, marcada a um só tempo pela exaltação e detração da natureza e as populações, dentre as quais estavam os escravos africanos (SOUZA, 1986). No caso das Américas, no decorrer do setecentos as polêmicas em torno da natureza inferior do Novo Mundo e da África foram alimentadas por correntes diversas,

abarcando a literatura e a filosofia (GERBI, 1996; ARNOLD, 2000).

Mas, foi no âmbito da literatura médica que se constituiu uma correlação entre os fatores climáticos e determinadas doenças. Ao longo do século XVIII e XIX, obras de médicos e cirurgiões são publicadas tendo em vista a necessidade de reunir informações sobre os territórios conquistados e as necessidades de aclimação dos europeus nos territórios coloniais. Daí a importância de se estabelecer as relações entre os aspectos ambientais e a ocorrência ou não de determinadas doenças. As correlações entre os fatores climáticos e as doenças amparavam-se em grande medida nas ideias de fundo hipocráticas, associando os seres vivos e os climas que habitavam (KURY, 2007:157-158)

É nesse contexto que é publicado o livro *Essay on the diseases incidental to Europeans in hot climates*, do cirurgião naval britânico James Lind. O segundo capítulo do livro, dedicado às doenças na África, aponta as correlações existentes entre as variações climáticas e as enfermidades, indicando os regimes de salubridade e de morbidade existente nas diferentes regiões. Apesar de reconhecer que algumas localidades gozavam de boa salubridade, mencionava outras onde as doenças acometiam muitos europeus, a exemplo de Quiloa, em Moçambique, que provou ser tão fatal para os portugueses, que foram obrigados a abandonar todos os seus assentamentos (LIND, 1768:74).

Em acordo com os pressupostos da medicina

hipocrática, na perspectiva dos viajantes ingleses, franceses e de outras regiões da Europa que se aventuraram na África dos séculos XVII e XVIII, a Costa da África era vista como “tumba do homem branco”, imagem associada ao clima malsão, aos ares corruptos dos trópicos e sua ação sobre os humores (WISSENBACH, 2009:136).

David Arnold observa que, apesar dos avanços sanitários e médicos do século XIX, para a mentalidade europeia as enfermidades continuaram a ser uma das características intrínsecas ao mundo tropical. Nessa perspectiva, o surgimento da “medicina tropical” como especialidade médica em fins do século XIX serviu como justificativa para “celebrar a crescente sensação de domínio dos europeus sobre os trópicos” (ARNOLD, 2000:140).

“Nestes sítios o calor é contínuo”

Os relatos médicos sobre o Brasil produzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX e os relativos à África, no decorrer do século XIX – onde restavam as possessões portuguesas até a década de 1870 em Angola e em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Lagos e seus arredores, o Cabo da Boa Esperança (COSTA e SILVA, 1994), fundamentavam-se em grande medida nos paradigmas que vinculavam os trópicos a diversas enfermidades.

Com base nos preceitos hipocráticos e nas observações obtidas a partir da observação da natureza das doenças, o cirurgião lusitano Luís Gomes Ferreira teceu várias observações sobre as

influências que o clima da América Portuguesa e, em particular, da Capitania das Minas, exercia sobre as condições de saúde dos colonos e escravos. No *Erário mineral* (1735), o cirurgião registrou que Segundo observava, “não só o clima é diferente, mas a causa das enfermidades e os humores que produzem, por razões dos mantimentos e habitações que assistem e se exercitam, assim os pretos como os brancos” (FERREIRA, 2002, v.1:229). Muitas doenças existentes na América Portuguesa eram, por essa razão, específicas como a “corrupção do bicho” causada pelo “tempo muito calmoso ou a região muito cálida como são os Brasis” (Ib., v.1: 635).

Apesar de considerar o clima como responsável por várias enfermidades que grassavam no Brasil, Gomes Ferreira articulava o universal e o local na arte de curar, enfatizando a singularidade de cada região (KURY, 2007:164). Dessa forma, apesar de atribuir ao calor uma das causas da “corrupção-do-bicho” – doença que se manifestava pela largueza e relaxamento do intestino reto e seus músculos –, observava as diferenças entre o clima de Salvador e do Rio de Janeiro.

Como a causa da doença é o excessivo calor [...] e esta região do Brasil foi reputada dos antigos por zona tórrida e inabitável, enganaram-se, porque é habitável, e também se enganaram em parte, porque não é tórrida, suposto bastantemente cálida quase todo o tempo do ano, que só nos meses de maio, junho, julho e alguma parte de agosto são meses mais temperados; que, no mais, é calidíssima por passar por ela o sol duas vezes no ano e por ficar, o que também sucede no Rio de Janeiro, suposto em tempo diverso, e é clima

mais temperado e por tudo mais apetecido (FERREIRA, 2002, v.2:644)

Outro médico que se reportou às condições de salubridade do Brasil foi o “estrangeirado” Antônio Ribeiro Sanches, cuja obra, *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1757), pode ser considerada precursora das preocupações higienistas em Portugal e nos domínios do ultramar (PEREIRA e PITA, 1993: 454).

O calor e a umidade geravam a podridão e corrompiam o ar da atmosfera, advindo as febres pestilentas e outras doenças. Condições ambientais semelhantes aproximavam regiões da América Portuguesa, como Minas e Mato Grosso, de regiões africanas, como a Costa da Guiné, o Reino do Congo e Angola (Ib.:39).

As observações de Ribeiro Sanches acerca dos efeitos nocivos do calor e da umidade sobre a saúde se ancoravam não só nos princípios neo-hipocráticos, como também tinha como referência a obra de Stephen Hales, cujo nome é mencionado diversas vezes. No século XVIII, a publicação dos textos de Hales demonstrara como o ar agia de várias formas sobre os organismos vivos. Em meio à diversidade das teorias da física e da química em torno desse elemento, havia concordância de que o ar era um “caldo pavoroso” no qual se misturavam fumaças, enxofres, vapores e os “miasmas contagiosos”. Esse pensamento “aerista” servia como base para as definições do salubre e do insalubre nos séculos XVIII e XIX (CORBIN, 1987:19-22).

Ao longo da obra Ribeiro Sanches iria indicar várias medidas preventivas para diminuir os efeitos perniciosos das condições atmosféricas. A higiene como parte integrante da medicina das Luzes proporcionava corretivos, a exemplo da recomendação dos sítios mais propícios para a construção de cidades e povoações ou das formas de tornar o ar puro nos navios, hospitais e prisões. Além disso, nota-se também uma preocupação quanto à aclimatação dos portugueses nos domínios do ultramar. Nesse sentido, além dos princípios higiênicos recomendava-se a utilização de certos alimentos e bebidas, com a utilização de uma forte que os negros usavam em toda a costa da África (SANCHES, 1757:253).

Em diversos compêndios de medicina, memórias e relatos editados posteriormente em Portugal a partir da segunda metade do setecentos é possível identificar um repertório comum de ideias no que diz respeito à contaminação do ar pelos “miasmas” pútridos, causados por vários fatores. Se por um lado, a corrupção do ar era recorrente em várias regiões, as consequências mais nefastas se faziam sentir em regiões como o Brasil e a África.

Um dos leitores da obra de Ribeiro Sanches foi o naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu os territórios do Pará, sertões do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1789. No decorrer de sua viagem, além de coletar espécies da flora e fauna e sistematizar o conhecimento sobre as populações e realizar um inventário das regiões percorridas, o naturalista fez várias anotações relativas às

enfermidades e às práticas de cura. Parte dessas observações foi sistematizada no estudo *Enfermidades endêmicas da Capitania do Mato Grosso* (KODAMA e PORTO, 2008:13-17).

Além de reproduzir as observações de Ribeiro Sanches sobre os danos causados pelo calor como fator predisponente para as enfermidades, Alexandre Rodrigues Ferreira procurava mostrar a confluência entre os fatores climáticos, as condições ambientais (pântanos e rios) e as doenças endêmicas da região do Mato Grosso. De suas observações, o viajante concluiu “que da perigosa alternativa do calor e da umidade que se experimenta nas terras baixas da Capitania do Mato Grosso é que procedem as enfermidades de seus habitantes”. Tais enfermidades eram “as mesmas que as das outras partes do Globo, aonde se verificam as mesmas circunstâncias” (FERREIRA, 2008:43).

O pensamento do naturalista ia ao encontro da perspectiva de Ribeiro Sanches, que igualmente via similaridades entre as condições nosológicas de regiões do Brasil e da África. Ao tratar dos “efeitos da temperatura do ar sobre os trópicos”, o médico observou que

trópicos estão sitas as colônias de Portugal depois das ilhas de Cabo Verde até a China: aquelas mais habitadas são as do Maranhão, Brasil, Costa da Mina, Angola, Moçambique, e na Índia: neste sítios o calor é contínuo; os dias são por todo o ano quase igual à noite [...] Desta podridão provém aquelas febres pestilentas, que chamam carneiradas nas minas do Mato Grosso, Cuiabá, Guaiazes. Da mesma origem vêm outros males tão comuns a todo o Brasil, como são os insetos mais

nocivos à saúde, e outras moléstias vulgares (SANCHES, 1757:37).

A identificação de doenças comuns à zona tórrida por parte dos médicos luso-brasileiros foi reafirmada também por José de Pinto Azeredo. De acordo com o físico, as febres de Angola eram “da mesma natureza daquelas que se observam nos outros países da zona tórrida. Eu as observei no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco” (AZEREDO, 2013:VII).

Essas observações foram publicadas no prefácio do *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola* (1799), tratado de medicina escrito a partir da estadia do médico em Angola, entre 1791 e 1797, onde atuou como professor de Filosofia Racional e Medicina, após ter sido nomeado como Físico-Mor de São Paulo de Luanda (1789) (OLIVEIRA, 2013:253).

No decorrer do tratado, Pinto de Azeredo faz uma incursão pelas diversas teorias médicas acerca das febres, das disenterias e tétanos. Mas, o que se destaca do conjunto do livro são as conclusões a que chega apreendidas pela experiência, colocando em primeiro plano a descrição do país, seu terreno, as suas águas e plantas, sua atmosfera, os costumes e os alimentos.

Apesar de apontar os vários elementos dentre as causas remotas das febres, o médico se rendia ao determinismo climático ao afirmar que, dentre as causas que faziam “o clima pestífero”, a mais temível era o sol: “O homem mais robusto e mais forte cai mortal todas as vezes que a ele se expõe”. Tais condições eram agravadas pelo regime das chuvas,

que levantavam os vapores da terra, depois de aquecidos pelo calor do sol, tornando o ar pestilento e difícil de respirar. Além disso, destaca outras “causas acidentais”, como os cadáveres enterrados nos cemitérios das Igrejas. Tais condições eram atenuadas” (AZEREDO, 2013:42-44).

O médico salientava ainda a dificuldade de aclimação dos europeus. Embora as febres pudessem atingir qualquer pessoa, se faziam sentir com maior intensidade aos que chegavam à Costa da África e não se acostumavam ao sol, os quais “pelo costume que trazem dos outros climas benignos, são atacados com maior força, e com maior perigo” (Ib.:24).

Em relato de viagem pelo interior de Moçambique, realizada em 1797, o matemático Francisco José de Lacerda e Almeida, reporta-se igualmente aos males causados pelo clima: “Havendo neste país as duas poderosas causas da corrupção, o calor e a umidade, não é de admirar a pouca salubridade do clima”. A esse fator se juntavam as águas utilizadas pela população. Barrentas e lodosas causavam febres biliosas, podres, disenterias e outras moléstias provenientes da podridão (ALMEIDA, 1889:7).

Os textos publicados em Portugal relativos às questões médico-sanitárias nos domínios portugueses se articulavam com as questões econômicas no Império Português. Desde o *Tratado da conservação da saúde dos povos*, que as questões relativas à preservação do corpo coletivo da sociedade se colocava no horizonte do saber médico. Além da diminuição da mortalidade dos súditos, cabia

igualmente se voltar para a saúde dos escravos e a melhoria das suas condições de saúde. Nas últimas décadas do século XVIII, como bem lembra Rafael de Bivar Marquese, o saber médico passou a ser “visto como um instrumento fundamental ao desenvolvimento colonial, dada a percepção dos impactos que as doenças tropicais causavam na população branca e escrava” (MARQUESE, 2004:96).

É neste sentido que podemos compreender a tradução de certos manuais de medicina impressos em Portugal e que circularam nos domínios coloniais. Além dos manuais destinados à saúde dos povos, havia também aqueles dedicados a temas específicos, a exemplo do livro de Jean-Barthélemy Dazille, *Observations sur les maladies des nègres* (1776). De forma semelhante ao médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo, Dazille considerava necessário observar as condições em que se produziam as doenças, pois o “conhecimento da situação, e das produções dos lugares tendem de muito perto ao das enfermidades”.

O médico estabelecia assim comparações entre as condições observadas em São Domingos, Bengala e outros estabelecimentos na África e na América. Constatava os inúmeros perigos a que estavam expostos os “homens que vivem perto das águas estagnadas” e que “todas as vezes que os rios transbordam, as águas que se demoram nos baixos se corrompem, infectam a atmosfera que as cerca”. Dazille chegava à conclusão que, além do alimento, gênero de vida e trabalho, “um clima quente, mas ao

mesmo tempo úmido por causa das chuvas abundantes”, era uma das principais causas das enfermidades dos negros (DAZILLE, 1801:18-26)

O livro de Dazille foi traduzido e publicado em 1801, pelo Cirurgião-mor José Vieira de Carvalho, o qual justificava que as observações médicas de Dazille poderiam “vir a ser de muito uso em todo o “Estado do Brasil”, onde, pela analogia de muitas circunstâncias físicas e morais, são aplicáveis as observações e as doutrinas de seu autor” (Prefácio de CARVALHO In: DAZILLE, 1801:3). Afinal, de forma semelhante ao que ocorria nas colônias francesas, na América Portuguesa os negros estavam submetidos à mudança do clima, à diferença de tratamento e a um trabalho contínuo.

Topografias médicas

Entre fins do século XVIII e início do XIX, as referências ao clima e às condições sanitárias se tornaram cada vez mais precisas, amparados nos usos de instrumentos e em análises sobre as propriedades físicas e químicas da atmosfera. Conforme é possível observar pelas fontes citadas acima, nesse contexto as relações entre o clima e as doenças são acompanhadas de exames detalhados das condições dos lugares, dos costumes e outros fatores, que juntamente ao clima, concorriam como causas das doenças. Assim, com as topografias médicas e os exames detalhados das condições meteorológicas, a noção de clima deixava de ser uma categoria rígida, incorporando uma série de dados relevantes para a análise dos

fenômenos mórbidos (KURY, 2007:160).

Conforme observa Flávio Coelho Edler,

O gênero de literatura científica conhecido como topografia médica renovou os estudos que correlacionavam os aspectos ambientais que, em uma certa localidade, eram tomados como protagonistas na produção de certas doenças. Thomas Sydenham parece ter sido o primeiro a introduzir a concepção de constituição epidêmica, em um sentido distinto daquele dado por Hipócrates, já que para o médico inglês haveria um caráter episódico ligado a influências circunstanciais provenientes do meio ambiente. Ao contrário da constituição hipocrática, que seria fixa em cada local, em Sydenham ela teria um perfil singular (EDLER, 2011:36)

José Pinto de Azeredo foi um dos médicos que recorreu a uma série de experimentos químicos para determinar a qualidade do ar do Rio de Janeiro. Com base nas descobertas da ciência moderna e da química, o médico distinguiu qualidade de três tipos de ar e seus efeitos diversos no organismo: o ar puro, o ar fixo e o ar mofete, de natureza praticamente desconhecida. Após estudar a composição da atmosfera do Rio de Janeiro e realizar experiências em determinados locais, como no centro e na Misericórdia, concluía que naquela atmosfera havia menos ar puro e mais ar mofete. Cogitava se não era aquele ar “atraindo os vapores maus das lagoas, e águas encharcadas, ainda servindo de alimentos a certos insetos (...) a causa condutora das enfermidades” (JORNAL ENCICLOPÈDICO, 1790: 259-285).

O médico identificava o ar mofete com o “ar corrupto” de

Lavoisier, fazendo outras referências à teoria do químico. Em um de seus escritos, Memórias sobre o ar e a água, Lavoisier observava que dos fenômenos da "economia animal" a que mais merecia atenção era a respiração. Era preciso diferenciar os "ares" próprios e impróprios para a respiração, sendo o espaço que contivesse ar mefítico e limitado de oxigênio considerado mortal (MAZZOLINI, 1997:112; CAPONI, 2002, 165).

Em 1798 a Câmara da cidade do Rio de Janeiro propôs questões sobre as doenças endêmicas e epidêmicas que grassavam na capital. A resposta a esse inquérito foi publicada no periódico, *O Patriotapor* três médicos, Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros. Os três atribuíam às condições climáticas da cidade - caracterizadas pelo calor, umidade e pestífero ar - a causa da insalubridade. Havia ainda outros fatores que concorriam para as doenças, como os tipos de construção, falta de escoamento e esgotos, sujeira, dentre outros fatores, que poderiam ser remediados pelas autoridades públicas com medidas de reordenamento urbano. Apesar do diagnóstico pessimista, os médicos observavam que com a adoção de certos hábitos e a organização urbana diminuir o efeito dos fatores deletérios (KURY, 2007:161-164).

Ao longo do século XIX, as implicações do clima do Brasil sobre diversas doenças foi tema recorrente em diversas obras, fosse por parte dos viajantes e médicos estrangeiros ou pelos trabalhos dos médicos

brasileiros. Neste contexto, a obra de José Franciso Xavier Sigaud, *Du climat et des maladies du Brésil* (1844), pode ser considerada a obra síntese do pensamento higienista brasileiro da primeira metade oitocentos (FERREIRA, 2009:24).

Dividida em quatro partes - climatologia, Geografia médica, Patologia intertropical e Estatística médica - a obra de Sigaud é exemplar de tipo de obra fundamentada nas topografias médicas, que buscavam estabelecer dados detalhados sobre as condições nosológicas.

O médico francês expõe diversos dados que lhe permitiram determinar as condições meteorológicas precisas de diversas regiões do país, como, por exemplo, a quantidade de água precipitada e de água evaporada em determinado período de tempo. Com base nesse tipo de análise, Sigaud chegou a diversas conclusões, dentre elas a de que no Pará chovia muito menos que no Rio de Janeiro. Uma quantidade menor de água precipitada, "em razão da destruição dos bosques causada pela invasão da agricultura, que altera terrenos e queima florestas", tornava a região insalubre e favorecia a endemia das febres paludosas (SIGAUD, 2009:73).

A obra de Sigaud oferecia um contraponto às análises genéricas sobre a questão climática, apontando as especificidades de cada local. Dessa forma, observa que ao passo que a cidade de Olinda desfrutava de um ar salubre, o Recife de Pernambuco era menos exposto à ventilação e estava menos em condições de higiene sadia (Ibidem:105). Atrelando as doenças

à causas específicas de cada lugar, afirmava que era “à natureza das localidades e ao regime das populações que se deve relacionar a marca patológica própria das endemias do país” (Ibidem:136).

Ao autor importava considerar as condições de aclimação dos europeus no país. Acreditava que a aclimação às latitudes tropicais dependia de um intervalo de dois anos, “período necessário para se poder suportar sem alteração o calor, a alimentação e o gênero de vida particulares a esta latitude” (Ib.:102). Para tanto, defendia a eficácia da adoção de hábitos higiênicos e alimentares, bem como uma terapêutica apropriada às condições ambientais. Entretanto, considerava que certas condições, como o clima úmido, não poderiam ser resolvidas pelos “meios da indústria” (FERREIRA, 2009:25)

Ao longo do seu trabalho, Sigaud recorreu aos registros deixados por médicos e viajantes. Desse modo, o médico citava, por exemplo, a obra de Spix e e Martius, os quais também se valeram da aferição de dados para determinar as causas das enfermidades. Embora a viagem de Karl Von Martius e Johann Baptist Von Spix ao Brasil, entre 1817 e 1820, não estivessem diretamente vinculadas às informações sobre as condições nosológicas do Brasil, os naturalistas fizeram acompanhar os relatos sobre a fauna e a flora de anotações acerca das enfermidades, acompanhadas de registros precisos, com o auxílio de instrumentos.

É o que se observa na passagem em que examinam o clima de Vila Rica, em Minas Gerais:

O clima dessa capitania, em virtude de sua situação alta, é, em geral, bastante fresco e favorável ao cultivo das frutas européias. O termômetro, durante a nossa estada em Vila Rica, variou muito; de manhã, antes do nascer do sol, marcava 12ºR.; ao meio-dia, 23º, à tarde, 16º; à meia-noite, 14º. O barômetro subia e descia entre 23 e 25 a 50º; o higrômetro de barbatana indicava 55º até 70º (SPIX e MARTIUS, 1939, v.1: 182).

As considerações em torno do clima enquanto elemento explicativo das causas das doenças seria um aspecto retomado na obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (1844), de Martius. Na ocasião, Martius escrevia que era natural que “um país de tamanha extensão como o Brasil” não oferecesse o mesmo “regime climático”, razão pela qual “o caráter local mórbido também está sujeito a certas variedades” (MARTIUS, 1939, p. 173).

Os debates acerca da ação que o clima promovia sobre o corpo dos indivíduos mobilizaram os médicos brasileiros ao longo do Oitocentos. Conforme aponta Lorelai Kury (1994), as posições dos médicos reunidos em torno da Academia Imperial de Medicina no Rio de Janeiro acerca da natureza tropical foram marcadas pela ambivalência. Neste sentido, a exaltação do clima tropical era acompanhada de uma perspectiva detratora, relacionada às suas influências sobre as enfermidades.

A maior parte dos médicos da Academia se formou em Paris e se tornaram professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a exemplo de Cruz Jobim. Além das posições dos médicos e sua influência exercida junto aos alunos, uma

ampla literatura médica, em sua maioria constituída de autores franceses e ingleses, acabavam por reforçar determinadas posições. Em sua tese sobre disenteria, defendida em 1874, Ignacio de Carvalho Resende retomava o lugar comum da relação entre os trópicos e a ocorrência de determinadas doenças. O médico propugnava que, embora se manifestasse em outras regiões do globo, nos climas quentes a disenteria se "manifesta com maior intensidade e frequência" (RESENDE, 1874:3).

Em acordo com a literatura estrangeira em voga, o autor observava que a ocorrência da moléstia era endêmica nos países com clima quente, como os da América do Sul e algumas possessões inglesas, holandesas e francesas. Além de apontar a existência de fatores multicausais, como qualidade do solo, a vegetação, o ar e os preceitos de higiene da população, considerava ainda a influência dos miasmas no desenvolvimento da doença (Ib.:20-23).

Ao escolher o mesmo ponto para sua tese, Sebastião Martins Villas Boas Cortes compartilhava de perspectiva que procurava relativizar alguns aspectos. A escolha do tema era justificada mediante a patologia ser própria "ao nosso clima" e em razão da maior suscetibilidade mórbida que os imigrantes possuíam. Embora reconhecesse que a disenteria era uma doença mais recorrente nos países quentes, essa se manifestava também nas zonas temperadas. Divergindo da opinião sustentada por José Ignacio de Resende, ao longo da dissertação

Sebastião Villas Boas Cortes afirmava que no Brasil, "apesar da posição geográfica", raramente a disenteria assumia a forma epidêmica, excetuando os casos benignos das epidemias ocorridas no Rio de Janeiro em 1862 e 1863 (CORTES, 1890:6).

O aluno de medicina chegava à conclusão de que o fator climatológico - a "elevação isolada de temperatura" - por si só não era um elemento determinante e sim predisponente. A patologia era explicada mediante uma diversidade de fatores, incluindo as causas bromatológicas e infecciosas. Neste último caso, tratava-se da influência das "infecções de atmosfera", lição que o estudante havia aprendido nas lições de clínica médica do professor Torres Homem. Em consonância com a teoria microbiológica, explica-se o caráter contagioso da disenteria pela ocorrência de germes, fazendo menção aos estudos de Koch e outros bacteriologistas que observaram microrganismos nas lesões intestinais (Ib.: 19-20).

A perspectiva adotada por José Ignacio de Resende ia ao encontro da propugnada por diversos médicos, que buscavam revisar os tratados europeus de patologia e higiene. Um dos traços da originalidade da medicina brasileira do século XIX residiu na atualização da pauta higienista e anatomoclínica europeia, atenuando os fatores climáticos predisponentes e adotando uma perspectiva otimista em relação à aclimação (EDLER, 2009).

Conforme tem demonstrado a historiografia, cabe reconhecer que o determinismo climático imposto pela medicina europeia recebeu outra avaliação por parte dos médicos

brasileiros, cujos trabalhos foram marcados em grande parte pela especificidade do debate promovido ao longo do Oitocentos acerca das relações entre os trópicos e patologias nacionais (EDLER, 2009, CAPONI, 2002; PEARD, 1999).

No caso da África, as obras sobre as condições médico-sanitárias publicadas no decorrer do século XIX refletiam o olhar europeu sobre as possessões coloniais. É o caso do *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique* (1821), escrito pelo médico genovês Luís Vicente de Simoni. Após exercer a função de médico-ajudante do Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre o ano de 1817 e 1819, por decreto régio de 16 de Junho de 1819, Simoni foi nomeado Físico-do Real Hospital Militar de Moçambique. Durante esse período, o médico registrou os aspectos relacionados às moléstias da ilha e procurou se ater às suas condições particulares (RODRIGUES, 2005).

No âmbito das questões observadas por Simoni estava o interesse pela "inquirição das causas que as produziam, e a consideração da influência que as circunstâncias do clima, e dos costumes deviam ter no seu desenvolvimento [...] afim de tornar não só mais fácil o curativo, mas de poder preveni-las, e evita-las em muitos casos" (SIMONI Apud: RODRIGUES, 2005:621).

O *Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique*, que circulou em manuscrito, antecede ao período em que cabia ao Conselho de Saúde Naval e de Ultramar os assuntos de saúde pública dos domínios ultramarinos. De acordo

com as *Instruções aos facultativos que vão ao serviço público para as possessões portuguesas da África*, de 14 de agosto de 1835, os funcionários à serviço do Governo Português deveriam "indicar e descrever a posição de cada localidade, sua extensão, população, clima, estações, e o modo como sucedem", e ainda quais as moléstias reinavam em diferentes épocas do ano; "as causas prováveis que as produzem e a alimentam, sendo esta procurada em diferentes condições locais, no gênero da alimentação, modo de vida, habitantes, etc"(BOLETIM DO CONSELHO ULTRAMARINO, 1867:8).

Tais determinações estavam em consonância com as instruções de viagem produzidas no âmbito da Ilustração Portuguesa, a partir da década de 1780, período em que as viagens pretendiam constituir uma "verdadeira enciclopédia sobre as possessões americanas e africanas" (RAMINELLI, 2008:101). No caso do Conselho de Saúde Naval e Ultramar, cabia a esse órgão diversas funções relativas à organização da saúde nos domínios portugueses do século XIX. Neste sentido, determinava-se que em "cada uma das províncias ultramarinas", seriam designados físicos e cirurgiões, além de farmacêuticos para atender o serviço de saúde em Angola, Cabo Verde, Macau, São Tomé e Príncipe. Os físicos e cirurgiões-mores eram considerados delegados do Conselho de Saúde Naval, com a obrigação de remeter anualmente relatórios circunstanciados do "inteiro conhecimento do estado de salubridade do país, e de quaisquer providências que se deve tomar a

esse respeito". Além das notícias da "topografia médica" nesses relatórios deviam constar ainda as notícias zoológicas, botânicas e mineralógicas. (BOLETIM DO CONSELHO ULTRAMARINO, 1867:384).

A despeito da precariedade muitas vezes de ações efetivas e dos limites dos conhecimentos derivados das incursões na Índia e na África até meados do século XIX², as determinações do Conselho de Saúde Naval remetem à ênfase na tentativa de obter um conhecimento médico das regiões do Império português sob a influência das "topografias médicas".

É neste cenário que ganha destaque o texto *Esboço sobre as moléstias da costa oriental D'África*, oferecido pelo Dr. Jacques de Salis di Celerina, Físico-mor de Moçambique. Seguindo as determinações de transmitir "notícias da topografia médica" de Moçambique, conforme determinações do Conselho de Saúde Naval, o médico registra em seu trabalho as observações colhidas durante nove anos de estadia naquela Província. Desse modo são abordados vários aspectos para satisfazer o projeto: o clima e o sol, as moléstias dominantes, as causas e os meios de removê-las, o tratamento terapêutico "que produz o melhor resultado e é aconselhado pela experiência" e "meios profiláticos para os europeus não aclimatados" (CELERINA, 1846:41-42).

Além desse trabalho, Jacques de Salis solicitou ao Conselho Ultramarino recursos do Governo Português para efetuar uma expedição científica pelos sertões que

separam as costas Oriental e Ocidental da África. A autorização do requerimento por parte do Conselho, em 1854, se fez acompanhar de determinações acerca dos aspectos que deveriam ser registrados pelo Físico-mor durante a expedição, como o registro de informações meteorológicas, geográficas, notícias dos três reinos da natureza, vocabulários e costumes das línguas dos indígenas, devendo remeter ao fim da expedição seus resultados na forma de mapas e diário (ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO, Fev.154 a dez.1858: 0001867 177-179).

Dos resultados obtidos dessa viagem não temos informações. De toda forma, as instruções espelham a lógica imperial da necessidade do conhecimento do território africano por meio de diversos registros sobre a natureza e a cultura locais. Quanto ao trabalho sobre as moléstias da província de Moçambique, as observações de Jacques de Salis atendiam aos requisitos das topografias médicas. Dessa forma, o médico teve o cuidado de registrar de forma minuciosa informações a respeito das coordenadas geográficas das regiões de Moçambique, dos rios, dos ventos, do regime das chuvas, das doenças reinantes e suas formas de tratamento.

A exemplo de outras topografias médicas do século XIX, o médico chegava à conclusão de que o clima da região agia de forma específica no organismo humano.

É incontestável a grande influência que em todos os lugares possíveis o ar, a luz, o calórico, o fluído elétrico, e as águas exercem sobre o homem, como potências externas, com as quais ele é obrigado a estar em

² Segundo Afirma Bastos (2011:39): "Até meados do século XIX, os portugueses pouco sabiam do que se passava para além das costas onde mantinham fortalezas, entrepostos e remanescentes do tráfico escravo que alimentou as plantações do Brasil. Tanto podiam ser desertos tórridos como florestas impenetráveis, montanhas nevadas, extensos lagos ou savanas de caça. Ninguém lá tinha ido a serviço do estado, tomando notas, medindo, escrevendo, contando e trazendo de volta esse conhecimento instrumental. Os portugueses que se aventuravam ao interior poucas vezes o faziam em representação do estado"

contato contínuo enquanto ele existe. Segundo a variedade e qualidade destes agentes diferem igualmente as suas influências sobre o organismo humano, produzindo diversas reações fisiológicas e patológicas deste: por conseguinte não causam admiração que o clima da Costa Oriental da África, diferente de outros em parte influa igualmente por diverso modo sobre a existência de seus habitantes, e que a expressão de saúde, e moléstias destes, seja modificada de maneira particular (SALIS,1846:42)

Ao tratar das causas gerais das doenças, Jacques de Salis observa que a primeira delas era a alta temperatura da atmosfera, que promovia o "processo de dissolução (putrefação) dos corpos orgânicos". Os eflúvios dos pântanos atuavam como causas predisponentes e ocasionais, aumentando os "efeitos de um regime impróprio" (Ib.:49). Ao tratar das causas próximas, o médico menciona em primeiro lugar a "respiração de uma atmosfera infectada com miasmas deletérias" e, em segundo lugar, a "irritação secretória (hipercrinia) e degeneração acrimoniosa da bÍlis proveniente da irritação do fÍgado, em consequência da influência morbÍfica, que o sol exerce neste pais sobre este Órgão" (Ib.:53).

Esses fatores afetavam principalmente os europeus recém-chegados, sendo preciso a adoção de medidas terapêuticas e profiláticas para combater os males, como as febres e disenterias. Neste sentido, cabia a adoção de um regime propÍcio (regime moderado e abstinência de bebidas alcÓolicas) e remédios específicos às condições ambientais. O médico recomendava ainda a necessidade da extensão da agricultura e a remoção dos obstáculos que se opunham à

respiração de um ar puro pelas exalações miasmáticas, como o esgotamento de pântanos e estabelecimento de leis para as construções (Ib.:70).

As fontes aqui analisadas permitem apreender certos aspectos relativos às imagens cristalizadas pelo discurso médico acerca do clima e das doenças sobre os domínios tropicais. Apropriando-se dos pressupostos hipocráticos e neo-hipocráticos, médicos e viajantes em suas incursões e análises de regiões do Brasil e da África, constituíram determinadas representações sobre as questões médico-sanitárias do século XVIII a meados do século XIX, amparadas em elementos climáticos e ambientais.

Nesse contexto, as percepções sobre os trÓpicos acabaram por criar uma identidade entre os territÓrios brasileiro e africano, a partir da noção de "trÓpico", conceito que carregava não só uma conotação geográfica, mas também uma representação do outro como objeto do conhecimento europeu.

Além disso, nas narrativas sobre o clima e a saúde se articulavam às necessidades de exploração dos territÓrios sob domÍnio portuguÊs, tanto no que se relaciona à saúde das populações europeias, quanto na saúde dos escravos. Esse processo teve características específicas na África e no Brasil, em acordo com os processos histÓricos específicos.

No caso do Brasil, a vinda da Corte e a posterior independência política trouxe a necessidade da construção de uma identidade

nacional, cabendo rever o papel que a natureza teria nesse processo. Dessa forma, os médicos brasileiros contribuíram para a revisão das teses detratoras dos trópicos, elegendo a higiene e a ciência como elementos para a superação do determinismo climático.

No caso das possessões portuguesas da África, os textos produzidos ao longo do Oitocentos ainda se vinculavam à produção de um olhar europeu sobre a tropicalidade. Não obstante, tanto na África quanto no Brasil, a questão do clima e das possibilidades de

aclimação passaram a ser objetos de análises mais específicas, em acordo com os registros das topografias médicas.

Ao analisar os elementos presentes nos textos de médicos e viajantes, esse artigo pretendeu discutir como as questões ambientais são indissociáveis dos elementos científicos e políticos, ordenados de acordo com certos paradigmas vigentes que serviram de sustentação aos argumentos europeus sobre as especificidades dos trópicos, seu clima e as doenças.

Referências

- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Documentos para a história das colônias portuguesas*: diário da viagem de Moçambique para os rios de Senna (Lisboa, Imprensa Nacional, 1889).
- ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO, Parte oficial, Fev.154 a dez.1858. Lisboa: Imprensa Oficial, 1867.
- ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico*. El médio, La cultura y La expansión de Europa. México: Fundo de Cultura Económica, 2000.
- BASTOS, Cristiana. *Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização* IN:BARRETO, Renilda; BASTOS, Cristiana (Orgs.). *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011, p. 25-58.
- BOLETIM DO CONSELHO ULTRAMARINO. *Legislação novíssima*, v.1, 1834 a 1851. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- CAPONI, Sandra. *Trópicos, microbios y vectores*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 9 (Suplemento), p. 111-138, 2002.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORTES, Sebastião Martins Villas Boas. *Dysenteria*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia De Miranda & Almeida, 1890.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, Aug. 1994.
- DAZILLE, Jean-Barthelemy. *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. Tradução de CARVALHO, Antonio José Vieira. Lisboa: Na typografia chalcografica, typoplastica, e literária do arco do Cego, 1801.
- EDLER, Flávio C. *Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz Editora, 2011.

EDLER, Flávio Coelho. A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 22, p. 153-166, 2009.

Enfermidades endêmicas da Capitania do Mato Grosso. A memória de Alexandre Rodrigues Ferreira. Edição organizada por Ângela Porto. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008 (Coleção História e Saúde).

Exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro, feito por José Pinto de Azeredo, doutor em medicina pela Universidade de Leyde, físico-mor, e professor de medicina do Reino de Angola. *Jornal Enciclopédico* (1790). Artigo I: História natural, física e química, março, p. 259-285.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado).

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral* (1735). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 2v. (Edição Organizada por Júnia Ferreira Furtado).

FERREIRA, Luiz Otávio. José Francisco Xavier Sigaud e a tradução local do higienismo. In: SIGAUD, Joseph-Francois Xavier *Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império*. 1ed.: , 2009, v. , p. 17-26.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. Rio de Janeiro: Global, 2004.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KURY, L. B. . Entre Nature Et Civilisation: Les Médecins Brésiliens Et L'Identité Nationale. *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, Paris, v. 12, p. 159-172, 1994.

KURY, Lorelai. Descrever a pátria, difundir o saber. In: KURY, Lorelai B.. (Org.). *Illuminismo e Império no Brasil: O Patriota* (1813-1814). Rio de Janeiro: Fiocruz/Biblioteca Nacional, 2007.p.141-178.

PEARL, Julyan G. *Race, Place, and Medicine: The Idea of the Tropics in Nineteenth-Century Brazilian Medicine*, Index, Durham, S.C./London Duke University Press, 1999

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui. Liturgia higienista no século XIX. Pistas para um estudo. *Revista de História das Ideias*, v.15, p.437-545, 1993.

PITA, João Rui. *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal(1772-1836)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1996.

RESENDE, José Ignácio de Carvalho. *Dysenteria*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1874.

RODRIGUES, Eugénia. Alimentação, saúde e império: O físico-mor Luís Vicente de Simoni e a nutrição dos moçambicanos. *ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA*, 2ª série, IX, 616-656, (2005).

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da conservação da saúde dos povos* obra útil, e igualmente necessária aos magistrados, capitães generais, capitães do mar, e guerra, prelados, abadessas, médicos e pais de família com um apêndice, considerações sobre os terremotos, com a notícia dos mais consideráveis de que faz menção a história, e dos últimos que se sentiram na Europa desde I de Novembro de 1755. Lisboa: Officina Joseph Filipe, 1757.

SIGAUD, J. F.X. *Do clima e das doenças do Brasil* ou Estatística médica do Império. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009 (Coleção História e Saúde; Clássicos e Fontes).

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americanos". In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico* (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009, pp. 375-393.

RECEBIDO EM: 07/05/2016

APROVADO EM; 02/06/2016

“A FISIONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL” NOS ANOS DE 1930: A NATUREZA PELO OLHAR DO PADRE BALDUÍNO RAMBO

Dr. Daniel Porciúncula Prado
Professor do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande/FURG
Coordenador do Grupo de Trabalho Pesquisa e Extensão em História Ambiental (GTPEHA).

Zuleica Soares Werhli
Mestre em História pela
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Resumo: O presente artigo visa refletir as representações de natureza a partir da obra *A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*, de autoria do Pe. Balduíno Rambo. Pretendemos verificar as percepções, olhares do autor na lógica de seu tempo, o da década de 30, constatando a relevância da obra para conhecimento sobre o Rio Grande do Sul, bem como tentaremos perceber os posicionamentos do religioso frente à realidade encontrada.

Palavras-chave: natureza, história ambiental, Rio Grande do Sul

Abstract: This article aims to reflect the representations of nature based on the works of the Rio Grande do Sul's Physiognomy: Natural monograph test authored by Fr. Balduíno Rambo. We intend to verify the perceptions, the author looks at the logic of his time, of the 30s, noting the relevance of the work for knowledge of Rio Grande do Sul, as well as try to understand the positions of the religious front of the reality found.

Key-words: nature, environmental history, Rio Grande do Sul

Ventos, dunas, praias, prados, florestas... O extremo sul do Brasil é composto de diversas formações geológicas, naturais, ambientais... um mosaico de ecossistemas. Nos anos de 1930, o jesuíta Balduíno Rambo, imbuído de seus valores religiosos e científicos, lançava-se em viagens por esta região, anotando, analisando, construindo um rico material que viria a ser uma espécie de enciclopédia, um retrato momentâneo da configuração daquela parte do Brasil meridional. Diversos aspectos foram refletidos por Rambo, como mineração, potencial turístico, situação florestal etc, projetando a partir deste diagnóstico um possível potencial de desenvolvimento para a região. Rambo descreveu o Rio Grande do Sul através da literatura já existente, aliado com observações e análises que realizou, enfocando os aspectos científicos, didáticos e estéticos, bem como questões que hoje denominamos de ambientais.

A obra foi editada pela primeira vez em 1942 sob o patrocínio do Governo Estadual, com uma tiragem de 550 exemplares que não foram comercializados, sendo distribuída gratuitamente à entidades educacionais e científicas. Propomos neste trabalho a articulação da fonte escrita pelo jesuíta com os embasamentos da História Ambiental. O foco principal aqui é nos aproximarmos daquela “realidade” dos anos 30 através de “A Fisionomia”, tentando desta forma desvelar as relações históricas entre sociedade e meio ambiente.

Paulo Henrique Martinez afirma,

Dada a sua formação social e econômica e as características físicas de seu território, no Brasil, a natureza foi objeto e presença incontornável na historiografia. [...]. Logo, a abordagem das questões ambientais pela historiografia pode partir destas características culturais, em busca daquilo que singulariza a sociedade brasileira e as relações que estabeleceu e estabelece com o mundo natural (MARTINEZ, 2006: 27).

A obra de Rambo veio a refletir sobre a natureza no extremo sul do Brasil, nos legando uma fonte abundante de informações para a história ambiental.

Uma história temática: a História Ambiental

Ao longo do século XIX a preocupação com os rumos da industrialização e seus impactos sobre a natureza já se fazia presente nas falas, escritos e narrativas de intelectuais, pensadores e ativistas conservacionistas. Mesmo na historiografia, a relação entre sociedade e natureza já se constituía em um campo de estudos nas primeiras décadas do século XX, entretanto, será em meados da década de 70 que nascerá a História Ambiental, tendo como primeira sociedade científica estruturada para este tipo de investigação a *American Society for Environmental History*.

Segundo Donald Worster, "*Um dos mais produtivos centros da nova história tem sido os EUA, fato que sem dúvida se explica pela força da liderança norte-americana em questões ambientais*" (WORSTER, 1991: 200). O referido autor não deixa de externar o desempenho da França como outro centro de estudos desta área, principalmente os

historiadores vinculados à revista dos *Annales*.

Para José Augusto Pádua,

A modernidade da questão ambiental – da ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana – deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos). (PÁDUA, 2010: 4)

A História Ambiental refuta a perspectiva de que as práticas de vida das sociedades ocorreram sem limitações de cunho natural, não podendo descartar as consequências ecológicas que se refletem nos dias atuais e vindouros. Não é o estudo de um passado estanque, isolado, cartesiano, fragmentado, mas sim uma proposta que leva em consideração a busca de uma totalidade histórica, de uma compreensão mais sistêmica dos fenômenos socioambientais. Neste sentido, a história ambiental busca ferramentas de interpretação em diversos outros campos, em especial nas vertentes das ciências da natureza e da própria ecologia. Sendo ela eminentemente interdisciplinar, permite um diálogo com diversas outras ciências, numa produção construtiva, respeitando a diversidade dos conhecimentos produzidos.

Segundo Paulo Henrique Martinez,

Sendo o meio ambiente um objeto interdisciplinar surge, então, um primeiro e importante problema para a História Ambiental. Ela converte-se, assim, em um campo aberto a experimentações. [...] O fato é que a História possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado (MARTINEZ, 2006: 20-21).

O historiador norte-americano Donald Worster aponta-nos uma diversidade de fontes para o fazer história ambiental. Em nosso caso específico, o livro do padre Rambo e as possíveis interpretações que sobre esta obra propomos: "De fato, boa parte do material da história ambiental está disponível há gerações, talvez há séculos, e agora está sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes" (WORSTER, 1991: 201)

José Augusto Pádua apresenta-nos importante reflexão acerca dos desafios da História Ambiental:

A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, [...] é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos. [...] O importante é permanecer atento e aberto em cada situação de pesquisa. Em certas situações os fatores biofísicos são decisivos. Em outras a tecnologia ou as visões de mundo podem ser decisivas. Em todas as situações, no entanto, o biofísico, o social e o cultural estão presentes. Nos diferentes casos, o que se percebe são sistemas abertos e que se modificam no andamento da história (PÁDUA, 2010: 97).

José Augusto Drummond explicita que,

A história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas

contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de "colocar a sociedade na natureza" e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza. (DRUMMOND, 1991: 8)

Como podemos perceber, a História Ambiental é um leque aberto que perpassa os fenômenos naturais. Há inúmeras fontes disponíveis para estudos neste campo de investigação. Drummond corrobora com este pensamento ao afirmar a existência de "*grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre sociedades e o seu ambiente*" (DRUMMOND, 1991: 6).

Paulo Henrique Martinez destaca que, "[...] o desafio para a História Ambiental, mais que outros, seja precisamente este: abordar as questões ambientais como métodos e instrumentos específicos do ofício dos historiadores. Em resumo, ser, antes de tudo, História" (MARTINEZ, 2006: 63) .

Portanto, percebe-se a existência de um amplo matiz de fontes, temas e problemas que os historiadores podem utilizar no seu campo investigativo. A combinação com a multidisciplinaridade só vem a contribuir ainda mais para o crescimento deste "pacote", o que vem a facilitar a construção do conhecimento neste campo investigativo.

Também propomos a utilização do conceito de Representação para problematizar a obra "A Fisionomia do Rio Grande do Sul". Para Roger Chartier, representações são: "esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente

pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço a ser decifrado” (CHARTIER, 1986: 17). Este conceito teórico nos fundamentará para a compreensão social e cultural dos signos, símbolos e narrativas acerca de natureza construídos por Rambo, o que nos permitirá vislumbrar como a sociedade da época estava organizada e de como esta se apropriava e transformava o meio.

Como metodologia de pesquisa, apropriamo-nos de procedimentos da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011) por entender ser esse o método mais adequado para esta modalidade de pesquisa. É fundamental distinguir as principais características do material a ser analisado, organizando, separando, categorizando e relacionando-o novamente, buscando compreender o texto/narrativa dentro do contexto histórico em que foram construídos e seus múltiplos significados.

Rambo percorreu o estado do Rio Grande do Sul num período de aproximadamente dez anos, averiguando e descrevendo os aspectos geográficos, naturais, fauna, flora, hidrografia, etc. A publicação dos resultados destas viagens investigativas deu-se em 1942, entretanto a longa coleta de informações e a própria investigação foi realizada no contexto do Brasil dos anos 30. Um país que se encontrava mergulhado em transformações com a crise da república das oligarquias e a implantação de um novo modelo de administração sob o comando de

Getúlio Vargase o projeto daqueles novos atores sociais que pregavam a modernização da sociedade brasileira.

Segundo Boris Fausto,

... podemos dizer que, a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os “carcomidos da política”, como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.(FAUSTO, 2012: 279)

Esta nova conjuntura buscava a “diversificação da estrutura produtiva” do país com a industrialização e a integração dos mercados. Opera-se uma centralização nas decisões econômicas comandadas pelo Estado. O Brasil deixara de ser um país essencialmente agroexportador, expandindo, diversificando sua economia e adotando a indústria pesada.Para Sandra Pesavento,

Dentro deste contexto, o governo da União via o Rio Grande do Sul como destinado a complementar a economia central em seu papel de fornecedor de gêneros de subsistência para o mercado consumidor nacional. Neste sentido, a manutenção da estrutura agropecuária estadual ia ao encontro dos interesses do governo central, com o que se coadunavam as duas perspectivas (a do centro e a regional)(PESAVENTO, 1985: 106).

É neste contexto que surge a obra de Rambo, descortinando uma natureza ainda pouco transformada pelos processos produtivos, essencialmente rural, ou seja, uma natureza que ainda “viria” a ser (re) significada como “recurso natural” e apropriada pela dinâmica capitalista.

Rambo e suas descrições sobre a natureza do Rio Grande do Sul



Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul.
Em destaque a região do litoral.
Fonte: COSTA, 1986.

As descrições sobre “natureza” são fartas, múltiplas, minuciosas, abarcando larga extensão do território sul-rio-grandense. A primeira parte de sua obra é dedicada ao litoral, sua formação, transformação, fauna, flora etc.

A paisagem litorânea se encontrava em transformação com o avanço da urbanização sobre a vida vegetal e um processo de uniformização. A abundância de peixes e animais marinhos e o extremo potencial para a indústria balneária que então se avizinhava apontavam o litoral como estratégico para o desenvolvimento e aceleração dos processos produtivos. A natureza litorânea é descrita como uma “riqueza natural”, com acessibilidade marítima, o que favoreceria ao desenvolvimento do comércio. O litoral é um “domicílio humano permanente”, possuindo na visão de Rambo um potencial econômico e cultural. Esse olhar revela as possibilidades do litoral, os melhoramentos de infraestrutura que poderiam ser aplicados, vindo a

modificar as “limitações de ordem natural”.

Essa percepção apresentada pelo autor de “A Fisionomia” contrasta em certos momentos da narrativa com um olhar quase idílico desta mesma natureza analisada: “No litoral arenoso do Rio Grande do Sul o agente de transformação mais importante, quase único, é o vento”.

Acerca da parte norte do litoral...

“A uniformidade é o que antes de tudo se impõe ao observador. Toda a linha da costa é um vasto cordão de areia, sem elevações, sem ilhas, sem rios maiores; só o pilar rochoso de Torres forma uma variação, pitoresca em si, mas insignificante demais para influir no aspecto total” (RAMBO, 2005: 32)

A extrema dinâmica de ventos é vista como dominadora das areias, dos cordões de dunas, que transportam as montanhas de areia ao longo da extensão litorânea. O ambiente está em ininterrupta transformação, que são lentas, graduais, porém constantes: “A superfície da terra, produto histórico dos agentes mais diversos, nunca alcança um aspecto definitivo: os

agentes geológicos continuamente a transformam, preparando a fisionomia natural das eras vindouras” (RAMBO, 2005: 9).

Expressando seu olhar de cientista natural, pautado pela análise sobre a dinâmica da fauna e flora e suas relações, Rambo apresentava as adaptações da vegetação junto à diversidade de solos de dunas, apontando a posição desvantajosa da vegetação no litoral do estado. Em suas observações, os fatores presentes não eram favoráveis ao seu desenvolvimento, pois somente vegetais de raízes numerosas e longas seriam capazes de se fixar nas dunas, sendo uma luta constante de adaptação onde um fator é determinante de outro. Ao mesmo tempo em que destacava a uniformização, exaltava a multiplicidade de cores e beleza da região.

Rambo procurava construir uma história geológica da região litorânea, denominando-a de “plataforma continental” gestada em uma costa onde vento e areias se conjugavam. O litoral assentado nesta plataforma continental não estava mais intocado. Se avizinhavam projetos que potencializariam o desenvolvimento, entretanto Rambo alertava para uma necessária gestão adequada. O momento transitava entre uma quase virgem e exuberante natureza para um novo modelo de ocupação.

A indústria pesqueira ainda não havia se configurado, sendo a pesca do período ainda marcadamente artesanal. A abundância de peixes e espécies, o já imenso potencial do Porto da cidade do Rio Grande no extremo sul do RS

e o moderno fenômeno que se delineava, a indústria balneária, atraía cada vez mais contingentes populacionais dos centros urbanos para o litoral, que procuravam o lazer nos períodos de veraneio. Um período de transição e afirmação de um novo paradigma sobre os usos e apropriações das praias então despontava.

Essa gestão adequada do litoral passaria por melhorias da infraestrutura para um correto aproveitamento daquelas riquezas naturais:

O futuro da pesca marítima no Rio Grande do Sul depende de vários melhoramentos, como sejam, construção de porto de pesca, sistematização dos métodos, alargamento da pesca litorânea para pesca do alto-mar, aproveitamento dos subprodutos, como sejam, o azeite de peixe, aproveitável na indústria de couros; o óleo de fígado, conhecido fortificante, o guano de peixe, adubo de grande teor de ácido fosfórico; a farinha de peixe, alimento substancial para animais domésticos. Tais melhoramentos, uma vez postos em prática, aumentarão consideravelmente o valor econômico do litoral, fazendo ressaltar ainda mais a sua significação antropogeográfica e influenciando decididamente sobre o elemento humano das suas paisagens. (RAMBO, 2005: 54-55)

Rambo considerava como positiva a ação humana para o desenvolvimento e melhoramentos físicos. Os recursos naturais eram abundantes, porém estavam mal aproveitados. O melhor exemplo disso era a indústria balneária:

Na parte meridional, menos acessível, as praias balneárias só se povoam perto da cidade do Rio Grande; ao norte, pela fácil comunicação existente na estrada Porto Alegre-Tramandaí-Torres, um número sempre crescente de veranistas aflui

ao litoral, devendo-se a ele o desenvolvimento de lugares antigamente insignificante, como Cidreira, Tramandaí, Capão da Canoa e ainda um progresso sensível na antiga cidade de Torres. São precisamente estes centros balneários que, embora só na estação quente, influenciam fortemente o elemento humano da paisagem litorânea. (RAMBO, 2005: 56)

A apropriação e modificação da paisagem moldava o estabelecimento da civilização, e essa transformação da natureza, se bem administrada, levaria a melhores condições de vida.



Figura 2: Mapa do Rio Grande do Sul. Em destaque a serra do sudeste. Fonte: COSTA: 1986.

A segunda parte do livro *A fisionomia do Rio Grande do Sul* é dedicada à Serra do Sudeste, região de uma natureza geológica onde se destaca a rocha granito. Rambo aponta que no século XIX o granito começara a se tornar objeto de interesse dos administradores, além do potencial de exploração das jazidas de cobre que poderiam alavancar processos de mineração. O autor de "A Fisionomia" criticava os poucos investimentos no setor, destacando a necessidade da reabilitação deste modelo para induzir o desenvolvimento regional.

Assim a história da mineração na Serra do Sudeste é uma série de fracassos. Apesar disto, não existe dúvida alguma que a região

mineradora do Rio Grande do Sul, principalmente em relação ao cobre, será um fator de grande importância na futura economia do Estado. Os Estudos detalhados que a intensificação do interesse metalúrgico suscitou nos últimos tempos, o melhoramento dos métodos, a ampliação da rede rodoviária, a possibilidade crescente de captação da energia hidroelétrica, a proximidade providencial das principais jazidas de carvão do Brasil, hão de acrescentar, no futuro, um novo atrativo à Serra do Sudeste, influenciando poderosamente na fisionomia humana da região. (RAMBO, 2005: 101)

Nesta perspectiva, a capacidade produtiva daquela região era pouco eficiente e desenvolvida, ao mesmo tempo, sua reflexão apontava que futuramente a mineração seria basilar ao Estado. O

período destas análises compreendia as décadas de 30 e 40, época esta que o país estava sob a bandeira desenvolvimentista, de transição de uma economia agroexportadora para uma industrialização associada a um novo paradigma de progresso associado a supostos benefícios para a coletividade. Tal paradigma transitava em certa medida nas reflexões dos intelectuais conservacionistas daquela primeira metade do século XX.

Rambo articulava em sua narrativa uma reflexão de cunho natural, descrevendo as paisagens, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer comentários de ordem histórica para explicar o processo de povoamento e posse da serra do sudeste iniciada em 1740 com as correntes migratórias açorianas. Esses núcleos europeus se espalharam do litoral para as demais regiões através da navegação de rios, lagoas e pelos vales.

Sandra Pesavento afirma que

... a Coroa portuguesa promoveu a vinda para o Rio Grande de casais açorianos, com o objetivo de povoar a zona das missões, que por direito caberia a Portugal, garantindo assim a posse da terra. Chegando em grandes levadas a partir de 1752 (ponto alto da imigração) os "casais d'El Rey" foram distribuídos pelo porto de Viamão ou do Dornelles (Porto Alegre) e pela beira do Jacuí (Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Taquari), não recebendo terras de imediato, ante a possibilidade de serem transferidos para as Missões. (PESAVENTO, 1985: 22)

Para Euripedes Falcão Vieira as correntes migratórias de portugueses tinham o objetivo de realizar a ocupação espacial em meio às disputas entre espanhóis, portugueses e guaranis. A colonização açoriana viria a alterar profundamente o processo de povoamento no sul do Brasil, sendo orientada a partir dos interesses de expansão das coroas ibéricas com a tomada das terras dos Guaranis, a ocupação dos espaços e a organização da produção a partir de uma nova lógica. (VIEIRA, 1985: 46)



Figura 3: Mapa do Rio Grande do Sul.
Em destaque a campanha do sudoeste.
Fonte: COSTA: 1986.

Padre Rambo também se dedica a descrever a região da

Campanha do Sudoeste, pertencente à Bacia do rio Uruguai, tendo como

característica principal a constituição de uma grande planície banhada por vários rios. São destacados por Rambo a água, vegetação e o gado, entretanto o destaque são as transformações geológicas provocadas pela grande bacia hidrográfica na região da campanha, naquilo que denomina de "trabalho erosivo das águas correntes em rochas sedimentares" (RAMBO, 2005: 122)

... a tendência geral da erosão na campanha é nivelar o solo à altura do espelho do Uruguai, para falar em conceitos geológicos, tende a nivelar o seu leito com o oceano, a campanha, com lentidão multissecular, o acompanha neste destino, fatalidade inevitável de toda a terra firme regada pela água (RAMBO, 2005: 120).

A riqueza e diversidade dos cursos d'água desempenham um papel fundamental na constituição daquelas paisagens, nascendo nas coxilhas e desembocando nos rios da região da campanha, formando as regiões inundáveis de várzeas.

Quanto à vegetação da campanha do Sudoeste, esta é demarcada sobremaneira pelos campos. A campanha é predominantemente formada por campos de grama, pradarias, e em menor escala por formações como "mata palustre, vegetação dos tabuleiros, vassourais, etc" (RAMBO, 2005: 126).

À essa paisagem natural se confunde a presença do gado, adaptado em grande escala e servindo para o abastecimento de carne. Rambo discute em sua obra acerca da introdução dos bovinos pelos jesuítas à época das reduções guaranis, e após este período, o

espalhamento da espécie pela campanha e a posterior introdução de novas raças pelos açorianos. Com os campos abertos dá-se a criação intensa de gado, base para a constituição da pecuária no extremo sul do Brasil.

Além dos açorianos, a região de campanha também foi ocupada por castelhanosque disputavam a fronteira. Um misto de influência do ambiente natural fronteiriço articula-se com a figura do gaúcho idealizado se cristaliza nas representações de Rambo:

Enfim, a luta secular pela fronteira, unida ao caráter da paisagem forjou o caráter do gaúcho na mais pura significação do termo; no decorrer dos últimos cem anos até o presente dia, a campanha se tem patenteado como berço fecundo dos homens e das idéias, determinando a fisionomia política do Rio Grande (RAMBO, 2005: 152).

Em certa medida, as narrativas tendiam a um tom quase épico, uma espécie de "vocaçãoinevitável" de domínio de vastos campos vocacionada aos gaúchos, uma predestinação heroica pontuada de bravura, tangenciando recordações de um suposto passado virtuoso.

Na continuação de "A Fisionomia" o autor discorre acerca da Depressão Central, apontada como uma das mais fundamentais regiões em função dos depósitos de carvão e por ser considerada o "coração do Rio Grande do Sul". O território era agregado de grande potencial econômico por sediar os maiores depósitos de combustíveis fósseis descobertos até os anos de 30 no Brasil. Na perspectiva de Rambo, as reservas minerais de

carvão seriam de grande viabilidade econômica pois o local estaria perto dos grandes centros de consumo energético. As reservas hulheiras davam ao Rio Grande do Sul o título de número um do país na posse destas jazidas. Para além das jazidas, o gado e a cultura do arroz também compunham os fundamentos da depressão central, devido as pastagens naturais.

A região era também conhecida pelo grande volume de enchentes. As imensas vazões de águas eram nas palavras de Rambo "devastadoras" (RAMBO, 2005: 207), pois resultavam em profundas transformações no panorama da região. O autor sugeria possibilidades para o represamento do fenômeno:

Resumem-se em três grupos as medidas deste gênero: o primeiro é de ordem urbanística, impedindo o alastramento da cidade por terrenos inundáveis; o segundo é de ordem científica,

organizando um serviço permanente de previsão das enchentes; o terceiro é de ordem administrativa, socorrendo eficazmente a população atingida (RAMBO, 2005: 219).

O autor conclui que todas estas sugestões seriam plenamente viáveis, dependendo apenas do esforço do poder público que deveria estabelecer planejamento urbanístico e um serviço meteorológico, fornecendo assim dados com antecedência para tomada rápida e eficaz de providências a fim de evitar catástrofes sociais. A mesma região era considerada como o principal foco demográfico do RS, pela posição central, linhas de acesso terrestres e fluviais e recursos econômicos que atraíam o crescimento populacional.

A última região descrita por Rambo é denominada de Planalto, caracterizada por ser menos uniforme e constituída de paisagens diferenciadas.



Figura 4: Mapa do Rio Grande do Sul. Em destaque a região do Planalto.

Fonte: COSTA: 1986.

A vegetação predominante são os pinheiros, que formam a mata mais hegemônica do planalto e

determinam a fisionomia daquela região. Rambo aponta críticas aos modelos de desenvolvimento que

então se implementavam no planalto sul-rio-grandense, alertando para a intensa exploração dos pinheirais:

...a exploração impiedosa da madeira de pinho já tem modificado consideravelmente a fisionomia desses matos, restando, nos lugares mais facilmente acessíveis, apenas os indivíduos imprestáveis, ou árvores novas espontaneamente nascidas (RAMBO, 2005: 267).

Infelizmente, até hoje, ninguém se deu à pena de reflorestar os pinhais destruídos. Essa empresa seria muito fácil, porque o pinheiro, quando plantado, cresce nos solos mais ruins, não só no seu paradeiro original... Talvez não exista madeira nacional, que em tempo tão restrito forneça troncos tão possantes como o pinheiro (RAMBO, 2005: 267).

A região era tomada pelo avanço de serrarias, muitas clandestinas, que desrespeitavam o então recentemente implementado Código Florestal. Rambo culpabilizava, além das serrarias com a extração irregular da madeira, o modelo agrícola baseado nas intensas queimadas de florestas. Se por um lado olhava com reservas a agricultura local, por outro apontava a mesma como um dos vetores históricos de desenvolvimento do planalto: "A agricultura, na região do planalto, foi desde o princípio a ocupação principal dos colonos de origem teuta e ítala" (RAMBO, 2005: 311).

O avanço da fronteira agrícola no planalto promoveu a derrubada de matas realizada sem controle, acarretando uma série de consequências como enxurradas, enchentes, escassez de madeira, empobrecimento rápido do solo etc.

No começo, a derrubada das matas, em vista das reservas quase ilimitadas em relação à densidade

demográfica, era o único processo viável. Mas a expansão rápida das colônias transformou-se bem cedo numa verdadeira corrida para a mata virgem; o sistema extensivo fixou-se como método único, causando a exploração impiedosa e exaustão completa do solo em muitos lugares.(RAMBO, 2005: 313)

O autor ainda argumentava,

Esses males já vêm de longa data; seu remédio não está em encaminhar o excedente da população rural para zonas ainda virgens, embora seja do interesse econômico geral que essas terras se valorizem; o remédio está em nos desfazermos do mito como se o solo rio-grandense fosse por sua natureza inesgotável... Proteção eficiente das matas ainda restantes, reflorestamento das capoeiras sáfaras com árvores de lei nacionais e estrangeiras, promoção, por todos os meios, do adubo em todas as suas modalidades, introdução de novas culturas de aperfeiçoamento da técnica rudimentar dos colonos, leis de amparo ao agricultor, resguardando-o contra a exploração capitalista em todas as suas máscaras – enfim, uma organização agrária sábia e eficiente – são o único meio de levantar a agricultura do seu grau primitivo de exploração à altura das exigências econômicas e culturais (RAMBO, 2005: 314).

O autor subdivide o planalto em regiões denominadas de Paisagem do Alto Uruguai, Paisagens do Planalto Central e Paisagens do Planalto Nordeste. Com relação à paisagem do Alto Uruguai, dedica-se a uma análise do processo de colonização nas áreas adjacentes a este rio e a nucleação de colônias que desceram pelas corredeiras em canoas e balsas, avaliando o potencial fértil das terras do entorno dos corpos hídricos, manejando foices e machados e constituindo assentamentos por entre as matas.

O autor destaca o papel desempenhado pelos colonizadores a partir de sua chegada na região com

o desenvolvimento por estes introduzidos no local.

As estreitas picadas, nas quais, alguns anos atrás, entrara a primeira vaca, o primeiro cavalo e a primeira máquina a vapor, alargam-se em estradas de rodagem capazes de suportar os caminhões mais pesados. A força do vapor e do gás substitui em grande parte o trabalho muscular nas serrarias e oficinas. As casas de madeira dos primeiros anos cedem lugar, mais a mais, a casas de material, continuando a prestar serviços como paióis e galpões de secar fumo. As sedes coloniais agrupam-se ao redor das igrejas e escolas: mais uma paisagem brasileira se integra na economia e cultura nacionais (RAMBO, 2005: 340).

Vieira em seu livro *Rio Grande do Sul: Geografia da População*, analisa a ocupação migratória na mesma perspectiva:

O sistema espacial sofre ao longo do tempo diversos impactos produzidos pelos fluxos migratórios e pela política de desenvolvimento econômico que, periodicamente, estabelecem novos padrões de ocupação territorial. No Rio Grande do Sul ocorreram diversos desses impactos... Cada uma dessas etapas representa graus diferenciados de ação do homem sobre o ambiente natural (VIEIRA, 1985: 52).

Operava-se no Rio Grande do Sul uma política de abertura para a migração com o intuito de alavancar as forças produtivas da região, entretanto, o crescimento se implantava sem um planejamento racional e carente de manejos mais adequados, acarretando em desequilíbrios naturais visíveis.

Como no Alto Uruguai, no planalto central a cultura da madeira expressava a arborização hegemônica, e da mesma forma, explorada à exaustão. A paisagem característica é determinada pela

combinação de campos e pinhais, que Rambo denomina de "selva uruguaia", com trechos em que a araucária prevalecia, porém, estas matas eram intercaladas com "mato branco", ou seja, com a ausência de pinheiros, e ainda trechos puramente campestres, pontuados de capões.

As povoações maiores todas se acham bem no meio da zona selvática. Chama a atenção a predominância da madeira como material de construção. Ali, como aliás também ao sul de Passo Fundo e na direção de Marcelino Ramos, tudo é de madeira de pinho: as casas, os paióis, as cercas, até as próprias capelas com seus campanários, tudo está debaixo do signo do pinheiro (RAMBO, 2005: 348-349).

As matas eram dinâmicas e vigorosas na região e funcionavam como bioindicadores de qualidade de solo, de vigor no potencial fértil da terra, e por consequência, determinavam em grande medida a escolha do local para assentamento dos núcleos coloniais. A colonização se embrenhava nestas matas, estabelecendo "roças, estradas, povoações debaixo do signo característico da cultura da madeira". (RAMBO, 2005: 349)

O autor nomeia a região de "Araucariândia rio-grandense", pois as construções em madeira dominavam a paisagem construída em função da abundante desta matéria-prima local. Tal opção também era resultante da ausência de areia para as construções, sendo necessário trazê-la de outras localidades, o que acarretaria em um custo maior para os colonos.

Já no planalto nordeste são mencionados os Aparados, enaltecendo o cenário, beleza e cores. O local é a fronteira entre os

Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, divisado por precipícios. Estes precipícios formam o cenário mais diferenciado e particularizado da região. Balduíno Rambo descreve o fenômeno conhecido como "cerração", ocasionado pelas correntes de ventos saturadas de água vindas do oceano atlântico que ao se chocarem com as muralhas dos Aparados, alteram sua temperatura e transformam-se em espessos nevoeiros sobre os campos: "De um minuto a outro, as nuvens, conglobando-se à orla dos precipícios, enchendo os pinhais, alastrando-se sobre as pastagens (...) e enchem toda a região como uma camada muito densa e muito alva, ondeante, inquieta, prestes a se desfazer em chuva" (RAMBO, 2005: 382).

Tanto as condições físicas naturais quanto as ações antrópicas advindas da incorporação de núcleos humanos provocaram alterações e uma nova dinâmica espacial de ocupação de territórios, delimitando, demarcando, transformando os ecossistemas.

Como já mencionado, o jesuíta construiu sua narrativa de descrição de natureza articulada com a presença humana e o processo de ocupação territorial. Apontou a integração tardia do RS ao restante do Brasil colonial e a influência da colonização açoriana, alemã e italiana na dinâmica da região.

Essa integração tardia do Rio Grande do Sul ao restante do país se deu devido à ausência de ouro e prata, recursos que interessavam tanto a coroa portuguesa quanto espanhola.

Danilo Lazzarotto em seu livro, *História do Rio Grande do Sul* escreve,

O Rio Grande do Sul não dispunha de ouro ou prata e estava demasiadamente longe das áreas de produção de açúcar para fornecer-lhes produtos subsidiários. Esse fato de modificou, em favor de Portugal, ao se descobrir ouro em Minas Gerais, após 1690, quando começou o ciclo dos tropeiros (LAZZAROTTO, 2001: 14).

Os núcleos coloniais foram um fator relevante nas alterações espaciais da geografia do Estado, eles trouxeram a expansão agrícola, desenvolveram o comércio, iniciaram o embrião industrial local e também influenciaram os costumes, religião e comportamentos. Com isso, uma outra lógica se constituía:

Ingressava o Rio Grande do Sul em outra etapa de desenvolvimento capitalista. Mantinha-se, contudo, o caráter de economia periférica e dependente em relação a centro... Sua função tornava-se a de fornecedor de matérias-primas alimentares, destinadas a baratear o custo de mão de obra e de capitais no centro (COSTA, 1986: 61).

Para Rambo, a agricultura e pecuária eram os eixos de desenvolvimento no sul do Brasil, resultado do aproveitamento da natureza e do solo. Entretanto, advertia que a fertilidade não era ilimitada e para a garantia da produtividade seria necessário abandonar o estilo de exploração da terra e a adoção de uma agricultura racional. Como estratégias de

desenvolvimento deveria se apostar no desenvolvimento da suinocultura, mas ao mesmo tempo, não depender exclusivamente do setor primário. A industrialização seria um possível caminho. Esta industrialização se assentaria nos depósitos naturais disponíveis na região, como a extração hulheira (carvão) e implantação de hidrelétricas em decorrência das inúmeras quedas de água. Nesta mesma perspectiva, seria imperioso que investimentos fossem realizados na cidade do Rio Grande para a melhoria e ampliação do complexo portuário. Rio Grande e o porto seriam o portão de abertura para o desenvolvimento econômico gaúcho.

Um olhar conservacionista e preservacionista

No ano de 1934 ocorreu no país a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, sediada no Rio de Janeiro, onde propostas específicas sobre conservação foram formuladas e articuladas com a ideia de construção de uma identidade nacional. A ciência seria um vetor de orientação dessas políticas conservacionistas, e o Estado deveria ser indutor e responsável pela proteção dos recursos naturais.

Neste âmbito, na conferência, havia um grupo relativamente organizado, em sua maioria formado por cientistas, intelectuais, pensadores, que associavam sua luta protecionista à construção de uma identidade nacional, o que propiciaria a formação de laços entre o homem e sua terra natal.

Foi destaque nesta conferência a perspectiva da criação de parques nacionais, ideia que

Rambo defendia em seu livro. Não eram propostas homogêneas, e muitas partiam de perspectivas diferenciadas, que mesclavam ora preservacionismo, ora conceitos advindos do conservacionismo, entretanto, "Um projeto mais amplo, que via no mundo natural a principal 'fonte da nacionalidade', englobava todos estes aspectos, conferindo-lhes coerência" (FRANCO, 2002: 87).

Rambo não era exatamente uma voz solitária nas décadas de 30/40. Mesmo no RS, contemporâneo à Balduíno Rambo, Henrique Roessler estabelecia uma crítica ambiental expressa em crônicas no jornal *Correio do Povo* e na liderança da entidade União Protetora da Natureza (UPN), sediada em São Leopoldo. Diversos outros atores sociais buscavam alternativas para conter a destruição sobre a fauna e flora.

Rambo, através de seus inúmeros sobrevoos pelo Estado, cavalgadas, caminhadas, desenvolvendo suas pesquisas *in loco*, verificava as transformações que estavam ocorrendo no Rio Grande do Sul, período este sob a égide do desenvolvimento e progresso com base na constituição de uma lógica urbana e industrial que tomava força em grande parte do país.

Acreditava ele que a destruição do meio natural era ato irresponsável e não condizente com os princípios "éticos e espirituais" que guiam os homens "filho desta terra, que lhe fornece o pão de cada dia e os símbolos de sua vida espiritual..." (RAMBO, 2005: 432).

Sendo assim proclamava a necessidade de se fazer "proteção à natureza", elencando quatro aspectos

estratégicos que deveriam ser preservados e/ou como proposta de política de conservação: os monumentos naturais; as espécies botânicas e zoológicas periclitantes; a harmonização das obras humanas com a paisagem natural, e por fim, a criação de parques e reservas nacionais.

No Rio Grande do Sul, quanto às árvores, cabe proteção principalmente às figueiras... muitas delas de grande beleza natural, outras ligadas com recordações históricas. Em geral, todas as árvores... têm direito a conservação. Mais do que as árvores, os monumentos rochosos: ...são de tal maneira rio-grandenses, que a destruição de seus aspectos, seja pelo desmatamento, seja por pedreiras, roubaria elementos insubstituíveis da nossa riqueza estética (RAMBO, 2005: 433).

Sobre a fauna e a flora, Padre Rambo discorre que a catalogação ainda não havia atingido um grau de eficiência, ou seja, grande parte daquilo que hoje chamamos de biodiversidade ainda não havia sido mapeada, por isto o conservacionismo se fazia necessário para fins de interesse científico. Acusava também a falta de conservação das matas virgens e proferia, "Até hoje, o desmatamento esteve ao acaso, sujeito ao bel-prazer dos donos do lote colonial ou da fazenda" (RAMBO, 2005: 433-434).

Rambo defendia o reflorestamento. Seria imperioso se estabelecer o replantio de árvores nativas: "Crescem devagar, sim, mas o nosso esforço frutificará tanto mais para as gerações do porvir" (RAMBO, 2005: 434). Ou seja, ele contestava a prática de reflorestamento com eucalipto e acácia feito na época, por

não condizerem com "a expressão natural da nossa terra".

A situação sobre a fauna era outro sério problema a ser enfrentado, denunciando a extinção que pairava sobre diversas espécies e criticando a caça e pesca predatória que continuavam "em escala ascendente".

No tocante aos animais, o estado do Rio Grande do Sul já é desolador. Nas matas da borda da serra colonizada, nada resta da maior parte dos mamíferos e aves de caça; nas matas do Uruguai, não passarão dez anos, e a miséria será a mesma. (...) praticamente no Rio Grande do Sul, a destruição da fauna de mamíferos, aves e peixes continua em escala ascendente (...) (RAMBO, 2005: 434).

Com relação à harmonização das obras humanas com a paisagem natural, elogiava a estrada federal da serra gaúcha e do Vale do Caí, por ela seguir o curso natural dos acidentes geográficos e relevo do local amalgamando-se com a natureza. Também se posicionava a favor da utilização das quedas de água desde que "deverá ser o empenho dos órgãos públicos proteger-lhes a beleza natural" (RAMBO, 2005: 435).

Outra estratégia de preservação era a defesa da implantação de parques e reservas nacionais, pois seriam locais onde, "a natureza primitiva se conserva totalmente intacta".

Quer-nos parecer que, fora das medidas de proteção a se dispensarem a certas formas individuais, aos animais selvagens em geral e a espécies botânicas raras, o Rio Grande do Sul bem merecia um parque nacional. Na sua possível localização decidem dois fatores, o perigo da destruição incessante pela

lavoura e a riqueza de formas naturais (RAMBO, 2005: 436).

Balduino Rambo escreveu seu livro de forma descritiva, detalhista, enfatizando aspectos geográficos, geológicos e paleontológicos, embasando sua pesquisa a partir de suas observações *in loco*. Percebemos que o autor estava inserido dentro do cenário nacional. Suas ideias não eram descontextualizadas, mas em sintonia com uma pequena parcela de ativistas e intelectuais brasileiros que percebiam a pressão destrutiva sobre a natureza que se avolumava já nas primeiras décadas do século XX.

Sua obra, considerada uma das mais importantes referências sobre a região meridional, fixou a imagem do Rio Grande do Sul como ela se encontrava na década de trinta, influenciando à *posteriori*

gerações de intelectuais e militantes ambientalistas. Nos anos de 1980, o padre Balduino Rambo foi homenageado, juntamente com Henrique Roessler, como patronos do movimento ambientalista gaúcho.

Não enquadramos aqui neste artigo o padre Rambo como um "crítico ambiental" aos moldes de um José Bonifácio (PÁDUA, 2002) ou Henrique Roessler (PRADO, 2011). Não nos parece o caso (nem nossa intenção). Ao menos até onde pudemos avançar pela análise de sua obra, não conseguimos desvelar elementos suficientes para propor tal categorização a este ator social. Entretanto, salientamos aqui o trabalho precursor de Rambo como intelectual que descortinou naquela longínqua década de 1930, importantes facetas da natureza no extremo sul do Brasil.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1986.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul* [por] Rogério Haesbaert da Costa e Igor A. G. Moreira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4 nº 8, 1991.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. *Varia História*. Minas Gerais, nº 26, 2002.
- LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 7º Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Jorge Zahar Ed., 2002.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 24 nº 68, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 4º Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PRADO, Daniel Porciuncula. *A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no Sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler*. Rio Grande, Ed. FURG, 2011.

RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.

VIEIRA, Euripedes Falcão. *Rio Grande do Sul: geografia da população*. Porto Alegre: Sagra, 1985.

_____. *Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação*. Porto Alegre: Sagra, 1984.

RECEBIDO EM: 13/02/2016

APROVADO EM: 13/03/2016

IMPERIALISMO, COLONIALISMO, GUERRA CIVIL E CRISE IDENTITÁRIA: ELEMENTOS QUE LEVAM A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS ACUSADAS DE FEITIÇARIA EM ANGOLA

Andréa Pires Rocha

Doutora em Serviço Social/UNESP-
Franca
Professora da Universidade Estadual
de Londrina- UEL

José Francisco dos Santos

Doutor em História/PUC-SP
Professor da Universidade Federal do
Oeste da Bahia/UFOB-Barreiras

RESUMO: O presente traz reflexões acerca do imperialismo, colonialismo, guerra civil e crise identitária que a nação Angolana foi submetida historicamente, a partir dessas reflexões apresentamos o fenômeno da violência contra crianças acusadas de feitiçaria. Na primeira seção trazendo alguns elementos históricos que situam o imperialismo e o posterior colonialismo português, demonstrando como o Estatuto do Indigenato foi prejudicial para a emancipação de Angola. Já na segunda parte relatamos um pouco sobre os movimentos de luta pela independência angolana e os conflitos entre eles, que culminaram em uma profunda guerra civil que se agravou no período de pós-independência angolana, perdurando de 1975 até 2002. Ao trazemos o debate sobre o fenômeno da acusação de crianças como feiticeiras, demonstramos o quanto a crise identitária impostas pelo imperialismo e colonialismo, interferiu negativamente nas tradições seculares, especialmente na cultura *Bantu* dos Bakongos. A tradição foi resignificada após a imposição de valores cristãos, transformando a compreensão acerca da feitiçaria, que na tradição original era positiva, em elemento negativo e prejudicial para as

relações cotidianas. Neste ínterim, as pessoas buscam explicações para entenderem todo o contexto de pobreza e negação de direitos que são submetidas, levando para as crianças consideradas feiticeiras, a carga de responsabilidade sobre tudo que acontece de ruim em seu grupo familiar e/ou comunitário, sofrendo torturas, violências, expulsões e, algumas vezes, chegando até a morte. Ao final tecemos algumas reflexões acerca das leis de proteção à criança e ao adolescente em Angola sob a luz da Doutrina da Proteção Integral e dos debates acumulados no Brasil.

Palavras-chave: Colonialismo em Angola; Guerra Civil; Crise Identitária; Crianças acusadas de feitiçaria.

ABSTRACT: This paper brings reflections on imperialism, colonialism, civil war and identity crisis that the Angolan nation has undergone historically from these reflections present the phenomenon of violence against children accused of witchcraft. In the first section bringing some historical elements that lie imperialism and later Portuguese colonialism, demonstrating how the Statute of *Indigenato* was detrimental to the emancipation of Angola. In the second part we report a little about the movements of struggle for Angola's independence and the conflicts between them, culminating in a deep civil war that worsened in the Angolan post-independence period, lasting from 1975 to 2002. When we bring the debate on the children accused of witchcraft, we show how the identity crisis imposed by imperialism and colonialism, negatively interfered in secular traditions, especially in the *Bantu* culture of *Bakongos*. Tradition has new meaning after the imposition of Christian values, transforming the understanding of witchcraft, in the original tradition was positive, in negative and harmful element in the daily relationships. This contradictory context, people seek explanations to understand all poverty

and denial of rights that are submitted, taking the children considered witches, the burden of responsibility for everything bad that happens in their family and / or community group, suffering torture, violence, evictions and, sometimes, even to the death. At the end we weave some reflections on the child and adolescents protection laws in Angola from understanding about of the Doctrine of Integral Protection of Human Rights and accumulated debates in Brazil.

Keywords: Colonialism in Angola; Civil war; To identity crisis; Children accused of witchcraft.

1. IMPÉRIO PORTUGUÊS A EXPROPRIAÇÃO DE ANGOLA

Como bem sabemos, o continente Africano foi historicamente expropriado e teve suas populações subjugadas pelo imperialismo e depois pelo colonialismo. Como explica Hall (2006), a questão entre global e local no processo de colonização reinventa as narrativas imperiais do passado, pois,

[...] a "colonização" como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou "global" das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação, portanto recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do "aqui" e "lá", de um "então" e "agora", de um "em casa" e no "estrangeiro". "Global" neste sentido não significa universal, nem tampouco é algo específico a alguma nação ou sociedade. Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy denominou "diaspóricas" (Gilroy, 1993) complementam e ao mesmo tempo deslocam as noções e moldam um ao outro. Como Mani e Frankenberg afirmam, o "colonialismo", como o "pós-colonial", diz respeito às formas distintas de "encenar os encontros" entre as sociedade colonizadoras e seus "outros" – "embora nem sempre da mesma forma ou mesmo grau"

(MANI E FRANKENBERG, 1993, p. 301, apud HALL, 2006:3)

Ou seja, a dinâmica do colonialismo se estabelece em movimentos entre nações colonizadoras e nações colonizadas. Há trocas e reconstruções, no entanto, há uma grande diferença entre a condição de colonizador e colonizado. Nesta seção teceremos algumas reflexões sobre Angola e seu processo de independência do jugo do colonialismo Português, portanto, veremos o quanto Angola fez parte das relações estruturais e superestruturais de Portugal e vice-versa. Entretanto, nos dois lados deste mesmo movimento, um grupo historicamente se apropriou e expropriou; e, o outro, foi podado, expropriado e prejudicado.

Refletimos a partir do contexto do Regime Salazarista que perdurou em Portugal de 1926 até 1974 e foi um dos últimos sistemas políticos "colonialistas" a cair. Embora não haja consenso a respeito das características do Salazarismo, é inegável que há elementos que o aproximam do nazismo, fascismo e do franquismo, a exemplo do culto personalista do líder maior, ou seja, no caso de Portugal, o culto a Antonio Oliveira Salazar. Nesse sentido importa ressaltar a forma como o historiador Kenneth Maxwell classifica o regime,

Salazar, um austero celibatário de 39 anos nascido em 1889 na região central de Portugal, assumiu o controle absoluto a partir de 1930, governando inicialmente como ministro das Finanças e em seguida como presidente do Conselho de Ministros. A Constituição do "Estado Novo" que ele redigiu em 1932 criou um regime "corporativo" nos moldes que Benito Mussolini acabara de

instituir na Itália. Apesar de vernizes fascistas como a lei trabalhista de proibição de greves inspirada em Mussolini e a implacável polícia secreta, o Estado Novo era essencialmente um regime autoritário católico. Um século e meio depois do ultimo governo com mão de ferro em Portugal, o do Marques de Pombal, Salazar manteve a estabilidade habilmente interesses concorrentes- [...] (MAXWELL, 2006: 35)

O regime autoritário católico de Antonio Salazar estabelecido como "Estado Novo" continuou mesmo após sua saída após ter sofrido um acidente em 1968 que o deixou em coma por muitos anos¹. Mesmo não o tendo à frente do regime, este se perpetuou com a nomenclatura "Salazarismo", até 1974, quando aconteceu a Revolução dos Cravos, pondo fim ao regime autoritário. Além das características já citadas, outro elemento que marcava o regime salazarista era a manutenção das colônias em Continente Africano, Asiático e Oceania. O regime tinha diretrizes de cunho autoritário, criando leis que aumentavam a diferença entre brancos e negros na África. A expropriação das colônias em África e as riquezas de lá extraídas eram majoritárias na constituição da economia portuguesa. Cabe salientar que após a II Guerra Mundial, as colônias francesas, inglesas e belgas em África iniciam processos de independência, os quais são sacramentados em 1955 com a Conferência de Bandung, todavia Portugal manteve-se fora deste processo.

Não se pode também deixar de destacar que em 1959, em Accra acontece a II Conferência dos Estados Independentes em África; em 1960 a II Conferência dos Povos da África, em Conacri, em 1961 a I

Conferência dos Países Não Alinhados, em Belgrado e em 1966 a Conferência Tricontinental, realizada em Havana entre outras conferências. No entanto, o governo salazarista não altera sua postura em relação a suas colônias em África, pelo contrário, fortalece as diretrizes autoritárias do seu governo, em relação às colônias.

Apesar das populações residentes nas "colônias" ou "Províncias Ultramarinas"² desejarem sua independência, o Estado português sempre construiu estratégias para impedir a autodeterminação dos povos africanos que estavam sob sua égide. O Estado criava inúmeras barreiras para garantir a formação educacional dos negros, pautando-se na lei do Indigenato que justificava e legitimava a "superioridade racial". Sintetiza Abrantes que,

O controle da mão de obra foi sempre um dos grandes "problemas" da colonização, daí a importância dos documentos legislativos referentes ao trabalho africano publicados desde 1899, quando as novas propostas imperialistas ganharam força nos anos que se seguiram à abolição da escravatura. O Estatuto do Indigenato foi criado em 1926 e mantido em vigor, salvo pequenas reformulações, durante 35 anos até ser abolido em 1961. Nele, o africano era definido pela obrigação para o trabalho e como o principal objeto da ação colonizadora (Duffy, 1959). Por meio dele, também se distinguiam os civis dos não civis - os primeiros, portugueses natos e indígenas assimilados; os segundos, indígenas submetidos, indígenas submetidos a esta lei especial que determinou, para além da obrigação do trabalho, a proteção de suas tradições indígenas e a garantia dos direitos naturais e incondicionais sob a forma de tutela (ABRANTES, 2014, p. 14).

¹ Sobre essa questão Maxwell (2006: 42 - 43) discorreu: "Em 1968 a espreguiçadeira onde Salazar se sentava desabou, e a queda o deixou em um estado de coma do qual nunca se recuperou. O presidente, almirante Américo Tomás, teve de substituí-lo. Foi com relutância que Tomás, modesto mais inflexível seguidor de Salazar, nomeou primeiro-ministro um dos antigos protegidos do ditador, o professor de direito Marcello Caetano, de 64 anos. Mas até 1970 houve um estranho hiato, pois o moribundo Salazar resolutamente se recusava a morrer, Tomás parecia viver com constante preocupação de que o velho revivesse e perguntasse por que fora removido do posto".

² Segundo Gonçalves (1994: 107-108), o termo colônia foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação "Província Ultramarina", explica ainda que, com o advento da República, 1910, voltou a se usar o termo colônia até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, quando retornou usar, em 1951, o termo "Províncias Ultramarinas".

Mário Pinto de Andrade (1998), ao se referir ao Estatuto do Indigenato, explica que a lei regulamentando o controle do branco sobre o negro (chamado na época de índio) tinha a perspectiva de legitimar a exploração de força de trabalho e a subordinação econômica de nações que estavam sob a égide do colonialismo português. Vejamos nas palavras do próprio autor:

Na base da necessidade concreta da subjugação econômica, fundamentou-se a justificação teórica da superioridade racial, correspondendo o binômio branco/negro à ação de comando/obediência e, como seu corolário, o paternalismo tutelar. Ao administrador colonial incumbiria a autoridade firme e paternal sobre os indígenas, a fim de colocá-los a serviço dos colonos e das empresas. Oliveira Martins aderiu a esta ideologia racista que revela o "darwinismo social". Com o advento da República, em 1910, elaborou-se a primeira lei orgânica sobre a administração civil das províncias do ultramar, a qual introduziu as duas categorias de indígenas – civilizados e não civilizados, ficando estes últimos sob a autoridade directa da administração colonial. Outros diplomas definiram posteriormente o Estatuto dos "Indígenas não civilizados" nomeadamente os decretos de 23 de Outubro de 1926 e de 06 de fevereiro de 1929, para a Guiné, Angola e Moçambique. [...] (ANDRADE, 1998: 26)

O autor explica que o salazarismo reestabeleceu o poder central sobre os territórios ultramarinos. As referidas leis se materializaram como instrumento para perpetuação do "Império", portanto, sofreriam modificações de acordo com a conjuntura internacional, especialmente em decorrência de acusações que partiam da opinião pública denunciando o anacronismo do colonialismo português. O aparelho

jurídico é, portanto, utilizado para impor a subserviência de nações inteiras e legitimar práticas de desumanas de exploração de trabalho. Portanto,

[...] O fio condutor a visão do colonizador e simetricamente a construção da representação ideal do colonizador apreende-se no discurso explícito do aparelho jurídico, reflectido nos preâmbulos das leis coloniais e nos sucessivos regulamentos do "trabalho indígenas" cuja elaboração iniciada pelo regime monárquico foi aperfeiçoada na primeira República e ajustada pelo Estado Novo. (ANDRADE, 1998:26)

Enfim, aos negros cabia o trabalho e a exploração, e aos brancos o controle, portanto, a necessidade de educação pública não atingia os brancos, os quais, via de regra, enviavam seus filhos para estudar no continente europeu. É ainda essencial enfatizarmos que esse mecanismo de expropriação fortalecido com lei do Indigenato e suas sucessoras determinava que o *status* de cidadão só era reconhecido para as pessoas alfabetizadas, em sua maioria brancos vindos do Europa ou que foram estudar naquele continente. Salientamos ainda que, como veremos adiante, os brancos não alfabetizados também eram considerados cidadãos, diferente do que se determinava aos negros.

Devemos mencionar que em 1951 aconteceu a integração de um *Acto Colonial* na Constituição Política de Portugal e, segundo Peixoto (2009), houve a reformulação da Lei Orgânica do Ultramar, em 1953. Explica a autora que neste contexto "o governo português considerou necessário adequar alguns dos preceitos dos chamados 'Estatuto Político Civil e Criminal dos

Indígenas' e 'Diploma Orgânico das Relações de Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas' (Decretos n.º 16.473 e 16.474, de 6 de fevereiro de 1929) à nova regulamentação da política ultramarina" (PEIXOTO, 2009:25). Havendo, portanto a elaboração do *Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique* em 1954, visando regulamentar ainda mais a relação com as populações destas províncias.

A maior preocupação, motivadora da confecção do referido estatuto, teria sido considerar as situações especiais em que os indígenas pudessem encontrar-se no caminho da civilização. Ou seja, este Decreto-Lei vinha regulamentar a passagem do indigenato à cidadania, trâmite confirmador legal da assimilação. [...] Diante das diferenças culturais dos africanos, vistas como sinais de atraso ou primitivismo, consideradas inadequadas ao modelo de modernidade ocidental, o discurso colonialista propunha a disseminação do modelo cultural europeu, entendido como superior de acordo com uma perspectiva etnocêntrica. [...] (PEIXOTO, 2009:25)

Civilizar a África se pautava na mudança cultural, neste sentido, os indígenas já não eram todos os negros, mas aqueles que ainda não haviam aderido aos hábitos e a cultura dita civilizada, pois somente assim, estariam aptos a aplicabilidade do direito público e privado voltado aos cidadãos portugueses. Peixoto (2009:25) relata eram inúmeros os aspectos discriminatórios e vexatórios que os negros, considerados indígenas, eram submetidos. O "bilhete de identidade" e a ascensão para o status de cidadão só era autorizado para os negros que conseguissem comprovar sua civilidade, para tal

eram submetidos a um processo de verificação comportamental no âmbito social "[...] a casa, a maneira de vestir, os hábitos alimentares, as relações familiares, a vivência da religiosidade, todo o seu cotidiano deveria seguir o modelo português. Hábitos e costumes tradicionais africanos deveriam ser (ou pelo menos parecer) completamente abandonados." Aponta ainda que havia a exigência do domínio da língua portuguesa, por isso, como já apontamos anteriormente, a alfabetização era condição fundamental

[...] a alfabetização era condição fundamental para que um negro pleiteasse a cidadania, quando o acesso à educação disponível em territórios coloniais era ínfimo. De acordo com os dados apresentados por Bender para Angola, menos de 5% das crianças em idade escolar tinham acesso à educação em 1950, enquanto 97% dos adultos eram classificados como analfabetos. Pouco antes da revogação do Estatuto do Indigenato em 1961, apenas 1% dos negros eram legalmente reconhecidos como civilizados. (PEIXOTO, 2009:26)

Ou seja,

[...] A exigência de comprovação da alfabetização confirmava a discriminação racial que pautava a relação colonizador-colonizado no contexto angolano (e também na Guiné-Bissau e em Moçambique, territórios onde vigorava o Estatuto do Indigenato). Pois todos os colonos brancos quer fossem oriundos da metrópole ou nascidos em territórios ultramarinos, quer fossem alfabetizados ou não, eram considerados cidadãos civilizados a priori. [...] (PEIXOTO, 2009:26)

É visível que se estabelecia uma lógica perversa, pois a negação da educação formal aos negros lhes tirava a condição de cidadãos e também os afastava de

possibilidades de construção de consciência crítica mediante a condição que lhes era imposta. Além da política do indigenato, a exploração das riquezas naturais estava nas mãos de poucas corporações estrangeiras e basicamente concentradas na exploração de petróleo e minério de ferro. Já a produção agrícola estava ligada a empresas lusitanas. Santos (2015:125) expõe que "os grandes laços de exploração estabelecidos na relação colonial, nos quais a riqueza do país em vez de ser usada para os benefícios dos que vivem nele, acaba sendo utilizada para a sustentação de um regime de exploração [...]". Valendo ressaltar que na década de 1950, o "luso tropicalismo"³ de Gilberto Freyre dava legitimidade ao regime de exploração lusitana em África.

Todavia, mesmo com a política de desvalorização da população local, houve o surgimento de uma burguesia colonial que contava com negros que almejavam instruir-se. Dessa maneira muitos filhos dessa elite negra foram estudar em Portugal, como a elite branca vinha fazendo há muito tempo. E, no intuito de controlar os passos desses jovens, o regime Salazarista criou a Casa dos Estudantes do Império - CEI, em Lisboa, Coimbra e Porto, cidades em que havia maior concentração de estudantes vindos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, Timor Leste e a chamada Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu). Os estudantes, por sua vez, começaram a formar grupos que analisavam a própria realidade, pois, apesar de serem africanos

pouco conheciam de sua história. A partir de discussões universitárias fomentavam ideias de independência e com isto movimentos organizados foram surgindo em Portugal⁴.

Desconfiada do debate político⁵ e das movimentações ocorridas nestes espaços de moradia a Polícia Internacional e de Defesa do Estado - PIDE iniciou processos contínuos de investigação, culminando, no final da década de 1950 a início de 1960, na opressão e controle, levando os residentes e frequentadores das casas a serem presos e interrogados. Demonstrando o quanto o regime exercia com "mãos de ferro" o controle de suas "Províncias-Ultramarinas".

É relevante registrarmos que a ida de estudantes africanos em Portugal "acendeu o estopim" para a formação intelectual com o pensamento de independência de seus países. Se havia antes pensamentos de proto-libertação, a partir de meados da década de 1950 e 1960 isto vai se configurar com a radicalização e criação de movimentos de independência dos países africanos sob jugo português, os quais combatiam o colonialismo e o próprio Salazarismo. Além de levantes ocorridos no final da década de 1950 e início de 1960⁶ os estudantes angolanos universitários residentes na Europa acabaram liderando os movimentos de pro-libertação de Angola.

2.A LUTA POR LIBERTAÇÃO EM SOLO ANGOLANO E O ESTABELECIMENTO DA GUERRA CIVIL

A luta por libertação se materializa em solo angolano a partir

³ Sobre o Luso-Tropicalismo registramos o que autor abordou em sua tese: Ao contrário do luso-tropicalismo, ideia propagada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre em seu livro O mundo que o português criou (1940), em que demonstrava que a ocupação portuguesa em África traria benefício para a população local, civilizando e dando como exemplo o Brasil, que aquela altura (década de 1950) era apontado como "país do futuro". Na realidade a ocupação portuguesa, principalmente após a Conferência de Berlim foi exploratória não dando aos pertencentes a terra possibilidade de desenvolverem-se, pelo contrário, houve implementação de política que os tratava como cidadãos de segunda classe, como já foi discorrido nesse trabalho (SANTOS, 2015:237).

⁴ A Casa dos Estudantes do Império começou a servir de referência para africanos inconformados com o jugo português em seus países. Nela, passaram os principais líderes das independências das colônias, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, entre outros.

¹ Principalmente pelo fato de integrantes de organizações ligadas à esquerda e anti-salazaristas como o Partido Comunista Português (PCP) frequentarem as CEI.

⁵ Principalmente pelo fato de integrantes de organizações ligadas à esquerda e anti-salazaristas como o Partido Comunista Português (PCP) frequentarem as CEI.

⁶ Revoltas camponesas, mormente da Baixa Cassanje, o massacre da Baixa de Kassaji, (ambos de janeiro a fevereiro de 1961) no ataque às prisões políticas, em Luanda 4 de fevereiro de 1961 são exemplos dessas ações.

da constituição de grupos/movimentos que se organizam organicamente e empreendem ações concretas em prol da independência. Esses grupos possuem a motivação política, todavia, acabam de maneira indireta representando as principais etnias presentes na então colônia portuguesa. Segundo Pereira (2007:2) "Angola conta com cerca de 10 grupos etno-linguísticos. Os três principais: Ovimbundu, Ambundu e Bakongo somam 75% da população angolana, que conta com 14 milhões de habitantes. Os Bakongo são pouco menos de 15%". Os três movimentos pró-independência de Angola⁷, a FNLA – Frente de Libertação de Angola (Bankogo), UNITA – União Nacional para Libertação de Angola (Ovimbundo) e MPLA (Ambundu) ligado à população urbana e mestiça e de perfil ocidental, representam os principais grupos étnicos do país.

O MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola foi constituído em dezembro de 1956, a partir da união de vários grupos clandestinos de Luanda, os quais eram contrários ao colonialismo português. A referência de seus principais quadros é a "sociedade mestiça", definida em linhas gerais "como uma forma societal mista que se desenvolveu com a presença secular dos portugueses e de outros agentes exteriores às sociedades tradicionais em Angola [...], englobando a região inicialmente colonizada, circunscrita em grande parte ao território Mbundu, às cidades e suas expansões limítrofes". (VENÂNCIO, 1991: 218 apud BITTENCOURT, 1993:229)

No entanto, a perspectiva nacional do MPLA não ofusca a existência de uma base de recrutamento na região da etnia Mbundu, embora isso sofra uma alternativa com desenrolar da luta de guerrilha em face da atuação mais presente do MPLA principalmente na região leste, se comparada a dos demais movimentos. A guerrilha implementada pelo MPLA acarretará em "aumento da absorção de novos quadros, bem como na diversificação de sua base de recrutamento. Essa ampliação só pôde ser consolidada em decorrência das características já apontadas, de maior tolerância do ponto de vista étnico e racial" (HEIMER, 1989:38 apud BITTENCOURT, 1993:229-230). O MPLA enfrentou dois sérios problemas no início da luta contra o colonialismo português: o atraso no seu reconhecimento internacional e a falta de uma base instalada próximo ao cenário das operações de guerrilha.

A Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA foi constituída em 1962 – a partir da junção do Movimento União das Populações de Angola (UPA), apoiado pelas populações rurais de etnia Bakongo, com pequenas organizações independentistas existentes no norte de Angola. Seu principal líder foi Holden Roberto, que era da etnia Bakongo, não por acaso foi membro da UPNA - União das Populações do Norte de Angola, que objetivava reconstituir o "reino dos Bakongos"⁸. *A priori* a preocupação restringia-se com o norte de Angola como o próprio nome do movimento registrava. Contudo, segundo Santos (2013) um encontro com o pensador

⁷ Além dos três movimentos mais conhecidos externamente (MPLA, UNITA e FNLA), o próprio processo de independência fez surgir outros movimentos de grupos que não se sentiam contemplados. Fernando Falcão, que foi um dos fundadores do MPLA, organiza um movimento que procura responder aos anseios da população branca que lá vivia.

⁸ Sobre etnia Bakongo sugerimos o livro de Luena Nascimento Nunes Pereira, *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda* (2008)

Frantz Fanon o levou a mudar de posicionamento alterando o nome para FNLA, tentando trazer um caráter coletivo descaracterizando qualquer sectarismo.

A FNLA, ao contrário do MPLA, desde o início do processo revolucionário pode contar com uma base no Zaire, detinha os meios necessários para rápida penetração em território angolano, bem como uma eficiente propaganda para o reconhecimento internacional. A própria FNLA, por sua vez, "conduzia uma política externa de destruição da imagem do MPLA, acusando-o de representar um pequeno número de mestiços, assimilados e alguns brancos radicais, sendo, portanto carente de autenticidade africana" (MARCUM, 1978: 49. apud BITTENCOURT, 1993: 230).

De qualquer forma, a FNLA também passava por conflitos internos os quais deram origem em 1966 ao movimento de dissidência, a União Nacional para Independência Total de Angola - UNITA. Santos (2015) aponta que alguns indícios comprovam que a questão étnica também foi elemento determinante para a fundação da UNITA, pois os Ovimbundos sentiam-se desprivilegiados dentro da FNLA e este fato vira justificativa para que Jonas Savimbi criasse a UNITA. O movimento estava imerso em polêmicas complexas, dentre elas estava o fato de receber apoio de parte da comunidade portuguesa e brancos angolanos inconformados com o processo de independência. Há também registro do apoio da própria África do Sul, que demonstrava preocupação, temente que os novos ventos fossem soprar no país do

apartheid. Outra questão relevante se refere ao populismo atribuído à UNITA, pois, dos três movimentos este era o mais novo e tinha sua principal influência na região sul ligado a etnia Ovimbundo.

Em meio de toda essa dinâmica da constituição de movimentos de luta pela libertação de Angola, vemos que a questão política decorrente da opressão advinda a égide de Portugal era elemento essencial e uma bandeira comum entre os movimentos, todavia, é essencial consideramos que os mesmos movimentos travavam disputas entre si. Dentre o cenário de conflitos entre os movimentos, a disputa entre a FNLA e o MPLA eram mais recorrentes.

Além disso, importa ressaltarmos que, embora o conflito entre os três movimentos pudesse configurar uma disputa etnoracial, isso não quer dizer que eram fechados no que se referia a entrada de membros de outras etnias, elemento que leva a desconstrução da análise reduzida que aponta que todo conflito em África é de cunho étnico. Ao contrário, o conflito estabelecido entre esses movimentos era majoritariamente político e de distinções no entendimento dos rumos e projetos políticos que o país deveria tomar.

O conflito se agrava ainda mais por conta da Guerra Fria, pois as grandes potências mundiais envolvidas de maneira indireta ou direta, a exemplo da URSS e Cuba que enviaram tropas para auxiliar o MPLA; ou os EUA, que investiu milhões na UNITA e FNLA. Sem falarmos do apoio da África do Sul a UNITA, com receio que os ventos das

mudanças chegassem ao extremo sul do continente africano, a ponto de se firmar um acordo secreto entre África do Sul, Israel e Portugal durante a década de 1970, que defendia a posse de arma de destruição em massa, a exemplo de ogivas nucleares.

Em 11 de novembro de 1975⁹ Angola conquista sua liberdade, tornando-se um Estado livre e em construção. Sua independência teve a frente o MPLA, então ligado à URSS e Cuba, havendo o estabelecimento de um governo provisório que operava a partir de uma Junta Governativa conduzida por personalidades angolanas vinculadas a este movimento, a exemplo de Augusto de Almeida, Teixeira da Silva e Fernando Falcão.

Todavia, a vinculação marcadamente de esquerda inserida no cenário da Guerra Fria fez com que algumas nações, a exemplo dos EUA, não reconhecessem a independência e ao mesmo tempo passassem a inflamar os outros dois movimentos angolanos contra o governo provisório¹⁰. Este contexto desencadeou uma guerra civil que, com o passar dos anos, tornou-se bipolarizada entre MPLA e UNITA. Essa guerra só cessou em 2002 após a morte de Jonas Savimbi. Durante esse período passou por alguns intervalos, todavia, Pereira (2008) explica que após a obtenção do "Acordo de Paz" de 1991, foram realizadas eleições de 1992, nas quais o MPLA conseguiu manter-se no poder. Militantes da UNITA contestaram o resultado, portanto, a guerra civil tomou proporções muito maiores. A autora relata que

Esta nova guerra contou com armamento muito mais sofisticado e pesado, como mísseis terra-terra, saindo do padrão anterior de guerra de guerrilha e de ataque a posições militares. A nova guerra atingiu pela primeira vez e com grande impacto as cidades, vitimando propositadamente as populações civis e provocando os deslocamentos e exílio de populações inteiras. Segundo vários dados, disponíveis em relatórios da ONU (e também em Anstee, 1996 e Wright, 1997), a guerra retomada em fins de 1992 foi muito mais destrutiva que todo o período de guerra civil que se estendeu de 1976 a 1989, deixando um saldo, apenas no primeiro ano (1993-94), de um milhão de mortos (meio milhão diretamente e outro meio milhão decorrente da fome e de ferimentos) e três milhões de deslocados e refugiados, principalmente para os países vizinhos (Zâmbia, Congo/Zaire e Namíbia), número que veio a crescer nos anos seguintes. (PEREIRA, 2008:13)

Em meio do contexto de guerra civil a nação angolana passa por óbvios problemas para constituir sua soberania como Estado. Além do saldo de milhares de mortos na guerra, a insegurança alimentar e a violação dos Direitos Humanos tornam-se problemas que necessitavam intervenção urgente. Por outro lado, esta conjuntura leva a população a aprofundar sua busca por explicações e justificativas, encontrando nas tradições culturais e religiosas alento mediante os problemas sociais. Está é a conjuntura política e econômica na qual se situa a materialização do fenômeno da violência contra crianças acusadas de feitiçaria, entretanto, esse fenômeno sofre múltiplas determinações, dentre elas, a crise identitária que a população africana, no caso angolana foi submetida historicamente, conforme veremos na próxima seção.

⁹ A Revolução dos Cravos ocorrida em 24 de abril de 1974¹ em Portugal, levou o conflito nas ditas "Províncias-Ultramarinas" para um patamar vislumbrava positivamente a independência, o que de fato vem acontecer em 1975.

¹⁰ Havendo, inclusive, o levante de um movimento separatista chamado de FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, que não reconhecia o governo provisório. Esse grupo se estabeleceu em Cabinda, que é região de extração de petróleo muito importante de Angola. A FLEC ainda se mantém em atividade até os dias atuais e em sua atuação política no século XXI há registro de sequestro de estrangeiros e até um ataque a seleção do Togo na copa da África ocorrida e 2010 em Angola, que matou motorista e feriu dois jogadores.

3. QUESTÃO ÉTNICA, CULTURAL, SOCIAL E A ACUSAÇÃO DE CRIANÇAS COMO FEITICEIRAS

Iniciaremos este debate apresentando o relato concreto de situação que envolveu uma criança acusada de feitiçaria, o qual irá nos sensibilizar e demonstrar o quão urgente é a construção de reflexões que suscitem medidas de combate a este tipo de violência. Vejamos

Mãe abandona filha acusando-a de feitiçaria

Luanda – Uma criança de 10 anos de idade foi abandonada pela sua progenitora, no distrito do Kilamba Kiaxi, em Luanda, depois de a ter maltratado durante vários meses, sob a acusação de feitiçaria.

Em declarações à Angop esta quinta-feira, o responsável do Centro de Referência do Julgado de Menores, no Kilamba Kiaxi, Alfredo Baptista, deu a conhecer que a menor encontra-se já sob cuidados da instituição, enquanto aguarda pelo trâmite do processo para a sua transferência para o orfanato Lar Kuzola. Alfredo Baptista explicou que a menina, a quarta filha de pais separados, viveu com o pai no município do Maquela do Zombo, Uíge, até 2014, altura em que foi entregue à mãe, que se encontra em Luanda. Questionada sobre os factos a si imputados, a mãe explicou que, já na capital do país, a menina começou a comportar-se mal e possuía fortes gritos enquanto dormia, motivo que a levou a acusá-la de feitiçaria e a maltratá-la. Por sua vez, a pequena disse que foi levada para uma residência para fazer tratamento e livrá-la do feitiço, mas como não teve resultado positivo e, por conselho do médico tradicional, a mãe resolveu pôr fim à sua vida. Acrescentou que o suposto médico aconselhou a sua mãe a arrendar uma casa e abandoná-la nela sem alimentos ou água, até que ela perdesse a vida. Por este motivo, ela permaneceu fechada em uma residência durante alguns dias, altura em que o proprietário da casa apareceu, pelo facto de estar a erguer uma outra residência próximo do local. Explicou que, apercebendo-se da presença de pessoas no local, a menina meteu-se a gritar e foi socorrida e encaminhada para o Hospital Geral de Luanda, onde ficou

internada algum tempo, mas sem a visita da mãe. Depois de ter alta do hospital, foi levada de volta à casa onde a mãe residia, mas esta a entregou ao cuidado do pastor de uma igreja. Estes, por seu lado, cuidaram dela algum tempo, mas pelo facto de terem de ausentar-se foi entregue aos cuidados de uma tia, porém esta iniciativa foi rejeitada pelo seu esposo, que manifestou o seu desagrado em “viver com uma criança acusada de feitiçaria”. No entanto, como a mãe se recusava a receber a filha, a tia tentou abandoná-la, segunda-feira, no Hospital Geral de Luanda, onde foi surpreendida por agentes da Polícia Nacional, que foram alertados pela própria menina. Ambas foram encaminhadas para uma esquadra policial, onde a última prestou informações que permitiram a localização da mãe, mas a criança recusou-se a ficar com ela por temer que fosse maltratada de novo. Segundo o responsável do Centro de Julgado, casos do género são motivados pela situação de pobreza em que muitas famílias vivem. “A mãe tem quatro filhos, não trabalha e não tem residência própria. Passa o dia numa casa cedida pelo médico tradicional e as noites numa igreja, vive em condição de extrema pobreza”, contou. Em sua opinião, a mãe e a criança devem ser examinadas por um psicólogo, para acompanhamento. Acredita que se a mãe tivesse melhores condições de vida este problema não teria ocorrido. Outro caso do género teve lugar no último sábado quando duas crianças, que aparentam ter entre seis meses e seis anos de idade, também foram abandonadas numa esquadra móvel da Polícia Nacional, no Avô Kumbi, distrito urbano do Kilamba Kiaxi e foram encaminhadas ao Lar Kuzola, até que sejam localizados os familiares. (ANGOLA PRESS - ANGOP, 16/04/2015)

Vemos neste relato elementos que envolvem cultura e situação económica no país, portanto, consideramos que para além de um fenómeno que se situa no âmbito da subjetividade popular, há também a materialização de aspectos vinculados a questão de identidade cultural e imposição de crenças

ocidentais, em especial do cristianismo como universalidade sob a particularidade das etnias já existentes em Angola. Segundo Pereira (2008) a violência contra crianças acusadas de feitiçaria é um fenômeno que tem sua maior expressão na República Democrática do Congo, todavia se espalha por todo o continente africano, especialmente entre grupos de etnia Bakongo, como no caso de Angola. Lembremos que os três movimentos pró-independência de Angola traduziam a representatividade dos principais grupos étnicos do país e no contexto de guerra civil demonstravam o quanto a questão do conflito étnico expõe o problema da ausência de formação identitária, prejudicando o processo de construção da nação. Em outro artigo, a autora explica que

[...] a crença na feitiçaria é algo profundamente arraigado na cosmologia *bantu*, especialmente entre os Bakongo. Ela faz parte de uma concepção organizada na idéia de reciprocidade entre dois mundos: o mundo do dia e o mundo da noite ou os mundos visível e invisível. Nesta relação, o mundo invisível, habitado por espíritos e ancestrais, é mais poderoso e exerce primazia sobre o primeiro, habitado pelas pessoas vivas e outros seres visíveis. A manipulação de forças místicas, necessária para a mediação entre os dois mundos, é normalmente exercida por chefes, mais velhos e pessoas especializadas, como curandeiros e sacerdotes, para o benefício da comunidade, garantindo a continuidade da sua força vital através da troca satisfatória e harmônica entre vivos e mortos (MacGaffey, 1983, Fu Kiau, 1969)(PEREIRA, 2007:4-5)

Mesmo sabendo que a tradição *Bantu* não é homogênea e apresenta variações entre regiões¹¹,

as leituras nos permitem apontar que em sentido geral é comum o entendimento acerca dos dois mundos (dia/noite ou visível/invisível) e também da existência da categoria feitiçaria. Neste contexto, percebemos que na tradição original a figura do feitiçario carrega significados positivos, todavia, com imposição do cristianismo, o feitiço passa ser visto como a expressão do mal, estabelecendo uma confusão entre a tradição milenar e o envolvimento com os novos princípios. A maior população Bantu da África se encontra na região do Congo e isso nos explica o porquê da maior incidência de situações de violência contra crianças acusadas de feitiçaria se darem neste território. Bécharde (2014) explica que

A história da religião no Congo é a de pontos de vista que primeiro colidem e depois se fundem. A crença nos espíritos e na magia tem há muito um lugar nas tradições dos bantus, o povo que há milhares de anos começou a espalhar-se a partir do que é agora o Sudoeste da Nigéria até ao centro de África. Depois de os portugueses terem introduzido o catolicismo na costa do Congo no final do século XV, as crenças tradicionais coexistiram com o cristianismo. Muitos congoleses iam à igreja e continuavam a procurar médicos feitiçarios para aconselhamento e cura. Esta transformação deu-se em simultâneo com uma série de mudanças sociais e económicas: o comércio de escravos e mais tarde o regime do rei Leopoldo II da Bélgica, cujos funcionários escravizaram a população do Congo para a agricultura e o marfim. Apesar de os primeiros evangelistas pentecostais ocidentais terem visitado o Congo no início do século XX, a onda maior chegou com o fim da colonização, pregando a promessa de uma ligação mais directa entre Deus e os fiéis, com o poder da cura divina. "Os pentecostais viram o poder da cura como uma boa notícia para os pobres e afligidos", escreve Allan

¹¹ Fernandes e Kutassi (2009) apresentam uma síntese acerca da diversidade cultural e étnica presente no continente africano, apontando que "A África é um imenso continente no qual várias culturas adornam o seu mosaico e a tornam "o continente misterioso", ainda por conhecer. Mais de mil grupos etno-linguísticos constituem a família do mosaico cultural africano: os *Afro-asiáticos*, no norte (com os árabes, semitas, kushitas e sudaneses); os *Nilo-Saharanos* (África Ocidental até Etiópia, passando pelo Vale do Nilo, atravessando certas regiões do Uganda, do Quênia, do nordeste da Nigéria, leste do Tchad, norte do Sudão e norte do Congo); *Nigero-cordofanianos*: neste grupo encontra-se o subgrupo banto. Compreende a maior parte dos grupos da África Meridional e Austral, incluindo Angola. O nome "banto" é fruto das semelhanças nas várias estruturas da vida e ser dos povos da África Central e Meridional. O filósofo alemão Bleek (UKWATCHALI, s.d., p. 9) demonstrou que designação "*bantu*" não se refere a uma unidade étnica, porque a formação e a expansão migratória dos seus povos deu origem a tantos cruzamentos e hoje se pode falar de 500 povos bantos, isto é, de comunidades culturais com uma comum semelhança de civilização e línguas. Desta feita, o termo deriva da raiz "ntu", comum a muitas línguas bantos, que significa *peessoa humana*. É a imagem africana da realidade mundo-pessoa, na sua totalidade existencial, caracterizada por uma harmonia total. O prefixo "*ba*" forma o plural da palavra "*mntu*" (pessoa). Dado que nas línguas bantos não existe um plural, no caso do prefixo "*ba*", o correto seria falar de "*povos vantu*" (UKWATCHALI, s.d., p. 7)." (FERNANDES e KUTASSI, 2009:160 - 161)

Anderson, especialista em religião na Universidade de Birmingham. A promoção de "sinais e exclamações", nota, foi o que "levou ao crescimento rápido das igrejas pentecostais em muitas zonas do mundo" (BÉCHARD, 2014:7 - 8).

A autora explica ainda que durante a ditadura de Mobutu Sese Seko que perdurou de 1965 a 1997, a influência cristã, especialmente das igrejas pentecostais, foi reprimida no país. A ditadura de Mobutu se deu com o apoio do EUA, e protagonizou desvios de dinheiro obtido na exploração dos recursos naturais do país somada a extrema condição de pobreza da sua população, porém, por outro lado, houve a proibição da influencia ocidental na cultura congolosa. Mesmo neste contexto o pentecostalismo se expande e ganha mais força após a queda de Mobutu do poder. As condições de miséria no Congo se agravaram, fazendo com que o país se tornasse ainda mais território propício para as igrejas pentecostais. Béchard explica que:

Segundo José Mvuzolo Bazonzi, cientista político da Universidade de Kinshasa, a brutalidade da vida no Congo criou as condições ideais para a propagação das igrejas de reavivamento, passando de uma presença limitada durante a década de 1990 para uma presença descontrolada actualmente (BÉCHARD, 2014: 9).

Havendo o estabelecimento de um fenômeno que também é comum em Angola, pois, segundo Pereira (2009), em Angola também se deu um processo de perseguição religiosa, todavia, no contexto angolano, a justificativa persecutória se pautava na leitura enviesada do marxismo-leninismo, como também,

via poder do MPLA em contraposição aos outros grupos,

Houve também a perseguição a algumas confissões religiosas como as Testemunhas de Jeová, por sua doutrina sectária de recusa ao alistamento militar e alheamento aos símbolos nacionais, e os tocoístas, por serem associados à FNLA (opositora ao MPLA, o partido do governo). A perseguição a indivíduos e grupos alinhados aos movimentos inimigos, seja do governo do MPLA ou do movimento armado, a UNITA (a quem a guerra civil conferiu predominância no centro-sul do país), atingiu de forma implacável os religiosos. Além disso, havia a disputa ideológica, que opunha a fé religiosa aos princípios do marxismo-leninismo, impossibilitando aos religiosos a participação no partido único de então, o MPLAPT (Partido do Trabalho, denominação do partido no seu alinhamento marxista-leninista a partir de 1977), ou o afastamento dos militantes de suas práticas de fé (PEREIRA, 2009:131).

Com é de se saber, a perseguição e proibição de cultos religiosos sempre resulta no contrário, haja visto que, segundo Pereira (2008), Angola é considerado um dos países mais cristianizados da África, estimando-se que 80% da população esteja vinculada a influência cristã. Segundo a pesquisadora, são dois os aspectos que podem explicar tamanha proliferação de igrejas em Angola, sendo o primeiro de escala global que traduz o crescimento de igrejas pentecostais em todo mundo; e o segundo,

no que toca a Angola, onde os Bakongo têm sido os protagonistas principais da onda de multiplicação de igrejas. Neste segundo aspecto, por sua vez, observamos dois processos concomitantes: a religião e as igrejas como participantes na construção da relação do grupo Bakongo com a sociedade circundante e o papel das diferentes igrejas na recomposição

interna do grupo bakongo (PEREIRA, 2008:43).

No que tange ao alto índice de grupos Bakongos vinculados com a religião, vemos, como já foi indicado, a crença de que a religião pode ser vista como elemento mediador na reintrodução deste grupo étnico nas relações sociais do país. Por outro lado, a autora também apresenta que esse vínculo religioso se estreita no que diz respeito as percepções dos Bakongos mediante a crise, que segundo ela traduz,

[...] todo o processo histórico conturbado e dependente de conjunções externas que marca as transições, mudanças internas e inserções de Angola no contexto mundial e africano nos diferentes momentos, desde a colonização, passando pela luta de libertação e a guerra civil. Tem o sentido, principalmente, de um agudo constrangimento que vem impossibilitando sistematicamente debates em busca de saídas produzidas minimamente de dentro da sociedade angolana. Não se trata apenas do aprofundamento da crise social e humanitária, mas de uma quase ausência institucional de debate que permita contestação e iniciativas endógenas consistentes e consequentes. (PEREIRA, 2009:45).

Portanto, para os Bakongos, a religião torna-se uma possibilidade de resposta à crise na busca de "reorganização interna do grupo frente às transformações impostas com demandas identitárias de reconhecimento social num novo contexto político" (PEREIRA, 2009:46). Neste sentido, vemos que os problemas identitários não resultam apenas de elementos que estão no âmbito da cultura, das tradições ou da subjetividade, pois o próprio imperialismo prejudicou a manutenção da identidade étnica em

consonância com a identidade coletiva, ao contrário disso, o que vimos foram processos de desconstrução da tradição e cultura africana, à exemplo da lei do Indigenato, que obrigava os negros a abrirem mão de suas crenças para serem considerados cidadãos. Temos dois exemplos contemporâneos que demonstram como a imposição histórica do cristianismo se faz presente em Angola,

O bispo da diocese [...], instou neste domingo os fiéis da província a absterem-se de hábitos e costumes tradicionais contrários à doutrina e os princípios sagrados do cristianismo [...] o clérigo católico chamou a atenção aos fiéis para a necessidade de se absterem de práticas que promovam a desunião entre as pessoas como a feitiçaria, entre outros hábitos, contrários a fé católica. (ANGOLA PRESS - ANGOP, 16/02/2015)

Outro exemplo,

Pastor [...] apelou, nesta segunda-feira, na cidade do Cuito, aos cristãos a absterem-se dos males como calúnia, ódio, inveja, idolatria, adultério, uso de bebidas alcoólicas, drogas e tabagismo, feitiçaria e em contrapartida dedicarem somente às suas vidas nas mãos de Deus. (ANGOLA PRESS - ANGOP, 06/04/2015)

Conforme Hall (2006) é no interior das relações de poder que as identidades se manifestam ou se ocultam, explica que,

As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1996). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é "um efeito do poder". Deve haver algo "exterior" a uma identidade (Laclau ou Mouffe, 1985; Butler, 1993). Esse "exterior" é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja "ausência" ou falta é constitutiva de

sua "presença" (Hall, 1996b). "Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta". Cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termos de seus "outros". "Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por falta constitutiva". (Laclau, 1996). O problema é que este argumento parece constituir um alibi para o retorno sub-reptício do velho liberalismo universal. Contudo, como observa Laclau: "A expansão imperialista europeia teve que ser apresentada em termos de uma função civilizadora, modernizadora universal, etc. As resistências a outras culturas foram... apresentadas não como lutas entre culturas e identidades particulares, mas como parte de uma luta abrangente e que faz época entre o universalismo e os particularismos". (Laclau, 1996). Em suma, o particularismo ocidental foi reescrito como um universal global. (HALL, 2006:81-82)

A reflexão de Hall (2006) sobre a identidade está relacionada a questões "exteriores", nas quais a exclusão, o não pertencimento leva a construção de uma identificação numa relação de poder de inclusão a um grupo. Aponta também que em um contexto imperialista a relação entre universalidade e particularidade ganhou o tônus impositivo, fazendo com que a particularidade ocidental fosse imposta como universalidade mediante a particularidade/universalidade já existentes nas milenares nações africanas. Como apontamos nas primeiras seções deste artigo, o imperialismo português trouxe prejuízos sem medidas para o desenvolvimento e emancipação destas nações, portanto, a expropriação de riquezas também se materializa no âmbito das riquezas culturais e tradições. Entendemos a

tradição africana a partir de Hampaté Bâ, ao defender que

Quando falamos de tradição em relação a história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários de quem se pode dizer são a memória viva da África (BÂ, 2010: 167).

A partir deste entendimento, compreendemos que a cultura Bantu foi retirada de sua tradição original, sofrendo influências da "universalidade" ocidental, cristã e racista, a qual interfere de maneira direta na vida cotidiana dos sujeitos coletivos. A questão da tradição Bantu e sua junção aos princípios cristãos traz em seu bojo a (re)invenção de rituais, os quais muitas vezes materializam práticas nefastas, à exemplo da acusação de feitiçaria às crianças e adolescentes¹². Pereira aponta que

As religiões "tradicionais" parecem ter, no meio urbano (área de nossa observação), um lugar marginal. Contudo, da mesma forma que historiadores e antropólogos chamaram atenção para a convergência de símbolos e valores entre sistemas religiosos africanos tradicionais e cristãos, subsiste intensamente uma visão de mundo anterior (que é mais abrangente que a esfera religiosa) amalgamada às crenças e às práticas cristãs. Assim, fenômenos como acusação de feitiçaria, rituais de cura e purificação, além de práticas inspiradas na relação com os antepassados, estão muito presentes no atual campo religioso angolano, tanto de forma separada, independente ou concorrente ao cristianismo, como dinamicamente incorporadas ao sistema cristão, como

¹² Não podemos deixar de mencionar que existem grupos católicos e evangélicos que atuam no combate da prática e/ou coordenam ONGS e Abrigos para proteção de crianças violentadas e ameaçadas.

no caso das igrejas proféticas e pentecostais. (PEREIRA, 2009:43)

Bécharde (2014) também aborda esse fenômeno, explicando que,

As igrejas misturaram a convicção bantu de que os espíritos podem influenciar as questões mundanas com a doutrina pentecostal de guerrilha espiritual: o demônio tenta destruir as almas e os cristãos têm de batalhar contra o demônio com a sua fé. O que se perdeu da tradição bantu foi a ideia, descrita pelo antropólogo britânico Victor Turner, de que os sofrendores podem reconciliar os seus problemas com os espíritos que os infligem. Em vez disso, e como de acordo com as crenças actuais os espíritos são culpados pelo sofrimento, o crente deve perseguir os intermediários humanos dos espíritos e expulsar o demônio. (BÉCHARD, 2014:9)

E, infelizmente, algumas crianças e adolescentes, por meio de lógicas quase inexplicáveis¹³, tornam-se esses intermediários humanos, que trazem “mauagouro”, desgraça, fome, etc. Esses meninos e meninas carregam em si toda a responsabilidade mediante as desgraças particulares, econômicas, políticas e sociais que acometem seu núcleo familiar e/ou comunitário. Segundo Bécharde (2014:5-6)

[...] muitos escritores e antropólogos explicam, como faz Mike Davis no seu livro Planet of Slums, que o que está a acontecer no Congo é o resultado da pobreza: as famílias, incapazes de alimentar ou sustentar as crianças, acusam-nas de feitiçaria para se descartarem delas. Alguns activistas congolezes descrevem o problema de forma idêntica: “Acho que é um truque para elas [famílias] se livrarem delas”, diz Marie Marguerite Djokaba, da Rede de Educadores de Crianças de Rua (Reejer). “O problema das crianças feitiçarias está relacionado com a situação económica. É uma desculpa para expulsarem as crianças (BÉCHARD, op. cit.: 5, 6)

Obstante a isso podemos afirmar que a prática de se acusar crianças de feitiçaria não é parte da tradição Bantu dos Bakongos, muito menos da cultura africana de modo geral, mas sim um elemento ressignificante que se situa no campo da desconstrução identitária e da expropriação humana imposta por uma história de imperialismo, colonialismo, guerra civil e violação dos Direitos Humanos.

4. REFLEXÕES A PARTIR DA ÓTICA DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL E EM ANGOLA

A chamada “Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Infância” decorre de um conjunto de instrumentos jurídicos internacionais, dentre eles a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e, especialmente, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, a qual dispõe em seus dois primeiros princípios que,

Princípio 1

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Princípio 2

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-

¹³ Sugerimos os documentários: “Talvez Deus Esteja Doente” (2007), dirigido por Franco Bogi Taviani e “Dispatches Saving Africa’s Witch Children” (2003), dirigido por Mags Gavan and Joost van der Valk

se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

A criança é vista como prioridade absoluta. No Brasil a "Proteção Integral" foi contemplada na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Crianças e Adolescentes passam a ser considerados como pessoas em processo de desenvolvimento, não mais como objeto da família, dos adultos que os cercam e do Estado. Há a garantia dos direitos fundamentais, o estabelecimento de medidas de proteção e de medidas socioeducativas. O estatuto brasileiro é reconhecido como uma lei de grande amplitude, servindo como exemplo para a construção de legislações em diferentes países, sendo eles da América do Sul, como Peru e Venezuela, ou europeus, como Suécia e Suíça.

O acúmulo do debate brasileiro acerca da "Doutrina da Proteção Integral" nos permite tecer algumas reflexões a respeito da rede de proteção voltada as crianças acusadas de feitiçaria em Angola. O documento "Situation Analysis Children and Women in Angola" (2014) aborda o tema, apontando que,

As crianças que vivem completamente fora de um ambiente familiar são as mais vulneráveis, a exemplo daquelas em prisões ou que vivem em situação de rua. Estas crianças são privadas do cuidado e afeto familiares, e expostas a riscos muito elevados de violência, abuso e exploração, bem como são submetidas a privações no acesso à educação e cuidados de saúde. Uma das principais categorias de violência contra infância relatada pela INAC se refere a crianças, muitas vezes órfãs, que são acusadas de bruxaria [feiticeira] e sendo submetidas a toda

ordem de violência e abandono (MINFAMU 2013). O tráfico de crianças para fins de exploração como empregadas domésticas, operários ou trabalhadores(as) do sexo, é reconhecido como um problema, mas há pouca informação sobre a dimensão ou natureza deste tipo de fenômeno. Embora o índice de crianças fora do convívio familiar seja baixo, a situação das mesmas requer mais atenção por conta dos riscos desproporcionados que enfrentam (UNICEF, 2014, p. 108, tradução nossa).

Vemos que o organismo internacional chama atenção para a situação das crianças acusadas de feitiçaria e traz informações de órgãos do próprio governo angolano, sendo eles o INAC – Instituto Nacional da Criança de Angola¹⁴, órgão vinculado ao Ministério da Assistência e Reinserção Social de Angola, como também informações coletadas na MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher¹⁵. Deduzimos, portanto, que há um esforço internacional e nacional para se analisar o fenômeno e efetivar ações de combate. Neste sentido, buscamos nos sites dos órgãos em questão se havia o anúncio de algum programa especial para a atuação ou estudos desenvolvidos no contexto das acusações de feitiçaria contra crianças, porém não encontramos¹⁶.

Observamos que, como no Brasil, Angola também ratificou da Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1990, portanto, pelo menos em termos jurídicos, a proteção integral é compromisso destes países. No Brasil, vemos que muito há o que se implementar para efetivação do Estatuto, todavia, em meio da conjuntura neoliberal que acomete o país desde a década de 1990, o retrocesso no que diz

¹⁴ <http://www.minars.gov.ao/VerPrestadorServico.aspx?id=300>

¹⁵ <http://www.minars.gov.ao/>

¹⁶ Não estamos afirmando que as ações específicas são inexistentes, mas sim que não estavam disponíveis nos sites.

respeito a garantia dos direitos sociais é concreto e visível, neste sentido, a garantia de direitos de crianças e adolescentes torna-se um desafio coletivo¹⁷.

Uma análise interessante da conjuntura brasileira no que diz respeito a garantia de direitos é desenvolvida por Dagnino (2004), quando a mesma explica a existência de dois projetos políticos incongruentes, mas que se confluem. O primeiro diz respeito ao alargamento da democracia e da participação popular que se inicia na luta pela superação da ordem ditatorial e estabelecimento da Constituição de 1988 e suas legislações posteriores; o segundo se materializou na eleição de Collor em 1989 e na conseqüente introdução do neoliberalismo no país, que se efetiva de fato nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Na conjuntura atual brasileira, meados de 2016, vemos a retomada do ataque à democracia e o fortalecimento de medidas que vão a contramão da garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora e conseqüentemente de crianças e adolescentes.

No caso de Angola, Massena (2016:87) cita alguns dos instrumentos jurídicos mais importantes no que se refere ao entendimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos,

São reflexo do entendimento da CRIANÇA como sujeito de DIREITOS

- Constituição da República de Angola (vd. artºs. 35º, nºs. 6 e 7 e 80º, nº 1);
- Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança - Lei 25/12, de 22 de Agosto;
- Lei Contra a Violência Doméstica - Lei 25/11, de 14 de Julho;

- Código da Família, aprovado pela Lei 1/88, de 20/2;
- Regras Mínimas para Administração da Justiça de Menores - Regras de Beijing - Resolução das Nações Unidas de 29/11/85;
- Regras das Nações Unidas para a Protecção dos Menores Privados de Liberdade adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/113, de 14 de Dezembro de 1990 - Regras de Havana;
- Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade) adoptados e proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/112, de 14 de Dezembro de 1990;
- Convenção sobre os Direitos da Criança de 20/11/1989, ratificada por Angola (Resolução da Assembleia do Povo nº 20/90);
- Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, aprovada em Addis Abeba, em 1990, ratificada por Angola em Abril de 1992.

Neste artigo teceremos algumas reflexões acerca da Lei n.º 25/12, que dispõe sobre a Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança - LPDIC, que é bem recente. Valendo ressaltar que anteriormente a esta lei, Angola já contava com a Lei 09/96, conhecida como "Lei do Julgado de Menores"¹⁸, a qual, segundo Massena (2016:85), contém

[...] os aspectos substantivos da jurisdição das crianças e jovens em situação de perigo social e de pré-delinquência com a previsão de medidas tutelares que visarão a protecção, assistência e educação do menor cuja situação de perigo clama por uma intervenção coordenada do órgão judicial composto por um juiz e coadjuvado por dois peritos assessores

A LPDIC não revoga a "Lei do Julgado de Menores" e também referenda a Resolução nº 05/08, de 18 Janeiro, do Conselho de Ministros, que determina os "Onze

¹⁷ Questões constatadas na pesquisa desenvolvida por Rocha (2012), que denuncia a violação de direitos vivenciada pelos adolescentes brasileiros que são explorados pelo Tráfico de Drogas.

¹⁸ Gostaríamos de ter analisado a própria lei, porém não a encontramos disponibilizada nos recursos virtuais que tivemos acesso para a construção deste texto.

Compromissos com as Crianças Angolanas”, os quais são: 1. A esperança de vida; 2. Segurança alimentar nutricional; 3. Registo de nascimento; 4. Educação da primeira infância; 5. Educação primária; 6.. Justiça juvenil; 7. Prevenção e reedução do impacto do HIV/AIDS nas famílias e nas crianças; 8. Prevenção e mitigação da violência contra a criança; 9. Competências familiares; 10. Criança e comunicação social; 11. Criança no orçamento geral do Estado.

Outro documento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes importante para as reflexões que nos propomos é a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança de 1990 (ratificada em Angola em 1992), a qual dispõe em seu Artigo 1º. que “qualquer costume, tradição, cultural ou religiosa, prática que é incompatível com os direitos, deveres e obrigações contidas na presente Carta ao alcance dessa inconsistência deve ser desencorajado”. Ou seja, a prática da violência contra crianças acusadas de feitiçaria se enquadra neste contexto e, como já apontamos no artigo, esse fenómeno se situa no âmbito da tradição, todavia é resultante de processos de crise identitária e de desproteção social em proporções imensuráveis.

Ao buscarmos conhecer um pouco acerca da lei de protecção à infância angolana atual, vimos que a mesma está em consonância com os instrumentos internacionais a medida em que “tem por objecto a definição de regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança”. No que se refere

aos direitos fundamentais, a LPDIC coloca no Art. 3º.

Direitos Fundamentais

A criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana em geral, sem prejuízo dos direitos fundamentais especialmente destinados à protecção e ao desenvolvimento da criança ou do sistema de protecção e de desenvolvimento integral da criança previsto pela presente lei.

Visualizamos, portanto princípios presentes na Doutrina da Protecção Integral, inclusive, em seu Art. 49º.

Compromissos do Estado e da Sociedade Perante a Criança

1. Os 11 Compromissos constituem um conjunto de responsabilidades assumidas entre o Poder Executivo, o Sistema das Nações Unidas e Parceiros Sociais do Estado, para garantir o desenvolvimento integral da criança, baseadas em instrumentos jurídicos nacionais e internacionais sobre a criança.

Em relação ao que no Brasil se convencionou caracterizar como medidas de protecção, vimos que estão dispostas no Art. 38º., quando coloca que “o Executivo deve adoptar medidas de protecção e de atendimento especial adequadas, particularmente legislativas, administrativas, sociais e educativas tendentes à protecção da criança em situação difícil ou de risco”, e também quando afirma que “a criança que, temporária ou definitivamente, estiver privada do seu ambiente familiar tem direito à protecção e à assistência especiais, nos termos da lei”. Há também a menção da “Materialização do Atendimento” no Art. 39º. o qual aborda que “o atendimento da criança é concretizado através de um

conjunto de acções articuladas entre os organismos públicos vocacionados e instituições privadas devidamente autorizadas”, e dispõe que

2. Sem prejuízo do estabelecido em outros diplomas, o atendimento referido no número anterior é efectivado através de medidas de assistências consubstanciadas, designadamente:

- a)- Na orientação e no apoio sócio familiar;
- b)- No apoio sócio educativo em regime aberto;
- c)- Na integração familiar;
- d)- No acolhimento em instituições de protecção.

Observamos que a lei dialoga diretamente com os já mencionados “Onze compromissos com Crianças Angolanas” estabelecendo a existência de uma rede de protecção. O Capítulo VII discrimina o que vem a ser a chamada “Protecção Multi-Sectorial da Criança”, entretanto, neste mesmo capítulo há a Seção das Tarefas e Serviços Mínimos Obrigatórios nas áreas de Saúde Básica; Água, Saneamento e Higiene; Nutrição; Registro de Nascimento; Educação na Primeira Infância; HIV/AIDS; Protecção e Assistência Social; Redução da Violência; Competências Familiares; e Comunicação Social, traduzindo o que chamávamos no Brasil de Doutrina da Situação Irregular (que explicaremos mais a frente), pois garante direitos especialmente para situações de extremo risco e violações graves, havendo poucas menções a direitos universais. Haja visto que a LPIDC garante especial prioridade à primeira infância (0 a 5 anos) argumentando que essa fase do desenvolvimento infantil é mais suscetível e vulnerável, elemento que deixa a desejar no que se refere a

Protecção Integral de todas crianças e adolescentes.

A objetivação da infância e adolescência fica clara na LPIDC em toda Seção V, que dispõe sobre os “Deveres da Criança”, referindo que

Artigo 34.º (Dever de Respeito)

De acordo com a sua idade e maturidade, a criança tem o dever de respeitar os seus pais, os membros da família, os professores, os educadores, as pessoas idosas, as pessoas com necessidades especiais e demais membros da comunidade, devendo prestar-lhes assistência e apoio em caso de necessidade, nos termos da lei e do costume.

Os artigos subsequentes falam do dever de participar da vida familiar e comunitária, no desenvolvimento do país, colocando suas habilidades físicas e intelectuais a serviço da nação. Havendo também a menção a respeito do dever de “aprender e observar os princípios da boa educação, boa conduta social e cultivar os valores culturais e patrióticos do seu país, devendo respeitar as instituições e participar nas tarefas que lhe permitam ser parte activa da comunidade”. Observamos, portanto, que aspectos que poderiam ser tratados a partir da consideração do protagonismo de crianças e adolescentes, são descritas como dever.

A medida que continuamos a buscar na lei elementos concretos que possam auxiliar no combate a prática da feitiçaria, vemos que os princípios neoliberais estão introjetados de maneira direta na LPIDC, à exemplo do Art. 9º. o qual dispõe sobre a responsabilidade dos pais, referindo que “os pais estão ainda obrigados a assumir as despesas relativas à segurança,

saúde, educação e desenvolvimento integral da criança até que esta esteja legalmente em condições de se auto-sustentar”, deixando claro que o sustento é responsabilidade dos pais, não do Estado. Outra questão que nos preocupa sobremaneira se refere ao fato da lei legitimar a aplicação de disciplinas, referindo em seu artigo 10º. que,

Com a salvaguarda do direito ao respeito à dignidade e integridade, física, psíquica e moral, a criança tem direito a ser orientada e disciplinada em função da sua idade, condição física e mental, não sendo justificável nenhuma medida correctiva se, em razão da sua tenra idade ou por outras razões, a criança for incapaz de compreender o propósito da medida.

Pois, a nosso ver, esse artigo permite diferentes interpretações, abrindo espaços para o entendimento individual do que vem a ser a capacidade ou incapacidade de compreensão mediante o propósito da medida. Ao tratarmos da situação em específico das acusações de feitiçaria, dentro do universo particular das comunidades que tem essa acusação como parte de sua tradição (reconstruída sob a influência do cristianismo), podemos entender que para aqueles adultos, submeter as crianças à rituais de exorcismo e libertação pode ser considerado como disciplina ou medida corretiva.

Garcia Mendez (1994), ao contextualizar a Doutrina da Situação Irregular na América Latina, explica-nos que essa análise se dá no campo das variações presentes na execução das políticas sociais básicas. Neste meandro, o marco jurídico estabelecido se volta prioritariamente

para a categoria dos “menores” e havendo dentro desta a distinção entre abandonados e delinquentes. Segundo ele, “a ampliação do uso da doutrina da situação irregular resulta inversamente proporcional à expansão e qualidade das políticas sociais básicas” (GARCIA MENDEZ, 1994, p. 68). Ressalta que no contexto latino-americano as deficiências estruturais decorrentes de inúmeras crises políticas e econômicas determinam o crescimento do mundo dos “menores”, portanto, a falta de recursos motivaram a “judicialização” voltada para grupos prioritários.

Observamos que em Angola há a coexistência de duas leis para tratar de questões voltadas à crianças e adolescentes, ou seja, a Lei de Julgado de Menores (1996) e a LPDIC (2012), demonstrando uma clara cisão de públicos. A Lei de Julgado se volta de maneira direta à crianças e adolescentes que estão em conflito com a lei ou em situações que exigem a intervenção de órgão do Sistema de Justiça.

Por sua vez, a LPDIC, que foi analisada de maneira mais qualitativa neste artigo, se volta a todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, priorizando, todavia, as crianças de 0 a 5 anos e situações em que a vulnerabilidade é mais presente. A lei materializa muito mais princípios voltados à atenção prioritária para crianças em situação de vulnerabilidade extrema, que para a garantia de direitos universais para todas as crianças e adolescentes.

Esta análise não tem a presunção de desconsiderar as conquistas na esfera da garantia dos

direitos de crianças e adolescentes angolanas empreendidas pelo Estado e Sociedade Civil, pois levamos em consideração todo o histórico relatado neste artigo e os limites impostos externa e internamente aos avanços rumo a efetivação dos Direitos Humanos.

E, ao considerarmos a processualidade da constituição de legislações, principalmente quando essas se referem a garantia de direitos de crianças e adolescentes, defendemos a importância de valorização das legislações atuais. Por outro lado, alertamos que ações para combate a prática de violência contra crianças e adolescentes acusadas de feitiçaria dependem do compromisso estatal no que se refere a efetivação dos direitos humanos e fundamentais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pudemos observar que Angola passa por inúmeros percalços até chegar a condição de Estado soberano. Esses percalços deixaram marcas incontestáveis da expropriação de riquezas naturais, econômicas, políticas e culturais. No bojo deste contexto de expropriação, a população é submetida a condições precárias para manutenção de sua subsistência intelectual e física, além disso, fica exposta a crise identitária decorrente de ataques a cultura e tradições milenares.

Refletimos o quanto a guerra civil e a violência a ela inerente atingem a população como um todo, que se sente violentada e, ao mesmo tempo, órfã de sua cultura e tradição, resignificando seus símbolos a partir da imposição dos princípios

cristãos, vistos como mostra de civilidade. Em meio destas contradições as pessoas buscam explicações para os infortúnios que as acometem, encontrando pseudo-explicações em tradições reconstruídas. A prática da acusação de crianças e adolescentes de feitiçaria se situa neste contexto complexo, transformando tradições positivas acerca da feitiçaria, em tradições negativas, que propagam o ódio e a violência.

As legislações angolanas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes se aproximam da "Doutrina da Proteção Integral", mas majoritariamente garantem direitos a situações de riscos extremos. Concordamos que o fenômeno da violência que essas crianças são submetidas se insere no contexto das vulnerabilidades. Ações paliativas são urgentes e, como pudemos observar, o Estado angolano e grupos da sociedade civil estão empreendendo esforços para intervir neste fenômeno.

No entanto, acreditamos que situações irracionais, como o fenômeno exemplificado neste artigo, só serão superadas quando a busca de combate se situar no âmbito coletivo da concretização de direitos para crianças, adolescentes, família, trabalhadores, comunidades, ou seja, para sociedade em geral. Ou seja, o combate para a violência que acomete crianças inocentes, que carregam em seus corpos e mentes o jugo de toda opressão que o país foi submetido, só serão de fato dizimadas quando os Direitos Humanos e Sociais forem garantidos em integralidade.

Referências Bibliográficas:

- ABRANTES, Carla Susana Alem. Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950. *Anuário Antropológico* disponível em: <http://aa.revues.org/678>. Acesso em: 26/04/2016
- ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- ANGOLA. Lei n.º 25/12. *Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança. - Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei. - Assembleia Nacional*. Publicado no Diário da República Iª Série n.º 162 de 22 de Agosto de 2012 (Pág. 3692). Disponível em: http://www.scm.gov.ao/diploma_texto.php?diplomaID=112457. Acesso em: 22/05/2016
- ANGOLA PRESS - ANGOP Bispo da diocese de Ndalatando apela cristãos a absterem-se de práticas de feitiçaria. *Sociedade*. 16/02/2015. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/1/8/BispodioceseNdalatandoapelacristaosabsterempraticasfeiticaria. Acesso em: 25/05/16
- ANGOLA PRESS - ANGOP. Bié: Pastor apela à abstenção dos males e consumo do álcool *Sociedade Angola*.06/04/2015. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/3/15/BiePastorapelaabstencadomasconsumoalcohol. Acesso em: 25/05/16
- ANGOLA PRESS - ANGOP. Mãe abandona filha acusandoa de feitiçaria. *Sociedade*. 16/04/2015. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/3/16/Maeabandonafilhaacusandofeiticaria. Acesso em: 25/05/16
- BÁ HAMPATÉ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (coord). *História Geral da África. I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010
- BÉCHARD, Deni. Congo: À procura das crianças feiticeiras. *Revista Público. Portugal*, 25/05/2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-procura-das-criancas-feiticeiras-1637183>. Acesso em: 10/01/2016
- BITTENCOURT, Marcelo "As linhas que formam o "EME": Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola". Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Política e Sociedade*. N. 5, Out/2004. p. 139-164
- FERNANDES, Márcio Luiz e KUTASSI, Adriano Dídimo. Análise fenomenológica dos ritos celebrativos na cultura Banto. In: SANCHES, M. A. (Org.) Congresso de Teologia da PUCPR. *Anais eletrônicos do Congresso de Teologia da PUCPR*. Curitiba: Champagnat, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2009/>. Acesso em: 20/05/2016
- GARCIA MENDEZ, Emílio e DA COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Das necessidades aos Direitos*. São Paulo: Malheiros Editores, 1994

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LARA, Lúcio. et al. *Um amplo movimento: itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara: até fev. 61*. 2ª ed. Luanda: [s.n.], 1998 (Associação Tchiveka de Documentação). 554 p. Vol. I.

MASSENA, Ana (org). *O Direito da Família e dos Menores em Angola. Organização Judiciária – Direito Interno – Instrumentos Internacionais*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. *Limites do Ultramar Português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951 – 1975)*. Dissertação. (Mestrado em História), da Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes Pereira. *Crianças acusadas de feitiçaria em Angola: economia e parentesco num contexto de pós-guerra civil*. *Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: CEBRAP, 2007.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2008 (Produção Acadêmica Premiada)

PEREIRA, Luena Nunes. *Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e estado no pós-guerra angolano*. *Revista Religião e Sociedade*. vol. 28 nº. 2. Rio de Janeiro 2008. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S010085872008000200003>. Acesso em: 20/05/2016

ROCHA, Andréa Pires. *Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil – Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza* / Andréa Pires Rocha. Franca: [s.n.], 2012

SANTOS, José Francisco dos. *Relação Brasil/Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

UNICEF. *Situation Analysis Children and Women in Angola*. Angola: UNICEF, 2015

RECEBIDO EM: 30/05/2016

APROVADO EM: 15/05/2016

HAIKAIS FOTOGRÁFICOS: REPRESENTAÇÕES DE NATUREZA NAS IMAGENS DE HARUO OHARA (LONDRINA, 1930-1950)¹

Richard Gonçalves André
Doutor em História/UNESP
Professor do Departamento de
História da UEL

Resumo: No Brasil, as fotografias de regiões de fronteira ao longo do século XX apresentam um padrão de natureza produtiva. Em Londrina (PR), Haruo Ohara começou a produzir imagens entre os anos 1930 e 1950 que transcendem essa perspectiva, ressaltando as ambivalências entre produção e destruição. O objetivo deste artigo é compreender esse outro olhar, utilizando como fontes algumas das fotos de Ohara. Sua visão pode ser compreendida a partir de dois eixos explicativos: o lugar social ocupado pelo fotógrafo e as influências da cultura japonesa de caráter pré-migratório. Do ponto de vista teórico e metodológico, as fotografias são compreendidas como representações que estabelecem um duplo corte sobre o espaço e o tempo, como propõe Philippe Dubois.

Palavras-chave: Fotografia. Natureza. Haruo Ohara.

Abstract: In Brazil, photographs of frontier regions throughout the twentieth century present a pattern of productive nature. In Londrina (PR), Haruo Ohara began to produce images between 1930s and 1950s that transcend this perspective, emphasizing the ambivalences between production and destruction. This paper intends to understand that another look, using as sources some of the Ohara's photos. His visions can be understood from two explanatory axes: the social position occupied by the photographer and the influences of pre-migratory Japanese culture. From a theoretical e

methodological point of view, the photographs are understood as representations that establish a double cut over space and time, as proposed Philippe Dubois.

Keywords: Photograph. Nature. Haruo Ohara.

1. Contraluz

No Brasil, as fotografias do mundo natural produzidas em cidades de fronteira ao longo do século XX pertencem a um padrão fotográfico que é possível denominar como natureza produtiva. Geralmente, no enquadramento das imagens, são representados indivíduos que parecem minúsculos diante de árvores gigantescas como figueiras, perobas e pau d'alhos. Eles posam de forma triunfal perante raízes e troncos, em estado natural, em processo de corte, tombados, sendo transportados em caminhões ou trabalhados em serrarias. Variações dessas cenas são compostas por colonos ostentando fartas produções de uvas, repolhos e caquis, reconstruindo o imaginário edênico brasileiro, marcado por convenções como bons ares, rios caudalosos e fertilidade (ANDRÉ, 2014) existentes desde, pelo menos, a vinda dos colonizadores portugueses no século XVI, como sugere Sérgio Buarque de Holanda (2000).

Trata-se de uma aparente permanência que, no entanto, sofre uma ressignificação no oitocentos e novecentos: a natureza paradisíaca torna-se não apenas local de regozijo para os sentidos, mas objeto de dominação, trabalho, lucro e, portanto, construção de certa concepção de civilização fundamentada na submissão do

¹ Gostaria de agradecer, aqui, a autorização para o uso das imagens pertencentes ao acervo do Museu Histórico de Londrina, do Instituto Moreira Salles e do Museu Histórico da Imigração Japonesa. Agradeço também a Saulo Haruo Ohara, que, além de gentilmente conceder uma entrevista, sugeriu diversos materiais para a elaboração deste artigo.

mundo natural (ARRUDA, 1997; CARVALHO, 1998; HARDMAN, 1988; MACIEL, 1997, entre outros). Não é coincidência que, nas fotografias de regiões fronteiriças, os machados fincados sobre os caules tombados tenham se tornado símbolos, pelo menos durante a primeira metade do século XX, do progresso sobre a selvageria da natureza (ANDRÉ, 2014). Mesmo hoje, não é incomum que imagens do gênero sejam monumentalizadas em praças, murais, paredes de bibliotecas e mesmo em restaurantes, desempenhando o papel de lugares de memória em centros urbanos que, mesmo tendo perdido atualmente o caráter de fronteira, permanecem utilizando essa identidade (ANDRÉ, 2014; ARRUDA, 2001).

Esse é o caso de Londrina (municipalizada em 1934), situada na região Norte do Paraná, que passou por um processo de recolonização a partir da década de 1920 por meio das atividades ligadas à empresa inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que passou a vender terras na região (ARIAS NETO, 1998)². Com o objetivo de legitimar o empreendimento fundiário e, ao mesmo tempo, atrair potenciais compradores de diferentes regiões do Brasil (diversos deles imigrantes que já se encontravam estabelecidos no país, como é o caso de italianos, japoneses e alemães³), a empresa contratou os serviços de um fotógrafo de ascendência italiana, José Juliani. Até 1944, quando a CTNP foi nacionalizada, Juliani produziu imagens de árvores gigantescas, derrubadas, transporte

e fartas colheitas que foram publicadas em cartazes, pôsteres e cartilhas publicitárias distribuídos pela Companhia para vários pontos do território brasileiro⁴. Essas fotos se enquadram na sugerida categoria da natureza produtiva, como é o caso da *imagem 1*, produzida em 1934 e que representa a videira do sítio da família Brugin, que havia comprado terras na região. Na composição horizontal, os indivíduos posam teatralmente diante da câmera ostentando a farta produção de uva, seja em cestos e peneiras (pesados para as crianças, o que não é casual), seja no próprio parreiral carregado. Agachado, um dos indivíduos degusta a fruta olhando para o horizonte fora da foto (o que iria tornar-se, aliás, parte da linguagem cinematográfica posteriormente, sugerindo a ilusão de ausência da câmera e, portanto, criando a ilusão de realismo [DUBOIS, 1993]). A exposição da foto é clara, tendendo para a superexposição, ressaltando a impressão de leveza, em contraposição ao tom sombrio proveniente da subexposição. Não apenas os motivos presentes no enquadramento, como também os elementos de composição utilizados pelo fotógrafo, o que implica a ação do mesmo na construção do discurso visual, sugerem a questão da fertilidade natural que, uma vez domesticada pelo homem, poderia tornar-se fonte de riqueza e abundância (para uma análise mais aprofundada da imagem em questão, ver André [2014])⁵.

² O conceito de recolonização foi proposto pelo sociólogo Nelson Dacio Tomazi (2000), no caso do Norte do Paraná, com o objetivo de desconstruir a ideia segundo a qual a companhia teria promovido a colonização da região a partir de um vazio demográfico, como sustenta a historiografia tradicional sobre a espacialidade. Ver, nesse sentido, o livro de Jorge Cernev (1997). Segundo o discurso do vazio, não teria havido a presença de populações indígenas, posseiros e grileiros na área adquirida pela CTNP, que foram higienizados da memória regional, o que teria sido apropriado pelos historiadores regionais. Entretanto, essa historiografia passou a ser questionada a partir dos trabalhos de Sonia Adum (1991), José Miguel Arias Neto (1998) e do próprio Tomazi (1989; 2000), que começaram a problematizar as representações convencionadas sobre a Companhia de Terras Norte do Paraná, chamando a atenção para a violência da empresa sobre os grupos que antecederam sua presença no território e os elementos ideológicos da memória regional, entre outros aspectos.

³ Exceto no caso da Gleba Roland, que seria desmembrada de Londrina e municipalizada em 1943 (IBGE, s.d.) e receberia imigrantes alemães e judeus (SOARES, 2009), não teria havido outros imigrantes diretos para as terras da companhia. Tratavam-se, antes, de indivíduos de múltiplas etnias que já haviam emigrado para outras regiões do país e para os quais a publicidade da empresa se direcionava, prometendo a possibilidade de aquisição de títulos fundiários baratos e seguros. A propaganda da CTNP atingia, de forma significativa, trabalhadores labutando na condição de colonos nas terras de um patrão, condição social e econômica que realçava os atrativos do empreendimento da Companhia (ANDRÉ, 2014).

⁴ Em 1944, em razão das políticas nacionalistas do presidente Getúlio Vargas em contexto de guerra, o que implicaria a repatriação de capitais estrangeiros, a CTNP foi nacionalizada, tornando-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), cujo foco de ação deslocou-se para cidades como Maringá e Cianorte (ARIAS NETO, 1998).

⁵ As fotografias de Juliani encontram-se, atualmente, no acervo do Museu Histórico de Londrina, embora tenham sido amplamente reproduzidas em livros, murais, pôsteres, cartilhas, álbuns, catálogos e filmes, entre outros suportes.

Imagem 1



JULIANI, José. **Videira no sítio da família Brugin**. 1934. 1 fot., P&B, 15,6x22,2cm. Acervo do Museu Histórico Padre Carlos Weiss, álbum José Juliani, foto n. 48.

Imagens como essa, como afirmado, tornaram-se um padrão em cidades brasileiras de fronteira ao longo do século XX. No entanto, gostaria de chamar a atenção aqui não para o discurso visual padronizado, mas para o desvio. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, no mesmo período em que Juliani fotografava as perobas e figueiras gigantes em frente às quais posavam os minúsculos, mas ativos trabalhadores, um fotógrafo japonês, na mesma Londrina em processo de construção, atentava para outra natureza que estava ali para todos verem, mas que apenas ele transformou em fotografia propriamente dita. Como se pode observar na *imagem 2*, Haruo Ohara

atentou para outro mundo natural: a dimensão destrutiva da geada que, no caso, assolou as plantações de café nos anos 1940⁶. No enquadramento horizontal, o próprio Ohara, num autorretrato incomum durante o contexto histórico em foco, encontra-se sentado, melancólico, sobre um toco de árvore, tendo em segundo plano os pés de café desfolhados e destruídos pela geada. As árvores formam um corte diagonal na foto, que parte do canto superior esquerdo para o quadrante inferior direito. Mais ao fundo, encontram-se nuvens ainda carregadas de chuva. O tom da imagem tende mais para a subexposição, diferentemente da imagem clara de Juliani.

⁶ Não se trata, ainda, daquela que ficou conhecida como Geada Negra, que ocorreu em 1975. De qualquer maneira, a fotografia em questão foi utilizada de forma anacrônica no recente documentário intitulado "Ouro Verde: memórias da cidade do café", dirigido pelo jornalista Flávio Cavazotti (2015), aludindo à geada dos anos 1970.

A composição não é casual, apenas registrando uma cena do dia a dia: a estética fotográfica é acurada, utilizando-se da linha diagonal do cafezal como elemento que conduz o olhar do espectador ao longo de todos os quadrantes da cena. Isso não é coincidência, na medida em que a maioria dos fotógrafos de natureza produtiva utiliza-se de linhas horizontais, numa composição mais clássica, para cortar a linha do horizonte, sugerindo uma sensação de estabilidade: a foto estaria do lado "certo"⁷. A subexposição, por sua vez, remete a uma impressão mais sombria (e as sombras estão nas próprias nuvens do céu) do episódio da geada. Mais uma vez, não se trata de casualidade do clique, uma vez que, a partir do conjunto da obra de Ohara, percebe-se o uso experimental da exposição, lembrando que o fotógrafo lançava mão, em diferentes cenas, de

contraluzes⁸ semelhantes àquelas realizadas por Henri Cartier-Bresson na França. A própria pose do fotógrafo/fotografado é sintomática, em postura melancólica que, diga-se de passagem, não revela o rosto, ao contrário dos trabalhadores de Juliani que ostentam a face que triunfa sobre a paisagem subjugada. Aqui, a polaridade se inverte, porquanto o homem seja submetido a uma natureza que lhe foge ao controle, caótica e algo imprevisível. Não se trata, somente, de uma composição qualquer, mas do indício de uma visão do mundo natural que se desvia em relação àquela concepção produtiva hegemônica no período: a natureza é contraditória, podendo oferecer a produção, mas também trazer a destruição, numa perspectiva que transcende a unilateralidade da vitória humana e racional sobre o domínio natural⁹.

⁷ Philippe Dubois (1993) problematiza a composição clássica da fotografia que remete à estabilidade do espaço para o observador, utilizando como ponto de partida para a reflexão a série fotográfica de Alfred Stieglitz intitulada "Nuvens", na qual o fotógrafo enquadra, literalmente, nuvens no céu sem qualquer outro ponto de referência. Isso torna impossível, no momento da exposição, definir qual seria o lado "certo" da imagem.

⁸ A contraluz é um procedimento fotográfico que tende a subexpor o primeiro plano de tal forma que os objetos representados são reduzidos à condição de silhueta (HEDGECOE, 1996).

⁹ O acervo fotográfico de Ohara está sob a guarda, atualmente, do Instituto Moreira Salles (IMS).

Imagem 2



OHARA, Haruo. **Autorretrato, Haruo Ohara.** Década de 1940. 1 fot., P&B. Acervo do Instituto Moreira Salles.

Considerando esse desvio no olhar fotográfico de Ohara, gostaria de refletir sobre a seguinte problemática: como um fotógrafo situado numa região de fronteira na primeira metade do século XX produziu imagens de natureza a partir de outro olhar, contrapondo-se a um padrão imagético aparentemente estabelecido em torno do mundo natural produtivo? Se, como afirma o historiador francês Marc Bloch (1993), a comparação seria a varinha de condão da História, pretendo perscrutar as razões que levaram a essa mudança de perspectiva. Para responder à questão, lanço algumas hipóteses, tais como a questão do lugar social a partir do qual Ohara produziu e os diálogos que o fotógrafo realizou com certos elementos da cultura

japonesa, permitindo-lhe produzir o que denominei *haikais* fotográficos¹⁰.

2. As camadas de luz da paisagem

Como sugere o historiador inglês Simon Schama (1996), a paisagem não é composta apenas de camadas de solo e vegetação, tratando-se, também, de uma construção humana em dois sentidos. Em primeiro lugar, homens e mulheres transformam fisicamente a natureza delimitando o espaço, alterando a composição da vegetação (no caso, por exemplo, da transformação de um ecossistema complexo numa floresta mais ou menos homogênea de eucaliptos), construindo estradas, pontes, barragens, canais de irrigação, entre outras possibilidades (ALMEIDA,

¹⁰ Inspiro-me aqui no título do artigo jornalístico publicado por Nelson Sato (1999) quando do falecimento de Ohara em 1999, "Morre o poeta do olhar". O *haikai* ou *haiku* é uma forma poética japonesa sobre a qual se discorrerá mais adiante, não se tratando, aqui, apenas de uma metáfora.

1996). Isso se aplica ao caso norte-paranaense, na medida em que parte da Mata Atlântica que compunha a região até as décadas de 1920 e 1930, cuja beleza foi elogiada pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1996) em seus "Tristes trópicos", transformou-se rapidamente sob a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná¹¹. A densa mata foi convertida em matéria-prima para a construção de lavouras de milho, trigo e café (e, principalmente após a década de 1970, conjuntura da Geada Negra, também de soja¹²), bem como de cidades, de forma que a floresta foi reduzida a certas porções florestais em Londrina como o bosque central, o Parque Arthur Thomas e a Mata dos Godoy, considerados "pulmões verdes" nas cidades-jardim¹³. O agrônomo Amarildo Souza de Paula afirma que "[...] desapareceram 49.199km² [de áreas verdes] de 1931-1950. Até 1963, essa área já chegava a 87.990km². Em 1965, o Estado do Paraná havia perdido mais de 75% de sua cobertura vegetal [...]" (PAULA, 2001: 11 e 12).

O segundo sentido da paisagem diz respeito às representações construídas em torno da mesma, uma vez que constitui também objeto de percepção e afeto. Analisando o caso do Yosemite Valley, situado no Estado norte-americano da Califórnia, Schama (1996) ressalta que a visão convencionalizada acerca da floresta encontra-se amparada pela construção realizada por pintores e fotógrafos sobre a mesma, de forma que o espaço é estruturado não apenas por camadas de solo e

vegetação, como afirmado, mas também pelos significados arquitetados historicamente. Afinal, como chama a atenção, a floresta não se nomeia, sendo, antes, denominada pelos seres humanos, o que já caracteriza a tessitura de significados. O historiador inglês Keith Thomas (1998) também nota que a visão acerca da natureza seria fruto do lugar social ocupado pelos indivíduos que a produzem. É o caso das representações do campo e da cidade, que podem oscilar entre o campo como local bucólico ou de atraso, bem como da cidade como lugar de modernidade ou degeneração, como enfatiza o teórico da literatura inglês Raymond Williams (1989).

Tendo em vista o contexto histórico norte-paranaense, as fotografias regionais se prestam a tecer significados em torno da paisagem, passando por um processo de aceitação pública em determinadas circunstâncias e tornando-se referências para a memória regional (ARRUDA, 2001). Não é coincidência que, mesmo após o colapso da CTNP e do deslocamento da companhia já nacionalizada para cidades como Maringá e Cianorte (cujo nome, diga-se de passagem, seria um panegírico à ação da companhia), e malgrado o desenvolvimento do movimento ecológico a partir dos anos 1970, as fotografias em torno da paisagem produtiva, com seus pioneiros submetendo enormes perobas por meio do braço civilizatório, continuam sendo monumentalizadas em painéis, ampliações em shoppings, catálogos, museus e bibliotecas. Trata-se de uma

¹¹ Durante a década de 1930, Lévi-Strauss esteve no Brasil, inclusive no Norte do Paraná. "Tristes tópicos" (LÉVI-STRAUSS, 1996) constitui relato de sua passagem pelo território brasileiro. A descrição poética que realiza da Mata Atlântica paranaense é a seguinte: "Campistas, acampai no Paraná. Ou melhor, não: abstende-vos. Reservai aos últimos recantos da Europa vossos papéis engordurados, vossos frascos indestrutíveis e vossas latas de conserva abertas. Espalhai por ali a ferrugem de vossas barracas. Porém, mais adiante da franja pioneira e até a expiração do prazo tão curto que nos separa de sua pilhagem definitiva, respeitai as torrentes fugitivas pela espuma recente, que descem aos saltos os degraus cavados nos flancos violeta de basaltos. Não pisoteais os musgos vulcânicos de ácido frescor; possam vossos passos vacilar à entrada das pradarias desabitadas e da grande floresta úmida de coníferas, varando o emaranhado de cipós e de samambaias para erguer no céu formas inversas às de nossos pinheiros: não cones afilados no cume, mas, ao contrário - vegetal regular que encantaria Baudelaire -, sobrepondo ao redor do tronco as bandejas hexagonais de seus galhos, e alargando-as até a última que desabrocha numa gigantesca umbrela. Virgem e solene paisagem que, por milhões de séculos, parece ter preservado intacta a face do Carbonífero e que a altitude, conjugada com o afastamento do trópico, liberta da confusão amazônica para conferir-lhe majestade e ordenamento inexplicáveis, a não ser que nisso enxerguemos o efeito de um uso imemorial por uma raça mais sensata e mais poderosa que a nossa, e a cujo desaparecimento devemos o fato de poder penetrar nesse parque sublime, hoje prostrado no silêncio e no abandono." (LÉVI-STRAUSS, 1996: 143). Aliás, as palavras do antropólogo são sintomáticas, antecipando a profunda transformação pela qual a paisagem passaria nas décadas seguintes. No decorrer de seu capítulo sobre o Paraná, Lévi-Strauss ressalta, inclusive, a presença residual de populações indígenas Jê, o que põe em xeque o discurso sobre o vazio demográfico posteriormente construído pelo memorialismo em torno da ação da CTNP e, também, pela própria historiografia tradicional da região.

natureza edênica, porém domesticada, que oferece um quadro mental para pensar o mundo natural norte-paranaense. Daí seria decorrente a popularidade do discurso do pioneiro que teria chegado a Londrina, construído ranchos de palmito em meio à mataria selvagem, cercado pelo som de grilos e animais ferozes e que, ainda assim, teria vencido as circunstâncias, derrubando a mata, submetendo-a, eventualmente enriquecendo e, enfim, vencendo na vida¹⁴. O próprio documentário de Cavazotti (2015), em pleno século XXI, continua reconstruindo essa narrativa épica, a ponto de um dos depoentes afirmarem que não existiriam pobres em Londrina no auge do café, ignorando a jogatina, os golpes e a prostituição que constituem a marginalidade londrinense (ADUM, 1991; HOLTZ, 2005; BENATTI, 1996). A paisagem é um dos fios que constituem esse discurso, embora não aquela delineada por Ohara, que parece ainda não ter alcançado o estatuto de memória visual da região.

A fotografia constitui dispositivo para a construção da paisagem, uma vez que arquiteta uma representação do mundo natural, considerando a reapresentação que elabora dos objetos por meio de signos icônicos (SANTAELLA; NÖTH, 2008)¹⁵. A imagem fotográfica estabelece dois cortes fundamentais sobre o referente: em primeiro lugar, circunscreve um espaço delimitado pelo enquadramento horizontal ou vertical convencionado ao longo do tempo, o que remete às opções que o fotógrafo lança mão no momento

do clique, valorizando ou desvalorizando os motivos em cena; além disso, pode-se ressaltar o congelamento de um instante que, anteriormente, estaria inserido num *continuum* temporal que teria sido fragmentado para a criação da temporalidade propriamente fotográfica (DUBOIS, 1993; KOSSOY, 2002). Por isso, Dubois (2002) considera a medusa personagem que simboliza o ato fotográfico, transformando em pedra (e, portanto, em morte) alguém que até então habitaria um mundo fluido (e, logo, vivo)¹⁶. Além do tempo e do espaço, seria possível, também, enfatizar outros elementos de composição icônica, tais como a disposição dos objetos na foto, cores, tons e linhas, isso para não falar de elementos verbais que podem acompanhar a imagem, como a legenda (ANDRÉ, 2014).

Apesar dos cortes que caracterizam a representação fotográfica, a fotografia tem sido associada, desde a primeira metade do século XIX, à reprodução técnica da realidade sem a suposta mediação do fotógrafo (BENJAMIN, 1992), criando o que Arlindo Machado (1984) denomina "ilusão especular". A discussão encontra-se bem desenvolvida na produção de conhecimento sobre a fotografia (BENJAMIN, 1992; BARTHES, 2010; SONTAG, 1981; KOSSOY, 2002, SANTAELLA; NÖTH, 2008, entre outros), mas cabe aqui ressaltar que o estatuto do real atribuído à foto torna legítima a construção da paisagem norte-paranaense. O padrão fotográfico da natureza produtiva, ponto de partida para as reflexões deste artigo, não seria

¹² Na memória regional, atribuiu-se à Geada Negra de 1975 o fim da cafeicultura paranaense. No entanto, a crise do café e a progressiva substituição da cultura agrícola pela soja encontrava-se em processo de andamento desde a década de 1960. Ver a pesquisa em andamento de Caroline da Silva Oliveira no PPGHIS da UEL.

¹³ A concepção da cidade-jardim foi criada pelo inglês Ebenezer Howard, concebendo centros urbanos que possuíssem relação harmônica com a natureza (BERMAN, 1986). As principais cidades planejadas pela CTNP e pela CMNP, Londrina e Maringá, respectivamente, possuem áreas verdes que desempenhariam o papel de pulmões verdes das zonas urbanas (PAULA, 1996).

¹⁴ Arias Neto (1998) afirma que a concepção de pioneiro constitui parte fundamental do discurso construído em Londrina e região, implicando aqueles que, apesar das dificuldades, teriam vencido na vida e excluindo, portanto, as populações marginalizadas.

¹⁵ De acordo com Lucia Santaella e Winfried Nöth (2008), baseando-se na Semiótica de Charles Sanders Peirce, o signo seria um elemento da linguagem que desempenharia o papel de substituto (daí sua relação com a representação) do referente. Uma de suas formas seria o ícone, cujo significante possuiria certa relação de semelhança com o objeto representado. A imagem fotográfica seria, talvez, o caso mais emblemático do signo icônico, tendo em vista sua similitude com o "real". Apesar disso, o ícone, segundo Santaella e Nöth, não pode ser reduzido apenas à semelhança da forma, o que, no entanto, extrapola a reflexão aqui proposta.

¹⁶ A discussão sobre a vida e a morte relacionadas à fotografia é complexa, não sendo interpretada de forma consensual pelos autores. Para uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto, ver Richard Gonçalves André e Ana Cristina Teodoro da Silva (2012).

apropriado como uma perspectiva sobre o mundo natural, mas como a própria paisagem, na medida em que a fotografia apenas reproduziria as coisas como são (diferentemente da pintura, mediada pelo pincel): não imagens sobre solo e vegetação, mas solo e vegetação, com a poeira do desmatamento civilizatório e o cheiro do mato cortado. A foto legitimaria certa visão da natureza, posto que apenas a refletiria. No entanto, isso é uma ilusão, como atenta Arlindo Machado (1984). O próprio fotógrafo norte-americano Ansel Adams, internacionalmente um dos mais reconhecidos fotógrafos de paisagem e fundador do Grupo *f64*¹⁷, reconhece em seu livro "A câmera"

Da próxima vez que você segurar uma câmera, pense nela não como um robô, automático e inflexível, mas como um instrumento maleável que você precisa compreender para utilizar adequadamente. Uma câmera pode ser um milagre eletrônico e óptico, mas não cria nada sozinha. Tudo que ela pode representar em termos de beleza e encantamento está, a princípio, em sua mente e em seu espírito (ADAMS, 2003: 15).

Adams enfatiza o caráter de representação da fotografia, chamando a atenção para o fato da câmera constituir dispositivo plástico (nesse sentido, não diferente do pincel e da tinta) que moldaria certa visão inerente ao próprio fotógrafo. Entretanto, nas regiões de fronteira brasileiras, a foto continua desempenhando o papel de substituto do real, invocando uma paisagem que, a rigor, é composta de ideias, luzes e sombras.

3. Outro olhar

Como afirmado, as fotografias de natureza produtiva passaram por

um processo de consagração em Londrina já a partir da década de 1950. Na conjuntura, os intelectuais da cidade buscaram construir uma memória coletiva a partir dos elementos publicitários utilizados pela companhia entre os anos 1920 e meados de 1940, mesmo após a nacionalização da empresa em 1944. Aliás, a "jovem tradição" londrinense seria uma forma de legitimar o *status quo* dos cafeicultores que, então, representavam a região como o Eldorado cafeeiro. No entanto, as imagens produzidas por Ohara, que sugeriam outro olhar sobre a paisagem, foram descobertas apenas tardiamente, isto é, na década de 1970, considerando que o fotógrafo começa a clicar na década de 1930. Segundo Rogério Ivano e Marcos Losnak, que escreveram uma biografia do fotógrafo, comentando a recepção de suas imagens na 1ª Coletiva de Arte Fotográfica do Comtour, realizada em 1974:

[...] A matéria do jornal "Folha de Londrina" era lacônica, chamava-o de "fotógrafo purista", alertava que estava separado da fotografia há mais de 15 anos, e que sua participação se devia a um resto de fé que o público ainda tinha na arte. Foi a primeira e última vez que Haruo permitiu o comércio de suas fotografias. Logo concluiu que trocá-las por dinheiro rapidamente o mataria enquanto artista (IVANO & LOSNAK, 2003: 158).

Mesmo após a descoberta tardia, as fotografias de Ohara não passaram pelo processo de consagração realizado sobre outros fotógrafos. A coletiva de arte fotográfica, bem como a recepção da imprensa, desempenhou papel crucial na conjuntura em questão, porquanto implique o reconhecimento

¹⁷ O nome do grupo, *f64*, remete a uma abertura de diafragma bastante pequena da câmera para fotografar. O diafragma é o mecanismo que permite a maior ou menor incidência de luz sobre a superfície sensível, seja o negativo ou, atualmente, os sensores das câmeras digitais. De forma geral, quando maior a abertura, menor a profundidade de campo nítido na imagem: haverá mais desfoque em certos planos da foto. Inversamente, quanto menor a abertura (64, no caso, diz respeito a uma fração, 1/64, onde 1 corresponde a uma polegada, isto é, 2,5cm), maior profundidade de campo, ou seja, uma fotografia extremamente nítida (ADAMS, 2003), o que era a proposta do grupo de Adams para registrar as paisagens de forma "precisa".

dos pares, do público e da crítica pretensamente especializada em relação à produção de Ohara. Em termos bourdieus, num campo fotográfico em processo de estruturação, trata-se não da apreciação da qualidade da obra em si (algo sempre relativo de acordo com as regras de campo em jogo), mas do reconhecimento do sujeito como pertencente ou não aos fotógrafos *establishment* (BOURDIEU, 2005; 1996). Isso não ocorreu, inclusive pela crítica negativa da própria Folha de Londrina. O periódico, então, já era um dos principais jornais da região (TRIGUEIRO FILHO; TRIGUEIRO NETO, 1991), sendo um dos lugares de memória para a reconstrução da “tradição” local, publicando, nos aniversários da cidade, dossiês memorialísticos sobre a história de Londrina, inclusive com fotografias de paisagens produtivas.

É possível afirmar, também, que faltava uma educação do olhar no contexto histórico em questão em relação à estética diferenciada de Ohara (ANDRÉ, 2014). O público estava mais habituado às imagens de paisagens produtivas convencionadas desde a década de 1950, monumentalizadas por meio de murais, álbuns e edições comemorativas. A obra de Ohara, utilizando de autorretratos e contraluzes que lembram as fotografias de Cartier-Bresson, não fazia parte do repertório icônico londrinense de forma geral, apenas talvez de alguns indivíduos. Vale ressaltar, além disso, que faltava na região uma experiência fotoclubista como no caso da cidade de São Paulo, onde fotoclubes como o

Bandeirante propunham experiências fotográficas diferenciadas desde meados do século XX (GRECCO, 2016)¹⁸.

O reconhecimento público da obra de Ohara na região é historicamente recente. Em 1999, quando do falecimento do fotógrafo, diversos jornais paranaenses publicaram notas de pesar e elogiaram a estética diferenciada de suas imagens (SATO, 1999; LOSNAK, 1999; XAVIER, 1998; BARÃO, 1999). O jornalista Marcos Losnak, da Folha de Londrina, comentou que

[...] a obra do fotógrafo, dentro de uma estética muito desenvolvida, possui certas particularidades. Entre essas particularidades estaria o fato de Ohara ter realizado uma documentação histórica de Londrina com um requinte nunca visto, além de oferecer uma visão japonesa sobre o Novo Mundo, em especial a fauna e a flora. Outro elemento importante estaria em sua apurada construção cênica e visual da produção de suas fotos, carregadas de sutilezas associadas a um profundo bom humor, uma sabedoria. Ao lado desses pontos, está o fato de ter desenvolvido sua técnica e estética praticamente sozinho, de maneira autodidata [...]

Em 2003, como afirmado, Ivano e Losnak (2003) publicaram uma biografia de Ohara com diversas fotografias. Em 2008, o acervo do fotógrafo saiu do Museu Histórico de Londrina, encontrando-se sob a guarda, atualmente, do Instituto Moreira Salles (s.d.), que tem realizado exposições da obra (ANDRÉ, 2014). Em 2010, foi produzido o curta metragem intitulado “Haruo Ohara (Japão, 1909 – Brasil, 1999)”, dirigido por Rodrigo Grota (2010). Parece haver atualmente um reconhecimento artístico das imagens de Ohara,

dentro e fora de Londrina, embora seja de uma natureza diferente daquele em torno das fotos de paisagens produtivas, que foram alçadas, como apontado, à condição de ícones da memória regional, sendo monumentalizadas em diversos locais da cidade. As fotografias de Ohara aparentemente possuem uma consagração artística como artefatos sublimados da experiência comum. Sua monumentalização ocorre por meio de outros canais, como as exposições do IMS e filmes.

No entanto, cabe compreender os motivos que levaram à construção tanto de uma estética fotográfica quanto de uma representação de paisagem diferenciadas. Ohara produziu suas imagens no mesmo contexto histórico que fotógrafos como Juliani e George Craig Smith (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, 2010), que se basearam em visões de natureza produtiva para elaborar suas fotos. Todavia, diferentemente dos últimos, que trabalhavam para a Companhia de Terras Norte do Paraná (o primeiro como fotógrafo "oficial", o segundo como funcionário da empresa), Ohara era um colono "comum". Sua família havia migrado de Santo Anastácio, cidade situada no Oeste do Estado de São Paulo, distante alguns quilômetros de Presidente Prudente. A vinda para Londrina ocorreu no final da década de 1920 a partir da influência da publicidade produzida pela companhia, especialmente por meio da ação de Hikoma Udihara (IVANO; LOSNAK, 2003), agente contratado pela CTNP para divulgar os empreendimentos fundiários entre

famílias de ascendência japonesa (sobre Udihara, ver Homero Oguido [1988]).

A família Ohara comprou uma propriedade na região onde se situa, atualmente, o Aeroporto Internacional Santos Dummont, local onde foi constituída a primeira colônia japonesa de Londrina, a Seção Ikku. A Companhia de Terras Norte do Paraná organizou o espaço de forma que as diferentes etnias pudessem formar colônias mais ou menos localizadas, a pontos dos japoneses e descendentes denominarem a região londrinense como Kokusai Shokuminchi, isto é, Colônia Internacional (MAESIMA, 2012). Em Londrina, foram fundadas cinco colônias japonesas: as seções Ikku, Dai Nikku, Central ou Chuoku, Palhano e Frazer; Cambé, que até 1947 chamava-se Nova Dantzig e fazia parte de Londrina, possuía duas seções: Lorena e Barra Grande; a Gleba Roland, que tornou-se o município de Caviúna em 1943 (em 1947, passou a ser Rolândia), contava com sete seções: Colônia Cafezal, Seção Asahi, Fuji, Chácara Rolândia, Kyoei, Elefante, Colônia Bandeirantes e Boa Sorte; Arapongas, que se converteu em parte do município de Rolândia em 1943 (ganhando autonomia em 1948), possuía duas seções: a Colônia Esperança e a Pau d'Alho; por fim, Apucarana, municipalizada em 1944, possuía cinco seções: Yamato 1, Yamato 2, Yamato 3, Yamato 4 e Yamato 5 (sobre as colônias, ver Oguido [1988]; sobre os dados de municipalização, IBGE [s.d.]). Ou seja, antes do desmembramento do território londrinense ao longo da década de

1940, a região possuía vinte e uma colônias japonesas situadas em diferentes espacialidades.

A possibilidade de formação de pequenos agrupamentos étnicos constituía um dos atrativos promovidos pela CTNP, o que facilitava as redes de sociabilidade e, portanto, a própria sobrevivência em terras desconhecidas. Nas fazendas paulistas, era relativamente comum que os imigrantes não formassem vizinhanças, refletindo o objetivo dos fazendeiros de criar obstáculos a possíveis manifestações de resistência (MAESIMA, 2012), o que, de resto, aconteceu na forma de fugas e revoltas em fazendas paulistas como a São Martinho, em Pradópolis, cidade próxima a Ribeirão Preto (SETO; UYEDA, 2002). No Norte do Paraná, a estratégia da companhia mostrou-se interessante, especialmente, para os japoneses que, de forma geral, tinham dificuldades para adaptar-se à cultura brasileira, sendo os empecilhos para o domínio da língua portuguesa aspecto sintomático do processo de acomodação étnica no Brasil¹⁹.

As seções buscavam reconstruir, em Londrina (e em outras regiões do Brasil, como a cidade de Assaí, estruturada a partir das ações de uma empresa japonesa, a Brasil Takushoku Kumiai ou BRATAC), o sistema de organização social, política, econômica, espacial e cultural dos *kumi* *oumura* (respectivamente, "grupos" e "vilas", numa tradução aproximada) nipônicos (MAESIMA, 2012; ANDRÉ, 2011). Cada *kumi* seria uma unidade com relativa autonomia, possuindo um *kumichô* ("líder do grupo"), escolas e espaços de sociabilidade

(BENEDICT, 1972). Em Londrina, posteriormente, as seções passaram a se comunicar de forma mais intensa, lembrando que, nos anos iniciais de ocupação, a relativa distância entre as colônias entre si e destas com a região urbana londrinense dificultava maior integração. Agremiações fundadas por nikkeis²⁰, como a Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), constituída em 1933, e a Associação Cultural e Recreativa Okinawana de Londrina (ACROL), estruturada em 1954, são emblemáticas desse progressivo processo de entrelaçamento dos *kumi* (MAESIMA, 2012).

Esse é o cenário no qual Ohara passou a produzir imagens. Em 1934, quando se casou, a cerimônia foi fotografada por Juliani que, como afirmado, era, então, o fotógrafo "oficial" da Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 1938, Ohara tirou sua primeira fotografia, que retratava a esposa posando diante do sítio. A câmera foi adquirida justamente de Juliani, que teria oferecido a ele "[...] as primeiras instruções de como fotografar, revelou seus negativos, fez as cópias e ofereceu uma amizade duradoura [...]" (IVANO; LOSNAK, 2003: p. 66), o que sugere uma rede de sociabilidade importante, na medida em que os primeiros passos fotográficos de Ohara foram realizados sob a orientação de Juliani. Apesar disso, como ressaltado, suas obras se desenvolveram em direções diferentes. A primeira chave explicativa para esse outro olhar diz respeito à posição social de Ohara, que era um fotógrafo colono sem

¹⁹ A forma de ocupação fundiária desenvolvida pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi vista com desconfiança por certos grupos brasileiros na primeira metade do século XX. A presença nipônica no Brasil tornou-se objeto de uma série de discursos e práticas racialistas, acrescentando-se à questão racial a suposta ameaça imperialista representada pela ofensiva japonesa sobre diferentes regiões do mundo, especialmente a Coréia, a China, a Rússia e as ilhas do Pacífico. Nesse sentido, políticos e intelectuais brasileiros viram nos imigrantes e descendentes de japoneses a sombra do inimigo imperialista, o que foi sintetizado pela expressão "perigo amarelo" (LESSER, 2001; DEZEM, 2005; TAKEUCHI, 2001, entre outros). No contexto histórico em questão, grupos nativistas como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que congregava intelectuais nativistas e racistas, criticou em 1938 as atividades da CTNP, que estaria, teoricamente, judaizando o Norte do Paraná, referindo-se à presença judaica em Rolândia (MAESIMA, 2012). Os próprios japoneses norte-paranaenses foram alvo de desconfiança das autoridades públicas, o que pode ser verificado nos prontuários do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DEOPS-PR), disponíveis no Arquivo Público de Curitiba. Cacilda Maesima (2012) analisa práticas antinipônicas nas terras da companhia, como o incêndio de uma escola japonesa e a prisão arbitrária de um japonês que teria hasteado a bandeira brasileira do avesso, tendo como fontes os processos criminais do Fórum de Londrina, hoje parte do acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina. A própria família Ohara parece ter sido vítima desse imaginário antinipônico, uma vez que o aeroporto de Londrina, símbolo da modernidade que estaria desbravando os sertões, foi construído justamente em suas terras e, de forma mais ampla, englobando uma fatia da Seção Ikku (IVANO; LOSNAK, 2003; ANDRÉ, 2016).

²⁰ Nikkei refere-se ao japonês e descendente que passa a viver fora do Japão (MUTSURÔ, 2007).

maiores comprometimentos em relação aos empreendimentos da CTNP, diferentemente de Juliani que produzia imagens voltadas para a divulgação publicitária da empresa (ANDRÉ, 2005). Isso permitiu ao fotógrafo japonês uma margem de experimentalismo que tornou possível uma estética diferenciada, a ponto de chamar sua câmera de "brinquedo" (IVANO; LOSNAK, 2003). Sua fotografia, nesse sentido, não seguiu necessariamente um padrão de composição convencional, sendo elaborada, antes, a partir da experimentação, de suas "brincadeiras" fotográficas.

A *imagem 3* é emblemática nesse sentido: no enquadramento horizontal, o próprio Ohara realiza um autorretrato enquanto, de perfil, com chapéu e cigarro na boca, equilibra a enxada na ponta do dedo. O colono "galhofeiro" encontra-se no canto inferior direito, encarando todo o espaço esquerdo da fotografia. O primeiro plano encontra-se inteiramente em contraluz. O segundo plano possui exposição clara, revelando uma infinidade de nuvens no céu. Em Londrina, tendo em vista o contexto histórico das primeiras décadas do empreendimento imobiliário da Companhia, Ohara talvez tenha sido

o único fotógrafo a lançar mão de uma estética baseada na contraluz, o que se repete em várias de suas imagens, tais como "Colheita ao amanhecer" (1944), "De manhã, indo colher café" (1940), "Pôr-do-sol" (1949), "Céu de inverno (1948)", entre outras, que podem ser visualizadas no *site* do Instituto Moreira Salles (s.d.). A *imagem 3*, reduzindo a fotografia às formas "puras", constrói uma representação em que o realismo dá lugar a uma visão abstrata, quase pictórica, dos objetos representados²¹. A brincadeira experimentalista de Ohara com a câmera encontra-se na própria foto, em que o trabalhador (para além das poses triunfalistas convencionadas nos clichês de natureza produtiva) brinca com a enxada, num momento do cotidiano que escapa ao memorialismo do pioneiro, sempre atento ao trabalho árduo e desprovido das distrações corriqueiras. Ao mesmo tempo, na foto de Ohara, o colono possui uma trajetória a seguir, representada pelo campo aberto à esquerda, que remete à impressão de movimento, de direção do olhar, que talvez seja o caminho da labuta sob o céu gigantesco, que não dispensa a galhofa²².

²¹ Segundo John Hedgecoe (1996), a contraluz gera fotografias em que a forma importa mais que a profundidade (e, portanto, a impressão de tridimensionalidade), na medida em que reduz o referente à condição de silhueta, o que denomina "forma pura".

²² Em linguagem fotográfica, isso é chamado "espaço ativo", geralmente aplicado a retratos: no enquadramento, é deixado espaço maior e aberto em relação à direção do olhar do fotografado (ARAÚJO, 2008).

Imagem 3



OHARA, Haruo. **Nuvem da manhã**. 1952. 1 fot., P&B. Acervo do Instituto Moreira Salles.

Ohara também produziu, eventualmente, fotografias de natureza produtiva, como a *imagem 4*. No enquadramento vertical, a esposa Kô, com leve sorriso no rosto, e seus três filhos posam diante da produção de caquis. As crianças seguram as frutas pesadas (a mãe ajuda uma delas, no canto inferior esquerdo) com roupas sujas de terra. Em segundo plano, encontra-se o caquizeiro propriamente dito. A foto

aproxima-se da estética produzida pelos fotógrafos de fronteira, em que os colonos são representados em poses orgulhosas diante das benesses do campo. As crianças são um lugar comum nesse padrão fotográfico, contrastando, geralmente, com a natureza gigantesca e abundante. Há certa familiaridade entre a *imagem 1* e *4*, lembrando, como afirmado, a rede de sociabilidade entre Ohara e Juliani.

Imagem 4



OHARA, Haruo. **Kô e filhos desfrutando uma farta safra de caquis.** c. 1948. 1 fot., P&B. Acervo do Instituto Moreira Salles.

É provável, também, que a família Ohara tenha entrado em contato com a publicidade elaborada pela Companhia de Terras Norte do Paraná que, de forma imagética e textual, em diferentes línguas, ressaltava as riquezas das propriedades comercializadas pela empresa. Num panfleto de 1934, apresenta-se o seguinte discurso:

Já é quase proverbial a riqueza dessa vastíssima região coberta por mattas cujos exemplares atestam tratar-se de terras de primeira qualidade. A terra é roxa e da mais apurada. Existem em grande abundancia os melhores padrões de terra superior [...].O clima das terras desta Companhia é excelente, não existindo alli maleira ou outras molestias communs em zonas novas e que tantas victimas fazem. Haja vista para os colónos, todos de aspecto sadio, bem dispostos e alegres. É sem duvida uma das condições mais importantes não só para o progresso da zona como tambem para ser realizado uma boa aquisição, a qual não deverá ser desprezada pelo comprador precavido e inteligente,

afim de garantir o seu bem estar e a sua saúde (COMPANHIA, 1934: s.p.).

No panfleto, encontram-se vários elementos do discurso paradisíaco: qualidade da terra, matas frondosas, clima ameno e ausência de doenças. É possível que o próprio Udihara que, como visto, trabalhava como agente da CTNP, propagandeasse para os japoneses esse imaginário edênico.

Na própria cultura japonesa existem concepções paradisíacas em torno da *ajôdo*, a Terra Pura cultuada em certas escolas budistas nipônicas, como a Jôdo Shu e a Jôdo Shinshu, respectivamente a Escola da Terra Pura e a Nova Escola da Terra Pura. *Ajôdo* seria “[...] o reino dos seres iluminados, [...] purificado das paixões malélicas e impurezas humanas [...]”, constituindo “[...] a terra do Buda Amida [...], reino da suprema bem-aventurança, pacífica plenitude, pacífico repouso, e assim

por diante. [...]” (BUDISMO DE TERRA PURA, 2013: 51)²³.

Por fim, mas não menos importante, a emigração japonesa para o Brasil foi estimulada, no próprio Japão, por meio de propagandas que representavam a América como local de trabalho e enriquecimento fácil. Na **imagem 5**, que constitui um cartaz produzido pela Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko, um japonês sadio, segurando esposa e filho com o braço esquerdo, empunhando na mão uma enxada, aponta para a América do Sul, especialmente para o Brasil,

Imagem 5



COMPANHIA de Desenvolvimento Exterior de Kaiko. **Vamos! Leve sua família para a América do Sul.** Década de 1920. 1 cartaz, P&B. Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa.

Contudo, diferentemente dos demais fotógrafos de fronteira, a dimensão da natureza produtiva é apenas um dos aspectos da representação fotográfica construída por Ohara. Ao longo de sua obra, há imagens de sua família posando diante de fartos caquis (*imagem 4*), mas também

onde se encontra escrito em *katakana* ブラジル (“Brasil”)²⁴. Ao fundo, está escrito “Vamos! Leve sua família para a América do Sul”. A imagem sugere a ideia do Brasil como país de prosperidade, onde seria possível trabalhar (daí o símbolo da enxada) e sustentar a família. Aliás, o segundo ideograma (*kanji*) para designar “América do Sul”, 南米, pode ser lido, sozinho, como *kome*, isto é, “arroz”, recordando o papel desempenhado pela rizicultura no Japão (SAKURAI, 2007).

²³ A concepção de *jôdo* é complexa, podendo remeter, de acordo com a escola budista em questão, tanto a um lugar paradisíaco quanto a um estado de ser, isto é, a Iluminação (BUDISMO DE TERRA PURA, 2013), termo também bastante controverso na história da religião. Amida, sobre o qual o trecho disserta, seria um buda anterior ao chamado buda histórico (BUDISMO DE TERRA PURA, 2013), ou seja, Sidarta Gautama, que teria desenvolvido seus ensinamentos na Índia do século VI a.C. O historiador brasileiro Ricardo Mario Gonçalves (1992) chega mesmo a afirmar que *ajôdo* teria recebido influência das concepções persas de paraíso.

²⁴ No Japão, são utilizados ao mesmo tempo três alfabetos: o *kanji*, que é composto por ideogramas apropriados da China; o *hiragana*, que corresponde à escrita fonética, contendo quarenta e quatro “letras” e, por fim, o *katakana*, também de caráter fonético, mas que é utilizado para grafar palavras estrangeiras, como “Brasil” (SAKURAI, 2007).

fotografias de geadas (*imagem 2*), da dimensão lúdica do trabalho no campo (*imagem 3*) e outras cenas do cotidiano em pormenores que sempre estiveram na paisagem, mas que apenas Ohara transformou em fotografia. Sua concepção de natureza é ambivalente em sua

complexidade, envolvendo a produção e a destruição, o trabalho e o lúdico, o panorama e o pormenor, a aventura e o cotidiano, entre outros aspectos. Foi visto que um dos eixos explicativos para compreender essa diferença de olhar diz respeito ao lugar social do fotógrafo que, como colono sem maiores comprometimentos com a Companhia de Terras Norte do Paraná, poderia utilizar do experimentalismo para elaborar suas imagens. Entretanto, parece haver também o peso da cultura japonesa sobre sua obra fotográfica.

Em diferentes sentidos, a natureza ocupa papel fundamental na cultura japonesa (SAKURAI, 2007). O título deste artigo é justamente *haikais* fotográficos, o que não constitui apenas uma metáfora. O *haikai* é uma forma breve de poesia japonesa metrificada em três versos de cinco, sete e cinco sílabas, respectivamente, podendo variar infinitamente em termos de assuntos abordados. No entanto, um dos elementos fundamentais para o haikaísta é a utilização do *kigo* (季語) que, literalmente, significa “palavra de estação”. Todo *haikai* deve possuir um *kigo* que, de forma sutil, mas sempre presente, deve remeter a uma estação específica, como o florescimento das romãs, das ameixeiras ou das cerejeiras, entre outras possibilidades. Ohara ficou conhecido em Londrina como fotógrafo, mas sua produção transcende a fotografia propriamente

dita, tendo produzido, inclusive, poemas como o *haikai*. Não é impossível que, de certa forma, o “poeta do olhar” tenha se apropriado de certos elementos da poesia japonesa, consciente ou inconscientemente, para produzir suas fotografias. Nesse sentido, haveria mais que intertextos, com elementos transitando no interior de uma mesma linguagem (no caso iconográfica), mas interlinguagens, com questões migrando entre diferentes linguagens, sendo, talvez, ressignificadas.

Foi sugerido o papel desempenhado pela concepção de *jôdo*, que faz parte do repertório budista. Entretanto, embora discretas (ANDRÉ, 2016), as práticas religiosas de Ohara estavam voltadas, principalmente, para o Xintoísmo. Até o seu falecimento, o fotógrafo possuía dois *kamidana*²⁵ (ver *imagens 6 e 7*), oratórios xintoístas voltados para o culto às divindades da religião, denominadas *kami*. Entretanto, é interessante notar que, nos relicários de Ohara, é possível que fossem realizados cultos aos ancestrais familiares, como indicam certos artefatos presentes no interior dos *kamidana*: *ihai*, tabuletas geralmente utilizadas em relicários budistas voltadas para a reverência aos ancestrais, onde são escritos os nomes dos parentes falecidos (*imagem 8*); fios de cabelo e mesmos pequenos amuletos para proteção (ANDRÉ, 2016).

²⁵ Geralmente, o *kamidana* e o *butsudan* (o oratório budista) ocupam o mesmo lugar nas residências japonesas, não havendo problemas em relação à divisão das tarefas religiosas (RAMBELLI, s.d.).

Imagem 6



Kamidana de Haruo Ohara. Sem data. 1 fot.: colorida; 768x980 px. Acervo pessoal de Saulo Ohara. Fotografia de Richard Gonçalves André.

Imagem 7



Outro kamidana de Haruo Ohara. Sem data. 1 fot.: colorida; 849x768 px. Acervo pessoal de Saulo Ohara. Fotografia de Richard Gonçalves André.

Imagem 8



Conjunto de *ihai* inserido nos *kamidana* de Haruo Ohara. Sem data. 1 fot.: colorida; 1024x668 px. Acervo pessoal de Saulo Ohara. Fotografia de Richard Gonçalves André.

A religiosidade de Ohara é sintomática, na medida em que parte do Xintoísmo, ao longo do século XX, converteu-se numa religião baseada no culto à natureza, componente fundamental da obra fotográfica de Ohara. No Japão, os *kami* não são apenas entidades criadoras do universo, como no caso judaico-cristão, podendo compreender uma variedade de seres, como espíritos de rios, montanhas, vales, animais diversos, seres humanos (como os soldados que morreram durante a Segunda Guerra Mundial, que teriam sido convertidos em *kami*), entre outras possibilidades (VANCE, 1983). O poeta japonês Motoori Norinaga (apud MARAINI, 1971: 20), no século XVIII, afirma que

Tudo o que é chamado Kami,
Você pode pensar,
É apenas uma coisa.
Há alguns que são pássaros
E alguns, também, que são insetos!

Os *kami*, além de poderem constituir entidades da natureza, habitariam locais como bosques e árvores antigas, não sendo coincidência que pequenos santuários

xintoístas sejam construídos nesses locais. Sua reverência, em termos de história da crença, é fundamental para garantir proteção e, ao mesmo tempo, boas colheitas e outras benesses naturais, considerando que o Japão, ainda hoje, é um pequeno arquipélago com poucas áreas cultiváveis e sujeito a catástrofes naturais como terremotos e tsunamis (SAKURAI, 2007). A dimensão destrutiva da natureza poderia ser interpretada, também, como a reverência inadequada (ou falta dela) em relação às entidades do universo xintoísta.

Com isso, não pretendo afirmar que Ohara produzia fotografias de uma natureza complexa porque seria devoto xintoísta. No entanto, a concepção do mundo natural multifacetado, envolvendo produção e destruição, bem como certa visão sagrada que o englobaria, fazia parte de seu repertório cultural (assim como a língua e as formas de organização, como os *kumi*). Se a cultura for concebida como uma espécie de jaula flexível, como caracteriza o

historiador italiano Carlo Ginzburg (1987), permitindo certa flexibilidade do sujeito no interior de determinado sistema de símbolos, pode-se dizer que o repertório de ideias, sentimentos e práticas consolidados pelo hábito dos nikkeis no Brasil não desapareceu. Os elementos da cultura pré-migratória teriam sido reconstruídos em território brasileiro de acordo com as particularidades do contexto da sociedade receptora de múltiplas formas (ANDRÉ, 2011). No caso de Ohara em particular, não é impossível que, mesmo tendo aprendido a fotografar em Londrina sob a orientação de um fotógrafo ítalo-brasileiro como Juliani, o nikkei tenha reconstruído em suas imagens concepções de natureza que herdou culturalmente do Japão.

4. Revendo imagens

Neste artigo, analisei apenas algumas fotografias de Ohara, que compõem uma pequena amostra de sua obra imagética. O ponto de partida para o texto foi a diferença de suas imagens em relação ao padrão de natureza produtiva difundido na história brasileira do século XX, em que pioneiros posam diante de enormes árvores tombadas ou colonos ostentam orgulhosamente a produção. Embora o fotógrafo nikkei também tenha realizado imagens do gênero, sua concepção de natureza possui um matiz diferente, concebendo um mundo natural de produção, mas também de destruição, como na imagem em que Ohara está sentado, melancólico, diante dos pés de café queimados pela geada. Apresenta também, ou reapresenta, o trabalho no campo como local de labuta, mas também

de cenas do cotidiano como o lavrador que equilibra a enxada no dedo no começo (ou talvez seria fim?) do dia de trabalho. Ressaltei que, nas fotografias de Ohara, havia outro olhar sobre uma região de fronteira que não pode ser negligenciado.

Perscrutando as razões que levaram a esse outro olhar, sugeri que um dos eixos explicativos para compreender a obra de Ohara é o lugar de produção. Diferentemente de outros fotógrafos como Juliani, que lhe vendeu os primeiros aparatos fotográficos e lhe ensinou os primeiros passos para a composição de imagens, Ohara, como colono numa região de fronteira, sem outros comprometimentos para com a Companhia de Terras Norte do Paraná, pôde desenvolver uma estética descomprometida e experimentalista. Isso resultou numa perspectiva ímpar sobre a região e que não aparece no imaginário consagrado em cidades de fronteira. O segundo eixo para compreender esse olhar remete ao repertório da cultura pré-migratória que, em Londrina, foi reconstruído na forma de fotografias. O papel que a natureza desempenha no Japão, em sua dimensão produtiva e destrutiva, numa ambivalência que não pode ser reduzida a uma dicotomia estéril, tem sido representada na poesia, como o haikai, e mesmo em religiões como o Xintoísmo, em que os *kami* constituem entidades da natureza, habitando lugares sagrados. Mesmo que seja forçoso considerar Ohara um fotógrafo xintoísta, esses elementos fazem parte de seu repertório cultural. São os traços que não aparecem visivelmente no

momento da revelação dos negativos, mas que são a condição de existência para esses *haikais* fotográficos.

Referências

- ADAMS, Ansel. *A câmera*. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- ADUM, Sonia. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 1991.
- ALMEIDA, Jozimar Paes de. *Errante no campo da razão: o inédito na História: contribuição para um estudo de História e Ecologia*. Londrina: EDUEL, 1996.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Entrevista com Saulo Haruo Ohara*. 2016.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. *O paraíso entre luzes e sombras: representações de natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934-1944)*. Londrina: EDUEL, 2014.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932-1950)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. Um contexto, dois olhares: fotografias de natureza segundo José Juliani e Haruo Ohara. *História Social*, Campinas, v. 11, p. 77-90, 2005.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves; SILVA, Ana Cristina Teodoro da. Click... ou bang? Imagens da morte na historiografia sobre a fotografia. *Domínios da imagem*, v. 10, p. 31-41, 2012.
- ARAÚJO, Roberto. *A técnica fotográfica: guia essencial*. São Paulo: Editora Europa, 2008.
- ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930 – 1975)*. Londrina: EDUEL, 1998.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 1997.
- ARRUDA, Gilmar. Fotografias de cidades de fronteira: a vitória sobre a natureza. In: ARRUDA, G.; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela (orgs.). *Natureza na América Latina: Apropriações e Representações*. Londrina: EDUEL, 2001. p. 193-216.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a Fotografia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens: boemia e prostituição na “capital mundial do café” (1930 – 1970)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: Padrões da Cultura Japonesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1992.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BUDISMO DE TERRA PURA: um guia*. São Paulo: Comunidade Budista Sul Americana da Escola Jodo Shinshu Honpa Hongwanji, 2013.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 199-231.
- CAVAZOTTI, Flávio (direção). *Ouro verde: memórias da cidade do café*. 2015.

- CERNEV, Jorge. *Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná*. Londrina: EDUEL, 1997.
- DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1993.
- FOTO CLUB DE LONDRINA. s.d. Disponível em: <http://www.fotoclubelondrina.art.br/>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONÇALVES, Ricardo Mario. O Budismo – história e doutrina. In: GONÇALVES, R. M. (Org.). *Textos budistas e zen-budistas*. São Paulo: Editora Cultrix, 1993. p. 11-33.
- GRECCO, Priscila Miraz F. *A fotografia amadora e fotoclubista no Brasil e no México: trajetórias e conexões latino-americanas*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.
- GROTA, Rodrigo (direção). *Haruo Ohara (Japão, 1909 – Brasil, 1999)*. 2010.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HEDGECOE, John. *Guia completo de fotografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
- HOLTZ, Edson. *Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, 2005.
- IBGE. *Cidades@*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. s.d. Disponível em: <http://www.ims.com.br/ims>. Acesso em: 3 mai. 2016.
- IVANO, Rogério; LOSNAK, Marcos. *Lavrador de imagens: uma biografia de Haruo Ohara*. Londrina: Saulo Haruo Ohara, 2003.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.
- MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. 1997. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- MAESIMA, Cacilda. *Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira: Londrina, 1930/1958*. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MARAINI, Fosco. *Japan: Patterns of continuity*. Tokyo, New York: Kodansha International, 1971.
- MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. *Londrina documenta: coleção fotográfica George Craig Smith*. Londrina: Editora da UEL, 2010.
- MUTSURÔ, Kai. *Shin kokugo jiten*. Tokyo: Mitsumura Toshô, 2007.
- OGUIDO, Homero. *A saga dos japoneses no Paraná*. 2. ed. Curitiba: Edição do autor, 1988.
- PAULA, Amarildo Souza de. *Degradação da paisagem norte-paranaense: um estudo de fragmentos florestais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

- PAULA, Zueleide Casagrande de. *A cidade que seduz: preservação ambiental, a cidade de Maringá em questão*. 1996. Monografia (Especialização em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 1996.
- RAMBELLI, Fabio. Home buddhas: historical processes and modes of representation of the sacred in the Japanese Buddhist family altar (butsudan). *Japanese religions*, v. 35, n. 1/2, p. 63-86, s.d.
- SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SATO, Nelson. Morre o poeta do olhar. *Folha de Londrina*. Londrina, s.p., 26 ago. 1999 (Folha dois).
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SETO, Claudio; UYEDA, Maria Helena. *Ayumi: caminhos percorridos*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- SOARES, Marco Antonio Neves. Fontes para a investigação das identidades e religiosidades judaicas longe do judaísmo instituído: o caso de Rolândia. *Revista brasileira de História das Religiões*, n. 4, [s.p.], maio 2009.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.
- TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMAZI, Nelson Dacio. "Norte do Paraná": histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- TOMAZI, Nelson Dacio. *Certeza de lucro e direito de propriedade*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 1989.
- TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. *História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista*. Londrina: UEL, 1991.
- VANCE, Timothy. The etymology of kami. *Japanese journal of religious studies*, v. 4, n. 10, p. 277-288, 1983.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RECEBIDO EM 04/05/2016

APROVADO EM: 04/06/2016

LITERATURA E IDEOLOGIA COLONIALISTA: ANOTAÇÕES SOBRE JULIO VERNE E A CONQUISTA CIENTÍFICA DA ÁFRICA

Ms. Carlos Eduardo Rodrigues
Universidade Estadual De Maringá-
UEM
acruzada@gmail.com
Dr. José Henrique Rollo
Universidade Estadual De
Maringá -UEM
zrollo@uol.com.br

Resumo:

Em seu primeiro romance, *Cinco Semanas num Balão (Cinq Semaines en Ballon)*, publicado em 1863, Julio Verne narrou a viagem de três britânicos que atravessaram a África de leste a oeste em um balão realizando, além da façanha em si mesma, uma série de descobertas geográficas que aprofundaram aos olhos do mundo o prestígio e o poder do Império comandado pela Rainha Victoria. Carente de surpresas e tragédias e movida pela vontade férrea do líder, um médico dotado de grande talento técnico, a viagem é descrita sob o crivo de uma certeza profunda na superioridade moral e civilizatória da ciência frente aos demais sistemas de crenças. Este artigo propõe (a) uma comparação entre os fatos ficcionais e os fatos empíricos, vista como uma chave para a compreensão do modo como Julio Verne assimilava o conhecimento acumulado em seu tempo sobre a África; (b) uma análise de certos elementos da pauta de valores e convicções que animava ideologicamente sua escrita, em particular a articulação orientalista entre o culto da razão técnica e um projeto de conquista colonial cientificamente guiado.

Palavras-chave: História da África; Colonialismo; Romance de aventuras.

Abstract:

In his first novel, *Five Weeks in a Balloon (Cinq Semaines en Ballon)*, published in 1863, Jules Verne wrote about three British citizens that crossed Africa from east to west doing a lot of geographical discoveries that arose the prestige and the power of Queen Victoria's Empire. Without surprises and tragedies and moved by the iron will of its leader, a physician of great technical talent, the journey is described under the mood of a deep certainty about moral and civilizational superiority of Science vis-à-vis other belief systems. This article explores some features of the novel: (a) comparing fictional and empirical facts to get a better comprehension of how Jules Verne understood his times' knowledge about Africa; (b) analyzing some aspects of the frame of value and beliefs that oriented his writing, specially the orientalist articulation between the cult of technical reason and a project of colonial conquest guided by science.

Keywords: History of Africa; Colonialism; Adventure novel.

No dia 14 de janeiro de 1862, os membros da Real Sociedade Geográfica de Londres se reuniram em sua sede, na Praça Waterloo, número 3, movidos por um sentimento de forte excitação, pois sabiam que algo pouco usual lhes seria comunicado. Tomando a palavra, o presidente Francis anunciou com grande eloquência a seus compatriotas – sábios, políticos e empresários – a presença do Dr. Samuel Fergusson, um médico de larga experiência e bastante viajado mundo afora que ali estava para expor o plano de um empreendimento que transformaria os rumos da Grã-Bretanha, colocando-a definitivamente na frente das outras nações do Globo: o

sobrevoo inédito da África em um balão de hidrogênio. Foi assim que se deram, em 1863, três começos: o da carreira de romancista de Julio Verne, então com 35 anos; a série de livros de imenso sucesso comercial e incomum longevidade chamada de *Viagens Extraordinárias*, que se estendeu até 1905, ano em que o escrito faleceu; o início do seu primeiro romance, *Cinco Semanas num Balão* (VERNE, 2003).¹ Esse livro narra a aventura do Dr. Fergusson, seu amigo caçador Dick Kennedy e seu criado Joe que, a bordo de um balão construído pelo médico, cruzam a África do Índico ao Atlântico, mais precisamente, de Zanzibar ao Senegal. Ele inaugura um gênero literário que ficou conhecido como “romances geográficos de exploração e de aventura” (AMORIM FILHO, 2008: 112) e expressa o espírito das descobertas do século XIX e a sua particularidade é a fusão de elementos reais com a fantasia da ficção que procura criar no leitor expectativas positivas do progresso científico que estava a modificar aceleradamente o cotidiano da sociedade burguesa (PEREIRA, 2010).

Um traço muito característico dos livros de Verne é a identificação de seus personagens principais. A maioria são geógrafos e/ou naturalistas ou indivíduos que possuem um vasto conhecimento de geografia e história natural. Os pesquisadores, seguindo o caminho definido pelo editor de suas obras, demarcaram quatro categorias de escritos: (a) *História das viagens e dos viajantes*; (b) *Descobrimientos da Terra*, série que explora as possíveis

soluções para os problemas geográficos como o cálculo do grau do meridiano ou o contorno do globo; (c) *Geografia ilustrada da França*; (d) *Viagens extraordinárias*, onde encontramos as grandes aventuras: expedições polares, viagens de circunavegação, ilhas perdidas, excursão às profundezas do oceano e o sobrevoo pioneiro da África num balão. Nessa última categoria, os lugares são narrados com detalhes e o mais próximo do real. As descrições dos roteiros viagens, as paisagens geográficas e as narrativas etnográficas quase sempre são construídas com base no conhecimento científico do período, mostrando que Verne acompanhava rigorosamente tudo que se produzia em de conhecimento geográfico, geológico, biológico e etnológico (AMORIM FILHO, 2008: 114). Em complemento - e, decerto, como o traço mais notável dessas obras - as descrições fabricam cenários nos quais ideias, pessoas e máquinas arrojadas transitam a encantar os mais diversos tipos de leitores.

Tendo em vista esses componentes pronunciados dos romances vernianos, este artigo tem por objetivo explorar, em sobrevoo semelhante ao do balão, alguns aspectos desse romance operando em dois registros complementares. Primeiro: realizando comparações entre os fatos ficcionais e os fatos empíricos, de modo a obter uma chave para a compreensão da forma como Julio Verne assimilava o conhecimento acumulado em seu tempo sobre a África. Segundo: analisando certos elementos da pauta de valores e convicções que animava ideologicamente sua escrita, em

¹ Utilizamos neste estudo uma versão relativamente recente do romance que é a única edição moderna brasileira a respeitar o texto integral, VERNE, 2003. Tirando as traduções feitas em Portugal no final do século XIX e no Brasil no começo do século XX, essas esgotadas há décadas, as demais versões são adaptações mais ou menos bem sucedidas, normalmente destinadas ao público infantil e adolescente, que destituem a obra de vários de seus significados políticos e intelectuais mais amplos.

particular a articulação de viés orientalista – no sentido saidiano/pós-colonialista – entre o culto da razão técnica e um projeto de conquista colonial cientificamente guiado. O romance é, assim, mais um *pretexto*, do que um *texto* documental propriamente dito. Não nos detivemos em uma análise literária, tampouco em declarações a respeito das relações entre pesquisa histórica e criação ficcional ou, para sermos ainda mais claros, a respeito do que significa fazer pesquisa histórica tendo por fonte uma obra literária. O que nos interessou foi o portal que o romance nos facultava abrir para um enfoque mais aproximado das crenças compartilhadas pelos intelectuais e pelo público leitor ocidental de meados do século XIX acerca da África e das possibilidades conquistadoras que ela oferecia. Falando mais diretamente e antecipando uma das nossas conclusões, *Cinco Semanas num Balão* é um formidável instrumento de sedução e legitimação da ação colonialista informada não mais pelos valores religiosos e morais que sobressaíram na Época da Primeira Globalização, os séculos XV a XVIII, mas por convicções novas, revolucionárias, em suma, as certezas advindas da razão técnico-científica (ADDA, 2004; BURROW, 2001).

Em 1856, Charles Baudelaire traduziu e publicou uma coletânea de contos de Edgar Allan Poe (1809-1849) que impressionou profundamente os escritores franceses menos conformistas da época. O livro, intitulado *Histoires Extraordinaires*, continha dois relatos

nos quais viagens em balões desempenhavam um papel central na composição dos cenários em que transcorriam inteira ou parcialmente as peripécias dos personagens. Um deles, *As aventuras sem par de um certo Hans Pfaall*, cuja composição é bastante complexa em termos de gênero textual, narra passagens da vida de um artesão endividado que construiu um balão e com ele fugiu dos credores, da vida conjugal e da cidade em que vivia, Amsterdã. Para isso, Poe recorreu a um expediente polifônico sequenciado: um narrador geográfica e emocionalmente muito distante conta a chegada à cidade holandesa de um balão – dirigido, como se saberá mais tarde, por um habitante da Lua – que traz uma carta de Hans Pfaall explicando o que ele fizera; a carta é reproduzida; opiniões diversas dos cidadãos são igualmente reproduzidas; o narrador retoma o fio condutor para dar seu veredito. Vários parágrafos do conto foram dedicados ao modo como o personagem principal adquiriu conhecimentos de astronomia, mecânica e aeronáutica. Neles, sábios fictícios inspirados em sábios de carne e osso foram misturados com informações científicas bastante atualizadas; há, também, detalhes sobre a viagem à Lua e sobre a vida dos moradores do satélite. Ao fugir, Hans Pfaall matou involuntariamente seus credores (embora não pareça ter sofrido muito com isso), abandonou sua mulher (que, segundo ele, teve assim melhor sorte na vida) e evadiu-se de responsabilidades diante da lei. A carta contém um pedido múltiplo de perdão. Mas também contém um truque, pois ele pretende trocar a

revelação de tudo o que aprendeu por um indulto (POE, 1960: 74-117).

O outro relato, *A balela do balão*, teve uma trajetória curiosa. Ele foi publicado no dia 13 de abril de 1844 na primeira página do jornal *New York Sun* como se fosse uma notícia verdadeira assinada por um jornalista chamado Sr. Forsyth. Ela dizia que um grupo de oito pessoas que pretendia ir da Inglaterra para a França sobrevoando o Canal da Mancha em um balão fora apanhado por uma rajada de vento tão forte e inesperada que, 75 horas depois, o aeróstato – chamado *Victoria* – aportou junto ao Forte Moultrie, na ilha Sullivan, nas proximidades de Charleston, na Carolina do Sul. O veículo fora construído por muitas mãos e conhecimentos, sob a supervisão de Monk Mason, um aeronauta experiente e bastante conhecido na Europa. O jornalista explicou que tudo estava sob controle até que um acidente com a hélice deixou o balão desgovernado por algum tempo, o que foi suficiente para ter sua rota desviada em direção ao Atlântico. Diante disso, o grupo decidiu seguir em frente até a costa da América (POE, 1960: 56). Profundamente impressionados, vários leitores se dirigiram à sede do jornal, porém nada mais lhes foi dito. Passados dois dias, eles foram informados de que era tudo uma brincadeira. O nome do autor da farsa, que na juventude servira ao exército justamente no Forte Moultrie, só foi conhecido depois que o conto foi publicado em livro.²

Baudelaire traduzira contos e poemas de Poe muito motivado pelo que neles vira de místico e fantástico e por se sentir muito identificado

pessoalmente com sua vida trágica (CAMPAÑA, 2011; ROBERTO, 2015: 66-69). Essa identificação se estendia ao que ele acreditava que fossem as opiniões por assim dizer filosóficas e morais de Poe. Um grande amigo dele afirmou que, “[...] suas doutrinas filosóficas e literárias eram as de Edgar Poe (...), com o qual tinha singulares afinidades” (GAUTIER, 2001, p. 45). E mencionou uma passagem do breve estudo feito pelo poeta francês sobre a vida e a obra do estadunidense na abertura das *Histoires Extraordinaires*. Baudelaire sentenciou ali que “[...] ele considerava o progresso, a grande ideia moderna, como êxtase de papamoscas, e chamava os aperfeiçoamentos do habitáculo humano de cicatrizes e abominações retangulares”. Edgar Allan Poe, na versão baudelaireana, “só acreditava no imutável, no eterno e no *self-same...*” (apud GAUTIER, 2001: 45) Outros escritores que frequentavam os meios boêmios e participavam dos calorosos debates artísticos e literários – que eram, também, políticos e morais – parisienses, como Barbey d’Aurevilly e o próprio Teophile Gautier, interpretaram os textos de Poe de modo muito parecido.³ Em conjunto, eles instituíram o modo dominante de recepção de sua fortuna literária na França e, por extensão, dada a influência desta noutros meios, na Península Ibérica e na Itália.⁴ Por tais motivos é interessante comparar essa opinião coletiva com a que vicejou noutros meios ou, para nos cingirmos a um só leitor, com a que foi expressa por alguém que gravitava em suas margens, mas não

² Poe acabara de chegar com sua jovem esposa a Nova Iorque levando na bagagem os exemplares de alguns livros que lograra publicar em edições precárias. Essas obras lhe deram certa fama entre os literatos, que ele esperava que lhe abrissem as portas do jornalismo local. Nos cinco anos seguintes, ele se dedicou a polêmicas furiosas, a cuidar desesperado da grave doença que acometia Virginia, sua mulher, a diversos empreendimentos literários de pouco êxito e, em particular, ao ópio e ao álcool. Em 7 de outubro de 1849, ele morreu em pleno surto de *delirium tremens*. Alguns dias antes ele fora encontrado a agonizar em uma taberna. “Eram dias de eleições e, seguramente, compraram seu voto em troca de álcool abundante, como era habitual fazer-se com os vagabundos” (MUÑOZ, A. y LÓPEZ, 1999: 16; também, ALLEN, 1960: xxxvi).

³ A noção de meios tem significado preciso neste estudo. Ela ajuda a “explicar certos processos de transmissão ou de fixação, pela interação de solidariedades essencialmente psicológicas, mas, apesar disso, alicerçadas em hábitos sociais de ressonância profunda: comunidades de língua, de cultura, de preconceitos, de relações, de parentesco etc.”. (...) “O *espírito* dominante nessas comunidades não estruturadas pode mesmo chegar a explicar muitas coisas a propósito de certas decisões, ou de certas atitudes de repugnância, ou de rejeição social, ou politicamente relevantes” (VILAR, 1985: 131-132).

⁴ Os aspectos gerais da conduta típica de um segmento expressivo dos frequentadores desse meio artístico e literário parisiense, replicado (às vezes de modo um tanto caricatural) nas províncias francesas e noutros países, foram expostos por RUIZ DE SAMANIEGO, 1998: 408-409. Para a autopercepção de integrantes desse meio, veja-se TADEU, 2009.

aderiu plenamente ao seu projeto ideológico-literário.

Julio Verne, que então ganhava a vida como corretor de ações e escrevendo peças teatrais, leu as traduções feitas por Baudelaire dos contos de Edgar Allan Poe e é praticamente consenso entre os comentaristas de sua obra que eles influenciaram em boa medida sua decisão de fazer de um balão quase que um personagem vivo de seu primeiro romance, cujos manuscritos foram entregues ao editor Pierre-Jules Hetzel no primeiro semestre de 1862. Ao tempo em que Poe e Verne escreveram seus relatos, as notícias sobre os feitos notáveis dos aeronautas espalhavam-se com frequência cada vez maior pelas revistas e pelos jornais do Mundo Ocidental. E vários livros e artigos já estavam a disposição dos que pretendiam saber algo mais profundo a esse respeito (p. ex., GONZALES, 1821; FIGUIER, 1837: 385-403). Via de regra, as matérias maiores relembavam a França de Luis XVI, quando os irmãos Joseph-Michel e Jacques-Étienne Montgolfier ergueram um balão diante do rei e de seus cortesãos em 1783, em Annonay. E prosseguiam listando alguns dos momentos mais memoráveis da história inicial desses veículos. Neste sentido, havia um certo número de leitores que estava familiarizado com aspectos técnicos da navegação dos balões, as várias tentativas de melhorar seu desempenho e suas crescentemente variadas utilidades. Poe e Verne certamente escreviam tendo essas pessoas em mente, pois elas eram as mais capacitadas para avaliar a credibilidade factual de seus

aeróstatos. Mas, por suposto, não se limitavam a eles. E, o que é mais importante, cada um avaliava à sua maneira o que esperar dessa bagagem de informações carregada pelos leitores.

Em abril de 1864, Julio Verne publicou um artigo sobre o escritor norte-americano na revista *Musée des Familles*. Nesse pequeno estudo, ele observou que, no tocante à falsa notícia da travessia do Atlântico por um balão tripulado, quem acreditou nela era quem não havia lido a matéria, mas ouvido falar. Se tivesse lido, teria percebido que “os meios mecânicos indicados por Poe, a rosca de Arquimedes, que serve de propulsor, e o timão são completamente insuficientes para dirigir um balão”. Ele fez uma crítica similar ao relato da viagem de Hans Pfaall à Lua. Neste, “também são transgredidas intrepidamente as leis mais elementares da Física e da Mecânica; isso sempre me pareceu estranho da parte de Poe, que, com algumas invenções, poderia ter tornado seu relato mais credível”. (VERNE, s/d). O artigo nada continha de análise literária propriamente dita; era bem mais um apanhado do que o francês via como inegáveis qualidades criativas do estadunidense em termos de temáticas e soluções estritamente literárias. Seu interesse reside particularmente na avaliação verniana, que às vezes beira o cáustico, da capacidade de Edgar Allan Poe para fazer das máquinas, dos mecanismos e dos conhecimentos técnico-científicos fatores que aprofundam o interesse de uma história ou mesmo que se constituem como personagens inanimados de grande importância

para a condução da narrativa, como foi o caso dos balões (FAUS, 2005: 47-51).

Nota-se, portanto, um forte contraste entre os balões de cada um quanto tomados como objetos literários. Nos contos de Poe, mesmo considerando a farsa jornalística que um deles ajudou a tramar, os balões são principalmente curiosidades que, numa era de inebriante fascínio pelos dispositivos mecânicos, funcionam como elementos destinados a atrair a atenção dos leitores e fornecer-lhes adicionais de fantasia, numa palavra, de evasão e descompromisso diante das coisas do mundo. No romance de Verne o balão tem por finalidade a afirmação de um compromisso aparentemente – mas, somente aparentemente – assentado em um paradoxo. O narrador e os narratários se encontram em um espaço de evasão do aqui e agora, ou seja, de fruição pelos segundos do prazer ocasionado pela fantasia literária que o primeiro deve assegurar. No entanto, e esse fato é corroborado pelo ensaio sobre Poe, Júlio Verne quer fazer bem mais do que isso. Ele parece agir como agia em sua profissão de corretor de ações, almejando uma espécie de seguro adicional para o investimento do leitor, a certeza de que os fatos ficcionais a qualquer momento podem se converter em fatos empíricos. Ninguém melhor do que seu editor expressou esse ideal verniano. Em 1867, ao apresentar uma edição fartamente ilustrada da jornada comandada pelo Dr. Fergusson – o primeiro volume das *Viagens Extraordinárias* – ele escreveu: “é preciso dizer que a arte pela arte não basta mais à nossa

época, e que chegou a hora em que a ciência tem um lugar no domínio da literatura” (*apud* VERSINS, 1969: 69-70).

Pierre-Jules Hetzel criticou acidamente o projeto estético-comportamental que grassava nos meios românticos e, ao mesmo tempo, afirmava o teor de uma nova postura a ser assumida por escritores e leitores ao definirem seu relacionamento. Naquele momento, segunda metade da década de 1860, estava nítido que o programa literário – que também era um programa político-pedagógico – ao qual editor e autor estavam intimamente ligados implicava, senão um rompimento, ao menos um decisivo distanciamento do *meio* que acolhera inicialmente a obra de Edgar Allan Poe e atraíra o jovem Júlio Verne que migrara de Nantes para estudar direito em Paris e não queria mais voltar para a província. Ele se profissionalizara, pois fora capaz de arregimentar legiões de leitores infantis, adolescente e adultos através dos numerosos livros que despejou anualmente no mercado. Conseguira, enfim, fazer da literatura seu ganho-pão. Ademais, desempenhava papéis que lhe conferiam adicionais de capitalização simbólica: era casado, gerava filhos, frequentava as salas de estar da grande e da média burguesia de toda a França, era cada vez mais conhecido fora do país e da própria Europa. Tudo começara, porém, com aquelas cinco semanas que nos interessam mais de perto neste estudo.

No século XIX, as viagens de exploração ao redor do mundo contaram com uma aliada fundamental, a grande imprensa, que

recém chegara à adolescência. Os jornais ajudavam a divulgar projetos e a captar recursos; as viagens, ao serem transformadas em notícias e, com frequência cada vez maior conforme o século avançou, em longos e excitantes relatos de uma ou mais páginas inteiras, ajudavam a vender jornais e a ampliar o universo dos leitores. Noutras palavras, escritores e jornalistas transformaram a geografia e a etnologia dos mais diversos lugares – conhecidos ou desconhecidos – em atraentes mercadorias de consumo. Um exemplo de grande magnitude dessa associação foram as ações materiais e simbólicas que envolveram a figura do missionário e médico britânico David Livingstone (1813-1873) em suas andanças pela África tropical. A ele atribuíram-se vários feitos, entre eles, o de ser o primeiro europeu a escrever sobre o lago Ngami do alto Zambeze, o lago Niassa (ou Maláui) do rio Lualaba e o lago Bangweolo, na região em que veio a falecer. Entre 1853 e 1856, Livingstone viajou longamente pelo Zambeze, de Luanda a Quelimane. Os relatos que ele enviou regularmente para a Inglaterra despertaram grande curiosidade. Suas denúncias da escravidão e do comércio negreiro, bem como suas propostas para uma ocupação europeia – majoritariamente britânica, por suposto – da África articulada por um consórcio entre industriais, comerciantes, burocratas e missionários tornaram suas palavras mais do que dispositivos de atração literária. Elas se converteram em bandeiras e chamados para a ação abolicionista e colonialista, ao mesmo tempo (MIÈGE, 1975;

COQUERY-VIDROVITCH y MONIOT, 1985).

A consolidação das expedições para a África e outros continentes está na difusão das *Sociedades Geográficas* pela Europa e nos EUA. Compostas por botânicos, cientistas, comerciantes, diplomatas, empresários, engenheiros, geógrafos, médicos, militares e até aventureiros de plantão, elas atuavam como centro de incentivo as expedições de exploração, intercâmbio e divulgação do conhecimento científico. Essas ações atendiam aos interesses corporativos das empresas privadas e aos projetos de expansão imperial dos Estados europeus, além de povoar o imaginário ocidental com descrições, na maioria das vezes, altamente pejorativas e um tanto debochadas, dos habitantes desses lugares (NEVARES, 1975; KI-ZERBO, 1999). Estava na ordem do dia dos europeus o explorar e mapear as regiões do mundo. Viajantes de todos os cantos do Ocidente se empenharam pela África adentro para avaliar e quantificar as potencialidades econômicas, classificar as plantas, os animais e as populações. Eles queriam, em especial, fazer a cartografia dos amigos e dos inimigos de Deus e dos Impérios. Cobia, então, à imprensa a função de divulgar as descobertas geográficas e manter acesa a chama dos ideais imperialistas. Mas, se ainda faltavam dados ou menos precisos ou se não se tinha notícias de alguém que estivera em tal ou qual lugar, aquela função mobilizadora de corações e mentes era assumida pela literatura. Ela preenchia o desconhecido com fatos ficcionais (MARTÍN, 1988). Neste

sentido, a obra de Verne é um exemplo clássico de como a realidade e a ficção estavam, por assim dizer, em perfeita harmonia. A narrativa da viagem do Dr. Fergusson e de seus companheiros pela África passava conscientemente ao leitor a impressão de que aquilo é completamente passível de acontecer. Ademais, guardava a pretensão de estimular os cientistas do presente e do futuro para que construíssem máquinas capazes de transformar a ficção em realidade (FAUS, 2005).

Além de ser uma excelente obra literária, *Cinco Semanas num Balão* contém muito do conhecimento europeu sobre a África até a primeira metade do século XIX. Navegando entre o real e a ficção, Júlio Verne apresenta algumas questões levantadas pelos exploradores e pelas Sociedades Geográficas e procura respondê-las a seu modo. Os personagens e o itinerário da viagem são construídos com base na vida de indivíduos famosos e nos relatos disponíveis das explorações do continente africano. Assim, o Dr. Fergusson é médico como David Livingstone, jornalista como o galês-americano Henry Morton Stanley (1841-1904) e falante de árabe como o capitão Richard Francis Burton (1821-1890). Ele trabalhava como correspondente do *Daily Telegraph* e fora convidado pela Real Sociedade Geográfica de Londres – *Royal Geographical Society* (fundada em 1830) – para realizar a travessia da África. O jornal e a instituição se encarregam do financiamento e da divulgação da expedição que, certamente não por coincidência, possui um roteiro bem parecido com

a expedição aos Grandes Lagos realizada pelos britânicos Burton e John Hanning Speke (1827-1864), em 1857-1858. Mas, diferentemente desses dois, Fergusson, Kennedy e Joe viajariam pelos ares a bordo de um balão de hidrogênio. Esse era o componente que chamava a atenção do mundo e o seu uso em uma expedição geográfica conservaria a Inglaterra a frente das demais nações na *Corrida para África*.

Por que narrar a glória do Império Britânico se Júlio Verne era um leal e dedicado cidadão daquela França que, é bem verdade, custava a decidir se preferia ser República ou Monarquia? Gostaríamos de sugerir que essa entronização do Império da Rainha Victoria, não estava destituída de intenções ideológicas e morais. Todos os europeus sabiam do protagonismo dos britânicos na geografia política e econômica do século XIX. Seus leitores potenciais também sabiam que estava cada vez mais difícil separar esse pioneirismo da acumulação de recursos técnico-científicos que o velho rival d'além-Mancha dos franceses estava realizando. Eles não somente fizeram a Primeira Revolução Industrial, como assumiram a plena hegemonia no Sistema Mundial Capitalista em grande medida graças a essa expansão sem par de suas forças produtivas (ADDA, 2003). Isso era mais do que suficiente para fazer de súditos da rainha os protagonistas ideais de um romance de aventuras. No entanto, parece-nos também que, para Júlio Verne, enaltecê-los era, simultaneamente, fazer uma cobrança indireta às elites dirigentes da França. Era preciso fazer o mesmo que os concorrentes, ou seja,

articular empresários, burocratas, missionários, militares e atores midiáticos na configuração de um vasto empreendimento conquistador. Do contrário, a França jamais seria como o Dr. Fergusson, mas quedaria como o caçador Kennedy, amigo fiel do sábio inventor, sempre disposto a dar a vida pelo médico, mas incapaz de se adaptar aos ditames da razão técnico-científica que começava a açambarcar o universo de valores da Modernidade. Já não bastava a corajosa disposição de ficar face a face com os mais perigosos animais ou com os homens mais cruéis. A conquista da África preconizada pelo notável escritor seria realizada menos pela força do que pela ciência, menos pela intrepidez dos homens do que pelas virtudes da Razão.⁶

Assim como a maioria das expedições à África naquela época, a viagem do Dr. Fergusson começa na ilha de Zanzibar, no dia 25 de abril de 1862. Localizada no litoral da Tanzânia, a ilha estava sobre domínio do sultão de Omã e de Mascate, Majid b. Said, que, em 1856, substituíra Said b. Sultan, o fundador, em 1840, do Sultanato de Zanzibar. A ilha se configurava como um porto seguro para as expedições ao interior do continente, primeiro porque os árabes já haviam estabelecidos rotas de comércio com as regiões dos Grandes Lagos; segundo porque a economia do sultanato dependia das caravanas de comércio, que iam ao interior em busca de escravos e marfim para a exportação. Por isso, não era difícil para os europeus encontrarem homens que conhecessem a região e/ou estavam dispostos a viagens longas, inseguras e desgastantes. Além disso, a

diplomacia britânica exercia uma forte influência na região (RODRIGUES, 2015). Ao chegarem Zanzibar, os aventureiros ingleses foram recebidos pelo mesmo cônsul que, na vida real, acolhera John Hanning Speke, em 1857. Ato contínuo, eles desembarcaram o balão, mas, ao iniciarem seu enchimento, foram bruscamente interrompidos pelo representante britânico. Disse o escritor que,

[...] quando o aeróstato estava sendo desembarcado, o cônsul foi prevenido de que a população da ilha opor-se-ia a isso pela força. Nada mais cego que as paixões fantasiadas. A notícia da chegada de um cristão que deveria voar pelos ares foi recebida com irritação; os negros, mais emotivos que os árabes, viram nesse projeto intenções hostis à sua religião; achavam que era uma afronta ao Sol e à Lua. O fato é que esses dois astros são objetos de veneração por parte dos povos africanos. Por isso, resolveram opor-se ao sacrilégio daquela expedição (VERNE, 2003: 64-65).

Essa passagem não deve causar qualquer tipo de estranheza ao analista contemporâneo. Ao longo das últimas décadas, vários pesquisadores que se vinculam àquelas tendências dos estudos literários que são vagamente denominadas de pós-colonialistas chamaram obsessivamente a atenção para a profusão de estereótipos negativos que caracterizou a literatura de ficção dominante no Ocidente até meados do século XX (Cf. BONNICI e ZOLIN, 2014). Raras foram as exceções a esse padrão. Júlio Verne não fugiu a regra, pelo contrário, foi um dos seus mais notórios criadores/reprodutores. Suas obras estão pejadas dessas

⁵ Na época em que chegou a Paris e se matriculou na faculdade de Direito, Julio Verne já conhecia as propostas de reforma social e estímulo ao progresso técnico e econômico defendidas por Henri Saint-Simon e seus seguidores, os assim-chamados Sansimonianos (Cf. ZEITLIN, 1973: 70-84 e MARTINS, 1975). Ele não chegou a ser um adepto pleno e sacerdotal daquelas ideias políticas e filosóficas, mas compartilhava de muitas das opiniões defendidas pelos discípulos daquele pensador, dentre elas a mais pronunciada era a atribuição de uma extraordinária força de causalidade histórica à técnica e ao conhecimento científico e ao seu corolário, a entronização sociopolítica dos técnicos e dos cientistas. Em suma, via com bons olhos uma Tecnocracia.

contraposições entre a escuridão de certos universos humanos – no caso, as mentes que cultivam fetichismos – e a luminosidade espalhada pela ciência. Isso a despeito da precisão científica que ele tanto almejava. Na realidade, a população de Zanzibar descrita por Júlio Verne não obteve dele o mesmo respeito pela clareza e pela atualização de conhecimentos que foi dado aos fatores da geografia física, da botânica e da zoologia. Mas não tinha como ser de outro modo. A ideia de qualificar os povos por seu temperamento (mais ou menos emotivos) e pela densidade de suas crenças religiosas (fetichistas, animistas, politeístas, monoteístas e assim por diante) não era dele, era coletiva, e dificilmente seria questionada por alguém tão comprometido com a divulgação do que se entendia por cientificamente assegurado em sua época.

Os negros de Zanzibar – ou seja, a parte não muçulmana da população que um europeu como Júlio Verne contraporaria aos árabes – não cultuavam o Sol e a Lua como deuses. Não agiam com os astros como os cristãos agiam com seus objetos de devoção, como a cruz ou o céu, onde habitam anjos, santos e almas que escaparam da danação. Dificilmente se levantariam contra quem fosse profanar os astros, pois essa noção mesma de profanação não correspondia ao seu universo de valores religiosos. É claro que, vista em si mesma, essa questão não tem nenhum sentido quando é o caso de uma obra ficcional. Tudo é permitido neste tipo de literatura. Porém, considerando as pretensões pedagógicas do autor e o alcance de seu público, é evidente que o tema

ganha significado profundo e se ancora na questão historiográfica mais ampla que é o estudo das caricaturas que os europeus faziam dos africanos nos séculos XIX e XX, caricaturas que ainda podem ser vistas até mesmo na grande mídia de hoje em dia. Presente em quase todos os relatos de viagens ao Continente Negro, trechos com o descrito por Verne foram replicados fartamente pela imprensa e pela literatura. Adjetivos como *tribais*, *selvagens* e *primitivos* eram e ainda são usados à exaustão e como antônimos de *nacionais*, *civilizados* e *modernos* em um gabarito maniqueísta de descrição dos povos. Ademais, com o aumento expressivo do número de expedições à África a partir da década de 1860, ressurgem velhos estigmas sobre o negro e novos são criados, todos reforçados pelas convicções de cientificidade do período (LECLERC, 1973; OLIVA, 2007).

Estudos recentes acentuaram essas questões. Ao analisar as viagens do capitão Richard Burton, Alexander Gebara (2010), destaca que nas descrições do viajante sobre os habitantes da África Centro-Oriental as características raciais são predominantes e que o adjetivo *selvagem* aparece de forma recorrente. Por sua vez, Oliva (2007) chama a atenção para o conjunto de imagens que vinha das crenças científicas, cujas bases eram o Determinismo Racial, o Evolucionismo Cultural e o Darwinismo Social, que classificavam os africanos como sendo os últimos na escada evolutiva humana. Para muitos cientistas do século XIX, os africanos seriam a prova da evolução

do macaco até o homem, sendo o negro o humano mais próximo dos animais. Não é por acaso que Joe, ao ver um grupo de macacos subindo pela ancora do balão, os confunde com os negros:

- Que ataque! - disse Joe.
- Kennedy*: - Achamos que você estava cercado por indígenas.
- Felizmente eram apenas macacos - respondeu o doutor.
- Kennedy*: - De longe, a diferença é pequena, meu caro Samuel.
- De perto também - retrucou Joe (VERNE, 2003:88).

Na medida em que o balão se distancia da costa rumo ao interior a geografia se altera, a vegetação fica mais densa assim como a ferocidade dos africanos. A mensagem é clara: quanto mais distante se está da costa, mais distante se está dos influxos humanizadores da civilização, mais próximo se está do começo da história humana, quando pouco nos distinguíamos fisionômica e emocionalmente das feras. Assim, ao avistarem os Baobás, árvore da família *Bambaceae* e da espécie *Adansonia sp* típica do continente africano, Joe expressa sua admiração pela magnífica planta e Fergusson aproveita para demonstrar todo o seu conhecimento acerca das viagens de exploração na África, lembrando aos seus amigos que

[...] Foi talvez ao pé dessa mesma árvore que o francês Maizan morreu, em 1845, pois estamos na aldeia de Deje-la-Mhora, onde ele se aventurou sozinho; foi capturado pelo chefe do lugar, amarrado ao pé de um baobá e então esse negro feroz cortou suas articulações lentamente, enquanto ressoava o grito de guerra; depois, ele cortou a garganta, parou para afiar a faca gasta e arrancou a cabeça do infeliz antes que ela fosse cortada! Esse pobre francês tinha apenas 26 anos! (VERNE, 2003: 74).

Atitudes de extrema violência são tidas como típicas dos africanos. Negava-se aos habitantes do interior qualquer forma de vida cultural ou traços de humanidade; os negros eram embrutecidos o que justificava a escravidão. Negava-se inclusive que eles pudessem ter uma história. Como escrevera um filósofo germânico de extraordinário prestígio e influência, os negros configuram "o homem natural, selvagem e indomável" [e] "neles nada evoca o caráter humano [...]" (HEGEL, 1995: 83-84, 88). Conforme a narrativa de Verne se desenvolve, os estereótipos raciais funcionam como dispositivos cientificamente autorizados para explicarem as crenças, os costumes e as atitudes das populações observadas do alto do balão. O africano é representado com um espelho invertido no qual o ocidental enxerga todas as virtudes negativas dos seres humanos. Essa imagem invertida será alvo de combate dos intelectuais africanos e afro-americanos no século XX, mas no século XIX foi o parâmetro de interpretação europeu do não europeu.

No romance, o Dr. Fergusson é o responsável por desenvolver o balão e organizar a expedição. Kennedy e Joe apenas acompanham e seguem ordens. O veículo aéreo era movido a hidrogênio e concedia a liberdade ao doutor de subi-lo e descê-lo quando almejasse, permitindo aos tripulantes conhecer as regiões africanas. Seu nome, *Vitória*, talvez faça referência a *glória, conquista* ou a Rainha Vitória que governou a Grã-Bretanha entre 1837 a 1901. Sua imagem carrega

consigo um simbolismo particular, pois representa a modernidade trazida pela Revolução Industrial e a superioridade ocidental frente aos “selvagens africanos”. Como fruto do desenvolvimento tecnológico, o balão proporcionava o triunfo dos europeus frente a natureza selvagem da África. Tal modelo de natureza se cristalizou na imaginação europeia desde o tempo das Grandes Navegações, época em que os ocidentais começaram a conhecer o litoral africano e encontravam poucos atracadouros naturais e várias áreas pantanosas, com mangues, com escarpas e desertos. No passado (e, infelizmente, ainda hoje),

[...] essas características foram manipuladas por várias teses que as entendiam enquanto “ator imperativo” de contatos da África com o exterior, justificando um “isolamento natural” do continente. Assim, a geografia, uma vez mais, foi conclamada para confirmar o “embrutecimento” do continente.[...] Não haveria como deixar de comentar o modo de interpretar os dados físicos continentais pelos europeus. Um deles, recorrentemente citado na literatura colonialista e repetido inclusive por textos contestadores da presença ocidental, insiste no papel dos bordos periféricos do continente como origem do seu “embrutecimento”. Nessa categoria se incluíam, por exemplo, as *cataratas de Livingstone*, localizada num ponto onde o Rio Zaire confina com a declividade das áreas planálticas; elas configurariam um “obstáculo” a ser vencido. Mas, para quem? E, decididamente, uma barreira enclausurando o quê? De quem? (SERRANO e WALDMAN, 2010:43 e, 45).

Tais barreiras naturais impediam o acesso dos estrangeiros ao *hinterland* representando um obstáculo à propagação da civilização. Se os “heroicos exploradores” do século XIX

enfrentavam as “selvagerias dos nativos”, as doenças tropicais e a geografia desumana para alcançar as *terras de trás*, o balão do Dr. Fergusson lhe permitia ultrapassar essas barreiras, e isso foi explicado a seu amigo caçador Kennedy desta maneira:

Kennedy: – Mas, enfim – disse ele, depois de uma hora de discussão –, se você faz questão de atravessar a África, se você só fica feliz com isso, porque não ir pelos caminhos comuns?

– Por quê? – respondeu o doutor com animação. – Porque até aqui todas as tentativas fracassaram! Porque desde Mungo-Park, assassinado no Níger, até Vogel, que desapareceu no Wadaí; desde Oudney, morto em Murmur, e Clapperton morto em Sakatou, até Francis Maizan, cortado em pedaços; desde o major Laing assassinado pelos tuaregues, até Roscher de Hambourg, massacrado no início de 1860, muitas vítimas foram inscritas no martirólogo africano! Porque lutar contra elementos, contra fome, a sede, a febre, contra os animais selvagens e contra tribos mais selvagens ainda é impossível! Porque o que não pode ser feito de uma maneira deve ser feito de outro jeito! E finalmente porque, lá onde não se pode passar no meio, deve-se contornar ou passar por cima! (VERNE, 2003: 25).

Entre as inúmeras questões que moveram as Sociedades Geográficas da Europa ao longo do século XIX estavam perguntas como: onde nasce o rio Nilo? E os Grandes Lagos africanos onde ficam? Quantos são? Com mais de 6.695 km de extensão, o rio Nilo alimentou o imaginário europeu desde a Antiguidade Clássica. Até finais do século XVIII, o que os ocidentais sabiam sobre o Nilo nas proximidades da linha do Equador limitava-se a relatos de mercadores árabes que comercializavam marfim e de viajantes portugueses que

atuavam no litoral suaíli. No século XIX, a procura de suas origens estimulou debates acadêmicos e rivalidades entre nações e exploradores. Sabia-se que ele tinha uma nascente no lago Tana na Etiópia que dava origem ao chamado Nilo Azul, pois os primeiros registros foram feitos pelo espanhol Pedro Páez em 1618. A outra nascente, a do chamado Nilo Branco era questão de mistério, supunha-se que ela estava localizada abaixo da linha do Equador nas zonas centras do continente onde julgava existir grandes lagos. Com base nessas informações desconexas os geográficos europeus começaram a alavancar teorias. Por volta de 1845, Cooley defendia a tese da existência de um único lago na África Oriental. Em 1856, Erhardt, através de relatos que ouvira no litoral suaíli, falava na existência de três grandes lagos mas em seu mapa os fundiu em um só.

Para averiguar os dados e as hipóteses levantadas pelos geógrafos, a Royal Geographical Society organizou uma grande expedição exploração em 1858 chefiada por Burton e Speke. Burton manteve o trajeto original e alcançou o lago Tanganica, mas Speke aventurou-se sozinho ao extremo meridional até encontrar outro lago, que ele chamou de Vitória em homenagem à sua rainha. Em 1862, a entidade financiou outra expedição, desta vez com Speke e o escocês James Augustus Grant (1827-1892). Eles alcançaram as Cataratas Ripon, onde o Nilo se separa do lago Vitória.⁶ Em 1864 o britânico Barker subiu as águas do Nilo e chegou a outro lago do qual o viajante batizou de Albert em homenagem ao recém-

falecido filho da Rainha Vitória, Albert de Saxe-Coburgo-Gota. Ele identificou este novo lago como parte integrante da hidrografia do Nilo, alimentando ainda mais as discussões sobre os Grandes Lagos e as nascentes do Nilo. Barker voltaria a região anos depois para reivindicar a área para o soberano do Egito e para seu próprio enriquecimento pessoal. Sua descoberta estimulou outros viajantes a questionarem as afirmações de Speke. Assim, Burton lançou dúvidas sobre os achados que aquele teria realizado em 1858 e 1862 e procurou atribuir ao lago Tanganica o verdadeiro local da origem do Nilo. Grant, que acompanhou as expedições de Speke, não visitou a verdadeira fonte do Nilo por proibição do próprio Speke, aumentando ainda mais as dúvidas acerca da descoberta.

É difícil não ver nessas querelas motivações muito pessoais. Grant nunca duvidou da palavra de Speke. Já Burton, talvez por vaidade ou ciúmes, negou-se a estabelecer contato com o seu ex-companheiro de expedição. Marcou-se um debate entre ambos sobre as origens do Nilo Branco (que teria Livingstone como mediador), mas Speke veio a falecer vítima de sua própria arma de fogo. Não sabe ao certo se foi acidente ou suicídio, o que levantava mais dúvidas sobre a sua descoberta. O debate não ocorreu e a questão só pode ser solucionada anos mais tarde. Disposto a resolvê-la, Livingstone partiu em uma nova expedição no ano de 1871. O missionário acreditava que a fonte do Nilo estava localizada bem mais ao sul das regiões demarcadas por Speke e Burton. Ele foi para a região

⁶ O feito foi narrado por Speke em seu *Journal of the Discovery of the Source of the Nile* (Diário da descoberta da nascente do Nilo) publicado no mesmo ano em que Júlio Verne lançou seu primeiro romance.

do Lualaba no Zambeze, mas lá faleceu. Por fim, entre 1875 e 1876, Henry Stanley, o galês-americano, chegou ao lago Vitória e o circunavegou. A expedição foi registrada em seu segundo relato de viagem chamado *Through the Dark Continent (Através do Continente Negro)*, publicado em 1872. Essa viagem encerrou um debate que durava desde 4 de novembro de 1770, quando o fazendeiro britânico James Bruce, que encontrou a fonte do Nilo Azul, na Etiópia, reivindicou para si a descoberta da nascente do Nilo.

Ao conceber a história dos três aventureiros britânicos, Júlio Verne não podia, é claro, saber de nada disso. Quando muito ele conhecia os primeiros debates entre os exploradores. No entanto, curiosamente, ele fez seu *Daily Telegraph* de fantasia anunciar, no dia 15 de janeiro de 1862, que

[...] a África vai finalmente revelar o segredo de suas vastidões desérticas: um Édipo moderno nos dará a resposta deste enigma que os pesquisadores de sessenta séculos ainda não puderam decifrar. Antigamente, procurar as nascentes do Nilo, fontes Nili quererere, era um empreendimento visto como uma insensatez, uma quimera.[...]A proposta desta exploração científica foi feita oficialmente ontem à Real Sociedade Geográfica; uma soma de 2500 libras esterlinas foi votada para subvencionar as despesas do empreendimento (VERNE, 2003: 17).

Seguindo em direção a linha do Equador com ventos sempre favoráveis o balão do Dr. Fergusson chega ao lago Vitória, e na descrição da descoberta Verne faz referência a viagem de Speke em 1858:

De Kafuro, grande distrito dos mercadores da região, ele finalmente percebeu no horizonte esse lago tão procurado, que o capitão Speke entreviu no dia 3 de agosto de 1858. [...]Ao meio-dia [abril de 1862], o *Vitória* estava a 1°45' de latitude austral; à uma hora, o vento o empurrou para o lago.

[Fergusson]:- Este lago foi denominado Nyanza Vitória pelo capitão Speke. Naquele ponto, ele devia medir noventa milhas de largura; em sua extremidade meridional, o capitão encontrou um grupo de ilhas, que batizou de arquipélago de Bengala. Ele estendeu a sua expedição de reconhecimento até Muanza, na costa leste, onde foi bem recebido pelo sultão. Ele fez a triangulação dessa parte do lago, mas não conseguiu um barco, nem ara atravessar nem para visitar a grande ilha de Ukerewe; essa ilha, muito populosa, é governada por três sultões e forma uma península na maré baixa. [...]O doutor reconheceu que o lago estava acima do nível do mar, como havia determinado Speke, ou seja, estava a uma altura de 3750 pés (VERNE, 2003:120, 121).

Ultrapassar as barreiras naturais do continente e atingir seu coração. Na fala de Fergusson, que ia muito além da geografia, escapar do martirologio africano. Individualmente, a proeza de atravessar a África num balão representaria um *grande feito* – fazer aquilo que nenhum outro explorador foi capaz de fazer – que o colocaria no *Panteão de Heróis* das viagens de exploração ao redor do mundo. Ele se tornaria um ícone do Império Britânico, como Livingstone, Burton, Speke ou Stanley. Mas, como não carecia limitar a imaginação, o *grande feito* do doutor ia além da travessia aérea de Zanzibar ao Senegal. Estudar as regiões observadas do alto era crucial, mas, de acordo com os valores da época, uma jornada como aquela não estaria completa se o viajante não fincasse a

bandeira de seu país em solo africano. Dentro desta perspectiva, o escritor francês resolveu conceder ao seu viajante a honra de completar a expedição de Burton e Speke e hastear a bandeira britânica na nascente do rio Nilo. Eles avistaram o fabuloso rio, que emergiu diante dos olhos por trás dos rochedos e das altas árvores, por volta das nove horas do dia 23 de abril de 1862. O doutor, como ocorreu no decurso de todo o romance, não se enganara. Ele estava certo de que encontraria a nascente do Nilo. E encontrou. Sob uma chuva de flechas dos indígenas da tribo de Makado, o intrépido arauto da razão técnico-científica aproximou-se do solo para realizar o gesto político e científico de apropriação imperial da região (VERNE, 2003: 125-126).

–A escada! – gritou o doutor. – Siga-me Kennedy.

Kennedy: – Que é que você quer fazer?

– Vamos descer; preciso de uma testemunha.

– Estou aqui.

– Joe, fique de guarda.

Joe: Fique tranquilo, senhor, respondo por tudo.

– Venha, Dick! – disse o doutor, pisando o solo.

Ele levou o seu companheiro até um grupo de rochas na ponta da ilha; lá, ele procurou por algum tempo e vasculhou entre os arbustos, o que o deixou com a mão sangrando. De repente, apertou com força o braço do caçador.

– Olhe – disse ele.

– São letras! – gritou Kennedy.

De fato, duas letras gravadas sobre a rocha apareciam com nitidez. Podia-se ler claramente:

A.D.

– A.D. – repetiu Fergusson. – Andrea Debono! É realmente a assinatura do viajante que foi mais longe ao subir o curso o Nilo! (VERNE, 2003:127).

Após confirmar o seu feito, o doutor decidiu por retomar o voo. Se os nativos que estavam a hostilizá-los pudessem perceber algum significado naquilo tudo, veriam que, enquanto os outros dois se dedicavam aos afazeres do cesto, Fergusson, em êxtase de descobridor, “[...] desfraldava uma bandeira com as armas da Inglaterra”. (VERNE, 2003: 127). Definitivamente o lago Vitória e a Nascente do Nilo Branco pertenciam doravante ao Império Britânico. Como também pertenciam a ele os novos tempos. Neste sentido, encerramos esta exploração do continente verniano retomando uma observação delineada acima sobre o modo como lemos algumas passagens de *Cinco Semanas num Balão*. Como afirmamos, não desejamos fazer análise literária, mas tomar o romance como um bom motivo para refletir em voo de balão sobre os tempos de assentamento da razão técnico-científica no seio das mentalidades coletivas ocidentais. Isso não implica destituir a obra, que é eminentemente ficcional, de suas peculiaridades literárias. Mas, dadas as suas intenções manifestas, a descrição da África por Júlio Verne, descrição que se faz sob a guarda de uma forte confiança nas descobertas e nas certezas asseguradas pela ciência, tornam o livro bem mais do que um romance. Ele é, ao mesmo tempo, um meio de evasão, um dispositivo didático-pedagógico e uma espécie de apologia do papel da ciência na edificação dos impérios coloniais. Essas dimensões múltiplas o tornam – como tornam toda a literatura verniana – muito atraente como objeto de análise histórica.

Referências bibliográficas

- ADDA, J. *As Origens da Globalização da Economia*. Barueri: Manole, 2004.
- ALLEN, H. Edgar Allan Poe: notícia biobibliográfica. In: POE, E. A. *Poesia e Prosa*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. i-xxxvi.
- AMORIM FILHO, O. B. Literatura de explorações e aventuras: as "viagens extraordinárias" de Júlio Verne. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, v. 20, p. 107-119, 2008.
- BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. *Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2014.
- BURROW, J. W. *La Crisis de la Razón: El Pensamiento Europeo, 1848-1914*. Barcelona: Crítica, 2001.
- CAMPAÑA, M. *Baudelaire: Juego de Triunfos*. Barcelona: Penguin Random House/Debate, 2011.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. *Africa Negra, de 1800 a Nuestros Días*. Barcelona: Labor, 1985.
- FAUS, J. N. *Sueños de Ciencia: Un Viaje al Centro de Jules Verne*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2005.
- FIGUIER, L. *Los Grandes Inventos Antiguos y Modernos en las Ciencias, la Industria y las Artes*. Traducida al español por D. M. M. Flamant. Madrid: Gaspar y Roig, 1867.
- GAUTIER, T. *Baudelaire*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- GONZALES, C. Memória histórica sobre os globos aerostáticos. *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Paris: Impresso por A. Bobée, 1821, Tomo XII, Parte Segunda, p. 35-68.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: EdUNB, 1995.
- KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. Mira-Sintra: Europa-América, 1999, Vol. II.
- LECLERC, G. *Crítica da Antropologia*. Lisboa: Estampa, 1973.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, Tomo II.
- MARTÍN, P. S. Literatura y ciencia en el siglo XIX: los viajes extraordinarios de Jules Verne. *Geocrítica: Cuadernos Críticos de Geografía Humana*. Barcelona, Año XIII, nº 76, Julio de 1988.
- MARTINS, C. E. *A Tecnocracia na História*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MIÈGE, J. L. *Expansión Europea y Descolonización, de 1870 a Nuestros Días*. Barcelona: Labor, 1975.
- MUÑOZ, A. y LÓPEZ, A. *Guía de Lectura y Antología de las Historias Extraordinarias de Edgar Allan Poe*. Madrid: Akal, 1999.
- MURRAY, Jocelyn. *África: o despertar de um continente*. Barcelona: Folio, 2007.
- NEVARES, S. R. *Historia de las Ideas Colonialistas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino de história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PEREIRA, S. N.I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um "festival científico" no início do século XX. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). *Ciência, Civilização e República Velha nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2010, p. 157-177.

POE, E. A. *Poesia e Prosa*. Porto Alegre: Globo, 1960.

ROBERTO, E. *Notas para un Ensayo sobre Charles Baudelaire*. Buenos Aires: Dunken, 2015.

RODRIGUES, C. E. *O comércio de marfim e escravos no interior da África Oriental: análise historiográfica da obra de Victor Giraud [1883-1885]*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

RUIZ DE SAMANIEGO, A. Dandysmo. In: SOURIAU, E. (Dir.). *Diccionario Akal de Estética*. Madrid: Akal, 1998.

SERRANO, C. e WALDMAN, M. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. *Imagens da África*. São Paulo: Penguin/Companhia. das Letras, 2012.

TADEU, T. (Org.). *Manual do Dândi: A Vida com Estilo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VERNE, Júlio. *Cinco semanas num balão*. Tradução de Giselle Dupin e José Maria Cançado. São Paulo: Ática, 2003.

VERNE, Júlio. Edgar Poe y sus obras (s/d). (Disponível em Biblioteca Virtual Universal -www.biblioteca.org.ar/libros/130560.pdf. Acesso: 10/01/2016).

VERSINS, P. A sensação do artificial. In: BELLOUR, R.; BROCHIER, J-J. (Coords.). *Júlio Verne: Uma Literatura Revolucionária*. São Paulo: Documentos, 1969, p. 69-81.

VILAR, P. *Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

ZEITLIN, I. *Ideología y Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

RECEBIDO EM: 19/03/2016

APROVADO EM: 20/04/2016

CABO VERDE E A LUTA PELA ÁGUA:

Uma discussão sobre meio ambiente e estrutura agrária

Dora Shellard Corrêa
Professora Pesquisadora IV -
UNIFIEO

Resumo: A República de Cabo Verde é constituída por um arquipélago localizado à 500 km da costa ocidental da África. É uma extensão insular do Sahel, tendo um clima árido e semiárido, contando com escassos recursos hídricos. Está exposta a períodos de seca que até a década de 1940 resultaram em crises alimentares seriíssimas. As ilhas foram colonizadas pelos portugueses no século XV. A partir da independência em 1975, principiou-se um esforço remarcável para minorar os efeitos das secas, controlar a erosão, reflorestar, aumentar a disponibilidade de água e diminuir a pobreza no país. Neste artigo iremos relatar essas iniciativas e apontar os seus limites para refletir sobre a relação entre conservação e preservação ambiental e estrutura agrária.

Palavras-chave: Cabo Verde; seca; pobreza

Abstract: The Republic of Cabo Verde is an archipelago located around 500 km from the West African coast. It is an extension of the Sahel, having an arid and semi-arid climate and with scarce water resources. Is exposed to droughts that until the 1940s resulted in very serious food crises. The islands were colonized by the Portuguese in the fifteenth century. From independence, in 1975, it began a remarkable effort to mitigate the effects of drought and erosion, to reforest, to increase the availability of water and to reduce poverty. In this article we will report these initiatives and point out its limits to reflect on the relationship between

environment conservation and preservation and agrarian structure.

Key-words: Cape Verde; drought; poverty

Este artigo decorre de uma pesquisa financiada pelo CNPq dentro do programa Pró-África, que objetiva comparar as estratégias contra a seca no nordeste brasileiro e no arquipélago do Cabo Verde. Duas regiões marcadas por estiagens que resultaram, até a metade do século XX, em terríveis flagelos especialmente para populações rurais pobres. No caso do Cabo Verde apontam-se como condicionantes desses fenômenos as características geográficas acentuadamente austeras que imperam em todas as nove ilhas habitadas, caracterizando-as como de intensa vulnerabilidade ambiental e social.

Considerado como uma "extensão atlântica da zona árida do Sahel" (AMARAL, 2007; SEMEDO, 1998), o Cabo Verde possui clima árido e semiárido, com chuvas irregulares e não raro torrenciais que erodem a terra. Os períodos de secas são recorrentes e, no passado, aliados a uma rede fundiária concentrada e estrutura de produção perversa, à exploração excessiva e descuidada dos recursos naturais e ao descaso da administração colonial, foram o estopim para a deflagração de crises de fome que resultaram em excepcionais índices de mortalidade até o final da década de 1940. Segundo Cláudio Furtado:

As secas que frequentemente assolavam as ilhas, vitimavam quase sempre os trabalhadores rurais. Os grandes proprietários estão sempre de silos cheios (...) Comum a muitos

morgados, além da sua própria colheita, aproveitar as boas safras para comprar o excedente de outros, a preços baixos, e estocar para aproveitar um melhor momento nas épocas de entressafra, de seca e fome (FURTADO,1993: 117).

A década de 1940, registrou um ponto de inflexão na história de Cabo Verde. Duas grandes crises de fome, uma de 1941 a 1943 e a outra de 1947 a 1948, exterminaram quase 1/3 da população das ilhas agrícolas. Foram acontecimentos desencadeados por períodos longos de secas. Porém, os fenômenos naturais abatiam desigualmente as camadas sociais. Apenas os pobres morriam. Ilídio do Amaral informa que no século XIX já se creditava ao sistema de arrendamento e de trabalho na terra "as principais causas da decadência e da miséria em que vivia a maioria dos habitantes" (AMARAL, 2007: 262).

Desde a segunda metade do século XX, reconhece-se que os impactos ambientais das secas em Cabo Verde eram acirrados pela degradação do meio em razão do manejo imprudente e, também, pela estrutura fundiária caracterizada pela desigualdade social que reduzia à miséria a maior parte da população rural. Com base nessas constatações após a Independência em 1975, foi feito um esforço grande para mitigar os problemas ambientais e sociais. Desde os anos 90, sustenta-se que, apesar da diminuição do índice de pobreza e de todo o avanço feito quanto ao meio ambiente desde a independência, a intensificação da exploração dos recursos naturais e a migração rural-urbana têm comprometido a preservação desse meio frágil.

A preocupação atual revelada em textos oficiais, em relatórios de agências multilaterais ligadas às Nações Unidas e em artigos científicos, é com o fato de que o aumento populacional aliado à pobreza e ao êxodo rural tem piorado as condições ambientais urbanas e agravado os problemas sociais, com a crescente marginalização de uma parcela da população que migra da zona rural. Era a fome e a morte até a primeira metade do século XX, que marcavam a população rural pobre de Cabo Verde. Hoje, quando mais de 60% da população encontra-se nas cidades, é a subnutrição e a crescente marginalização urbana (FERNANDES, 2011).

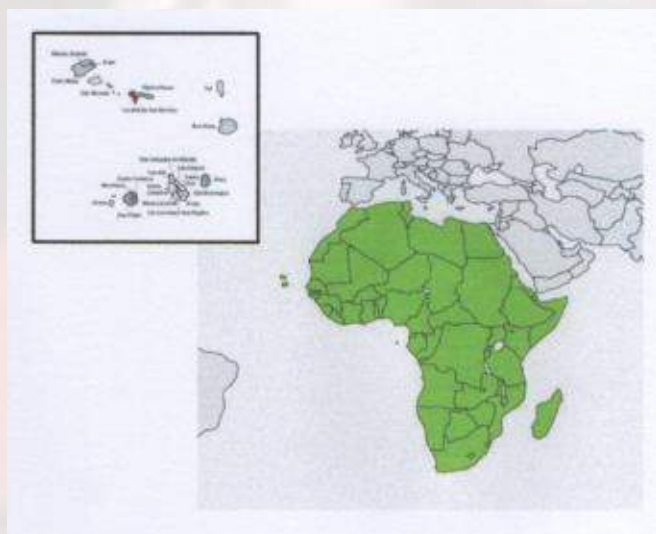
Neste artigo vamos relatar as práticas visando à recuperação e preservação do meio ambiente no Cabo Verde, desenvolvidas pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC e, depois de 1980, pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV - que governaram o país entre 1975 e 1991.¹ Bem como iremos expor a política de terras empreendida como a principal ação no sentido de atenuar os índices de pobreza. Objetivamos ponderar sobre os limites das intervenções no meio natural quando pouco se interfere nas relações de produção e na forma de apropriação social dos recursos naturais. Embasamo-nos em trabalhos acadêmicos, relatórios e estatísticas de organismos estatais e de agências do Sistema das Nações Unidas. A distinção é importante pois se em pesquisas de autores como Michel Lesourd, José Maria Semedo, José Luís Almada o objetivo é estudar e discutir articuladamente a seca, a

¹ Da Independência à 1980 Cabo Verde e Guiné Bissau eram governados por um partido único o Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo Verde - PAIGC. Após a separação, até 1991 o Partido Africano para a Independência do Cabo Verde - PAICV - dirigiu Cabo Verde.

desertificação e a pobreza e apontar caminhos, as agências multilaterais metodologicamente isolam as análises ambientais das sociais, gerando a sugestão de que, apesar de estarem ligadas, as questões ambiental e social, podem ser tratadas eficientemente, ainda que de forma isolada. Para esses organismos, tudo acaba se resumindo a um problema técnico, de gestão. Vamos iniciar o texto fazendo uma caracterização geral do país.

O Cabo Verde é formado por nove ilhas habitadas – Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava – uma ilha desabitada, Santa Luzia, e 5 ilhéus principais. O território tem 4033 Km² de área de terra. As maiores ilhas em extensão são Santiago e Santo Antão com respectivamente 992 Km² e 754 km². A menor é Brava com 64 km² (vide quadro 2).

MAPA 1 A ÁFRICA E O ARQUIPÉLAGO DO CABO VERDE



Fonte: Adaptado de mapa produzido pelo Ateliê de Cartografia – UNIFIEO (mapa da África) e República de Cabo Verde. Portal de dados (Arquipélago).

As ilhas são todas de origem vulcânica, mas são diversificadas quanto ao relevo. Em Sal, Boa Vista e Maio o relevo é monótono, plano e nas duas primeiras as paisagens são desérticas. Santiago, Santo Antão, Fogo e Brava possuem um relevo mais acidentado com picos altos como o vulcão do Fogo com 2829 metros de altura, o Topo de Cora em

Santo Antão com 1979 metros e o Pico de Antonia em Santiago com 1373 metros, e vales estreitos, planaltos e achadas. Apresentam maiores índices pluviométricos do que as outras ilhas. Dessas quatro ilhas as três primeiras são agrícolas.

Em Cabo Verde predomina o clima árido e semiárido. É quente e seco com um baixo índice

pluviométrico. Suas chuvas, que ocorrem de julho a outubro, são muito irregulares e as secas são periódicas. Entre 1718 e 1983 houve um total de 97 anos de secas, ou seja, um ano de seca a cada três anos (HEITOR & PINA, 2003). O arquipélago está sujeito ao Harmatão ou vento leste, ali conhecido como Lestada, originário do Saara, que provoca ventos secos carregados de areias e poeiras que comprometem os solos e a produção agrícola. Eles se abatem de forma diversa sobre as nove ilhas povoadas, variando sua intensidade.

Os solos formaram-se a partir de rochas vulcânicas e são, na sua grande maioria, esqueléticos e pobres em matéria orgânica e pouco permeáveis (AMARAL, 2007). No século XV, os primeiros portugueses a descreverem as ilhas, ressaltavam a esterilidade dos solos e as poucas árvores (SEMEDO, 2007). Em 2012, somente 12,41% das terras eram consideradas potencialmente aráveis; destas, 76,3% estavam ocupadas pela agricultura de sequeiro e os restantes 5% pela agricultura de

regadio² (IBGE, 2012). As terras aráveis estão, na sua maior proporção, localizadas em zonas semiáridas e áridas, onde a pressão dos fatores climáticos adversos se manifesta com maior intensidade, dificultando assim o estabelecimento da cobertura vegetal, indispensável à produção agrícola.

Em 2004, a partir dos dados publicados pelo Anuário Estatístico de 2015 (INE, 2015), 52,70% da área de agricultura encontravam-se em Santiago, 20,79% em Santo Antão e 15, 81% em Fogo. Ou seja, 89,3% da área em agricultura encontrava-se concentrada em três ilhas. Nesse mesmo ano, a população agrícola totalizava 222.254 pessoas, sendo que 84,66% encontravam-se em Fogo, Santo Antão e Santiago. Esta última ilha reunia sozinha 57,47% daquele total (quadro 1). Cabe notar que, embora a área cultivável frente a área total em Brava (18,85%) seja percentualmente maior do Fogo (14,73%) e Santo Antão (11,83%), em termos nacionais ela é pouco expressiva, somente 2,72% do território nacional.

² Agricultura de sequeiro (milho e feijões) produzidas em encostas; as culturas de regadio, hortícolas são desenvolvidas nos vales das ribeiras.

³ O Anuário de 2015 apresenta os dados em litros. Segundo esse mesmo documento: "a superfície das parcelas, quer em regime de sequeiro, quer em regime de regadio, é sempre exprimida em litros (1 litro corresponde a 1000m²), medida utilizada pela grande maioria dos agricultores do Cabo Verde"(INE, 2015: 199). Cabe esclarecer que não encontramos séries históricas dos dados demográficos e econômicos de Cabo Verde, uma vez que a produção sistemática desses dados é recente no próprio país. Por essa razão buscamos o auxílio em relatórios das agências das Nações Unidas e em alguns textos acadêmicos procurando cobrir algumas lacunas.

QUADRO 1
ÁREA CULTIVÁVEL EM KM² POR ILHA EM 2004³

	Área cultivável total (em km ²)	% da área cultivável do território nacional	% da área cultivável de cada ilha
CABO VERDE	443,588	100%	10,8%
SANTO ANTÃO	92,228	20,79	11,83%
SÃO VICENTE	4,941	1,11	2,17%
SÃO NICOLAU	15,081	3,39	4,39%
SAL	0,064	0,01	0,02%
BOA VISTA	3,297	0,74	0,53%

MAIO	11,978	2,7	4,44%
SANTIAGO	233,783	52,70	23,59%
FOGO	70,145	15,81	14,73%
BRAVA	12,072	2,72	18,85%

Fonte: Adaptado de: INE, 2015, p. 198.

À predominância de solos pobres alia-se a erodibilidade das vertentes particularmente nas ilhas agrícolas. A base vulcânica dessas ilhas conjugada ao declive acentuado de muitas vertentes, a fraca cobertura vegetal e, especialmente, a ocorrência de chuvas torrenciais em um pequeno espaço de tempo, chega a chover mais de 200 mm em um único dia, explicam a intensa degradação dos solos pela erosão, o que se constitui um grande empecilho ao desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde. Ainda no século XIX, os portugueses tomaram algumas medidas para evitar a erosão. Ampliou-se a arborização e a proteção silvícola das ilhas, mas os resultados ficaram muito aquém do necessário (COSTA & NUNES, 2009).

Segundo o último censo, de 2010, 61,73% da população do Cabo Verde mora em núcleos urbanos. Porém, essa é uma realidade relativamente nova. Foi somente na década de 1990, que o país se urbanizou. Entre 1975 a 1991, espaço de tempo que é o foco deste artigo, a maior parte da população vivia e trabalhava no campo. Foi ao longo desse período, contudo, que se firmou um acentuado e crescente movimento migratório em direção à cidade (MURTEIRA & ABREU, 1991: 8). Conforme dados do censo de 1980, nesse ano, 61% da população concentrava-se na zona rural, caindo para 55,95 % em 1990, 46,58% em 2000 e chegando a 38,26% em 2010 (quadro 2).

QUADRO 2

CABO VERDE: DIMENSÃO TERRITORIAL E POPULAÇÃO TOTAL E URBANA POR ILHA EM 1990, 2000 E 2010

	1970	1980	1990	2000	2010
CABO VERDE 4076km²					
Pop. Total	270999	295703	341941	434625	491875
Pop. urbana	-	96062 (32,48)	150599 (45,61%)	232147 (53,41%)	303673 (61,73%)
SANTO ANTÃO 779km²					
Pop. Total	44623	43321	43845	47170	43915
Pop. urbana	-	36601	10083	14222	15318
SÃO VICENTE 227km²					

Pop. Total	31578	41594	51277	67163	76140
Pop. urbana	-	35496	47109	62497	70468
SÃO NICOLAU 343km²					
Pop. Total	16308	13572	13665	13661	12817
Pop. urbana	-	1849	1899	5495	5650
SAL 216km²					
Pop. Total	5505	5826	7715	14816	25779
Pop. urbana	-	789	6921	13089	23839
BOA VISTA 620km²					
Pop. Total	3569	3372	3452	4209	9162
Pop. urbana	-	1279	1522	2024	5407
MAIO 269km²					
Pop. Total	3466	4098	4969	6754	6952
Pop. urbana	-	1741	1573	2664	2980
SANTIAGO 991km²					
Pop. Total	128782	145957	175691	236627	274044
Pop. urbana	-	103642	73986	122086	166502
FOGO 476km²					
Pop. Total	29412	30978	33902	37421	37071
Pop. urbana	-	4538	5612	8218	12382
BRAVA 64km²					
Pop. Total	7756	6985	6975	6804	5995
Pop. urbana	-	1335	1890	1852	1127

Fonte: INE, [2010]. Para a população urbana de 1980 os números foram elaborados a partir de: MURTEIRA & ABREU, 1991, p.8.

Esses dados demográficos de Cabo Verde, entretanto, têm que ser observados com prudência, uma vez que salientam o que acontece peculiarmente em Santiago. Esta ilha contribuía com 55,71% da população total do arquipélago em 2010. Além de ser a mais extensa, 24,31% do território nacional, concentra a maior quantidade de terras cultiváveis do país. Se unirmos os dados de Santiago aos de São Vicente, as duas ilhas mais populosas e influentes

politicamente, teremos que elas compunham 71,19% da população total naquele ano. Sal e São Vicente já contavam com mais de 80% de sua população na zona urbana em 1990, enquanto que em 2010, além daquelas duas ilhas, somente Boa Vista e Santiago tinham mais de 50% da população em zona urbana. Santo Antão (34,9%), São Nicolau (44,1%), Maio (42,9%), Fogo (33,4%) e Brava (18,8%) ainda são

caracterizadas como rurais (quadro 2).

Esses dados mostram que as diversidades entre as ilhas não se restringem ao relevo e à paisagem, mas também à localização espacial dos caboverdianos, o que reflete, em parte, o tipo de atividade econômica predominante. À exceção de Santiago, que sedia a capital, as duas outras ilhas agrícolas, Santo Antão e Fogo ainda são rurais, desenvolvendo a agricultura e um pouco de criação. Quanto às demais ilhas, somente em São Vicente e Sal contam há muito com uma importante atividade econômica urbana, em parte estimulada por sua posição estratégica no oceano: o porto na cidade de Mindelo, no caso da primeira, e o aeroporto internacional (Amílcar Cabral) no caso da segunda. O dinamismo desses setores associado à paisagem dessas localidades têm incentivado o incremento do turismo. Esses dados indicam a grande disparidade demográfica e econômica entre as ilhas e que, apesar de Cabo Verde ser um país urbanizado, cinco das nove ilhas habitadas sobrevive ainda da agricultura, pecuária e pesca.

A distribuição da população e o tipo de atividade econômica empreendida em cada ilha não foi substancialmente alterada após a Independência. O PAIGC e depois o PAICV incentivaram a especialização econômica herdada dos tempos coloniais. Em Santiago, onde foi localizada a capital do novo país e seu centro administrativo, Praia, estimulou-se o desenvolvimento do comércio e da indústria. Em São Vicente, que sempre teve uma atividade portuária interessante,

além desta se animou o comércio e o turismo. O mesmo se deu com Sal, que desde 1939, conta com um aeroporto internacional, dinamizado na metade do século para ser utilizado por empresas européias que faziam, a ligação entre África e América e Europa e África do Sul. As demais ilhas, Santo Antão, Fogo, Boa Vista, São Nicolau, Maio e Brava continuaram com suas atividades tradicionais: agricultura, especialmente nas duas primeiras, pecuária e pesca. Ainda que bem mais dinâmicas economicamente do que no último quarto do século XX, as ilhas ainda mantêm a mesma configuração.

A INDEPENDÊNCIA E O MEIO AMBIENTE

Nos anos de 1950, em face às crises de fome, o governo português tomou medidas técnicas e jurídicas buscando mitigar os impactos das secas, controlar os excessos da exploração social imposta pelos grandes proprietários e reduzir a fome. Fez obras de engenharia e exigiu o registro por escrito dos contratos de arrendamento. Apesar dos poucos resultados ambientais e da pouca observação da lei, não se verificaram mais mortes por fome em épocas de seca (AMARAL, 2007; SEMEDO, 2007; LESOURD, 1991).

Quanto ao meio ambiente foram construídos terraços e diques para diminuir as erosões provocadas pela chuvas e para a conservação da água. Além dessas obras, foi promovido o replantio de árvores. Em 1963, foi criada em Portugal a Junta de Investições do Ultramar para funcionar junto ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política

Ultramarina. Esse organismo foi responsável pela pesquisa científica sobre a geografia, geologia, botânica, antropologia e arqueologia dos territórios portugueses na África e pela divulgação desses estudos em livros, relatórios e artigos nas revistas *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar* e *Garcia de Orta Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*. Nessa conjuntura, o geógrafo português Ilídio do Amaral publicou sua tese sobre Santiago de Cabo Verde, onde detalhou minuciosamente a geografia e a sociedade da ilha de Santiago. Um estudo que ainda hoje é uma referência central sobre a geografia do país.

Mas foi depois da independência, em 1975, que a luta contra a seca, a fome e a pobreza, hoje sintetizadas no empenho contra a desertificação, avançou de forma mais determinada. Em um contexto internacional em que o meio ambiente despontava como a grande questão do final do século XX, o governo revolucionário empreendeu uma série de ações, muitas de caráter artesanal, visando à recuperação do meio ambiente e a mitigação dos impactos das secas. Promoveu-se a gestão integrada da água, do controle da erosão e do reflorestamento. Conjugadamente se fomentou políticas de diminuição da pobreza e da subnutrição. Essas ações se estenderam e apresentaram-se de forma mais incisiva para além de 1980, quando houve a separação entre Cabo Verde e Guiné Bissau, a quem estava atrelado desde a independência. Foi fundamental, ao longo de todo o

período, o apoio financeiro e técnico externo, particularmente das Nações Unidas, mas também, nesse momento, da antiga URSS e de Cuba. O envio de recursos pelos emigrados teve igualmente um papel considerável nas contas públicas e no auxílio das famílias pobres.

Para o controle da erosão provocada pelas chuvas, construíram-se muretas, terraços e banquetas. Objetivava-se tanto possibilitar o controle das águas como viabilizar o seu aproveitamento, permitindo a infiltração das águas e a alimentação dos lençóis freáticos e o uso dos terraços para o plantio. Construíram-se diques para corrigir as enxurradas, abastecer os lençóis freáticos e para a acumulação de águas que através de canais alimentavam outras áreas. Diques de pedra, consolidados às vezes por cercas, acompanhando as curvas de nível foram construídos para o controle dessas águas. A terra retidasesses diques passou a ser utilizada para a produção de culturas agrícolas. Segundo Michel Lesourd: "mais de 15000 diques foram construídos manualmente, em particular na zona semiárida (300-700m). Nos vales mais baixos, notadamente em São Tiago, as microbarragens permitiram a extensão da superfície irrigável" (LESOURD, 1991:172). Na encosta sul de Fogo, tais ações permitiram a execução do programa de reflorestamento em razão da melhora do solo. Os diques serviram como quebra-ventos também, além de viabilizarem a proteção das ribeiras. Construíram-se poços perto de ribeiras, canais para condução das

águas das barragens, locais de armazenamento e cisternas comunitárias e familiares (LESOURD, 1991).

Houve um empenho grande para o reflorestamento das ilhas com espécies que atendiam aos objetivos peculiares de arborização de cada área. Foram plantadas mais de dez milhões de árvores em doze anos (LESOURD, 1991). O propósito foi tanto o de recompor a cobertura vegetal como promover a proteção da terra e criar barreiras vivas para as enxurradas e para os sedimentos deslocados durante as chuvas, assim como, para viabilizar a infiltração e recarga dos lençóis freáticos. Mas a iniciativa teve também um papel social, uma vez que na década de 1980, 70% da população rural utilizava fogão a lenha. Conforme o Anuário Estatístico do INE para 2015, em 2004 a madeira se mantinha como a principal fonte de energia nas cozinhas caboverdianas. Os arbustos também eram utilizados para a alimentação dos animais.

O governo caboverdiano realizou levantamentos e estudos sobre os poços, fontes e aquíferos das ilhas, ampliando o que na década de 1960 foi efetivado pela Junta de Investigações do Ultramar. Por meio de bombas e turbinas de vento, a água foi trazida à superfície sendo armazenada em pequenos tanques. Segundo Lesourd: "As realizações espetaculares estão em Monte Genebra, na ilha de Fogo, onde uma fonte, cuja água é bombeada do nível do mar reabastece um perímetro irrigado à 350 metros de altitude, e em Fajá, São Nicolau, onde foi construída uma galeria subhorizontal de 2180 metros" (LESOURD,

1991:178). Essas obras permitiram a irrigação de pequenas áreas cultivadas.

Vale comentar que, afora esse esforço integrado de ampliar a disponibilidade de água doce, preservar o meio ambiente, reflorestar e diminuir a pobreza, desde 1959 Cabo Verde empreende a dessalinização. Ela foi iniciada no Aeroporto Internacional da ilha do Sal. Avançou, mas vagarosamente para alguns poucos zonas urbanas, a partir da criação da Electra, empresa estatal, na década de 1980 (CRUZ, 2012).

Lesourd destaca que os resultados positivos de toda energia que foi despendida do final da década de 1970 aos anos de 1990 para abrandar os impactos das secas, recuperar o meio ambiente e combater o processo de desertificação, deveram-se não somente às iniciativas técnicas do Estado, mas também ao envolvimento dos camponeses nas ações, seja como mão de obra paga, seja como voluntários. Esse foi um modo de envolver essa população na prática conservacionista e de atenuar a sua pobreza.

O geógrafo francês referindo-se à região do Sahel como um todo, ressalta a importância da diversidade das respostas camponesas às crises de seca, reações estas que vão de adaptações no sistema de produção e nas culturas desenvolvidas, à migração. Em Cabo Verde, nas ilhas de Fogo e de Brava: "os camponeses desenvolveram técnicas de armazenazenamento de água das escassas chuvas em cisternas tradicionais capazes de abastecer uma família pelo período de um ano.

Os agricultores mantêm reservas de grãos para os anos difíceis” (SEMEDO, 1998).

No início da década de 1990, Cabo Verde atravessou transformações políticas, consubstanciadas numa nova constituição e no pluripartidarismo, e econômicas, concretizadas na adoção da economia de mercado reforçada pela ideologia neoliberal. Até então o Estado era o grande protagonista da economia, mobilizava recursos, construía a infraestrutura e promovia o desenvolvimento. A partir de 1992, acelerou-se a ação da iniciativa privada e diminuíu a intervenção do

Estado na economia foi reduzida. Cabo Verde se abriu para o investimento externo e integrou-se ao sistema econômico mundial (TAVARES, 2010).

A questão ambiental continuou sendo o foco central de todos os planos de governo. Conforme o Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - PAGIRE -, publicado em 2010, desde 1975 e especialmente depois de 1990, houve uma expressiva ampliação da área com matas no arquipélago como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 3 EVOLUÇÃO DAS FLORESTAS

Intervalo de anos	Área florestada
1929 - 1974	2997 ha (0,7% da superfície do país)
1976 - 1978	1575 ha
1986 - 1990	30601 ha
até 1997	80.303 ha

Fonte: IMPRENSA NACIONAL DE CABO VERDE, 2010: 22

Ainda segundo o PAGIRE calculava-se em 1995 que 80% das áreas arborizadas localizavam-se nas zonas áridas e semiáridas e 20%, por volta de 15203 ha, cobriam as zonas úmidas e subúmidas de altitude. O reflorestamento continua a ser feito com espécies especialmente selecionadas atendendo à necessidade de recomposição das espécies endêmicas, à adaptabilidade ao meio e aos intentos específicos da arborização em cada área. Ou seja, respeita a necessidade de promover a cobertura vegetal da terra, a proteção contra erosão, a interdição ao escorregamento de pedregulhos, a

barragem das ventanias, a infiltração das águas fluviais e o barreiramento ao avanço das areias.

Contudo, apesar de Cabo Verde desde o último quarto de século ter passado por uma transformação grande em termos ambientais e sociais, a ponto de ser referenciado como uma experiência exemplar de ação contra a seca, a desertificação e a pobreza na África, o que gerou um grande otimismo entre os pesquisadores, na entrada do novo milênio o otimismo de alguns intelectuais passou a ser mais ameno.

Em 2007/8 o IDH do Cabo Verde chegou a 0,736, o terceiro maior da África, e seu índice de pobreza vem decrescendo, era de 36,7% da população em 2002 e passou a 26,6% em 2007. Nesse ano, o país foi classificado pelas Nações Unidas como Estado em Desenvolvimento (REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2007). Porém, os relatórios técnicos de agências como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO -, Banco Mundial e a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OECD - vêm alertando para a piora nas condições ambientais das ilhas em razão de ações antrópicas. Têm ressaltado também a dificuldade do país em suprir o seu próprio consumo de produtos alimentícios (Cabo Verde importa mais 80% de seus alimentos) e, sublinham a permanência de uma parcela da população em situação de vulnerabilidade social (FAO, 2009).

Embora as diferentes gestões caboverdianas tenham o meio ambiente como uma preocupação central de governo e o Estado venha paulatinamente se aparelhando administrativa, jurídica, técnica e politicamente (em 2010 publica o Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos), estudos mais recentes, e o próprio PAGIRE - Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada do Recursos Naturais - têm-se mostrado mais apreensivos com as perspectivas ambientais. Ressaltam os estudos a migração rural urbana como um processo promotor do estresse ambiental e veem a permanência de elementos da

estrutura agrária colonial como o principal condicionante dessa situação (LESOURD, 1992).

A REFORMA AGRÁRIA

Cabo Verde independente herdou a estrutura agrária nascida do sistema de morgadio. A terra era dominada por grandes proprietários, em parte ausentes, os quais a haviam recortado suas propriedades e arrendado ou, em menor quantidade, exploravam-na através da parceria. Os arrendamentos chegavam no máximo a um triênio, mas muitas vezes não passavam de um ano, não dando tempo para que o rendeiro colhesse os frutos de seu trabalho na terra. Os contratos eram feitos oralmente e, quando por escrito, o papel permanecia em posse do proprietário. As rendas eram cobradas mesmo em tempos de seca. Os grandes proprietários estocavam as colheitas para revendê-las nos períodos de queda da produção, aproveitando-se da valorização do produto resultante da escassez no mercado. Essa condição de extrema exploração gerou inúmeros movimentos de camponeses contra os proprietários e a repressão da Metrópole (FURTADO, 1993).

Na década de 1960, o governo português buscou regulamentar os arrendamentos afim de controlar os excessos, como já foi apontado. Publicou decreto que determinava a celebração do contrato de arrendamento em cartório, mas que foi, em grande parte, ignorado. Vários proprietários, contudo, em função de dívidas contraídas junto ao Banco Nacional Ultramarino, que financiava a produção agrícola, perderam suas terras naquele

momento. Estas foram levadas a leilão e adquiridas por emigrados e pessoas que detinham o capital financeiro e comercial de Cabo Verde.

Assiste-se, nessa segunda metade do século XX, uma mudança na categoria dos proprietários fundiários, o que é relevante para se compreender o desfecho da reforma agrária efetuada depois da independência. Os donos dos morgadios eram os brancos e os negros, os escravos e, depois na segunda metade do século XIX, com a abolição da escravidão, tornaram-se os arrendatários e os rendeiros. Com a falência dos “brancos da terra”, identificados com os opressores portugueses, e da compra de suas propriedades por capitais urbanos e por emigrados, uma população não branca passou a ter a propriedade da terra. Essas pessoas foram reconhecidas pelos camponeses como antagonistas da colonização (BORBA & ANJOS, 2012). Daí que alguns trabalhadores rurais não identificassem esses “novos donos” como os opressores (FURTADO, 1993).

Com a independência em 1975, estimulou-se a tomada de terra pelos agricultores brandindo o lema da revolução: “terra para quem trabalha nela”. O arrendamento foi limitado, o subarrendamento proibido, aboliu-se o regime de parceria e algumas propriedades foram nacionalizadas e outras confiscadas pelo Estado, especialmente aquelas em que o proprietário era absenteísta. Permaneceram fora dessa ação as terras dos emigrados (FURTADO, 1993).

A Lei de Bases da Reforma Agrária – LBRA-⁴, aprovada em 1982, entrou em vigor em 1983. Buscava-se, com ela, produzir a justiça no campo viabilizando o acesso à terra pelos antigos trabalhadores rurais sem terra e extinguindo contratos de meiação. Procurava-se também proporcionar melhores condições para o desenvolvimento agrícola e promover a segurança alimentar. Contudo, o Estado não conseguiu alterar a ordem social nos campos. Foi ineficiente na tentativa de acabar com a massa de trabalhadores sem terras.

A LBRA estabeleceu a expropriação indenizada de propriedades acima de 2 hectares e proibiu a divisão de propriedades com menos de 1 hectare. A posse útil da terra foi distribuída a rendeiros, arrendatários e trabalhadores assalariados. As medidas tiveram um impacto maior em Santiago e Fogo, onde a tensão entre camponeses e proprietários sempre foi grande dado o nível de exploração. Nas demais avançou pouco (BORBA & ANJOS, 2012).

Um dos pontos nevrálgicos durante a discussão e implantação da LBRA foi a contestação dos trabalhadores rurais, às vezes colocando-se ao lado de grandes proprietários, e a resistência à desapropriação das terras de emigrados. Uma revolta sempre mencionada sobre a reação dos camponeses à reforma aconteceu em Boca de Figueiral, em Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão em 31 de agosto de 1981. Houve um protesto contra a implementação da lei de bases da reforma agrária. Como resultado além de mortes

⁴ Lei n. 9, 09/11/1982

houve a prisão de vários agricultores (MONTEZINHO, 2015). Ressalta Cláudio Furtado que o conflito de Santo Antão, assim como os ocorridos em Santiago e Fogo em reação à LBRA, envolvendo proprietários, trabalhadores rurais e as forças policiais, expressavam a tensão entre grupos sociais antagônicos, que tinham projetos sociais e econômicos distintos. Esses grupos não viam na Lei a consagração de seus direitos (FURTADO, 1993).

A categoria de grandes proprietários foi eliminada com a independência, mas não a de trabalhadores sem terra, os grandes afetados pela pobreza e pelas secas (FURTADO, 1993). Os antigos descendentes do morgados saíram das ilhas e se desfizeram de suas propriedades, possibilitando o surgimento de um número maior de pequenos proprietários rurais. Contudo, muitas dessas propriedades foram adquiridas por emigrados e grupos urbanos. Os trabalhadores rurais não tinham recursos para se transformarem em donos dos solos que cultivavam. Com a reforma, muitos tomaram terras, porém uma posse que nunca foi legalizada por falta de regulamentação adequada da Lei.

A história do processo fundiário em São Salvador do Mundo, um município da ilha de Santiago, é emblemática. Essa localidade foi palco de disputas entre morgados e rendeiros durante o período colonial e que ao seu final, em razão de hipoteca adquirida junto a banco, as terras foram vendidas a dois portugueses. Com a LBRA elas foram desapropriadas e nacionalizadas em

razão de seus donos serem estrangeiros e absenteístas. Contudo, não houve a formalização da posse útil daqueles rendeiros que as ocupavam. Em 1991, com a mudança do governo, a adoção de políticas liberais e privatizantes e, uma vez que até então não se havia produzido uma legislação fundiária que desse conta dessas apropriações feitas depois de 1975 pelos camponeses, as terras do município voltaram ao domínio de seus proprietários portugueses. Segundo Carolina de Borba e José Carlos dos Anjos: "Se o período de Independência inaugura a inversão das relações de propriedade da terra no meio rural, a troca nos poderes políticos na década de 90 promove um golpe na ordem legal que lança a população em condição vulnerável" (BORBA & ANJOS, 2012: 55).

Como afirma José Luís Almada, na reforma agrária:

(...) nunca foi posta em causa a exploração capitalista (denominada "exploração directa") das terras bem como o emprego do trabalho assalariado por parte dos seus proprietários (...). Como é sabido, para além da extensa controvérsia que gerou, a implementação da reforma agrária teve magros resultados práticos. Tais resultados ficaram consubstanciados na distribuição em posse útil aos respectivos rendeiros, parceiros e trabalhadores assalariados de algumas propriedades fundiárias, ocupadas no imediato pós-25 de Abril, sobretudo na ilha de Santiago, e, depois, formalmente confiscadas no pós-independência, e de outras terras nacionalizadas no período pós-colonial em resultado da aplicação das leis de reforma agrária, bem como na constituição de algumas cooperativas de produção, primordialmente entre os beneficiários da reforma agrária (ALMADA, 2012: 24).

A reforma agrária não conseguiu extinguir a categoria de trabalhadores rurais sem terras, embora tenha aumentado o número de pequenos proprietários e o Estado seja hoje o maior proprietário. Como mostra o quadro abaixo (quadro 4) em 2004, no arquipélago como um

todo 57,40% das parcelas eram exploradas por conta própria e 42,59 por parceria, arrendamento e outros, sendo que as três ilhas agrícolas Santo Antão, Santiago e Fogo as médias são semelhantes à nacional. Nas demais, a excessão de Brava, predomina o usufruto da terra.

QUADRO 4 PARCELAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES SEGUNDO A FORMA DE EXPLORAÇÃO (2004)

	Total	Conta Própria	%	Parceria	Renda	Usufruto	Comodato	Aforamento	Outro
Cabo Verde	85.671	49.176	57,40	17.969	10.719	3.785	3.718	295	9

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2015: 197.

Claudio Furtado defende que embora o governo revolucionário alardeasse objetivar uma transformação radical da estrutura fundiária e das relações de produção no campo, a demora em aprovar e implantar a LBRA, a falta de regulamentação adequada de vários de seus aspectos e as resistências a ela, demonstram que tinha como meta estimular a produção de excedentes e abastecer o mercado interno (FURTADO, 1993). Daí a defesa das terras dos emigrados. Em 1993, já dentro de um ideário claramente liberal, a LBRA foi revogada (FAO, 2009).

REMESSAS DE EMIGRANTES E AJUDA EXTERNA

A luta empreendida pelo governo caboverdiano para tornar o país ambientalmente viável, bem como para minorar a pobreza da população rural, foram notáveis. Elaborou projetos simples de intervenção no meio ambiente que integraram o controle da erosão ao

replanteio de árvores, à ampliação de áreas cultiváveis, à recarga dos lençóis freáticos, ao voluntarismo de funcionários do Estado e à participação das comunidades locais. Entretanto, apesar do caráter artesanal de muitas ações, não se pôde ou não se quis prescindir da remessa dos emigrados e, principalmente, da ajuda e cooperação externas (LESOURD, 1991). Isso foi fundamental para os desdobramentos da política econômica caboverdiana a partir da década de 1990, quando se integra à economia global.

As remessas feitas por emigrantes e, principalmente, os recursos recebidos em razão da cooperação e ajuda multilateral e bilateral têm sido essenciais desde 1975. Para se ter uma dimensão global desses aportes na atualidade, em 2013 o Cabo Verde foi o maior receptor de remessas per capita da África. Recebeu \$374,5 dólares per capita, o que equivalia a 8,9% do seu PIB. Em 2011, foi o país africano que

obteve o maior valor per capita de ajuda externa, \$ 480,6% dólares per capita, o que representava 13,5% do seu PIB. Parece ser um consenso de que o país só tem sido viável em razão desses recursos externos (SANTO, 1915; RODRIGUES, 2016; GÓIS, 2006; THE WORLD BANK, 2011; UNITED NATIONS, 2014).

Os recursos enviados por emigrantes de forma legal e ilegal a seus familiares em Cabo Verde têm um impacto nada desprezível na economia do país. Em 2015, as remessas legais totalizavam 7% do PIB (BCV, 2016). Esses emigrantes sediados em Portugal, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Senegal, Moçambique, Angola e Nigéria, foram responsáveis pelo envio de remessas que representaram em 2009, 9% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2011: 87). Embora percentualmente a expressão das remessas no PIB tenham variado no novo milênio, em termos absolutos as remessas vêm crescendo (SANTO, 2015). Uma parcela dos recursos enviados por esses emigrantes transformou-se, como já apontamos, em pequenos lotes rurais explorados pelas famílias que permaneceram no país ou foram arrendados. Em 1988, os emigrantes já concentravam 7% das terras aráveis do arquipélago. 1% delas estavam em Santiago, 6% em Santo Antão, 22% em Fogo e 60% em Brava (LESOURD, 1994: 119)

A emigração caboverdiana é singular. Dada a localização estratégica do arquipélago entre a África e a América o fenômeno é antigo. Calcula-se que a população de emigrados é maior do que a de residentes, daí se falar em diáspora

(GÓIS, 2006; RODRIGUES, 2016). Ela é composta majoritariamente por homens em idade produtiva que, não raro, deixam mulher e filhos para trás, peculiarmente na zona rural. Lesourd defende que a emigração, assim como a migração, são respostas dos trabalhadores rurais aos constrangimentos do meio ambiente. Mas é também reveladora da crise social (LESOURD, 1991).

A ajuda e a cooperação externa têm representado importantes aportes desde 1975, para o desenvolvimento econômico e social do país. De início, o apoio financeiro e técnico veio dos países socialistas – União Soviética e Cuba especialmente - e das Nações Unidas e depois também de países capitalistas e mais recentemente da China. Em 1989, organismos multilaterais como as agências do Sistema das Nações Unidas (FAO, PNUD, PNUMA) e outros forneceram 26% da ajuda enquanto Portugal, Itália, Estados Unidos, França, Holanda, Bélgica, Alemanha e Áustria e ONGs participaram com 69% (LESOURD, 1994). Segundo relatório do Banco Mundial em 2016, China, Luxemburgo, Portugal, Espanha e Estados Unidos, Japão, Kuwait, Arábia Saudita e Angola são os doadores bilaterais e a União Européia, o Banco Africano de Desenvolvimento, as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são os parceiros multilaterais (Banco Mundial, 2016).

CONCLUSÃO

Com este rápido relato sobre as ações para minorar os efeitos das secas, controlar a erosão, reflorestar, aumentar a disponibilidade de água e

diminuir a pobreza em Cabo Verde, particularmente durante os quinze anos após a independência, buscamos ilustrar uma experiência que, dentro das suas possibilidades limitadas – um território insular, de ecossistema frágil - e em comparação com outras práticas em regiões áridas e semiáridas, foi considerada extraordinária. Contudo, demonstrou seus limites, a dependência da ajuda externa e, fundamentalmente, das relações sociais no campo (LESOURD, 1991).

Michel Lesourd, Ermelindo Fernandes e outros apontam a precariedade da reforma agrária em Cabo Verde como um dos aspectos que tem emperrado a participação do trabalhadores rurais na melhora das condições ambientais do arquipélago. A falta de título da terra e a situação precária dos arrendamentos são fortes elementos desestimuladores da continuidade do seu engajamento na luta para a preservação e conservação daquele ecossistema frágil. Uma aliança, Estado e camponeses, que foi fundamental no esforço feito entre 1975 e 1991, para o sucesso das ações integradas de controle da erosão, do reflorestamento, da ampliação das áreas cultiváveis, da recarga dos lençóis freáticos, e etc.

A partir da década de 1990, com a abertura econômica e financeira, a crescente integração do país à economia global (TAVARES, 2010) e dispendo de um grande suporte técnico e científico derivado da ajuda e da cooperação multilateral e bilateral, Cabo Verde, por um lado,

vem aprimorando seus instrumentos jurídicos e organizacionais para dar conta das vulnerabilidades ambientais do arquipélago, sobretudo, da seca e da carência de água potável. Por outro, tem implementado as condições de vida da população pobre, especialmente na zona urbana. Observam-se o crescimento dos índices de escolaridade, de moradias servidas de água e de postos de saúde, o aumento da expectativa de vida e a diminuição da mortalidade infantil.

Entretanto, embora seja recorrente nos estudos acadêmicos e técnicos o reconhecimento da ligação entre vulnerabilidade social e questão ambiental, essas duas faces de uma mesma moeda têm sido tratadas como variáveis que podem ser manipuladas independentemente. O determinante na série de estudos técnicos que se tem produzido nos últimos vinte e cinco anos visando o desenvolvimento sustentável é fazer de Cabo Verde, não necessariamente um país bom para se viver, mas bom para nele se investir. O meio ambiente está sendo pensado quanto às suas possibilidades de produzir ou de ser mercadoria de consumo global e o povo resumido a fator de produção.⁵ Como afirma Michel Lesourd (1991) o desenvolvimento não deve ser equacionado como uma questão financeira, deve estar colocado a serviço da população como um todo. Esse tem sido um dos limites para a efetiva revolução das condições sociais e ambientais de Cabo Verde.

⁵ Vide por exemplo: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; NAÇÕES UNIDAS. *Quadro de assistência das Nações Unidas para o Cabo Verde - UNDAF - 2012-2016*; e também THE WORLD BANK. *Cabo Verde. Aspectos gerais*, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Idílio de. *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*. Lisboa: Associação das Universidade de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa et al., 2007 .

ALMADA, José Luís Hopffer. Das tragédias históricas do povo caboverdiano e da saga da sua constituição e da sua consolidação como nação crioula soberana. Segundo parte. *BUALA*. 17 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/das-tragedias-historicas-do-povo-caboverdiano-e-da-saga-da-sua-constituicao-e-da-sua-consolida>> Acessado em: 13/05/2016

BANCO DE CABO VERDE. *Principais indicadores econômicos e financeiros*. Disponível em: <<http://www.bcv.cv/vPT/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/Principais%20Indicadores/Paginas/PrincipaisIndicadores.aspx>> Acessado em 12/05/2016.

BORBA, Carolina dos Anjos de; ANJOS, José Carlos Gomes dos. A questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional X propriedade da terra em São Salvador do Mundo. *Conjuntura Austral*. Journal of the Global South. Porto Alegre, V. 3, n. 11, 2012. Disponível em: <seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/25993> Acessado em 13/05/2016.

COSTA, Fernando L. & NUNES, M.C. Contribuições para o conhecimento da erosividade das precipitações na fachada oriental da Ilha de Santiago (Cabo Verde). *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*, Lisboa, 6, p. 115-120, 2009. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n9-12.pdf>> Acessado em 06/05/2016.

CRUZ, Carolina Eneida Monteiro da. *Dessalinização da água do mar através da energia solar*. Caso de estudo: Salamansa, Cabo Verde. Dissertação de mestrado em engenharia do ambiente apresentada a Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Algarve, Faro , 2012. Disponível em: <<http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/3291>> Acessado em 3/02/2016.

FAO. *Programa de Capacitação Regional sobre Regime de Propriedade e Gestão da Terra e aspectos legais associados*. Países Membros da CPLP, [2009]. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/PCT-INT-3103/Microsoft_Word_-_Borrador7.pdf> Acessado em 15/05/2016.

FAO; GOVERNO DE CABO VERDE. *Quadro das demandas e propostas de Cabo Verde para o desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação entre países da CPLP no domínio da Luta contra a Desertificação e Gestão Sustentável das Terras*. TCP CPLP?FAO – MADRRM, orgs: Santos M., Rocha C. Y. Praia, Cabo Verde, 2009. Disponível em: <http://apps.unep.org/publications/pmtdocuments/-Relat%C3%B3rio%20Final%20Consultoria%20Nacional%20de%20Cabo%20Verde-2009CV_Quadro_Demandas.pdf> Acessado em 27/05/2016.

FERNANDES, Ermelindo P. *Os Problemas Ambientais em Cabo Verde: Políticas e Medidas de Protecção Ambiental*. Estudo do Caso Comparativo "Praia Vs São Salvador do Mundo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Especialização Globalização e Ambiente. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em:

<<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/310/1/Os%20Problemas%20Ambientais%20em%20Cabo%20Verde%20Pol%C3%ADticas%20e%20Medidas%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.pdf>> Acessado em 01/04/2016.

FURTADO, Cláudio Alves. *As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança* – Santiago, Cabo Verde. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1993.

GÓIS, Pedro. *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção no mercado de trabalho locais*: Lisboa, Milão, Roterdão. ACIMI; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Lisboa, 2006. Disponível em:

<http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/5_PG.pdf/2fc2a5b7-4010-4f00-9e2f-c53ab8173742> Acessado em 30/03/2016.

HEITOR, A. M, PINA, A. P. Águas subterrâneas em Cabo Verde. Qualidade da água na ilha de Santiago. 6º. *SILUSBA* – Simpósio de hidráulica e recursos hídricos dos países de língua oficial portuguesa. 2003. Disponível em: <www.aprh.pt/6_silusba/vol3_APRH_LF_819_888.pdf> Acessado em 20/04/2016.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

IBGE. *Países*. Cabo Verde. S/d. Disponível

em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>> Acessado em 20/04/2016.

IMPrensa NACIONAL DE CABO VERDE. *Boletim Oficial*. Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - PAGIRE - Série I, n. 45, 24 de novembro de 2010. Disponível em: <faolex.fao.org/docs/pdf/cvi119727.pdf>

INE. *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. População. Evolução do População residente urbana por Ilha e Concelho, segundo os censos de 1990 – 2010. INE: Praia, [2010]. Disponível

em: <<http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/7ba5fbd5-bf0a-4faf-a734-0495ba9f80f0evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20residente%20em%20cabo%20verde,%201900%20-2010.pdf>> Acessado em 01/03/2016.

INE. *Anuário estatístico Cabo Verde*, 2015. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2015. Disponível em: <<http://www.ine.cv/>> acessado em 05/05/2016.

LESOURD, Michel. Les stratégies de lutte contre la sécheresse dans le Nordeste brésilien, les îles du Cap-Vert et le Sahel continental africain. In: GALLAIS, Jean e outros. *Sahel Nordest Amazonie*. Politiques d'aménagement en milieux fragiles. UNESCO; Harmattan: Paris, 1991. P. 145-219.

LESOURD, Michel. Maîtrise et valorisation de l' eau aux îles du Cap-Vert. Le défi d' un État et de ses paysans à une nature ingrate. In: LE FLOC'H, E.; GROUZIS, MICHEL; CORNET, ANTOINE; BILLE, JEAN-CLAUDE. *L'aridité: une contrainte au développement: caractérisation, réponses biologiques, stratégies des sociétés*. Paris: ORSTOM, 1992. P. 519-537. Disponível em: <<http://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:37375>> Acessado em 09/05/2016.

LESOURD, Michel. Le insularismes et développement en République du Cap-Vert. *Lusotopie*. Paris, n° 1-2, 1994, pp.113-133. Disponível em: <www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lesourd94.pdf> Acessado em 021/03/2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; NAÇÕES UNIDAS. *Quadro de assistência das Nações Unidas para o Cabo Verde - UNDAF - 2012-2016*. Disponível em: <www.un.cv/files/UNDAF%20Cabo%20Verde%202012_2016.pdf> Acessado em: 7/05/2016.

MONTEZINHO, Jorge. Lembrem-se do 31 de agosto. *Expresso das Ilhas*. 4 de setembro de 2015. Disponível

em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/45718-lembram-se-do-31-de-agosto?tmpl=component&print=1>> Acessado em 28/03/2016.

MURTEIRA, Mário; ABREU, Armando Trigo. *A agricultura no desenvolvimento sócio econômico do Cabo Verde*. Centro de Estudos Africanos. Occasional papers, n. 1. Lisboa, 1991. Disponível

em: <www.oplop.uff.br/sites/default/files/.../cea_op_murteira_abreu_cabo_verde-1.pdf> Acessado em: 03/05/2016.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. *Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA*. Dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.embcv.org.br/portal/>> Acessado em 30/04 /2016.

REPUBLICA DE CABO VERDE; INE. *Cabo Verde land use and agriculture inputs*. 10 de janeiro de 2013. Disponível

em: <<http://caboverde.opendataforafrica.org/gpjqqjfq/cape-verde-fao-stat-land-use-and-agricultural-inputs>> Acessado em: 07/05/2016

RODRIGUES, Claudia. *Remessas, migrações, e o desenvolvimento de Cabo Verde*. *BUALA*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/remessas-migracoes-e-o-desenvolvimento-de-cabo-verde>> Acessado em 05/05/2016.

SANTO, Armindo do Espírito. *Remessas de emigrantes: os casos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe*. *Téla Nón*. Notícias de São Tomé e Príncipe, 06 de outubro de 2015. Disponível

em: <<http://www.telanon.info/suplemento/opinioao/2015/10/06/20238/remessas-de-emigrantes-os-casos-de-cabo-verde-e-s-tome-e-principe/#comments>> acessado em 3/04/2016.

SEMEDO, José Maria. *A especificidade de um Estado insular e diasporizado*. In: UNESCO; MANAMEGENT OF SOCIAL TRANSFORMATION PROGRAMME; FUNDAÇÃO AMILCAR CABRAL. *Atelier nacional sobre: Estado Nação e os desafios da integração regional: o caso de Cabo Verde*. Praia, 2007 Disponível em: <portal.unesco.org/shs/fr/files/10991/11840743421j_semedo.pdf/j_semedo.pdf> Acessado em 15/05/2016.

SEMEDO, José Maria. *Um arquipélago do Sahel*. In: ALMEIDA, José Maria. *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional, 1998. P. 25-49.

TAVARES, Paulino Varela. *Remessas dos trabalhadores emigrantes e os impactos econômicos: evidências para Cabo Verde*. Tese em Economia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/redesenv/teses/2010/doutorado/11.pdf> Acessado em 17/04/2016.

THE WORLD BANK. *Migration and remittances factbook*, 2011. 2ª. ed. The World Bank, NY, 2011. Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf>> Acessado em 3/02/2016.

THE WORLD BANK. *Cabo Verde*. Aspectos gerais. 21 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>> Acessado em 01/05/2016.

UNITED NATIONS. *Cabo Verde*. 2014 One UN annual report. Disponível em: <<http://www.un.cv/files/2014caboverdear.pdf>> Acessado em 14/04/2016.

RECBIDO EM: 30/05/2016

APROVADO EM: 16/06/2016

O FENÔMENO DA MORTANDADE DE PEIXES NOTICIADO PELA IMPRENSA BRASILEIRA (1870S – 1930S)

Ramiro Alberto Flores Guzmán
Doutor em Qualidade Ambiental
Pesquisador do Laboratório de
História e Meio Ambiente da
Unesp/Assis.

Resumo: A imprensa brasileira tem um longo histórico de registrar episódios de mortandade de peixes. Esse artigo explora a estrutura das informações sobre o tema divulgadas para o grande público através da imprensa nacional entre as décadas de 1870 e 1930. Apresenta-se primeiro uma visão geral dos casos em diversos locais de Brasil, para focar-se posteriormente na lagoa Rodrigo de Freitas que atraiu uma grande atenção da mídia, o poder público e a comunidade científica devido a sua localização no centro do poder político e econômico do Brasil. Um aspecto importante foi observar a evolução estrutural das notícias com o avanço do conhecimento sobre o tema ao longo do tempo.

Palavras chaves: Mortandade de peixes, imprensa brasileira, lagoa Rodrigo de Freitas.

Abstract: The Brazilian press has a long history of reporting episodes of fish kills. This article explores the structure of information on the topic released to the general public through the national press between the 1870s and 1930. It presents an overview of the first cases in several places from Brazil, to focus later in the lagoon Rodrigo de Freitas that attracted a great deal of attention by part of the media, the government and the scientific community due to its location at the center of political and economic power of Brazil.

Key words: Fish kills, Brazilian press, lagoon Rodrigo de Freitas.

Introdução

Um dos eventos mais dramáticos nos corpos hídricos é a mortandade de peixes. Poderíamos definir esse fenômeno como a morte rápida de uma grande quantidade de indivíduos de uma ou mais espécies ictiológicas em um local determinado seja no mar, um estuário ou um corpo de água doce (La VAN & COOKE, 1990: 21). Os episódios de mortandade de peixes tem um profundo impacto ambiental e econômico no entorno das áreas diretamente atingidas. A morte de peixes reduz o estoque de uma ou varias espécies, criando um desbalanceamento da biota que pode impactar em algumas cadeias alimentares aquáticas. Assim mesmo, sendo o ecossistema uma rede de inter-relações dinâmicas de energia, a perda de uma espécie tem o potencial para reduzir essas interações e empobrecer a biodiversidade em um nicho ecológico determinado. Já desde o ponto de vista econômico, a mortandade de peixes prejudica primeiramente as comunidades de pescadores que vivem da exploração do recurso. Mas também lesiona as atividades de lazer e turismo devido ao deprimente espetáculo de peixes boiando no espelho aquático. Isto sem contabilizar os gastos que gera retirar todos os exemplares mortos e realizar uma limpeza emergencial das águas.

Desde um parâmetro legal, a mortandade pode ser considerada uma emergência ambiental que requer uma imediata mobilização dos corpos técnicos e as agências de defesa do meio ambiente para

investigar a ocorrência, determinar as causas e acionar a justiça caso a origem seja produto de um ato humano. A quantidade de peixes mortos em um episódio desse tipo pode flutuar entre algumas centenas a vários milhões, dependendo da dimensão do corpo hídrico e o fator desencadeante do evento. E embora seja um fato extraordinário e terrível, não é um acontecimento isolado, já que ocorre no mundo todo e tende a repetir-se nos mesmos locais em decorrência dos fatores permanentes que a provocam.

A investigação das causas desse fenômeno ainda é uma questão difícil para os pesquisadores e cientistas, pois existem vários fatores que podem se interligar para provocar uma mortandade em um contexto ambiental específico. Os professores La VAN e Cooke (2006) citaram ao menos 12 possíveis origens desse fenômeno: poluição agrícola, acidificação, biotoxinas das algas, surtos de doenças, exaustão, mudanças muito rápidas de temperatura, trauma por bolhas de ar em barragens, poluição industrial, baixo patamar de oxigênio dissolvido na água, poluição por esgotos domésticos, poluição por produtos vazados na água, e envenenamento por causas não determinadas. Na maioria de casos, esses fatores agem de forma conjunta o que complica o trabalho de isolar o agente específico que provoca a pluma de poluição causadora da morte de peixes em um curto período de tempo.

A ciência por trás desses dramáticos episódios tem avançado bastante nos últimos anos pelo aumento expressivo de casos no mundo todo. As agências públicas de

proteção ambiental foram os agentes que alavancaram os avanços nessa linha de pesquisa objetivando preparar protocolos de ação padronizados para os casos de mortandade de peixe, especialmente quando a origem é humana. É importante mencionar que as pesquisas são subsídios para acionar os tribunais de justiça quando existem evidências de crimes ambientais resultantes de ações indevidas que devam ser responsabilizadas.

O primeiro protocolo oficial foi elaborado pelos pesquisadores da agência para a proteção dos peixes e vida selvagem dos Estados Unidos (U.S. Fish and Wildlife Service), publicado em 1990 com o título de "Manual de campo para a investigação de mortandade de peixes" (*Field manual for the investigation of fish kills*) com o intuito de guiar as pesquisas de campo no caso de ocorrências desse tipo. Dois anos após, a Sociedade Americana de Pescarias (*American Fisheries Society*) publicou outro texto mais focado na investigação das causas da mortandade e a avaliação das perdas geradas por esse evento intitulado "Investigação e avaliação de mortandade de peixes" (*Investigation and valuation of fish kill*). Esses documentos são ainda hoje os mais importantes subsídios para o complexo processo de investigação e avaliação técnica de danos por parte das autoridades ambientais americanas.

No Brasil, os pesquisadores têm adotado desde a década de 1990 alguns protocolos e técnicas para investigar e avaliar as emergências ambientais desse tipo. O estado de

Minas Gerais tem um especial destaque pelos grandes avanços na ciência e técnica de investigação sobre mortandade de peixes. Esse avanço está relacionado à construção da barragem de Três Marias no rio São Francisco e a implantação da empresa Votorantim nesse local, o que deu origem a ocorrência de grandes mortandades de peixes no grande rio do Nordeste desde a década de 1970 (Relatório Técnico SISEMA O1/2005). Não surpreende que em 2009 a Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) fosse a encarregada de financiar a tradução e publicação do "Manual de Campo..." em português para o público brasileiro. Outro estado que também avançou significativamente no tema foi São Paulo, cuja agência de proteção ambiental (CETESB) tem um escritório dedicado a investigação dos casos de mortandade no Estado. Esses avanços tem se estendido com desigual ritmo nas esferas federal, estadual e municipal do país nas últimas duas décadas.

Hoje no Brasil, a população dispõe de diversos canais para denunciar esses fatos ao poder público, os Estados têm escritórios especializados para afrontar de forma técnica esses desastres ambientais e a grande mídia mantém comunicação direta com acadêmicos no tema para noticiar o fenômeno com um alto grau de expertise técnica. Assim, a divulgação e explicação das ocorrências de mortandades (e suas causas) por parte da imprensa alcançou um alto grau de complexidade em função da demanda de explicações mais aprimoradas numa época dominada pela verdade científica.

Como era esse processo de construção social do conhecimento sobre a mortandade de peixes no passado? E como eram divulgados esses fatos para o grande público leigo? No início do século XX, a mídia ainda estava restrita quase inteiramente as publicações diárias ou periódicas (jornais, revistas), pelo que essas fontes serão usadas para esclarecer essas questões. Embora muito rica em subsídios para a pesquisa, os papéis da imprensa devem ser analisados com bastante cuidado, já não simplesmente para verificar a validade dos dados mediante um olhar crítico, mas também para entender como foi evoluindo a forma de noticiar os eventos de morte de peixes, e explicar as limitações do processo de popularização ou vulgarização do conhecimento científico sobre o tema.

Para um jornalista, a mortandade de peixes é uma notícia de natureza complexa que fica na intersecção de vários temas da imprensa como o ambiente, a saúde, a ciência, a economia e a política. Por isso sua localização nos jornais, no passado, era bastante aleatória, pois não ocupava uma posição definida numa seção específica. Essa falta de especificidade foi mudando a medida que a análise das causas foi engrossando o conteúdo das notas jornalísticas sobre esse fenômeno. Essa tendência a dar cada vez maior cobertura ao esclarecimento da origem das mortandades levou a procurar a opinião de técnicos e cientistas capazes de fornecer uma explicação mais apegada aos avanços da ciência. Nesse processo de aprimoramento no conhecimento do

fenômeno, ainda temos que anotar os problemas de comunicação decorrentes do desvio entre a intenção do gerador da informação científica e os efeitos na audiência que podem ser distorcidos pela incompetência comunicativa da fonte, a incapacidade do jornalista ou a resistência ou ignorância da audiência (BAUER, 1994:2).

Neste artigo propõe-se estudar as mudanças na forma como a imprensa estruturou as informações relativas a mortandade de peixes desde fins do século XIX até meados do XX. Nesse tempo o conhecimento acadêmico sobre o tema era ainda bastante incipiente, o público não tinha muita noção sobre a origem desse fenômeno e as autoridades não sabiam que providências tomar para afrontar essa emergência ambiental. O objetivo é apresentar como foi aprofundando-se o conhecimento desses eventos e como essa informação foi divulgada na imprensa de época.

A fonte da informação para essa pesquisa são os jornais disponibilizados na base de dados online da Hemeroteca Digital existente na Biblioteca Nacional de Brasil (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>). Esses jornais abrangem quase todo o território nacional, porém representam uma fração do universo jornalístico brasileiro dessa época. Ainda assim, constituem uma amostra suficientemente grande para considerar seu conteúdo como representativo da imprensa desse período.

O trabalho oferece primeiramente uma visão geral de

diversos episódios acontecidos em diversas localidades do país até a década de 1940, procurando classificar eles em função as causas desencadeantes da mortandade de peixes. A segunda parte esta focada no caso da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, por sua inquestionável importância jornalística ao ponto de ter uma cobertura amplamente superior a qualquer outro evento desse tipo no resto do país durante o período estudado. Essa cobertura era claramente resultado de sua localização na área metropolitana da capital do Brasil, dando-lhe maior visibilidade social e política que outros corpos hídricos de muita maior dimensão. Isso explica também que Rodrigo de Freitas fosse o local onde a pesquisa acadêmica sobre mortandade de peixes avançasse com maior intensidade no país durante o período estudado.

As primeiras reportagens jornalísticas sobre mortandade de peixes

No dia 7 de abril de 1878, o jornal Correio Paulistano reproduziu um artigo publicado inicialmente a 23 de março no Correio Mercantil da cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul), no qual se informava uma grande mortandade de peixes no Arroio Pelotas que cruzava a cidade. Essa foi à primeira referência que achamos na imprensa brasileira dessa controversa questão, em associação direta com uma atividade industrial: a produção de charque. Não era um caso isolado, mas certamente a morte de peixes provocada pela poluição industrial era mais uma exceção que uma regra

na virada do século XIX, tendo em conta que nessa época o Brasil ainda era uma sociedade amplamente rural e agrícola.

Efetivamente, em 1900, menos de 10 por cento dos mais de 17 milhões de brasileiros habitavam em cidades (SANTOS, 2005: 24). Para a mesma data, a agricultura tinha uma participação de 44,57% do PIB, enquanto à indústria apenas de 11,59% (IBGE, 2006: 388). Esses números mostram que os corpos hídricos ainda não tinham sido atingidos em larga escala pelos três grandes vilões que em décadas mais recentes mudaram sua vazão, composição físico-química, e estrutura biológica: as grandes obras de engenharia fluvial, os efluentes industriais e os esgotos domésticos. Esses elementos próprios de sociedades mais urbanas e industrializadas intensificaram significativamente a poluição que é a grande responsável dos eventos de mortandade no Brasil atual.

Como o fenômeno da morte de peixes era um evento pouco frequente até o fim do século XIX, a ciência não tinha aprofundado pesquisas sobre essa matéria. Daí que as investigações sobre esses graves episódios (realizada geralmente por pessoal sem expertise técnica no assunto) seguia um roteiro bastante previsível: entrevistar os habitantes que moravam nas redondezas do local afetado para achar uma explicação simples que fosse de fácil compreensão pela população. Aliás, essa forma de investigação baseada em uma única linha causal era conveniente para os burocratas que

deviam preencher relatórios para o conhecimento das autoridades.

A exposição desse tipo de eventos na imprensa respondia também a esse mesmo espírito de simplificação, tanto no nível da forma de descrever o evento, como da explicação do elo causal, para um público com escassa ciência sobre o tema. Uma rápida análise do teor da notícia da morte dos peixes no Arroio Pelotas, em 1878, exemplifica perfeitamente a estrutura informativa das notas jornalísticas que reportavam episódios de mortandade massiva de fauna ictiológica na imprensa brasileira no trânsito entre o século XIX e XX.

Em primeiro lugar, a divulgação da notícia começava com uma descrição sucinta do fato, que pudesse ser de fácil compreensão para o leitor na falta de material gráfico do evento: "Na tarde de 13 (de março de 1878), começou a aparecer à flor d'água uma quantidade imensa de peixes mortos. Na manhã seguinte, a superfície do arroio, em toda extensão, estava coberta de milhões de peixes mortos, desde o maior até o mais pequeno, os quais, durante o dia, ao calor do sol, começaram a exalar emanações insuportáveis." O segundo grande elemento que estava presente na nota informativa era um resumo dos impactos econômicos da mortandade de peixes. A narrativa focava especialmente ao grupo de pescadores e os moradores das margens dos corpos hídricos que eram os principais afetados pelo desastre: "Esse acontecimento ocasionou muitos prejuízos aos pobres que vivem da pesca e não pequenos desgostos aos habitantes

das margens, que se viram obrigados a mandar os escravos, munidos de pás, atirar para o largo do rio os peixes mortos que afluíam à praia por impulso da viração." Finalmente o teor da nota, mais que tratar de achar uma causa possível, direciona ao leitor por uma linha de causalidade evidente e geralmente de origem antrópica: "Foi devido este sucesso à completa paralisação, das águas nesses dias por falta dos ventos que determinam as correntezas e a sua putrefacção por influencia dos resíduos das charqueadas." Note-se que a explicação leva também em conta as condições atmosféricas que criam a pluma de poluição, provocada basicamente pela acumulação de resíduos do processo industrial de produção de carne salgada (charque) lançados indiscriminadamente no Arroio Pelotas. Isso explica também a interessante observação do jornalista que aponta "não é novo este fato [a mortandade de peixes], porém, nunca se presenciou em proporção tão extraordinária" (Correio Paulistano, 07/04/1878).

Entre todas as atividades do setor secundário, a mais associada a eventos de mortandade no passado foi a indústria açucareira. Um local onde a poluição das fábricas de açúcar tinha alcançado patamares assustadores, gerando grandes mortandades de peixes, foi a região próxima a capital de Pernambuco, Recife. Em 1902, o Jornal de Recife noticiou pela primeira vez os efeitos nocivos sobre os peixes do rio Capibaribe provocado pelo lançamento de efluentes de uma usina de açúcar e álcool assentada nas margens desse curso de água.

Tratava-se na realidade de uma reclamação feita pelos vizinhos "de uma destilaria que tem nos Coelhos [...] que fazem escoar para o rio Capibaribe o caldo depurado do açúcar, causando grandes prejuízos, não só quanto a mortandade de peixes, como a saúde das pessoas que moram nas vizinhanças pela fedentina que exala-se" (Jornal do Recife, 26/11/1902). Em 1910 foi publicada outra denúncia contra a usina 'Tiúma' para que "deixe de fazer o despejo de calda para o rio [Capibaribe], impossibilitando assim os veranistas de Caxangá e Várzea de se banharem no referido rio, devido à grande mortandade de peixes e o fétido que sobreveem não só pelo azedume da calda como pelos peixes que apodrecem" (A Província [Recife], 28/12/1910). Em 1916, a situação do rio Capibaribe piorou como resultado de uma lei do Senado que autorizou a taxar com um tributo o álcool de mais de 30 graus produzido nas destilarias e usinas da região. Essa decisão provocou uma revolta dos empresários da indústria de licores os quais, em tom de protesto, começaram a entregar de graça à população o mel de cana que era o insumo principal do processo produtivo. Algumas empresas chegaram ainda mais longe. Esse foi o caso de uma usina de Jaboatão que "deitou ao rio o conteúdo de enormes tanques de mel, o que, reduzindo a produção de álcool em Pernambuco e conseqüentemente diminuindo as vantagens fiscais dos cálculos do orçamento, fez extraordinária mortandade de peixes" (Correio da Manhã, 15/11/1916). Dois anos após, foi reportada através da imprensa um grande derrame de

calda podre no rio Jaboatão, procedente da usina Bulhões, que "além de fedentina mortandade de peixes casou febre em moradores" (Jornal de Recife, 05/01/1918). Na década de 1930, um novo local foi testemunha de mortandades provocadas pela indústria açucareira: o município de Campos de Goytacazes no norte fluminense. Em 1935, as autoridades denunciaram as usinas Cupim e Queimados pelas descargas de vinhoto e caldas residuais que mataram milhares de peixes no rio Ururaí (Correio da Manhã, 03/10/1935).

Outra atividade responsabilizada antigamente por muitos episódios de morte de espécies ictiológicas em corpos de água doce era a pesca predatória com explosivos. Como bem aponta um artigo jornalístico,

Em quase todo o Brasil, nos seus rios, lagos e enseadas, a mortandade de peixes por meio de explosivos é um verdadeiro hábito, apesar de altamente prejudicial á economia pública e por isso mesmo proibida por lei.

Ninguém ignora quão danosa é essa prática, que destrói gradativamente as espécies, nos seus embriões e nos seus reprodutores, e, conseqüentemente, quanto esse vandalismo prejudica não só a riqueza piscícola do país, como os pescadores honestos, que não se utilizam de tão condenáveis processos (O Paiz [Rio de Janeiro], 29/03/1923).

Contrariamente ao que a gente imagina, as explosões podiam atingir grandes áreas aquáticas matando uma quantidade muito grande de peixes. Assim, por exemplo, nos dias 4 e 5 de fevereiro de 1907 foi reportado no rio Tietê (São Paulo), na Ponte Grande "a descida de grande quantidade de

peixes mortos. A causa dessa mortandade de peixes já esta verificada: é a pesca por meio de bombas de dinamite, sistema condenado pelas leis municipais, de caça e pesca." A estimativa realizada por uma testemunha revela que "a quantidade de peixes mortos era tal [...] que dava para encher carroças, o que por si só basta para evidenciar o quanto é, além de cruel, prejudicial essa bárbara destruição dos habitantes de nossos rios" (Correio Paulistano, 21/02/1907). Em regiões mais afastadas dos centros urbanos da costa atlântica, era mais comum utilizar venenos de fontes naturais para a pesca. Esse foi o caso do "snr. Cicero Nogueira [quem] envenenou com tinguy o igarapê Juritypery, afluente do rio Jurupary [no atual Estado do Acre], produzindo grande mortandade de peixes, em prejuízo dos habitantes da localidade, que vivem, na sua maioria, desse alimento" (Jornal do Commercio [Manaus], 17/11/1919).

Fontes difusas de poluição associadas a agricultura também foram responsabilizadas pelo fenômeno trágico da morte de peixes nessa época. Um repórter informou que na região do município de Loreto (Maranhão), após um verão rigoroso e a queima dos campos, aconteceu uma grande chuvarada nos dias 28 e 29 de setembro de 1900, "o que produziu a enchente do rio "Balsa" que é mais caudaloso que o nosso Rapecurú, subindo as águas mais de um metro, porém completamente pretas como tinta de escrever e ocasionando enorme mortandade de peixes e até de jacarés que desciam com a correnteza, isto pelo espaço de 3 dias, muitos já em estado de

putrefação, o que fazia atrair grande quantidade de urubus que fartaram-se dessa rara iguaria para eles. O povo deixou de servir-se d'água do mesmo rio por alguns dias. Atribuiu-se esse extraordinário fato a potassa dissolvida nas águas dos campos" (Jornal de Caxias, 27/10/1900).

Mais difícil foi desvendar a origem da mortandade de peixes acontecida na represa de Ribeirão das Lajes no antigo município de São João Marcos do Príncipe, atuais municípios de Rio Claro e Passa Três no Rio de Janeiro. Numa investigação sobre as causas de um grande surto de paludismo que dizimou grande parte da população do lugar, o médico Jeronimo Baptista Pereira declarou que a empresa canadense *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co.Ltd.* tinha agido com extremo descaso na construção da represa (que ia abastecer de água e eletricidade a cidade de Rio), pois não preparou o terreno e inundou uma floresta inteira de timbó, planta venenosa que produz o envenenamento das águas e a mortandade dos peixes desse corpo hídrico (Correio da Manhã, 23/09/1911). Era certamente uma hipótese que não poderia ser totalmente comprovada, pois ainda não existiam protocolos específicos de análise química que pudessem fornecer dados sobre a composição das águas.

Inclusive houve alguns episódios de mortandade cuja origem era virtualmente desconhecida. Esse foi o caso acontecido na lagoa de Juturnaíba (Região dos Lagos no norte fluminense), onde foram achadas grandes quantidades de peixes mortos nas praias que

rodeavam a lagoa desde o dia 29 de dezembro de 1906, "avaliando-se para mais de 400 sacos" o volume do total de exemplares finados. A nota jornalística reconhece que ainda "não se sabe a que atribuir o motivo de semelhante mortandade", mas era evidente que os prejuízos seriam grandes para "a indústria da pesca naquela localidade [que] vê-se agora privada desse auxílio natural e a braços com a terrível miséria que a ameaça." O que intrigou (e preocupou) mais as testemunhas foi o fato da mortandade atingir as espécies maiores e de grande valor econômico como os "robalos que valem de 4\$ ou 5\$, estirados na praia ao lado de outros peixes, especialmente os acaris que parecem ser os mais atingidos pela peste ou cousa que o valha." Visando desvendar um problema que tinha grande importância econômica para uma parcela da população local, o autor do artigo faz uma sugestão direta ao poder público em formato de pergunta: "Não seria esse facto um motivo de estudo?" (O Fluminense, 05/01/1907). Outro fato similar aconteceu em Simão Pereira, no município de Juiz de Fora. Os primeiros dias do mês de dezembro de 1910, "no riacho que banha o povoado, à flor d'água começou a passar grande quantidade de peixes, a principio tontos e depois mortos, ficando a água, nos pontos mais tranquilos, coalhada deles, os quais foram, depois retirados aos jacá." O autor da nota reconhece que não existia uma pista que pudesse levar a descobrir a origem do fato, e ainda que "procurou se a causa e discutiu-se, mas sem resultado; pois não havendo sábios da escritura,

ninguém pode compreender 'esse segredo de natura'" (O Fluminense, 09/12/1910). Igual de enigmático foi o caso no município de São Francisco (Santa Catarina), onde foi descoberta uma grande mortandade de peixes, "que cobrem a praia deste município, o que constitui um fenômeno jamais visto aqui, atribuindo-se ao rigoroso inverno" (O Dia. Órgão do Partido Republicano Catharinense, 20/07/1918). Em agosto de 1917 também foi reportada "uma grande quantidade de peixes mortos e outros morrendo a toa na água" no rio Ibicuí (Rio Grande do Sul) decorrente de "uma peste desconhecida nos peixes" (A Federação, 30/08/1917).

Ocaso da Lagoa Rodrigo de Freitas e o início da ciência da mortandade de peixes no Brasil

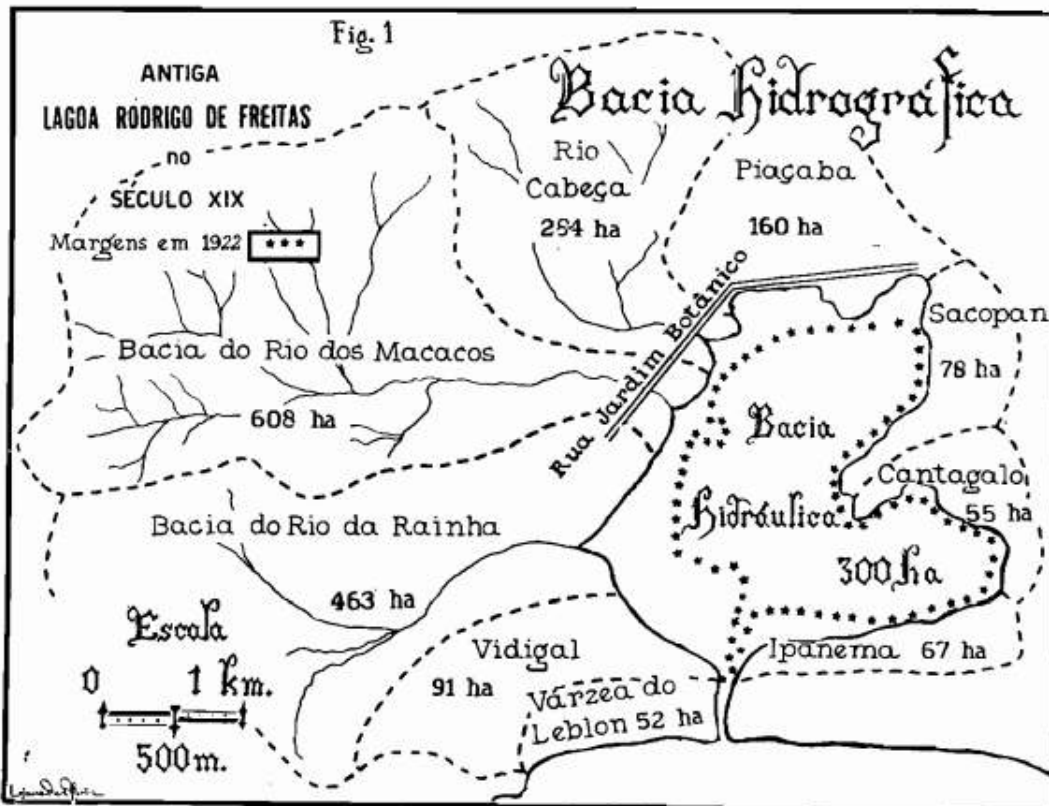
Diferentemente de todos os casos mencionados até agora, a lagoa Rodrigo de Freitas tinha um largo histórico documentado de casos de mortandade de peixes, associados a fatores de índole natural. O rápido povoamento de suas margens decorrente do crescimento urbano acelerado da capital Rio de Janeiro em fins do século XIX converteu essa lagoa em assunto recorrente nas páginas da imprensa, um tema interessante para a pesquisa científica e conseqüentemente um foco constante de atenção do poder público.

Rodrigo de Freitas é uma lagoa costeira de 2,2 km², profundidade média de 2,8 m e

formação relativamente recente em termos geológicos (6 mil anos atrás). Faz parte de uma bacia hidrográfica de 32 km², alimentada por três cursos de água (rios Cabeça, Macacos e Rainha), estando separada do mar pelas praias de Ipanema e Leblon. Ainda que fique isolada, mantém comunicação intermitente com o meio marinho em função dos sedimentos que controlam a abertura da barra (DOMINGOS, et. al., 2012: 442-443).

Até meados do século XIX o ecossistema da lagoa era muito diferente do atual (Fig. 1). Suas margens ainda não urbanizadas estavam conformadas por manguezais, flora característica de áreas de encontro entre águas doces e salgadas. No fundo cresciam mariscos e conchas, as quais se depositavam nos sedimentos lodosos. A temperaturas muito elevadas o limo depositado nas margens apodrecia junto a diversos restos orgânicos em decomposição, mistura que era arrastada até o mar por uma abertura de cerca de 50 metros de largura, que se abria naturalmente possibilitando a troca regular de águas entre ambos corpos hídricos. Essa condição explica as violentas mudanças de salinidade em pouco tempo, já que a lagoa tinha água salgada quando se abria a barra, depois de um temporal ficava doce, e às vezes era mista, salobra (OLIVEIRA et.al., 1957: 211).

Figura 1: Bacia hidrográfica da lagoa Rodrigo de Freitas no século XIX.



Fonte: Oliveira et.al., 1957: 213.

Este ambiente certamente não era muito agradável para habitação humana, nem para a fauna ictiológica, ao ponto que os antigos povoadores indígenas cunharam o nome de Ipanema (lagoa fedorenta) a praia que recebia as descargas de Rodrigo de Freitas (GÄRTNER, 1999: 163). Nesse ambiente, a mortandade de peixes não era um episódio infrequente, sendo sua causa objeto de grande controvérsia entre os acadêmicos e técnicos devido aos vários fatores ambientais de origem natural que poderiam provocar o fato, como as rápidas mudanças de salinidade (que produzem também mudanças violentas de temperatura e pH aquático) ou as emanações pútridas que poderiam poluir a lagoa.

Ao fim do século XIX um novo elemento veio se somar aos problemas ecológicos da lagoa: a urbanização descontrolada da região circundante. A partir da década de 1880, algumas indústrias começaram a se assentar no bairro Gávea (nas redondezas da lagoa Rodrigo de Freitas) atraídas pela localização e baixo preço dos terrenos. Esse gradual crescimento do parque industrial produziu uma grande afluência de operários industriais que povoaram irregularmente a zona, arrasando grande parte da flora marginal da lagoa (RODRIGUS, 2012: 345). O resultado mais dramático dessa ocupação desordenada foi o grande aumento da poluição de origem antrópica pelo

lançamento de efluentes industriais e esgotos domésticos sem tratamento no corpo hídrico.

Na virada do século XIX a lagoa Rodrigo de Freitas viu aumentar de forma dramática o potencial de risco de grandes eventos de mortandade de peixes pelo somatório de fatores naturais e humanos que atuavam conjuntamente. Para expressar isso em termos mais gráficos, poderíamos dizer que várias armas estavam apontando e disparando de forma intermitente contra a lagoa levando a pluma de poluição a níveis críticos. O grande problema para os investigadores era identificar com absoluta certeza a bala de prata que deu o tiro de misericórdia que provocava o fenômeno de mortandade massiva de peixes.

Diferentemente dos outros locais onde ocorreram mortandades, a lagoa Rodrigo de Freitas teve uma atenção especial por parte do poder público, especialmente a partir da década de 1920, quando todos os bairros circundantes foram urbanizados e aprimorados, virando a área mais nobre da cidade de Rio de Janeiro. Nessa época, era um fato conhecido que o Rio de Janeiro era o primeiro ponto aonde chegavam (ou surgiam) as primeiras ondas de modernização e as primeiras inovações em todos os campos do conhecimento, as ciências e a arte. Foi a primeira cidade a receber iluminação pública, água potável, sistema de transporte moderno, um projeto integral de melhoramento urbano e saneamento ambiental. Pelo mesmo, não resulta uma surpresa que a Rodrigo de Freitas, localizada na área mais nobre da

capital, virasse alvo preferido do estudo dos cientistas interessados em realizar a primeira pesquisa aprofundada do fenômeno da mortandade de peixes no Brasil.

A primeira referência acadêmica sobre a morte de peixes na lagoa foi obra do médico José Pereira Rego, Barão de Lavradio em 1877. Pouco depois, em 1880, o Barão de Teffé publicou um relatório sobre a necessidade de sanear esse corpo hídrico para preservar sua fauna ictiológica. O ênfase de ambos trabalhos era mitigar o impacto dos fatores naturais que provocaram o danoso efeito nos peixes. Já a princípios do século XX o foco do problema mudou para a poluição industrial. A Prefeitura de Rio responsabilizou aos efluentes da Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado dos recorrentes episódios de morte de peixes na lagoa. Para se defender dessa acusação, a empresa procurou a ajuda profissional de seu médico de plantão, Dr. Osvaldo Cruz, quem realizou um curioso experimento: colocou peixes em aquários com águas servidas da empresa. A sobrevivência desses exemplares foi apresentada como prova da inocência da companhia frente às acusações da autoridade municipal (OLIVEIRA op. cit., 1957: 211-212).

Essa preocupação com os efeitos da atividade industrial era bastante conhecida pela população já no início do século, como bem o reflete a Gazeta de Notícias, que em sua edição de 15 de junho de 1912 publicou um artigo intitulado "Pela saúde pública. A mortandade de peixes. Os dejetos das fábricas e a lagoa Rodrigo de Freitas." O teor da

nota jornalística é, na verdade, um longo questionamento ao médico Carlos Seidl, diretor de Saúde Pública e presidente da Academia Nacional de Medicina pela lentidão em tomar medidas cabíveis para afrontar o tema da poluição das águas da cidade, ao ponto que “não se compreende [que] diante do clamor levantado pela imprensa e particularmente por estas colunas fique silencioso.” A denúncia tinha a ver com a falta de clareza dos laudos emitidos pelo Dr. Seidl sobre contaminação de efluentes domésticos e industriais que eram lançados em diversos locais de Rio de Janeiro, sem objetivar as evidentes responsabilidades dos empresários, moradores e o poder público. No caso concreto da lagoa Rodrigo de Freitas, o recorte jornalístico critica que o “circular [do doutor Seidl] referente ao uso abusivo das fábricas lançarem dejetos e águas servidas em outro local, que não seja nos encanamentos a isso destinados, não se refere a lagoa de que nos temos ocupado e onde a mortandade dos peixes é consequente de tais abusos.” Em forma retórica, o autor da nota pergunta “porque só proibir o lançamento de águas servidas ou tintas venenosas sobre os rios? Acaso os moradores de Gávea e Humaitá, e, mais que eles, os infelizes peixes da lagoa não merecem a atenção e proteção dos poderes públicos? Pelo nosso cliché o Sr. Dr. Carlos Seidl tornará a ver um recanto da lagoa Rodrigo de Freitas transformado em sucursal da ‘Sapucaia’. É lastimável que não lhe possamos também mostrar o colorido das águas envenenadas pela tinturaria das fabricas que ali lançam

tudo tranquilamente” (Gazeta de Notícias [Rio de Janeiro], 15/06/1912).

Os estudos do limnólogo Gomes de Faria apontou outra possível causa desses eventos trágicos. Em sua pesquisa sobre os efeitos do plâncton monótono e algas microscópicas na baía de Rio de Janeiro, ele encontrou que esses micro-organismos eram altamente tóxicos e tinham uma capacidade muito rápida de reprodução, provocando uma mudança na cor do espelho d’água que mata os peixes. Conjeturou que a entrada de água de mar poderia ter levado a esses organismos para dentro da lagoa, dizimando as espécies endêmicas. Seu artigo intitulado “Um ensaio sobre o plâncton, seguido de observações sobre a ocorrência de plâncton monótono, causando mortandade entre peixes na Baía do Rio de Janeiro” (1914) teve grande impacto na comunidade científica e as autoridades que procuravam preservar a saúde ambiental da lagoa.

Com o passar dos anos, a linha de investigação limnológica de Gomes Faria se impôs sobre a hipótese da poluição industrial, até porque algumas empresas estavam se deslocando da zona deixando espaço para grandes projetos imobiliários que transformariam a zona na área residencial mais nobre do Rio na década de 1920-30. Em consonância com os argumentos do referido limnólogo, tanto acadêmicos como autoridades urbanas chegaram a conclusão que o grande vilão que provocava as mortandades era a água marinha. Em 1919, vários técnicos coincidiram que algumas das

características ruins no comportamento biológico da lagoa (emanações sulfídricas, as exalações de manguezais, decomposição das algas, cheiro pútrido no ambiente e a morte dos peixes) eram resultado da entrada da água de mar na lagoa. A solução era simples: fechar a comunicação entre a lagoa e o oceano. Os planejadores urbanos e empresas imobiliárias estavam muito entusiasmados pelo plano, pois isso daria a eles a oportunidade de sanear ambientalmente esse corpo hídrico, evitando o mal cheiro que incomodava aos vizinhos, além de ganhar terras nas margens para desenvolvimentos imobiliários e a construção de ruas e avenidas para escoar o tráfico da zona.

Em 1919, o prefeito de Rio, engenheiro Paulo Frontin mandou construir uma ponte sobre a barra da lagoa, a qual funcionava como um grande vertedouro que apenas permitia a saída das águas de Rodrigo de Freitas após grandes chuvas. Os resultados dessa intervenção de engenharia para manter a água doce foram inesperados. As margens alagaram e começou a multiplicar-se a vegetação de tabuas que viraram um grande criadouro de mosquitos transmissores da malária e paludismo (MACHADO, 2009: 42).

Em vista desse resultado, rapidamente a comunidade científica e as autoridades foram criando um novo consenso sobre o Rodrigo de Freitas: suas águas deviam ser permanentemente salgadas. O erro foi rapidamente corrigido pelo novo prefeito Carlos Cesar de Oliveira Sampaio quem mandou abrir o canal para a entrada de água marinha.

Preocupado pela formação de "pântanos de água doce", o prefeito convocou ao engenheiro sanitaria Saturnino de Brito para realizar um grande plano de saneamento do Rodrigo de Freitas consistente na canalização de todos os cursos de água da bacia para um único canal que desaguaria na praia de Leblon, a comunicação permanente da lagoa com o mar e o aterro das margens baixas e alagadiças da orla. Foram executados dois canais. O primeiro que escoava as águas pluviais da serra do Corcovado pela Avenida Visconde de Albuquerque e o segundo, conhecido como canal Jardim de Alah de 140 metros comunicava a lagoa com o mar. O projeto foi concluído com sucesso em 1922, mas isso não terminou por afastar os eventos de mortandade de peixes.

Em março de 1921, a lagoa foi novamente cenário de uma grande mortandade. A primeira preocupação da população era o risco de um surto epidêmico pela decomposição dos peixes, ou a venda dos exemplares mortos por pescadores sem escrúpulos nos mercados da região metropolitana. A difusão da notícia fornece informações relevantes sobre a forma como a sociedade enxergava os problemas de mortandade no Rodrigo de Freitas, assim como as diversas opiniões sobre os projetos executados pelo poder público para conter essa ameaça. O jornal O Paiz entrevistou, por exemplo, a moradores que asseguravam que a mortandade tinha a ver "com a falta de comunicação da lagoa com o oceano, sendo outros propensos a acreditar que o fenômeno é devido aos tiros de dinamite que se dão na

'Pedra do Bahiano', que esta sendo explorada pela Prefeitura, assegurando ainda outros que o mal provem do lixo com que se está fazendo o aterro de estiva para saneamento da lagoa." Como na primeira oportunidade, os jornalistas novamente solicitam uma "ação conjugada, enérgica e decidida, da Saúde Publica e da Prefeitura [...] Por que, pois, não realiza-la eficientemente, para demonstrar que os poderes públicos zelam de fato por coisas serias, como essa da ameaça à vida de uma população?" (O Paiz [Rio de Janeiro], 12/03/1921). Outro meio de difusão escrita, O Jornal, apurou outras possíveis causas sugeridas pelos entendidos sobre o tema: uma epizootia ou a gradual transformação da água da lagoa em doce, devido as precipitações e os rios afluentes, que iam ganhando espaço devido ao fechamento do canal de comunicação com o mar para a construção da Avenida Delfim Moreira (O Jornal, 13/03/1921). Finalmente o jornal "A Noite" entrevistou os pescadores da lagoa, os quais alegaram três possíveis causas do fato:

A primeira é a estagnação das águas da lagoa. Antigamente, a lagoa e o mar comunicavam-se livremente e quando se formava alguma barreira de areia, quatro ou cinco homens, manejando pás, abriam o caminho necessário à intercomunicação das águas. Quando foi feita a avenida Delfim Moreira, levantou-se uma represa, com uma estreita abertura sob a ponte que liga o Leblon e Ipanema, porém, como o nível desse conducto fica acima do mar e da lagoa, nem as águas da lagoa se escoam nem as do mar se renovam [...] E as outras duas causas a que atribuem a mortandade de peixes, nesta lagoa? São secundarias, ao lado da primeira. Os formidáveis tiros de dinamite que se dão na Pedra do

Bahiano, pedreira explorada para as obras da Prefeitura, abalam todo este bairro e devem abalar as águas de modo a matar os peixes. Por fim, o saneamento que se procede neste arrabalde por meio de carroças de lixo despejadas nos terrenos de marinha existentes em frente ao Jardim Botânico, empestam os arredores e, caindo na lagoa, devem ajudar a putrefazer as suas aguas" (A Noite [Rio de Janeiro], 11/03/1921).

A questão das mortandades virou um tema tão polêmico que levou a mesma comunidade científica a aprofundar o estudo do caso com muita atenção. Em 1925, o presidente da Sociedade Brasileira de Piscicultura e Oceanografia, professor Gustavo Hasselmann anunciou que um dos projetos prioritários em sua gestão ao frente dessa instituição era apurar as causas da periódica mortalidade da fauna ictiológica na Rodrigo de Freitas (O Paiz [Rio de Janeiro], 28/04/1925).

Infelizmente as vultosas obras de saneamento não afastaram o risco de mortalidade na lagoa por muito tempo. Em dezembro de 1934 aconteceu um grande surto que matou muitos peixes na lagoa (Fig.2). Em opinião do Dr. Ascanio de Faria, diretor de investigações científicas do Serviço de Caça e Pesca, a causa desse fato não foi uma infecção generalizada dos peixes como se conjecturava, mas bem a falta de salinidade da lagoa, pois muitos peixes do mar que entraram a lagoa

foram surpreendidos pelas grandes enxurradas destes últimos dias, que fizeram diminuir a salinidade e carreando para ali muita lama e lixo. Foi, pois, a limitação da vida do meio ambiente que lhes causo a morte. Além disso, outras circunstâncias concorreram para a mortandade: os despejos de fabricas, tinturarias e de

casas particulares agravaram as condições de vida para os peixes que arribação, que não puderam escapar por se achar o canal obstruído pelo "tribombo", rede que veda a saída dos cardumes adventícios. Os peixes foram surpreendidos, além de tudo, pelo vazamento da lagoa, que desde

anteontem se esta verificando e diminuindo grandemente a salinidade das águas, turvadas pelas enxurradas.

Os peixes alevinos e os que vivem habitualmente na lagoa nada sofreram (A Noite, 13/12/1934).

Figura 2: Notícia da mortandade de peixes na lagoa Rodrigo de Freitas em 1934.



Fonte: Jornal "A Noite", 13/12/1934.

Em março de 1936 foi registrado outro grave episódio que mobilizou jornalistas em busca de explicações cabíveis para esse fato. Foram coletadas muitas teorias e até palpites que refletiam, até certo ponto, um conhecimento mais aprofundado por parte do público com relação aos leitores do começo de século. No jornal Correio da Manhã, um leitor comentou que o canal construído para evacuar as águas pluviais da praia Leblon não estava funcionando direito devido ao descaso das autoridades. Ele comprovou que uma comporta desse canal que vai dar na lagoa, sempre permanece aberta, o que reduz a salinidade da lagoa (Correio da Manhã, 10/03/1936). Em junho

daquele ano novamente a Rodrigo de Freitas foi cenário da morte de peixes cuja origem era – segundo os cidadãos entrevistados pelo jornal – decorrente do fechamento com areia do canal que comunicava a lagoa com o mar por mais de 20 dias. O resultado foi a "falta de salinação das águas [decorrente do qual] verificou-se uma grande mortandade de peixes, empestando o ambiente e obrigando os moradores das circunvizinhanças as desinfecções incômodas e dispendiosas nas respectivas casas" (Correio da Manhã, 19/07/1936).

Esses casos foram comentados por um estudioso da matéria, o comandante Armando Pinna, ex-diretor da Divisão de Caça

e Pesca de São Paulo e autor do livro "Curso de Oceanografia, Pesca e Piscicultura", num artigo publicado no Correio da Manhã em setembro desse ano. Segundo ele, esses episódios de mortandade eram decorrentes de dois fatores que agiram conjuntamente: a estagnação das águas da lagoa como resultado do fechamento do canal com o mar, o que impedia a renovação das águas, e o constante despejo de efluentes de indústrias, lavanderias, garagens, etc. Mais importante ainda, Pinna sintetizou pela primeira vez o conhecimento na matéria, chegando a conclusão que existiam 4 grandes vilões que poderiam provocar o fenômeno trágico no Rodrigo de Freitas:

- a) alteração brusca de 8 graus, no mínimo, para abaixo ou para cima na temperatura das águas;
- b) a desoxigenação;
- c) o envenenamento dos peixes;
- d) moléstia deles, de caráter epidêmico." (Correio da Manhã, 11/09/1936).

Outro argumento que ia ganhando muito crédito como responsável pela morte dos peixes era a falta de oxigênio dissolvido na água. Um leitor que firmava com o apelativo de H. Castro, achava que a questão da falta de salinidade da lagoa não era o motivo do desastre ambiental, pois em função do calor do verão, ainda que o canal estivesse bloqueado, a salinidade aumentaria e não reduziria devido à evaporação. A possível causa do surto maligno seria a falta de oxigênio como resposta ao excessivo calor e evaporação, como acontece em algumas lagoas

européias. A solução seria improvisar um sistema de bombas (que poderiam ser emprestadas dos bombeiros) para aspirar à água e lançá-la novamente dentro da lagoa como um chuveiro com o intuito de arejar esse corpo hídrico (Correio da Manhã, 29/01/1937).

Apesar dos inúmeros apelos ao poder público municipal, o canal do Jardim de Alah permanecia por longos períodos de tempo fechado pelo acúmulo de areia que não era despejada pelos funcionários municipais. Inclusive um leitor se queixou que uma das duas dragas contratadas em 1937 para remover os sedimentos do canal ficou inutilizada e semi-aterrada nesse local, virando uma obstrução a mais para o normal fluxo de águas entre a lagoa e o mar (Correio da Manhã, 03/03/1937). Depois de um tempo o serviço foi feito para desobstruir o canal, que infelizmente ficou novamente interrompido em 1939, gerando previsível protesto dos moradores do entorno pelo risco de um novo surto de mortandade devido à falta de salinização das águas da lagoa (Correio da Manhã, 31/10/1939).

Ao finalizar a década de 1930 a fábrica de tecelagem Corcovado fechou, e no local foram construídos vários projetos imobiliários. Nessa época, a lagoa sofreu sua última grande intervenção urbanística em base nas propostas do arquiteto francês Alfred Agache, que incluíam a extensão de várias ruas para comunicar Leblon a Copacabana, a construção de uma ponte sobre o canal ligando a Avenida Visconde de Pirajá a Ataulfo de Paiva, e a recuperação integral das margens da

lagoa perto ao canal, o que deu origem ao Jardim de Alah.

Nas décadas seguintes novos casos de mortandades assombraram a lagoa, mas sua origem poderia ser melhor explicada pelos fatores antrópicos antes que os fatores naturais como no passado. Pouco restava da antiga lagoa costeira vibrante de vida. Agora era um simples recorte da natureza que passou a formar parte da paisagem urbana circundante na área mais nobre de Rio de Janeiro.

Epilogo

Na década de 1930 aconteceu uma mudança significativa na visão da sociedade sobre dois dos recursos naturais mais abundantes do país: a água e os peixes. Durante o governo de Getúlio Vargas foram promulgados os Códigos de Águas (1934) e Pesca (1938), os quais tinham como objetivo promover o uso desses recursos para o desenvolvimento econômico da nação. Esse novo interesse foi acompanhado pelo fortalecimento dos órgãos de fiscalização do poder público para evitar a depredação desses recursos.

Um marco importante foi a criação em 1932 do Serviço de Caça e Pesca, escritório dependente do Ministério da Agricultura. Desde sua fundação, esse departamento tomou conta de quase todas as investigações relacionadas aos casos de mortandade de peixes. Assim, pela primeira vez, tinha-se uma agência estatal, responsável conjuntamente pela fiscalização e codificação do conhecimento científico em relação ao fenômeno da morte de fauna ictiológica. Muitos

dos servidores que chefiavam essa dependência pública desenvolveram pesquisas que subsidiariam as autoridades, imprensa e o público de novos elementos mais aprimorados para entender o fenômeno. Essa seção trabalhava junto com outros escritórios do Ministério da Agricultura que virou o grande guarda-chuva da proteção ambiental na época.

O grupo de investigadores do Ministério incluía o Dr. Ascanio Faria, assistente chefe da seção de investigações, que publicou em 1937 um artigo intitulado "Os resíduos industriais e a contaminação das águas interiores" onde se debruçava extensamente sobre as pesquisas desenvolvidas para entender a forma como os efluentes da indústria açucareira lesionam a fauna e flora dos corpos hídricos (Jornal do Brasil, 18/04/1937). Outra dependência do Ministério que acompanhava o trabalho dos agentes do Serviço de Caça e Pesca em São Paulo era o Departamento de Indústria Animal, cuja finalidade era bastante explícita:

proteger a fauna paulista, evitando-lhe o desaparecimento, a mortandade inútil e a perseguição sem tréguas. A existência de fabricas, curtumes e etc. a margem dos rios onde se lançam resíduos de várias espécies, quase todos portadores de tóxicos violentos, tem causado grande mortandade de peixes, e impedido sua procriação. Esta anomalia verdadeiramente incompreensível num Estado organizado reclamava medidas de proteção aos peixes assim inutilmente sacrificados. Em 4 anos, o laboratório de hidrobiologia do Departamento analisou 176 amostras de águas residuais, ou dejetos de fábricas lançados aos rios e em quase todas elas, verificou elevadas proporções de substâncias nocivíssimas à vida dos animais. E medidas eficazes foram tomadas para que as fábricas, de pronto,

modificassem o seu sistema de expurgo tornando-o inócuo à fauna fluvial. Sem esse alvitre, consubstanciado, alias, em leis e regulamentos de aplicação severa e vigilante, não seria difícil vaticinar a completa extinção do pescado em muitos caudalosos rios e ribeirões."(Jornal do Brasil, 10/04/1938).

Em resumo, até a terceira década do século XX a questão da mortandade de peixes era um exotismo para o qual a ciência não tinha uma explicação devidamente organizada no Brasil. Os veículos da imprensa tradicional abordavam a questão de maneira bastante simples, procurando sempre um elo uni-causal que pudesse ser facilmente compreendido pelos leitores. Esse exercício de simplificação era até certo ponto justificado numa sociedade carente de universidades e com poucos

centros de pesquisa acadêmica. Uma exceção à regra era o caso da lagoa Rodrigo de Freitas que recebeu uma grande atenção por parte da opinião pública, políticos e intelectuais devido à sua localização no centro de poder político e econômico da nação.

Só a partir da criação de uma legislação dos recursos hídricos e pesqueiros, além da criação de agências governamentais para a proteção da fauna e flora (ainda desde uma visão puramente instrumental e economicista) a questão da mortandade começou a ser abordada de forma mais científica. No futuro, essas instituições subsidiariam a imprensa com um conhecimento mais aprimorado que seria divulgado ao grande público na segunda metade do século XX.

Bibliografia

- AMERICAN FISHERIES SOCIETY. Southern Division. Pollution Committee, and American Fisheries Society. Socioeconomics Section. Investigation and valuation of fish kills. No. 24. Amer Fisheries Society, 1992.
- BAUER, Martin W., et al. "Science and technology in the British press-1946 to 1986." (1994): 1-14.
- DOMINGOS, Patrícia, et al. "Eventos de mortandade de peixes associados à florações fitoplanctônicas na Lagoa Rodrigo de Freitas: Programa de 10 anos de monitoramento." *Oecologia Australis* 16.3 (2012): 441-466.
- FARIA, J. G. Um ensaio sobre o plâncton, seguido de observações sobre a ocorrência de plâncton monótono, causando mortandade entre peixes na Baía do Rio de Janeiro. Trabalho Gab. Zool., Dep. Pesca, MA (1914): 1.
- GÄRTNER, Eberhard, Christine HUNDT, & Axel SCHÖNBERGER (Eds). *Estudos de história da língua portuguesa*. Vol. 7. TFM, 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, 2006.
- La VAN, T. & COOKE, Steven J. Advancing the science and practice of fish kill investigations. *Reviews in Fisheries Science*. 19.1 (2011): 21-33.
- MEYER, Fred P. & LEE, A. Barclay. Field manual for the investigation of fish kills. No. 177. *US Fish and Wildlife Service*, 1990.

OLIVEIRA, L. et. Al. Observações hidrobiológicas e mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. 55 (2), 1957, pp.211-271.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Lagoa Rodrigo de Freitas/RJ: história de uma ocupação desordenada. *Oecologia Australis* 16.3 (2012): 339-352.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Vol. 6. São Paulo: Edusp, 2005.

RECEBIDO EM:12/02/2016

APROVADO EM: 07/03/2016

VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). **O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: Edições 70, 2014, 503 p.

Carlos Alberto Sampaio Barbosa
Universidade Estadual Paulista
casb@assis.unesp.br

É com grande satisfação que apresentamos ao público brasileiro o livro *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, organizado pela investigadora Filipa Lowndes Vicente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Os estudos relativos à fotografia colonial ainda são pouco conhecidos do público brasileiro, mesmo o mais especializado. Portanto, essa obra é uma excelente oportunidade dos nossos pesquisadores se aproximarem dessa temática. A fotografia, que surge em meados do século XIX, se desenvolve paralelamente à expansão imperial europeia e leva diversos fotógrafos a todas as partes do mundo com o intento de inventariar e reduzir o mundo a uma imagem bidimensional. Entretanto, temos que ter certa cautela ao nos aproximarmos dessa problemática, pois, como afirma James Ryan na excelente introdução do livro, "a fotografia e o império tem uma relação próxima e complexa."

No contexto da expansão imperial europeia no século XIX, temos o surgimento do Positivismo, de disciplinas como a antropologia e a etnografia, assim como as câmeras fotográficas. Estas, por seu turno, imediatamente passaram a ser usadas por exploradores, etnógrafos,

missionários, soldados, médicos e administradores coloniais. Essas imagens estamparam álbuns, livros, diários, relatórios, jornais, auxiliando o controle e o exercício da dominação colonial, embora nem sempre tenham servido como arma desse poder. De forma ambígua e complexa e menos instrumental, a fotografia torna-se argumento poderoso e eficaz de resistência na construção de novas identidades, no suporte a campanhas contra a escravidão e a luta pela emancipação política, como muito bem apresenta alguns dos trabalhos reunidos nesse livro.

Produzida tanto por fotógrafos profissionais como amadores, a imagem técnica permitiu maior circulação, tanto nos suportes impressos como nas exposições universais ou coloniais, museus, gabinetes, universidades e sociedades científicas que se proliferaram no velho continente. Constitui, portanto, um importante instrumento de conhecimento e domínio. Não é mera coincidência que, assim como ocorre o auge do colonialismo europeu, se segue mas viagens de fotógrafos itinerantes e a abertura de estúdios fotográficos. Portugal não estava ausente desse processo e esse livro é um esforço importante em apresentar uma parcela das diversas experiências lusas.

O tema da fotografia imperial ou colonial já possui uma fortuna crítica considerável, embora recente, como muito bem nos apresenta Filipa Vicente e James Ryan em seus textos introdutórios. Cabe destacar alguns trabalhos como exemplos dos estudiosos que nas últimas décadas buscam o cruzamento da fotografia

com as dimensões culturais do império, do orientalismo e do pós-colonialismo, como os de Elizabeth Edwards, Christopher Pinney, Martin Jay e Sumathi Ramaswamy e do próprio James R. Ryan. A organizadora do livro, Filipa Vicente, possui uma trajetória significativa como investigadora dos temas, que além da fotografia se debruça sobre as exposições e questões de gênero. Seu doutorado foi publicado em livro com o título *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX* (Prêmio Victor de Sá de História Contemporânea, 2004). Publicou também *Outros Orientalismos: a Índia entre Florença e Bombaim 1860-1900* (2009) e *Arte sem História: mulheres e cultura artística - séculos XVI-XX* (2012) e o capítulo "Fotografia e Colonialismo: para lá do visível", no livro *O Império colonial em questão* (séculos. XIX e XX).

Falando mais precisamente do livro, ele é resultado de um projeto coletivo denominado *Conhecimento e Visão fotografia no Arquivo e no Museu Colonial Português (1850-1950)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. O projeto parte do farto material visual presentes nas bibliotecas e arquivos públicos portugueses, em especial de Lisboa. O livro reúne mais de 30 autores portugueses e estrangeiros. Com 503 páginas está organizado em quatro grandes linhas de investigação que dão conta da relação entre fotografia e o contexto colonial português, a saber: Classificação - Missão; Conhecimento - Circulação; Exposição - Reprodução; e Resistência e Memória.

A primeira seção do livro, Classificação - Missão, organiza os

trabalhos que abordam as investigações da relação entre as Missões Antropológicas, Etnográficas e Geográficas e as colônias portuguesas. Para o primeiro tema sublinho o excelente trabalho de Patrícia Ferraz de Matos "A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): modos de representar, diferenciar e classificar da 'antropologia colonial'", enquanto que Cláudio Castelo e Catarina Mateus investigam a Missão Etnográfica de Elmano Cunha e Costa a Angola entre 1935 e 1939. O paralelo entre a caça e o ato de fotografar é explorado no trabalho de Bárbara Direito a partir do arquivo fotográfico da Companhia de Moçambique. Esse grupo de artigos se debruça sobre as relações entre o aparelho fotográfico como ferramenta de conhecimento e o desenvolvimento da antropologia e a expansão colonial portuguesa de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

O segundo bloco, Conhecimento e Circulação, aborda a fotografia como ferramenta de conhecimento e cartografia de espaços e pessoas, bem como seus usos ao serviço das ciências naturais, nos relatórios médicos ou missões políticas. Destaque-se o artigo de Noeme Santana "Olhares Britânicos: visualizar Lourenço Marques na ótica de J and M Lazarus, 1898-1908". Neste capítulo a autor arealça a mobilidade e a transnacionalidade dos fotógrafos a partir da experiência dos irmãos fotógrafos Lazarus, o que coloca em debate a historiografia que parte de uma perspectiva eminentemente nacional para a questão do império e, claro, da própria visualidade fotográfica.

Afinal, para além dos fotografos, o próprio mercado da visualidade era internacional num período em que vigorava febre dos cartões postais.

A terceira parte do livro - *Exposição Reprodução*- investiga a fotografia nas suas múltiplas formas de reprodução e intersecção com outras expressões visuais como o cinema, a litografia, o desenho entre outras. Um bom exemplo é o ensaio de Leonor Pires Martins "Imaginar o império através da revista ilustrada *O Ocidente* (1878-1915)". Aqui a autora explora como os periódicos ilustrados portugueses não só auxiliaram na construção da representação das colónias, mas também constitui e cria a própria experiência colonial. Para tornar o império visível o governo colonial utilizou não só a fotografia, mas também o cinema e as exposições coloniais como ferramenta de propaganda. Como afirma Filipa Vicente sobre as exposições, esses eram "lugares onde imperava o sentido da visão, e a estetização do império" (Vicente: 2014, 19).

Por fim, a quarta parte do livro, *Resistência e Memória* se insere na busca das imagens que não só glorificaram o poder imperial, mas também se contrapunham a essa dominação. Os trabalhos desse último apartado do livro voltam-se para as imagens de violência, racismo, tortura, trabalho forçado, guerra e morte no mundo colonial lusitano. Um dos capítulos mais impactantes, talvez pela proximidade do período, é o de Afonso Ramos "Angola 1961, o horror das imagens", que parte de um rico grupo de fontes escritas e visuais, estampadas em folhetos, panfletos, revistas, livros e

algumas imagens exibidas nas seções da ONU. Esse corpus documental revela como a fotografia esteve no centro da guerra colonial de Angola.

Convido aos estudiosos brasileiros a lerem e aproveitarem a galáxia de informações contidas nessa publicação. O livro é um campo fértil tanto para os pesquisadores da fotografia, mas também para os da antropologia, da história assim como para os investigadores de temáticas relacionadas ao património, arte e museus. No caso dos historiadores, minha área de atuação, creio que o livro é uma passagem obrigatória para aqueles que trabalham com Portugal, África e os processos coloniais nos séculos XIX e XX. Os estudiosos reunidos nesse trabalho trazem à tona uma contribuição significativa aos estudos dos regimes visuais coloniais, particularmente os portugueses, bem como, revelam as múltiplas possibilidades de pesquisa da fotografia. Oxalá, para usar uma palavra de origem africana, sirva de inspiração aos estudantes brasileiros a se debruçarem nos vastos arquivos e coleções fotográficas de nosso país.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2015, 405 páginas.

Paulo Henrique Martinez
Universidade Estadual Paulista
labhima@uol.com.br

Moçambique merece todo um capítulo na história do Brasil na África. O país é um símbolo da política africana dos governos de Lula e de Dilma Rousseff. Em pouco mais de uma década, a partir de 2003, constituiu-se uma singular agenda brasileira para o continente. Esta agenda colocou em realce as oportunidades de negócios, a cooperação sul-sul nas áreas técnica, econômica e cultural e as relações políticas no cenário internacional. O livro-reportagem de Amanda Rossi capturou a percepção da África, de Moçambique e do Brasil na orientação das ações e das falas de governantes, empresários, diplomatas e técnicos direta e indiretamente envolvidos nestas relações no século XXI.

O livro apresenta dados gerais sobre os dois países. Em seguida examina com linguagem fluida e clara a sistemática aproximação do Brasil junto a Moçambique. A presença e os interesses de segmentos da vida nacional de lá e de cá são postos em evidência e apanhados sem sequência temática e cronológica. São muitas páginas em que se agrupam capítulos referentes a poucos assuntos, concentrados e inter-relacionados. A exploração do carvão mineral no norte moçambicano, as práticas de cooperação sul-sul, adotadas sob os governos Lula e Dilma Rousseff para

o continente africano, os planos de aproveitamento agrícola em escala mercantil, inquietações sociais no campo e nas cidades, duas entrevistas. Os entrevistados são o presidente Lula e o escritor e biólogo moçambicano Mia Couto. Vinte fotografias coloridas, notas e bibliografia completam a apresentação da recente atuação brasileira em Moçambique. A documentação é diversificada e inclui também mensagens diplomáticas do período 2003-2009, ainda indisponíveis aos estudiosos nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O constrangimento despertado no leitor é inevitável. O elemento comum, recorrente, página após página, é a sensação de um assédio ostensivo, aberto e ininterrupto. O assédio aos recursos naturais pela empresa mineradora Vale. O assédio pelos votos e o apoio político internacional dos países africanos às aspirações do Brasil nas instâncias da Organização das Nações Unidas. O assédio de investidores e sua cobiça pelas férteis terras agricultáveis da savana tropical africana, nas quais a posse ancestral e coletiva rege as técnicas produtivas, o acesso, o culto e o usufruto comum dos benefícios daquele ecossistema, de sua peculiar biodiversidade e as culturas agrícolas ali existentes.

Amanda Rossi é jornalista. Esteve em Moçambique em duas ocasiões, a partir de março de 2010 e de abril de 2013. Foram sete meses de visitas a diferentes pontos do país. Ela pôde conhecer e reunir contradições e a contestação aberta, resultantes de uma década de

presença sistemática de instituições (Embrapa, Fiocruz, Banco do Brasil, ministérios), empresas (BRF, Embraer, FGV Agro, Petrobras, Rede Record, Vale), construtoras (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht), agentes públicos e privados brasileiros e a Igreja Universal do Reino de Deus. Amanda refere-se ao clima político e social que encontrou: uma África otimista com as perspectivas de regimes democráticos e de inserção crescente no mercado mundial conhecidos nos últimos anos. Na maioria destes países o crescimento econômico tem sido impulsionado pela exploração de recursos naturais, sobretudo, minérios. O quadro de pobreza persiste, apesar de exibir expressiva redução.

Moçambique é emblemático do momento vivido pela África, conforme os dados apresentados pela autora ao longo de todo o livro. É também o país que expõe com maior variedade de exemplos e de valores numéricos e financeiros a presença de interesses governamentais e não-governamentais brasileiros em expansão na última década. São cerca de trinta instituições em atividade. Os empreendimentos recentes são a instalação de uma fábrica de medicamentos contra a aids, a extração de carvão, projetos agrícolas de grande porte, obras de infraestrutura que incluem portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, além de ensino a distância proporcionado pela Universidade Aberta do Brasil, do Ministério da Educação. As iniciativas governamentais incluíram não apenas as missões de interesse

econômico, mas também dezenas de visitas realizadas pelo presidente Lula, seguidas de outras tantas realizadas pela presidenta Dilma Rousseff. Hoje, o Brasil mantém 39 embaixadas e oferece auxílios diversos a 43 dos 54 países africanos. O número de empresas, bancos e construtoras brasileiras atuando na África está ao redor de 500 e a balança comercial saltou de US\$ 6 bilhões, em 2003, para US\$ 28,5 bilhões, dez anos depois.

A extração de carvão pela Vale na região norte de Moçambique constitui o maior empreendimento brasileiro em todo o continente africano. As reservas são estimadas em 1,87 bilhão de toneladas de carvão, tanto para a destinação metalúrgica, na produção de ferro e aço, quanto térmica, para a geração de energia. A concessão de extensa área – são 240 km² – e os prazos generosamente concedidos – vinte e cinco anos, passíveis de renovação por igual período – àquela empresa possibilitaram a instalação, na localidade de Moatize, da segunda maior mina de carvão a céu aberto do mundo. O escoamento do carvão deverá alcançar o porto de exportação em extensa ferrovia que cortará o norte de Moçambique, o Malawi, país vizinho, e a região de Nacala, formando um corredor de empreendimentos para produção agroindustrial e para a exportação minérios. As obras da nova infraestrutura de transportes também estão à cargo da Vale. O ritmo e as expectativas andaram inibidos diante da queda dos preços do carvão no mercado internacional nos últimos anos. Em 2011, quando a Vale deu início às suas operações,

a cotação internacional da tonelada de carvão alcançara US\$ 350. Nos anos seguintes o valor da tonelada de carvão foi reduzido a menos da metade.

Os relatos dos interesses e das ações econômicas prosseguem acompanhando as construtoras das grandes obras de infraestrutura em transportes, saneamento e energia que estão sendo realizadas em Moçambique. Junto com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS e Odebrecht, ali desembarcam também as suas máquinas, materiais de construção e mão de obra, a exportação de bens e serviços e os meios de transporte provenientes do Brasil. Trata-se não apenas de vastos canteiros de obras, mas de promissor campo de investimentos, cujo padrão acredita-se deverá ser desdobrado em outros países da África. Torna-se nítido que a presença brasileira em Moçambique integra uma disputa internacional pela exploração dos recursos naturais africanos. Uma competição na qual também estão envolvidos países como China, Índia, União Europeia, Estados Unidos e Japão.

A crescente atenção internacional às perspectivas econômicas na África derivate transformações recentes. Estas abrangem desde o término de inúmeras guerras civis, passando pela melhoria de vários indicadores sociais e que envolvem desde a redução dos casos de malária e de contaminação pelo HIV, até a ampliação do número de crianças matriculadas nas escolas. A concentração da renda perdura, em que pese o aumento da renda ser

estimado em 30%, conforme dados reunidos e apresentados pela autora.

Na década de 1980, Moçambique foi considerado o país mais pobre do mundo. A guerras de libertação e a guerra civil, após a independência, deixaram um saldo trágico na vida dos moçambicanos. Entre os mortos, mais de 1 milhão de pessoas. O número de refugiados beirava os 2 milhões e cerca de 3 milhões de pessoas haviam se deslocado em distintas direções em busca de sobrevivência. Maputo, a capital foi o destino mais frequente desta população ameaçada pela fome, a guerra e as epidemias, fugitivas da morte. O país não possuía nenhuma atividade econômica relevante ao longo da década de 1990 e a crescente dependência da ajuda internacional responderia por mais da metade dos gastos públicos em Moçambique, em pleno século XXI. Em 2012, após duas décadas de paz, a guerra civil voltou a assombrar a vida nacional e perdura nos dias de hoje.

Foi neste cenário que a política exterior do Brasil aportou em Moçambique. A primeira medida foi o anúncio da implantação de uma fábrica de medicamentos no tratamento da aids, na visita presidencial que Lula fez ao país, em 2003. A fábrica levou uma década para efetivamente entrar em operação, constituindo a principal iniciativa de cooperação do Brasil na África. Não há outra instituição produzindo medicamentos com esta finalidade em todo aquele continente. Uma atitude inédita e que destoa das práticas usais de cooperação internacional, particularmente, daquelas que

prevalecem nas relações norte-sul. Nestas, a doação é o traço distintivo e não a transferência de conhecimentos e de tecnologia custeada pelo país doador. A construção e operação da fábrica abriu uma nova prática de cooperação internacional ao reproduzir estratégias de sucesso obtidas no Brasil.

É na agricultura que a presença e a cooperação brasileiras tende a deixar as suas marcas mais perenes e os efeitos sociais e ambientais mais contestáveis. A pressão internacional pela produção de alimentos, em geral, e a alta de preços dos cereais, em particular, explodiu a partir da crise global, em 2008. A disputa por terras aráveis e mercados fornecedores de alimentos e de matérias-primas logo alcançou a África. Em Moçambique a oferta de terras e as condições naturais da savana tropical, similares às do cerrado brasileiro, fez com que surgisse a proposta do ProSavana, em abril de 2009. Um projeto articulado e que, a exemplo da política pública para o combate à aids, espera exportar para o continente africano a fórmula da agricultura comercial triunfante no Brasil. O objetivo é desatar, rápida e eficazmente, a passagem da agricultura familiar, atualmente predominante naquele país, para a agricultura exportadora de grãos, como soja e gergelim, farinhas e alimentos industrializados. A disponibilidade de terras agricultáveis nas áreas ocupadas pela savana de Moçambique pode alcançar 400 milhões de hectares. A área escolhida para estabelecer a

cadeia agrícola corresponde ao corredor de Nacala.

O ProSavana é um acordo de cooperação e de desenvolvimento de negócios a ser realizado até 2030, envolvendo 400 mil agricultores moçambicanos e o apoio técnico e financeiro do Brasil e do Japão. O projeto está estruturado em três esferas de atuação. A primeira delas envolve a pesquisa e a adaptação de práticas de cultivo de grãos desenvolvidas no cerrado, a partir de centros de pesquisa agrônômica e nos campos de experimentos edificados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Lichinga e Nampula. A segunda frente de atuação está voltada para a instalação da cadeia do agronegócio, em Moçambique, pelo incentivo à mecanização da produção com máquinas e equipamentos, a utilização de sementes selecionadas e de insumos industriais, a criação da logística de transporte, armazenamento e comercialização agrícola, sob a coordenação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro). O terceiro núcleo de atuação prevê a capacitação de camponeses nas práticas da agricultura mercantil pelo Serviço de Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

O desenvolvimento do ProSavana tem despertado reações sociais que se somam a outras manifestações contrárias aos planos dos investidores brasileiros em Moçambique. Além da remoção e do "reassentamento involuntário" de famílias pelas atividades mineradoras da Vale, a expansão da agricultura comercial deve provocar a expropriação de pequenos agricultores. A introdução da

propriedade privada individual da terra está em rota de colisão com a posse ancestral e comunitária da terra observada secularmente na maior parte do território moçambicano.

Os conflitos sociais têm contraposto trabalhadores, desempregados, agricultores e grupos que sofrem a remoção de suas áreas de moradia e subsistência, de um lado, e governo moçambicano e investidores estrangeiros, de outro. Amanda Rossi descreve a tensão social, revoltas de rua e a repressão policial que resultaram em prisões, mortos e feridos, nos confrontos que presenciou em Maputo, durante greves e manifestações contra a elevação de preços e tarifas que, ao fim, foram adiadas pelas autoridades governamentais. Em 2012, a violência ressurgiu no interior do país coma retomada da mobilização e dos ataques militares promovidos pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), o maior agrupamento político de oposição à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o partido que ocupa o poder e controla o Estado desde a independência nacional. Os conflitos estenderam-se e foram agravados nos dias de hoje.

Os efeitos da crise de 2008 também provocaram mudanças na política exterior brasileira. Sob o governo de Dilma Rousseff o Brasil procurou reorientar a sua agenda para a África, vista como uma porta de saída da retração econômica mundial. Em maio de 2013, em solenidade na Etiópia, a presidenta Dilma anunciou a renegociação das dívidas de doze países africanos para

com o Brasil. Ela também propôs a elaboração de um novo calendário para o comércio, financiamentos e a busca de estratégias para a cooperação internacional do governo brasileiro. A repercussão das medidas de Dilma Rousseff não alcançou a mesma escala que a política de Lula conhecera em anos anteriores. Enquanto a ação de Lula era uma novidade e uma marco nas relações do Brasil com a África, Dilma Rousseff ficou incumbida de dar prosseguimento àquela diretriz, agravada pelas dificuldades advindas no contexto da crise mundial. O resultado prático foi a realização de oito viagens ao continente, ao passo que Lula fizera 34 visitas durante o seu período presidencial. Dilma não abriu nenhuma nova embaixada e ainda reduziu as verbas destinadas às ações de cooperação internacional do Brasil.

O livro de Amanda Rossi constitui uma boa leitura introdutória ao Brasil do século XXI, à sua autoimagem e projeção no cenário econômico internacional e na geopolítica mundial. Está ancorado em observação direta, noticiário de imprensa nacional e estrangeira, entrevistas, documentos de difícil acesso, dados estatísticos, bibliografia técnica e acadêmica. As entrevistas que encontramos em apêndice são reveladoras, pelas palavras e as crenças do presidente Lula, quanto ao papel internacional do Brasil, e pela argúcia e a prudência crítica de Mia Couto, quanto ao papel efetivamente desempenhado pelos governos e empresários brasileiros e seus significados sociais, culturais e ambientais mais profundos.

Reportagem, investigação, relato pessoal. Por qualquer das entradas e identidades possíveis deste livro aprendemos, sem dúvida, muito sobre Moçambique e sobre a África no século XXI. Igualmente, aprende-se muito sobre o Brasil ao percorrer as suas páginas. Seria preciso

lembrar que o Brasil é o maior país africano, fora da África, e que a sua população de origem africana é inferior apenas à população da Nigéria? Logo se percebe alcance cultural e a pertinência intelectual da leitura deste elucidativo **Moçambique, o Brasil é aqui.**

A OBRA DE CARLOS GOMES E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NACIONAL (1870 A 1939)

César de Carvalho Ismael
cesardci@yahoo.com.br

Izabel Missagia de Mattos
belmissagia@gmail.com

RESUMO

O trabalho examina a trajetória do maestro Antônio Carlos Gomes ao longo do período da transição para a República, focando no movimento abolicionista e o clima de contradições políticas e sociais. O significado de sua obra ganha sentido no contexto do surgimento de um ideário nacional que se inicia na monarquia e continua nos primeiros anos da República. A investigação se apoia em documentação inédita, como a correspondência do músico, além de diversas outras fontes primárias e secundárias.

ABSTRACT

The paper examines the trajectory of the maestro Antonio Carlos Gomes during the transition period for the Republic, focusing on the abolitionist movement and the climate of political and social contradictions. The meaning of his work makes sense in the context of the emergence of a national ideology that begins in the monarchy and continues in the early years of the Republic. The research is based on unpublished documents, such as correspondence musician, and several other primary and secondary sources.

A voz autorizada do Supremo
abolicionista
devia ser altamente ouvida
na apoteose do Sublime Maestro da
Abolição
André Rebouças¹

Introdução

Não foram poucos os
pensadores do Brasil que se

debruçaram sobre a vida e a obra do compositor da ópera *Il Guarany*. Baseada no romance de José de Alencar, a obra - que estreou no Scala de Milão em 1870 com grande sucesso - foi cantada no Rio de Janeiro pela primeira vez em 1871, por ocasião do 45º aniversário de D. Pedro II. Foi neste evento que Carlos Gomes veio a conhecer o já ilustre engenheiro André Rebouças que o procurou, na quarta récita, movido por entusiasmo que se transformaria na solicitude com a qual acompanhou a vida e a atividade musical do compositor paulista.

Encontrando o maestro novamente após dois anos, em Turim e Milão, o engenheiro conhecido pelas suas ideias abolicionistas escreveu artigos exaltando-lhe a glória e, ao recebê-lo no Brasil, em 1880, publicou o artigo "Carlos Gomes e a Emancipação", no qual apontou relações entre a obra de Carlos Gomes e a campanha pela libertação dos escravos. Também o Visconde de Taunay se tornaria adepto entusiasta do artista o amigo de André Rebouças (AZEVEDO, 1963: 471).

O antropólogo Gilberto Freyre, interessado em entender a sociedade patriarcal brasileira por meio do processo de transição do trabalho escravo para o livre, viria a mencionar os significados da figura de Carlos Gomes para a nacionalidade, afirmando que ele "tornou-se talvez o maior herói não militar brasileiro do decênio 1870-1880 - isto é, o mais aclamado e o glorificado por maior número" (FREYRE, 2004: 316). Para Freyre, com efeito, durante o reinado de Pedro II, Carlos Gomes teria influenciado a juventude da época,

¹ Correspondência. Fundação Joaquim Nabuco JN-CPp 40 doc. 915, 3.

"quer burguesa, quer plebeia; sobre os dois sexos; sobre velhos e moços; sobre brancos e gente de cor", superando em seu poder de sedução até mesmo heróis militares da Guerra do Paraguai, ou outros intelectuais eminentes como Castro Alves, Gonçalves Dias e José de Alencar – que jamais teriam alcançado a popularidade do maestro, ídolo dos acadêmicos do país inteiro - numa época em que esses acadêmicos representavam a flor intelectual da mocidade de todo o Império e que descobriram na música uma das suas *maiores seduções* (Cf. FREYRE, 2004).

Já à sua época, Mário de Andrade observava a existência de uma bibliografia sobre Carlos Gomes, afirmando como não sendo "das mais escassas entre os grandes artistas do Brasil".²

Nos dias de hoje, seguramente o pesquisador poderá se deparar com uma vasta bibliografia. Ainda assim, o recurso às fontes de pesquisas primárias, como correspondências, livros e jornais, permitem observação de outras facetas acerca de um homem dos trópicos e sua época, considerando a rica trajetória do artista - que passou grande parte de sua existência na Europa, patrocinado pelas políticas culturais nacionais.

A recriação póstuma do Maestro Carlos Gomes

A formação dos acervos pesquisados sobre Carlos Gomes encontra-se diretamente relacionada à construção de um "mito fundacional" que aqui leva ao bojo da questão da nacionalidade brasileira, questão que se entrelaça à vida e obra do compositor campineiro.

No Centro de Memória da UNICAMP - berço desta investigação - encontramos uma entrevista com a educadora e escritora Amélia Lacombe feita pela jornalista Silvana Guaiume em 1996 – ano do primeiro centenário da morte de Carlos Gomes – para o jornal campineiro *Correio Popular*. Afilhada de Ítala Gomes - a filha do maestro - A. Lacombe apresenta um trecho da carta de Ítala ao Arquivo Carlos Gomes (Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1904), na qual respondia ao pedido da diretoria: "Não poderei infelizmente cooperar valiosamente ao arquivo de Carlos Gomes, pois as cartas que possuo são unicamente de caráter familiar e íntimo e não desejo vê-las publicadas"³.

Ao aprofundar as pesquisas no Museu Carlos Gomes encontramos a referida correspondência, da qual transcrevemos aqui um trecho no intuito de perceber como Ítala Gomes tenta demonstrar o "espírito altamente embevecido de sentimento" de seu pai que, segundo seu testemunho, "vivia com o único feito de enobrecer seu país".

O Sr. Manoel Guimarães já lhes deve ter enviado algumas cartas que ainda possui e que de comum acordo julgamos próprias para este fim desejado. Quanto à notícias sobre a vida de meu Pai, eu pouco poderei acrescentar ao que já é conhecido. Direi somente que desde a idade da compreensão reconheci em meu Pai um espírito altamente embevecido de sentimentos particulares e que vivia com o único feito de enobrecer seu país. Minha mãe, Adelina Peri, muito distinta artista, foi também discípula do Conservatório de Milão e Sá deixou de colher aplausos como pianista virtude para casar-se. De quatro irmãos, Carlota, Carlos, Mario e eu, sou a única de minha família que ainda vive.⁴

² Escrito de Mário de Andrade publicado, no **Diário de São Paulo**, s/d, em uma resenha ao livro *O romance de Carlos Gomes*, de Hermes Pio Vieira, publicado em 1936 pela L. G. Miranda Editora.

³ GUAIUME, Silvana. "O fim de Carlos Gomes em Cartas tristes: correspondência do maestro, datada entre 1889 e 1896, revela desespero, melancolia e queixas por falta de dinheiro". Cf. *Correio Popular*, Campinas, 18 de agosto de 1996.

⁴ Carta de Ítala Gomes ao Arquivo Carlos Gomes. Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1904. MCG.

A jornalista mencionava ainda que Ítala Gomes havia retirado essas cartas do acervo do pai antes de doá-lo às instituições e museus e que - apesar de ter mantido o caráter integral da maioria das correspondências - algumas delas tinham sido reduzidas pela metade e precedidas de um aviso de que o restante fora enviado a César Bierrenbach⁵ - amigo de Carlos Gomes -, para ser guardado no Arquivo Carlos Gomes de Campinas, que posteriormente se tornou o Museu Carlos Gomes (MCG).

A partir desse dado novo, e com a ajuda da coordenadora do MCG desde 1996 e da bibliotecária do Museu Villa-Lobos do Rio de Janeiro, nos foi possível estabelecer contato com Amélia Lacombe na tentativa de obter acesso às informações contidas nas correspondências não doadas.

A afilhada de Ítala Gomes generosamente nos forneceu, por meio de fotocópias, parte substancial do material acima referido que, infelizmente, por encontrar-se parcialmente em estado de deterioração, impossibilitou o acesso à totalidade do acervo. No entanto, informações ali contidas que completaram lacunas deixadas na correspondência encontrada no acervo do MCG. Com o novo material em mãos, passamos a organizá-lo.

O processo de doação de uma coleção de objetos a um museu constitui fenômeno altamente significativo na medida em que o que está em jogo são relações sociais. De acordo com a antropóloga Regina Abreu (1996: 28), a problematização desse fenômeno torna possível "desvendar aquilo que lhe é subjacente: crenças, valores e visões

de mundo singulares". Por meio deste processo, os indivíduos tomam parte ativamente da cultura na qual estão inseridos, o que significa um "duplo movimento de incorporação dos valores nos quais são socializados e de atuação e modificação da própria cultura" (ABREU, 1996: 28).

Segundo o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, a temporalidade histórica moderna, por ter sempre como limites o passado e o futuro, é fundada sobre a ideia de linearidade, a qual, por sua vez, se opõe ao tempo mítico ou cíclico das sociedades tradicionais, imerso numa causalidade totalizante. Segundo a interpretação de R. Abreu, essa nova temporalidade embasa o "novo estatuto da biografia individual" e desemboca "no Reino da História, como criação 'humana', como espaço de *realização* do sujeito". Essa História passaria, assim, a ser concebida em dois planos, a saber: "a grande História da 'Humanidade' e do 'Sujeito Político' e a História pessoal do Ego" (DUARTE *apud* ABREU, 1996: 71).

Dentro desta chave, podemos considerar o trabalho da biógrafa de Carlos Gomes - sua filha Ítala - expressando o que R. Abreu chama de "uma história pessoal do ego", a qual, por sua vez, também se encontra intimamente articulada com a "história do homem público e com a grande história da humanidade (1996: 72)". Vejamos um trecho exemplar desta articulação neste trecho do seu livro *A vida de Carlos Gomes*:

O recanto da terra brasileira, onde o sol é mais ardente e o céu mais límpido, cumpria o ato de justiça que, no anseio de salvar o homem,

⁵ João César Bierrenbach (1872-1907), formado em direito pela Faculdade de São Paulo, foi um batalhador incansável na tarefa de trasladar os restos mortais do maestro de Belém do Pará para Campinas, tendo idealizado ainda o Arquivo Carlos Gomes, que reúne o acervo de partituras, correspondências e toda sorte de objetos pessoais do compositor. Cf. *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*. Campinas: Komedi, ano 101, 2002.

também honrava a arte nacional, acolhendo em seu seio o ilustre músico para lhe tributar a mais desvanecedora e sincera admiração.

Nobre gesto de homenagem ao gênio e que, desgraçadamente, Carlos Gomes não deveria gozar por muito tempo! No fim da vida, quase moribundo, o grande brasileiro voltava à pátria, que cobrira de tanta glória, carinhosamente chamado para um dos Estados de seu imenso território, onde ia encontrar, afinal, um alívio, embora relativo, às torturas, às injustiças e às guerras sofridas (GOMES, s/d: 250-1).

Não se pode deixar de mencionar como - ao traçarem os contornos do sujeito sob um ponto de vista próprio - os biógrafos evidenciam também sua preocupação com a questão do homem público, uma vez que as "biografias de sujeitos incomuns" parecem sintetizar e representar "uma coletividade, notadamente da nação e da humanidade" (ABREU, 1996: 71).

Podemos perceber ainda, a título de exemplo, esta preocupação nos dizeres de Ítala:

Antonio Carlos Gomes entrou de há muito tempo para a imortalidade e pouco se poderá dizer de inédito sobre o grande vulto artístico brasileiro, embaixador sonoro, que velhas civilizações de além mar, elevou bem alto no céu da glória o nome de seu amado país (GOMES, s/d: 11).

Além do fato dos biógrafos modernos assinalarem que os fatos por eles descritos serem verdadeiros, também se pode observar o caráter modelar do homem público biografado - em contraste com a massa dos sujeitos, que estaria identificada com interesses particulares, privados ou de pequenos grupos. O homem público

encontra-se, nessas biografias, identificado com a pátria - a qual, por sua vez, não possui o mero sentido de terra natal, mas fundamentalmente de uma grande obra em permanente construção. Deste modo, observa-se na ideologia individualista moderna - bem como no caso específico aqui examinado - como a figura do homem público, coincide com a do artista, com a do criador. Ou seja, nos dizeres de R. Abreu (1996), a própria "nação é a sua criatura".

Devido ao fato da nação ser concebida como "um corpo a ser esculpido", demarcar seus limites torna-se necessário para sedimentar os pilares constitutivos de sua identidade. "Os parâmetros dessa arte que se desenvolve no Ocidente são as modernas nações e seus campos segmentados de poderes e saberes. As nações europeias constituem o referencial por excelência - fonte de inspiração para os novos artistas" (ABREU, 1996: 72).

A correspondência privada de Carlos Gomes, por sua vez, revela sua relação com essas questões - em meio aos tempos turbulentos da transição do Império para a República - tanto quanto com o rico testemunho de atores sociais e culturais, que apontam diretamente para sua concepção nacionalista, demonstrando ainda a imagem injustiçada do autor - como se pode perceber no seguinte trecho de uma carta inédita que ele escreveu de Milão ao amigo Manoel Guimarães, em janeiro de 1888:

Tenho sido muito, muito infeliz nestes últimos tempos, e para maior infelicidade, até esquecido pelos meus *patrícios de poder* na minha terra.

Para eles o artista é coisa muito secundária.

Mas já não conto com pessoa alguma do Governo; continuo na luta, e só da minha fraca força devo esperar algum bem para o futuro.

Se tiver ocasião de falar com o nosso velho amigo Castellões, converse a meu respeito e d'ele saberá muita coisa a meu respeito!

Parte agora para o Rio o empresário Musella tencionado a conseguir assinaturas para levar a cena a minha nova ópera "Morena".

Mas isso depende do bom sucesso que tiver o Musella em arranjar numero suficiente de assinantes. Do Governo nem eu nem ele podemos esperar nada.⁶

A carta acima revela o abandono vivido pelo maestro no fim do regime monárquico, quando já se encontrava sem apoio institucional, tal como relatado por Ítala Gomes. Observe que em relação aos seus *patrícios de poder* – no caso, o próprio D. Pedro II –, ele se sente *infeliz* e esquecido. Assim, poderíamos pensar que Carlos Gomes viria a romper com ideais monarquistas depois da queda desse regime político - o que não ocorre, pelo que podemos ler em uma carta remetida do Rio de Janeiro, em oito de novembro de 1891 – ano em que foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil –, na qual Carlos Gomes se dirige a Emílio Henking e alude ao Congresso Nacional:

O Congresso, já sabes, brilhou como ele só podia brilhar... - As cigarras, quando guincham e arrebentam por si, não fazem melhor figura!

Agora vou pedir a Nenê Aranha que me dê pelo menos licença de pegar um bando de *vira bostas* no suspirado do Guanabara, mas que sejam *vira bostas* de várias cores, como o caráter dos deputados paulistas.

Não sei, enfim, de que modo agradecer aos congressistas da terra paulista; só comendo para *eles* um novo Hino, mas eles já têm o da opinião pública! – Ainda não sei o

rumo que devo tomar, mas brevemente saberás.⁷

Uma questão pertinente em relação a Carlos Gomes seria a do que estava realmente em jogo neste período de transição, ou seja: o homem público, a serviço da pátria em construção, seria o artista ou o político?

O maestro continuaria na República sua obra iniciada no Império, fornecendo importantes elementos simbólicos para a construção da imagem da nação. Em nove de março de 1892, ele escreve de Milão para seu compadre Manduca – Manoel Guimarães –, a respeito da Exposição Colombiana de Chicago de 1893 (em comemoração aos quatrocentos anos do descobrimento da América por Cristóvão Colombo), fazendo alusão ao então deputado por Pernambuco, Annibal Falcão:

Annibal Falcão, deputado por Pernambuco e amigo íntimo de Monjardim é autor do presente Poema: Colombo. É um trabalho improvisado lá por ele nos últimos dias, e eu aqui acabo de fazer reduzir em versos italianos, dando, como se vê, a forma de Cantata-Sinfônica de gênero grandioso.

Consta dos jornais (que por acaso agarrei aqui) a nomeação de Annibal Falcão a Ministro dos Estrangeiros.

Já escrevi a ele que este vapor remeteria uma mostra do trabalho...

O favor que te peço hoje é de fazer chegar as mãos do Dr. Annibal Falcão este manuscrito com a maior brevidade que te for possível...

N.B. O projeto de uma solenidade do Centenário de Colombo no Rio de Janeiro é imaginário, e não tenho certeza alguma de ver a realização desse projeto que eu mandei pôr em versos (O poema de Annibal Falcão) mas é necessário que eu tente todos os meios de acordar quem dorme!

Se A. Falcão é realmente Ministro atualmente, pode ser que ele dê vida ao projeto, o qual, realizado, seria honroso para o próprio Governo que assim imita outras Nações que rendem homenagem à Colombo. E se

⁶ Carta de Carlos Gomes a Manoel Guimarães. Milão, 03 de janeiro de 1888. MCG.

⁷ Carta de Carlos Gomes a Emílio Henking. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1891. MCG.

assim não for, pior para os indiferentes: Colombo ficará sendo sempre o grande e glorioso descobridor da América. Eu, já se vê, o mesmo pobre mortal patriota. O governo, no caso provável da indiferença, ficará sendo aquilo que ele quiser ser.

Mas meu caro Manduca, não posso absolutamente ver o entusiasmo de tantas Nações a respeito de Colombo, e o Brasil nada, zero...

Tentemos, por tanto; pode ser que desta vez eu adivinhe!

Annibal Falcão é entre os deputados que votaram em favor da minha pensão e que me aconselha de tentar *nova batalha* no Congresso.

É esse um dos motivos que me anima voltar para o Rio este ano.⁸

Ao que parece, Carlos Gomes estava mais sintonizado do que o governo brasileiro com a orquestração das nações que prestariam homenagem a Colombo. Em outra carta a Emílio Henking, ele mencionou o empenho político do futuro senador da República, Francisco Glicério, para que fossem representadas duas óperas suas na Exposição Colombiana de Chicago de 1893. É necessário ressaltar que, mesmo após a mudança de governo, Carlos Gomes sempre continuou representando o Brasil, como fica explícito neste trecho da mesma carta:

Ultimamente, porém, não sei por qual bamburro a Câmara e o Senado aprovou a proposta do deputado Francisco Glicério, proposta de serem representadas em Chicago duas óperas de Carlos Gomes durante a Exposição Colombiana.

As despesas, bem entendido, devem correr por conta do Governo, pois não faltará mais nada que fossem por minha conta!

Enfim vocês dois combinem o modo melhor para que se publique um meu agradecimento ao deputado Francisco Glicério, a quem muito devo n'esta ocasião, aplicando toda a sua influência na Câmara e no Senado, pois a proposta foi aprovada, mas não

sem trabalho, e *muito trabalho da parte de Glicério!*

Eu devo por força agradecer a ele publicamente, cumprindo assim um dever de gratidão e cavalheirismo.⁹

E mais ao fim da vida, num desabafo vivo e emocionante a César Bierrenbach, também em uma carta (Milão, 22 de novembro de 1895), Carlos Gomes oferece o panorama que o fez aceitar o cargo de diretor do Conservatório de Música de Belém do Pará, pois nela fica claro que em Campinas ele não conseguiria nenhum cargo em qualquer estabelecimento musical, fosse uma escola, um liceu ou um Conservatório de Música, mesmo sob os mais sinceros sentimentos de lealdade e baseado na "mais sólida palavra do homem prático e sério: o patriotismo".

O Dr. Bierrenbach, encostando-se sobre o tronco de um jequitibá, puxa por um cigarro, desenrolando febrilmente após arrancar pelo *isqueiro* de chifre, rasga fogo, acende o pito e, rompe o silencio entre a fumaça aromática.

- Então não fumas? Tônico, tu que eras um fumador constante?

- Quem dera! Já fumou muito, mas hoje não posso fumar nem folha de banana seca!

- Então falta, conta, narra, desembucha. Onde é que te dói?

- Doer não dói, mas... é ruim de doer...

- Por isso mesmo (?) explicação que te pedi. Sou todo ouvidos!

- Serei breve - disse o Tônico

"Há cerca de dois anos escrevi de Milão a um poderoso Campineiro, expondo-lhe o projeto da fundação de uma *Eschola*, um *Lyceo* ou *Conservatório* de música na terra natal, por mim dirigido.

N'aquela minha proposta havia um misto de sentimentos sinceros e naturais em todo o bom brasileiro, sentimentos leais e baseados sobre a mais sólida palavra do homem prático e sério: o patriotismo.

Ingenuidade minha! Fraqueza humana!

⁸ Carta de Carlos Gomes a Manoel Guimarães. Milão, 9 de março de 1892. MCG.

⁹ Carta a Emílio Henking. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1892. MCG.

A resposta que tive, depois de muita demora, sabes qual foi? Foi a seguinte:

- Fim! - respondeu-me o todo onipotente, - a Ideia é boa mas... é preciso dar tempo ao tempo.¹⁰

E, na mesma carta, o maestro continua a mostrar como não só Campinas negava-lhe qualquer possibilidade de vislumbrar sequer o mínimo em relação à música, mas como São Paulo e Rio de Janeiro, em sua visão, também o viam como incompreendido, impostor e *forasteiro*:

- Já saberás do mano Juca ou pelos jornais ter eu aceitado o lugar de diretor do conservatório de musica de Belém no Pará.

Ainda não recebi a nomeação oficial, mas tenho fé em recebê-la muito brevemente.

Se como espero, tiver de realizar a minha residência no Pará, realizar-se-á também o meu sonho antigo, o ultimo sonho de brasileiro patriota, morrer em terra do Brasil.

A proposta, da qual te falo n'esta carta, não tendo sido aceita, me privou de restabelecer-me em Campinas com meus filhos e, lá ficar até o fim do meu fim.

No Rio não me querem nem para porteiro do Conservatório, em São Paulo nem para boleiro, em Campinas não me compreenderam, julgando-me talvez um impostor, um forasteiro. Assim pois tudo acabou em *eiro*, isto é *sem cheiro*!

Já na carta à "comadre", a mulher de seu amigo Manoel Guimarães, o maestro refutava a opinião de que as óperas *O Guarani* e *O Escravo* fossem do mesmo gênero. Nesta correspondência Carlos Gomes afirma não gostar dessa ideia: "Mancinelle assinou contrato comigo para o *Escravo* e *Guarani*. Não acho boa a Idea do *Guarany*, do mesmo gênero do *Escravo*".¹¹ Consagrado em vida como músico, depois de sua morte - após longa agonia e aos sessenta anos, em setembro de

1896, na cidade de Belém do Pará - seu amigo André Rebouças passa também a consagrá-lo:

Meu querido Nabuco

O nosso bom e prestimoso Taunay enviou-me precioso exemplar da eloquente homenagem a Carlos Gomes, como mais uma prova da grandeza do coração de Joaquim Nabuco. Ali, com a mais grata emoção, li estas palavras:

"não pertenceria mesmo a um estranho; pertence a Afonso Escragnolle Taunay, a André Rebouças, a espíritos das mesmas vibrações que ele, a almas tiradas do mesmo metal sonoro, a amigos íntimos que lhe conheceram o coração, fonte de suas partituras."

Foi sem dúvida santa inspiração das Associações Artísticas escolherem Joaquim Nabuco para glorificar a Carlos Gomes. A voz autorizada do Supremo Abolicionista devia ser altamente ouvida na apoteose do Sublime Maestro da Abolição. Agora às gerações vindouras será fácil formular esta legendária síntese - A Abolição no Brasil foi feita com a eloquência parlamentar de Joaquim Nabuco e com a música dramática de Carlos Gomes - Efetivamente, quando em 1880 Joaquim Nabuco executava seu Parlamento sua filantrópica propaganda, em (?) e nos concertos, na Bahia, no Rio de Janeiro, em S. Paulo e por todo o Brasil libertavam-se escravizados (?) entusiasmo pela música de Carlos Gomes.

O Ceará, a 25 de março de 1884, põe-se à frente do Brasil libertando seu território; Carlos Gomes saudou-o com a bela "Marcha Popular ao Ceará Livre".

A obra santa da Abolição ficara terminada a 13 de maio de 1888, a 28 de setembro de 1889 no 1º aniversário da Lei Iniciadora de Paranhos, Visconde do Rio Branco, representava-se em grande estilo "LoSchiavo", dedicado polo genial maestro à Princesa (Redentora).

Foi muito justo colocar o nome de Taunay à frente da homenagem a Carlos Gomes - Ao Taunay deputado por Goiás em 1873, quem arrancou do Parlamento uma pensão para garantir durante 4 anos, a subsistência ao predileto Maestro.

O "Guarany" estreou no Theatro Lyrico Provisório a 2 de dezembro de 1870, em festejo ao 45º aniversário do magnânimo Imperador e perpétuo Protetor de Carlos Gomes. Taunay e

¹⁰ Carta a César Bierrenbach. Milão, 22 de novembro de 1895. MCG.

¹¹ Carta de Carlos Gomes à "comadre" (mulher do amigo Manoel Guimarães). Milão, 18 de fevereiro de 1894). A original foi doada por Amélia Lacombe à Biblioteca Nacional.

Rebouças sentavam-se então juntos e com o ardor dos seus aplausos acendiam o entusiasmo da plateia. Foi assim, amando a Carlos Gomes, que nasceu e cresceu sua (?) amizade. Tudo quanto fizeram de 1883 a 1889, na Sociedade Central de Imigração, foi aprendido na escola do amor e dedicação ao glorioso Maestro.

Com certeza foi muito grato a Carlos Gomes, nas regiões imortais, onde irão se achar, (?) reunidos em glorioso documento, nessa esplêndida homenagem, três nomes que neste mundo ele tanto prezou.

- Joaquim Nabuco, Taunay e André Rebouças.

Mil graças, meu grande amigo!

- Mil graças por mim, por Taunay e, principalmente, por meu muito amado Carlos Gomes!

- (?) Onipotente retribua em bênçãos a Joaquim Nabuco e a seus caros filhinhos todo o bem que ele tem feito desde a iniciação da Propaganda Abolicionista até a apoteose do Maestro dos redentores do escravizador.

Sempre Sempre
Com Todo o Coração

André Rebouças¹²

Nesta carta vemos claramente uma expressão da amizade que unia essas quatro personagens de relevo da história brasileira. Amizade que partilhava de sonhos patrióticos semelhantes, em especial no que dizia respeito à abolição da escravidão; ainda que nas ações cada um a defendesse por meios diversos: Carlos Gomes pela música e Taunay e Nabuco pela oratória política. Por Rebouças, sabemos ainda que coube a Taunay ajudar o maestro a sobreviver e produzir sua obra.

A importância histórica da figura do compositor

"Há dez anos que Gomes veio ao Brasil depois de seus triunfos no velho mundo. Contava então 30 anos apenas. Vinha forte como um leão; sacudia dos ombros uma verdadeira juba. Era a imagem da força e do futuro."¹³

Passaremos agora a retratar a imagem de Carlos Gomes a partir do Modernismo, ou ao menos, do modernista Mário de Andrade – para J. R. Gonçalves (1996) um intelectual que, ao definir “‘identidades’ e ‘memórias’ para a nação [...] o faz com propósitos pragmáticos, políticos (ib.: 11)”.

Inicialmente, pode-se trazer um elogio que Mário fez a Carlos Gomes, no *Diário de São Paulo* (s/d), chamando-o de “figura miraculosa [...] que pela primeira vez fez a Europa curvar-se ante o Brasil, [e que] aguçou muitas vezes nossa extrema ilusão patriótica”.¹⁴ E se a figura do maestro toca o fantástico, no primeiro número da revista *Klaxon* (1922) – que abre as grandes publicações do Modernismo –, é

possível verificar, porém, uma posição menos entusiasmada em relação à música por ele composta, numa crítica que estabeleceria como que um ponto de partida para futuras e mais completas reflexões sobre a obra gomesiana:

Não há dúvida. O Brasil ainda não produziu músico mais inspirado nem mais importante que o campineiro. Mas a época de Carlos Gomes passou. Hoje sua música pouco interessa e não corresponde às exigências do dia nem à sensibilidade moderna. Representá-lo ainda seria proclamar o bocejo uma sensação estética. Carlos Gomes é inegavelmente o mais inspirado de todos os nossos músicos. Seu valor histórico para o Brasil é e será sempre imenso [...] (ANDRADE *apud*. COELHO, 1996: 50-51).

Pode-se ver aí uma relativização da tradicional apologia a

¹² Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. Funchal, 21 de novembro de 1896. Fundação Joaquim Nabuco: JN-CPp 40 doc. 915, 3.

¹³ Esta passagem está compreendida na correspondência transcrita no **Anexo Jornais** (Jornal I) e o original encontra-se na Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pesq=antonio%20carlos%20gomes&pa sta=ano%20188>

¹⁴ Publicado em uma resenha ao livro *O romance de Carlos Gomes*, de Hermes Pio Vieira, editado em 1936 pela L. G. Miranda Editora.

Carlos Gomes, mas sem negar-lhe uma posição expressiva na história musical brasileira. Mário de Andrade observa os limites do alcance da música do maestro de Campinas – ao que parece do ponto de vista da apreciação/recepção mais do que da qualidade –, embora reconhecendo, implicitamente, a importância de estudá-la para o conhecimento da trajetória musical no país (Cf. COELHO, 1996).

Algumas dessas questões seriam retomadas por Mário em 1939, na obra *Evolução social da música brasileira*, que traz a história da música brasileira. Em meio ao painel artístico e musical do século XIX, Mário de Andrade localiza a figura do maestro Francisco Manuel da Silva, o criador da Ópera Imperial, do Conservatório e do Hino Nacional Brasileiro, como propiciador das condições que *resultaram na obra de Carlos Gomes*; ou seja, o compositor campineiro pôde desenvolver seu potencial no interior de uma conjuntura criada na corte junto a Pedro II por Francisco Manuel da Silva. “As primeiras experiências de Carlos Gomes com o melodrama, com o italianismo, quer dizer, com o internacionalismo musical, datam de suas óperas de estreia: *A Noite do Castelo e Joana de Flandres*” (COELHO, 1996: 56-57).

Tendo a necessidade econômica e cultural de constituir um espaço na constelação civilizatória do século XIX, a política cultural – tanto do Brasil Império como dos primeiros anos da Primeira República – legou a Carlos Gomes e à sua imagem um papel fundamental no intuito de exibir ao mundo europeu a existência de uma cultura ilustrada no país, enquanto nação “civilizada”.

É neste contexto que se insere Carlos Gomes, considerado por muitos o grande herói musical do Império – após passar por uma vida conturbada na Europa –, e que, segundo Mário de Andrade, sempre necessitou do “aplausos populares, que era, aliás, o que justificava no Brasil a proteção imperial, e a provável proteção das Câmaras ao ‘fabricante de operetas’ campineiro” (ANDRADE, 1993: 116).

A importância dada por Mário de Andrade às ações e intenções de Carlos Gomes foi tanta, que ele chegou a reputar ao compositor uma antecipação no esforço de nacionalização que, a seu ver, iria amadurecer tão somente com a consciência nacionalizante do Modernismo; contudo, a obra gomesiana é praticamente execrada em função de seu distanciamento do gosto da juventude da época:

Nós hoje não podemos nos inspirar nas obras de Carlos Gomes. Só a vida e as intenções dele podem nos servir de exemplo. A nossa música será totalmente outra, e dela os traços de Carlos Gomes têm de ser abolidos. Se os moços o desprezarem, afinal das contas está sempre certo, porque as exigências da atualidade brasileira não têm nada que ver com a música de Carlos Gomes. Mas além dessa atualidade moça, tão feroz, existe a realidade brasileira que transcende às necessidades históricas e passageiras das épocas. E nessa realidade, Carlos Gomes tem uma colocação alta e excepcional (ANDRADE, 1980: 179).

Os movimentos que abrem a década de 1920 seriam, assim, “resultantes de uma conjuntura extremamente favorável a repensar o Brasil, a rever a problemática da sua história e da sua identidade, numa ampla frente intelectual desenvolvida desde a virada do século” (COELHO, 1996: 44). A

questão nacional emerge na ordem do dia, agora em meio a uma república, e o que se verifica relativamente ao pensamento social e às tendências estéticas então dominantes no país está relacionado à literatura, poesia, pintura e música: "Sobre essas construções incidiria, principalmente com o Modernismo, um juízo acerca da legitimidade das suas linguagens em relação às exigências sociais ditadas por um novo tempo" (COELHO, 1996: 44). Da mesma forma, seriam questionadas as suas mensagens em face de uma sociedade cada vez mais preocupada com a sua identidade, com a cultura, "bem no gênero dos vários brasileirismos que floresceriam na mata verde-amarela da São Paulo urbana e modernista" (COELHO, 1996: 44). Assim, a música de Carlos Gomes – reverenciada num Brasil ainda socialmente elitizado e cuja cultura hegemônica se mantinha solidamente acadêmica na sua configuração oficial – com sua composição italianizada, quase toda ela de inspiração alheia a valores ou representações da cultura brasileira popular, seria objeto de revisões críticas.

Para A. R. S. Pereira (1995), durante muito tempo mantiveram-se atados, no Brasil, os estudos de história da música e a pesquisa folclórica: o "casamento do estudo do 'nosso' passado musical com as 'nossas' tradições populares norteou a concepção de uma 'História da Música Brasileira' intrinsecamente comprometida com uma ideologia nacionalista e um projeto modernista" (PEREIRA, 1995: 21). Ainda segundo esse autor, o "'nacional' e o 'moderno' são temas

que agitam a sociedade brasileira desde a segunda metade do século XIX." Uma idealização romântica do "povo", atrelada à ideia de "nação" e de "raça", fez da música e da musicologia portadoras de uma "relação problemática entre o 'erudito' e o 'popular', relação reveladora de um conjunto de tensões e conflitos sociais e raciais, que marca o fim das relações escravistas e a expansão do capitalismo dependente no Brasil" (PEREIRA, 1995: 21).

Já na virada do século XIX para o XX, diversos intelectuais, como por exemplo Sylvio Romero (1851-1914), empreenderam uma viagem rumo à "realidade brasileira", "em busca de dados psicológicos generalizáveis, sobre os quais se elaborassem fórmulas explicativas do Brasil, sintetizadas na afirmação de um 'caráter nacional brasileiro'". Nessa época, em que as teorias raciais e as correntes evolucionistas em voga na Europa se expandiam para o mundo, tais ideias procuraram solucionar, no plano intelectual, a problemática integração do negro e do imigrante na sociedade brasileira. Nessa linha, e num viés simultaneamente "'científico' e 'nacional', acabaram formulando uma noção de identidade nacional, que procurava indicar o lugar do Brasil junto às 'nações civilizadas', 'brancas' e 'modernas' da Europa" (COELHO, 1996: 44).

Para o cientista político Francisco Weffort (2006: 189), na segunda década do Segundo Reinado temas culturais e políticos entraram no cerne da questão nacional e na constituição de um Estado necessariamente permeado pela busca e pela necessidade de se criar

uma “identidade cultural para o país”. Neste período, a literatura foi um importante instrumento político e social no sentido de nortear a construção da nacionalidade. Tratava-se de uma literatura romântica que assimilava um repertório europeu sujeito a um critério seletivo local (Cf. ALONSO, 2002: 56-57), que nesta síntese excluiu o escravo negro. É esta forma literária que servirá de base para duas óperas de Carlos Gomes: *O Guarani* (1870) e *O Escravo* (1888).

No Brasil, o culto a esse artista que se projetou na Europa do século XIX ainda está presente, mesmo que o gênero a que mais se dedicara, a ópera, tenha sofrido nítida decadência em termos de produção e de recepção no quadro cultural brasileiro. Seus compatriotas parecem orgulhar-se mais do mito construído em torno dele do que apreciar suas contribuições à música erudita do século XIX. Ou seja, muitos conhecem a figura de Carlos Gomes; poucos, porém, tiveram a oportunidade de ouvir sua vasta obra com exceção, obviamente, do célebre trecho de *O Guarani*, -mais conhecido e popularizado na abertura

Ao apontar uma das mais importantes relações político-culturais envolvendo o maestro e compositor da ópera *O Escravo* – que, de certa forma, tratou de inserir, por meio de sua música, o país no processo civilizatório da época –, é

da Hora do Brasil, programa de rádio criado em 1939, na condição de um dos principais instrumentos da massificação radiofônica, e que foi utilizado pelo Estado Novo. A ideologia varguista se utilizou da profonia de *O Guarani* realçando seu componente nacionalista, com o apelo a uma música popularmente conhecida e proclamada como um segundo hino brasileiro (Cf. COELHO, 1996).

Na época, a abertura da ópera já possuía uma identidade socialmente consagrada e, como observou Mário de Andrade – em uma de suas notas sobre Carlos Gomes, em 1936, nas comemorações do centenário de nascimento do maestro –, a profonia de *O Guarani* “comparecia aos mais diferentes lugares públicos, quer em salas de concertos, quer em salões de cafés e restaurantes. Por esse caminho, a abertura da ópera afirmava-se como o rosto de Carlos Gomes e a voz do Brasil” (COELHO, 1996: 227).

O mito fundacional do gênio gomesiano

Faz-se gênio o talento, faz-se maestro o implume cantor, volta à pátria rico de glória e é no seu seio das academias que encontra o abraço dos compatriotas e toa com a primeira falange das gerações que não deixarão morrer-lhe o nome.¹⁵

necessário um olhar atento a um processo que torna favorável um “renascimento cultural” e uma gama de novas aventuras comunitárias; e se “algumas destas beiram o absurdo ou o pernicioso, outras são claramente salutares e regenerativas, sobretudo nos campos da música, da

¹⁵ Jornal Gazeta da Tarde, 18 de julho de 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pesq=antonio%20carlos%20gomes&past=ano%20188>

arte e da literatura, bem como em vários campos de estudo" (SMITH, 2000: 201).

Isto é o que mostrou Mário de Andrade, ao enfatizar a condição de "ser social do artista" (COLI, 1990: 45), em *Evolução social da música no Brasil*, obra na qual aprofundava suas reflexões sobre a música brasileira e os critérios mais importantes da sua nacionalidade, fornecendo, assim, argumento para o universo dessa pesquisa.

Carlos Gomes participara do esforço de nacionalização que amadureceria tão somente com o Modernismo em 1922:

O "Guarani", anterior de quase 20 anos ao "Escravo" é bem inferior a este como caracterização [nacional]. Porém o poema rítmico de Peri já traz pra ópera uma estranheza bem expressiva. Poderão objetar que estranheza não implica racialidade a todos esses ritmos e melodias... Mas se Carlos Gomes não tirou da música italiana em que se formara integralmente, donde que a tirou então, senão de si mesmo? E este "si mesmo" quando não agia manejado pela italianidade da cultura dele, quem sabe se era manejado pela Conchinchina (ANDRADE *apud* COLI, 1998: 18).

As posições do Modernismo em relação à música de Carlos Gomes seriam categóricas: assinalariam distanciamentos marcantes no tocante aos discursos ainda consagrados pelas elites cultas do Brasil acerca da sobrevivência de um Carlos Gomes feito imagem superior e intangível do patrimônio cultural brasileiro (Cf. COELHO, 1996).

A construção da imagem do compositor como mito fundante da nacionalidade nos desperta para a problematização da chamada questão nacional. O jogo de forças

entre a história institucionalizada – leitura tradicional do passado –, e as novas e antagônicas abordagens do tempo vivido mostra uma memória em processo de democratização. Por isso mesmo, "ao lado dos discursos apologéticos de um passado apenas ideologizado, com seus sinais e suas mitologias, florescem linguagens que, necessariamente ideológicas, questionam esse mesmo passado em nome da democratização da memória social" (COELHO, 1996: 228).

Para a socióloga M. I. P. de Queiroz, um dos primeiros problemas que os cientistas sociais brasileiros buscaram resolver no final do século XIX foi o da existência de características da "brasilidade" (Ver QUEIROZ, 1989: 29), que, através da ótica desses cientistas, pode ser pensada por duas perspectivas: de um lado, a ideia de um patrimônio cultural formado de elementos harmoniosos entre si, que se conservaria através do espaço e do tempo; de outro, a partilha do patrimônio cultural pela grande maioria dos habitantes do país e em todas as camadas sociais. Elementos estes que consistiriam em bens materiais – maneiras de viver – e espirituais – maneiras de pensar (Cf. QUEIROZ, 1989). A totalidade deste patrimônio poderia apresentar diferenças através do tempo e do espaço, mas seriam diferenças superficiais. Haveria um núcleo central profundo que persistiria igual a si mesmo pelas idades afora, em todos os níveis sociais e etnias (QUEIROZ, 1989: 30).

No entanto, aqueles mesmos cientistas sociais, ao encararem o patrimônio cultural do país, estavam conscientes da grande heterogeneidade de traços culturais

ligados à variedade dos grupos étnicos que coexistiam no espaço nacional e que se distribuíam diversamente conforme as camadas sociais; ou seja, os traços culturais não configuravam de forma alguma um "conjunto harmonioso que uniria os habitantes, comungando nas mesmas visões do mundo e da sociedade, nas mesmas formas de orientar seus comportamentos" (QUEIROZ, 1989: 30). As culturas indígenas, europeias e africanas coexistiam. Os pensadores da época apontavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos como obstáculos que impediam o Brasil de chegar ao esplendor da civilização europeia. Eram considerados como uma "barreira retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional, que naturalmente embaraçava um desenvolvimento econômico mais eficiente" (QUEIROZ, 1989: 30).

Uma das características mais notáveis desse período foi o aparecimento dos Estados-nações modernos, o que segundo N. Sevcenko "suscitou contingências originais no espaço da cultura" (SEVCENKO, 1983: 81). Para o autor de *Literatura como missão*, os Estados-nações definiram-se e desenvolveram-se por oposição uns aos outros e, por isso, em função de uma estabilidade interna, viram-se carentes de criar formas eficazes de arregimentação social empenhadas na sua sustentação, promovendo um enorme estímulo ao desabrochar das Ciências Humanas (Cf. SEVCENKO, 1983: 82), ou seja, é neste período que o Estado financia o desenvolvimento da história, da

filologia, da antropologia e da arqueologia, por exemplo, com a justificativa da organização regular de uma ampla área geográfica com seu respectivo agrupamento humano "legitimado por suas características específicas (raça, história, tradição, meio físico, língua, religião, cultura, caráter psicológico geral)" (SEVCENKO, 1983: 82). Essa agitação nacionalista constituiu a base ideológica da formação dos Estados-nações na qual as teorias raciais passaram a dominar a área cultural (Cf. SEVCENKO, 1983: 82).

O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes e O gênio da floresta: o Guarany e a Ópera de Lisboa, ambos do historiador G. M. Coelho, são dois estudos acerca de Carlos Gomes que buscaram explorar aspectos político-sociais da vida e da obra do maestro no período pós-imperial, ou seja, na Primeira República. No primeiro destes livros, o autor procura apontar os esforços por parte de algumas personalidades da Primeira República em mitificar a figura do compositor, após sua morte, a fim de reforçar a construção da identidade nacional. Já no segundo, Coelho busca trabalhar com o mito de Carlos Gomes relacionando-o com a perspectiva na qual as elites brasileiras o viam como um artista vitorioso na Europa.

Assim como aponta R. Abreu em *O enigma dos Sertões* em relação ao culto à Euclides da Cunha, podemos aqui questionar como o culto a Carlos Gomes adquire legitimidade investigando como se processaram as adesões, notando-se que a instalação de novos regimes políticos implica a batalha de "símbolos e alegorias para a eleição

daqueles que os identifiquem, também o culto a uma grande personalidade demanda a disputa de adesões” (ABREU, 1998: 316). As “batalhas de símbolos e alegorias” objetivam a conquista do imaginário social dependendo de aceitação e eficácia como qualquer culto religioso, por exemplo. Concordando com José Murilo de Carvalho que observa que um símbolo firma uma relação de significado entre dois objetos, duas ideias, ou entre objetos e ideias, ou entre duas imagens, Abreu não deixa de fazer a seguinte advertência: “Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política vai depender da existência do que Baczko chamou de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido” (ABREU, 1998: 316).

Então, se inexistir esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, “a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio” (ABREU, 1998: 316).

Para G. M. Coelho o mito é legitimador de hierarquias sociais e assegurador da coesão social, emergindo, assim, do interior das sociedades. Em se tratando de Carlos Gomes: “É o caso do mito do gênio no tecido mental do Romantismo, manifestando uma potência absoluta, para além das possibilidades da apreensão racional, e cuja demiurgia revela-se pelo ato da criação intuitiva, original e predestinada” (COELHO, 1995: 21).

O autor procura demonstrar como o “mito fundacional” gomesiano é construído pelo

Império, tratando-se, sobretudo, da construção do mito do gênio gomesiano, na forma como ele se constituiu no imaginário acerca do compositor e dominou a imaginação brasileira desde a segunda metade do século XIX em relação à chamada Ópera Nacional. Para o autor, foi no quadro das primeiras manifestações da cena lírica no Brasil que floresceram “as imagens de um Carlos Gomes feito gênio nacional, intérprete dos sentimentos, das paixões e da alma brasileiros” (COELHO, 1995: 23). Mito construído principalmente pela ação da imprensa periódica que mesclava literatura de circunstância e jornalismo, temperados por uma narrativa em que o apelo ao nacional, principalmente após 1870, não deixava de revelar certo tom triunfalista de um Brasil que vivia as realidades do chamado apogeu do II Reinado e que saíra vitorioso em relação à Guerra do Paraguai. Há, neste momento, uma determinada construção das elites letradas do Brasil focada mais no jornalismo do que na literatura dos pós-românticos brasileiros, e que “recorreu ao vocabulário filosófico e histórico emergente das teorias românticas que idealizaram e revelaram o gênio e a genialidade no quadro das mentalidades do Romantismo” (COELHO, 1995: 24).

Um exemplo da construção do mito pela mídia pode ser verificado no seguinte artigo do jornal *Gazeta da Tarde* do dia 18 de julho de 1880.¹⁶

A Gazeta da Tarde sente sua pobreza de talento no momento em que torna à pátria o ilustre compositor do Guarany.

¹⁶ *Jornal Gazeta da Tarde*, 18 de julho de 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pesq=antonio%20carlos%20gomes&pasta=ano%20188>

Quisera ela escrever frases que orgulhassem os brasileiros e ensoberbecessem o maestro.

Ai! À *Gazeta da tarde* resta senão bater palma insignificante e quase anônima à entrada triunfal do mais fulgurante dos brasileiros, pois é o único que quebrou as montanhas de sua terra e as muralhas da língua que fala, para se fazer como se fez talento universal, ouvido por todas as gentes, por todas as gentes aplaudido.

#

Em todo o caso, já vamos nós os brasileiros sendo alguma coisa. Já começamos a coroar as grandes cabeças.

Ontem erguemos um grito à Camões que ainda à esta hora ecoa pelo mundo; hoje fazemos apoteose em vida de um patrício, de um simples músico.

#

Deve-se a ideia, a iniciativa desta segunda festa à mocidade acadêmica do Rio de Janeiro.

Assim, no princípio de sua carreira, às primeiras luzes de seu talento, Carlos Gomes encontra como primeiros amigos, primeiros protetores, os que endossam ao seu futuro o seu gênio, encontra-os na mocidade acadêmica de S. Paulo. Passam-se os anos Faz-se gênio o talento, faz-se maestro o implume cantor, volta à pátria rico de glória e é no seu seio das academias que encontra o abraço dos compatriotas e toa com a primeira falange das gerações que não deixarão morrer-lhe o nome.

Honra às Academias Brasileiras!

#

Não é um general que volta da guerra e tinto do sangue inimigo assanha os entusiasmos. Não é um ministro cujo carro puxam aduladores. Não é um rei que finge ser popular e paga com um olhar, com uma promessa cada bravo cada viva, cada palma.

Não, é o simples compositor de música que vem matar saudades da terra de seu nascimento, que vem desfazer-se da nostalgia e procurar a casa da sua família, a casa de seus irmãos e de seus sobrinhos, a sepultura de seu pai, à cova de sua mãe que morreu sem saber que produzira um gênio.

E quando vê a gente que o povo abraça cheio de orgulho a este simples músico, não há peito que não bata e nem brasileiro que não se orgulhe deste povo e daquele compatriota.

Há dez anos que Gomes veio ao Brasil depois de seus triunfos no velho mundo. Contava então 30 anos

apenas. Vinha forte como um leão; sacudia dos ombros uma verdadeira juba. Era a imagem da força e do futuro.

Correm os anos; torna desta vez coberto de cabelos brancos, coberto de sombras e de cinzas, trazendo apenas pela mão um filho...

Ah! Que ela, a deusa de cabelos d'ouiro a deusa dos risos de luz, que ela, a felicidade não se tenha jamais demorado na casa dos poetas e dos artistas!

Que seja-lhes sempre musa e única inspiradora a

Desgraça!

Ai pobres poetas, ai! Misero Gomes!

Não importa, fita bem este povo que te cinge ao peito.

É teu amigo, não? É a pátria.

Pois é esta, hoje, o teu arrimo, a tua sombra amiga, tua mãe e tua esposa! A pátria acolhe-te, órfão! Que lhe deste um mundo.

F. de M.¹⁷

A percepção desse mito, a despeito de tudo, mantém-se na Primeira República graças ao esforço do governador do Pará, Lauro Sodré – “reverente à religião cívica comtiana e à exaltação dos seus novos santos, os grandes homens” (COELHO, 1995: 31) –, que não só contrata o maestro, já adoentado, como organizador do Conservatório de Música do Pará, como o retira “do mundo de graves dificuldades que enfrentava na Itália, onde sobressaíam doença e dívidas, cores dramáticas de um quadro que em tudo negava a imagem soberana do mito gomesiano de um quarto de século passado” (COELHO, 1995: 31), e lhe presta pomposas honrarias fúnebres, num momento em que Belém experienciava a riqueza do látex. Coelho (1995: 29) pontua ainda que isso ocorreu a despeito das diferenças políticas de Sodré e Gomes, o primeiro positivista e republicano, o segundo monarquista. Acima dessas diferenças, o maestro surge como gênio nacional a

¹⁷ Esta passagem está compreendida no jornal transcrito no **Anexo Jornais** (Periódico I) e o original encontra-se na Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pesq=antonio%20carlos%20gomes&pas=ano%20188>

interpretar a alma brasileira, cujo nome já aparecia em clubes e agremiações musicais pelo país, contando para isso com a ampla divulgação de suas obras e de seu sucesso feita pela imprensa desde o Império.

Em relação a esta questão, é possível observar este trecho de uma carta a Manduca (Milão, 11 de janeiro de 1894), na qual Carlos Gomes faz uma breve, mas significativa alusão à Revolta da Armada sem, no entanto, tomar qualquer posição política à suposta origem monarquista da revolta, pensando somente na *paz* e na *nação brasileira*:

Outro meu desejo de brasileiro patriota é que a briga, que já dura desde 6 de setembro do ano passado, acabe quanto antes (hoje, se for possível) com o *Tim Tim* dos copos de *champagne*! E viva a paz! Viva a nação brasileira! *Viva nós* e... viva eu também com a minha zabumba.¹⁸

Coelho, ao acentuar a condição de gênio do maestro, destaca, porém, que o gênio não segue "padrões ou modelos", o que não parece ter sido o caso de Carlos Gomes, contudo, quando o próprio Coelho observa que "a música também não escapou de modelos europeus sobretudo o italiano" (COELHO, 1995: 21; 23). Mas, importa aqui antes sua notação acerca da criação da lenda gomesiana a partir da imprensa periódica, em especial da *Revista Illustrada* (1876-1898) de Angelo Agostini com sua incomum tiragem, num entusiasmo que entraria em composição com o clima de triunfalismo pela vitória brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870). Lembrando assim da capacidade

amplificadora e disseminadora de ideias que a imprensa, por seu alcance, passa a ter na construção do imaginário popular; poder antes detido basicamente pelos oradores da Igreja Católica.

De 14 de maio a 16 de setembro de 1896, entre a chegada do compositor em Belém e sua morte, os jornais e os círculos musicais da cidade redefiniram o imaginário acerca de Carlos Gomes indo ao encontro da figura do herói romântico. Aqui pergunta R. Abreu (1996: 99): "como é possível que os indivíduos, resultados de elaborações tão complexas, possam sofrer da mortalidade humana?".

Para a autora, nas sociedades individualistas essa questão adquire sua mais completa radicalidade no tema clássico da Modernidade: a oposição entre Razão e Religião. Um dos pilares da modernidade e de toda a Filosofia iluminista era o combate à religião, ou seja, a função das "luzes" seria a de clarear as trevas nas quais a religião fizera mergulhar a humanidade. "A referência à religião servia em todas as instâncias para designar aquilo que deveria ser vencido na direção da Razão plena, da Ciência. A Sociologia e a Psicologia – os dois reinos maiores do saber moderno sobre o homem – nasceram nesse espaço" (ABREU, 1996: 99). Estão associados a esse movimento a noção de indivíduo moderno, sujeito e objeto da reflexão filosófica e seu múltiplo universal – a Humanidade. Mas será que se trilhou o caminho "na direção do rompimento com toda a religião ou, sob o manto das fragmentações, das segmentações e individualizações, uma nova lógica totalizante se impôs, deixando entrever novas formas,

¹⁸ Esta passagem está compreendida na correspondência transcrita no **Anexo Correspondências** (Correspondência X) - e a original foi doada por Amélia Lacombe à Biblioteca Nacional.

agora laicizadas, de uma visão de mundo religiosa?" (ABREU, 1996: 99)

Assim, se no mundo moderno o indivíduo é o valor organizador central do todo social, esse mesmo indivíduo tenderá a constituir-se no foco sagrado. "O homem torna-se um Deus para o homem" disse Durkheim. "O homem é facilmente levado a tomar por Deus o Homem que está nele e a erigir-se em objeto de culto." (ABREU, 1996: 99). A religião não foi banida do templo da Razão, pelo contrário, ela manteve-se no culto do eu, do indivíduo singular, fragmentado do todo, mas formando, ele próprio, uma totalidade (Cf. ABREU, 1996: 99).

A preocupação com a permanência póstuma acompanha o avanço das "luzes". Na medida em que o homem ganha lugar de destaque nas preocupações dos nossos cientistas, uma inquietação torna-se cada vez mais presente: a de que os indivíduos, soberbas riquezas tão paciente e ciosamente acumuladas, possam desaparecer (ABREU, 1996: 99-100).

Uma das soluções para esse problema é a imortalidade pelas obras, ligada à ideia de homem criador, que terá longa vida na tradição do artista moderno. Cada homem transforma-se potencialmente num criador e suas obras e realizações passam a significar a marca de sua passagem na Terra (Cf. ABREU, 1996).

Para R. Abreu, em concordância com o pensamento de L. F. Duarte, o "sujeito 'desenvolve-se' no tempo linear, 'acumula maior identidade, 'progride' na Razão. É preciso assegurar que este processo seja ascendente, 'progressivo' no sentido da mesma marcha em que deve caminhar agora toda a

humanidade" (DUARTE *apud* ABREU, 1996: 100).

O longo processo que resultou na socialização do indivíduo relaciona-se intimamente com a invenção da memória individual. "Para o culto do eu, a memória é vital. É preciso salvar do esquecimento, do esfumaçamento provocado pela morte, individualidades tão ricamente elaboradas" (ABREU, 1996: 100). Assim, o sujeito busca a eternização na memória dos outros sujeitos, guardando e arquivando testemunhos evocativos de suas obras e realizações. Dessa forma, acredita-se poder superar, pelo menos em parte, a tragédia da mortalidade humana, agora em termos laicos; como bem aponta R. Abreu:

A questão da imortalidade adquire sentido plenamente laico. Pois durante muito tempo, a memória permanecia impregnada de um sentido religioso. Atribuía-se a imortalidade não aos indivíduos, mas, sim, às almas individuais. Estas podiam sobreviver indefinidamente após a morte. Agora, não. Mais do que tudo, é o indivíduo em sua realização terrena, material que é preciso salvar (ABREU, 1996: 100).

O processo de construção do herói típico do movimento romântico foi enfatizado também pela historiadora M. H. Machado a respeito da figura de Couto de Magalhães. Ao acompanhar a obra de Magalhães e sua atuação pública, Machado apresenta a oportunidade de ir além de uma biografia de um cidadão do Império, além do perfil de um notável do Império, ou seja, o que surge é a imagem de um indivíduo que – encarnando a figura de engendrador de mitos e dedicando

a vida em prol da nacionalidade – soube expressar uma certa configuração do Brasil. Para a autora, ele “foi criador de muitas matrizes do imaginário brasileiro e suas formulações podem ser detectadas em diferentes vertentes do pensamento nacional desde as últimas décadas do XIX até os estertores do Estado Novo”(MACHADO, 2000: 65), senão depois, como nos seguintes exemplos: na historiografia do nativismo colonial; na formulação do pensamento indigenista positivista do Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN) e do indigenismo engajado da República; na construção da mitologia em torno do Tupi – o índio bom e hospitaleiro do Brasil:

[...] tanto em seu ramo mais antropológico, onde deságua na concepção do bom selvagem e do caboclo, como em termos de seu papel na constituição da história de São Paulo e de sua raça de gigantes; finalmente nas raízes de um certo autoritarismo nacionalista e militarista que percorreu todo o período em questão (MACHADO, 2000: 65-66).

E por esse caminho manifestou-se, em meio à população de Belém, uma afetividade pública que crescia à medida que se agravava a doença de Carlos Gomes, atitude que, nos meios jornalísticos, se mostrava amparada por imagens que faziam ver ao público estar o Pará velando as últimas horas de um grande da pátria. Como disse L. M. Coelho (1995:32)

Era o martirólogo do artista, resultante, principalmente, do tipo de sensibilidade que combinava influências românticas e positivistas na construção da imagem tanatológica do herói prometeico que tornava à pátria, agora entristecida

pelo abatimento e pelo sofrer do filho glorioso por tanto tempo ausente do seu seio.

Criou-se, assim, um solo propício ao surgimento de uma mitologia carregada de discursos que reuniam, numa mesma linguagem, as várias representações de Carlos Gomes – de herói brasileiro a intérprete da alma nacional (Cf. COELHO, 1995: 34).

Para R. Abreu, no campo da memória, os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas. Algumas das formas de manter viva a memória do indivíduo são, por exemplo, as máscaras mortuárias e os discursos por ocasião do enterro.

A individualização crescente parece ter atingido a esfera do privado, do íntimo, dissociado e em oposição ao público, sinalizando o homem-pessoa, comprometido apenas com o seu *self*. A integridade das emoções e dos sentimentos do *self* sobrepõe-se, então, aos valores da família, último reduto da hierarquia da nossa sociedade. As homenagens póstumas reciam a pessoa no templo da memória (ABREU, 1996: 67).

Ítala Gomes organiza, ao seu modo, um arquivo pessoal de Carlos Gomes, contribuindo com a – já em construção – elaboração de sua posteridade. Fica, assim, evidente o valor crescente que o Ocidente moderno, por intermédio da memória, tem conferido à imortalidade dos sujeitos. “O conjunto desses memoriais dos sujeitos é incorporado à história da humanidade, em sua trajetória linear de acumulação das várias histórias individuais” (ABREU, 1996: 67-68).

A máscara mortuária de Carlos Gomes foi confeccionada em gesso, a partir do molde tirado do

rosto do cadáver do maestro, e constitui uma homenagem póstuma, que retém o momento final do sujeito – “limiar entre a vida e a morte, divisa entre dois tempos: o da vida na Terra e o da eternidade” (ABREU, 1996: 68). Seu sentido etimológico carrega em si a ideia de disfarce e de aparência enganadora. Apesar de fiel aos traços do indivíduo representado pela confecção de um artista, trata-se de uma representação, a partir da utilização do gesso, já que uma vez “morto o indivíduo, por determinação dos deuses, inicia-se o processo de sua recriação pelos homens” (ABREU, 1996: 68).

Ao pensarmos essas questões no Romantismo¹⁹, tanto os indivíduos quanto os povos são feitos da substância do que aconteceu antes; e a frase de Comte, “que os mortos persistem aos vivos, exprime esse profundo desejo de ancorar o destino do homem na fuga do tempo” (CANDIDO, 1975: 230).

A preocupação e o lugar do indivíduo dentro das ciências sociais é questão muitas vezes polêmica e estimulante. Não é objetivo esgotar todas as variedades de interpretação em relação à questão do indivíduo e da sociedade que está longe de ser um tema resolvido. Sem dúvida, o sociólogo C. Wright Mills suscitou uma discussão que, na verdade, agrega e sintetiza múltiplas perspectivas do mundo dos cientistas sociais (Cf. VELHO, 2006).

Autores aparentemente distantes em termos de suas tradições intelectuais e especializações encontraram-se na busca de situar adequadamente a importância da sociedade no desenvolvimento das trajetórias

individuais, procurando, simultaneamente, identificar o espaço de atuação possível para que os indivíduos, através de suas decisões e desempenhos, produzissem efeitos e transformações. Aqui não se trata de focar pura e simplesmente a biografia de Carlos Gomes e sim tentar esboçar minimamente um quadro claro de algumas das relações sociais de Carlos Gomes – visando recuperar uma faceta de sua trajetória musical – enquanto ator social dentro da ideia de C. W. Mills (1965 [1959]), pela qual o indivíduo só poderá compreender sua própria experiência e mesmo avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só assim ele pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas nas mesmas circunstâncias em que ele (MILLS *apud* VELHO, 2006: 12).

[...] Chegamos a saber que todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico” (MILLS *apud* VELHO, 2006: 12).

Em o *Gênio da Floresta*, G. M. Coelho busca trabalhar o mito de Carlos Gomes relacionando-o com a perspectiva na qual as elites brasileiras o viam como um artista vitorioso na Europa. “A mitologia gomesiana resultou, num primeiro nível, da própria conjuntura cultural dominante no Brasil do final do século XIX” (COELHO, 1996: 226). Não obstante o fato de ser mulato –

¹⁹ “Enigma aparentemente indecifrável, o fato romântico parece desafiar a análise, não só porque sua diversidade superabundante resiste às tentativas de redução a um denominador comum, mas também e sobretudo por seu caráter contraditório, sua natureza de *coincidentia oppositorum*: simultânea (ou alternadamente) revolucionário e contra-revolucionário, individualista e comunitário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, retrógrado e utopista, revoltado e melancólico, democrático e aristocrático, ativista e contemplativo, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual” (LOWY in MICHAEL, Robert 1995:9).

ao que parece, a condição mestiça no século XIX não impedia a ascensão social e o reconhecimento público, como se pode depreender ainda de exemplos como os de André Rebouças e Machado de Assis –, a elite culta do Império fez de Carlos Gomes o símbolo da sua desejada europeização, representando-o, portanto, como um artista brasileiro capaz de trabalhar a linguagem civilizada da ópera: “O Brasil, por esse caminho, aproximava-se, identificava-se com a Europa das ambições literárias, artísticas – mas sobretudo mundanas –, da nobreza do café, da aristocracia da borracha” (COELHO, 1996: 226).

Coelho ainda divisa um movimento nacionalista, “regionalista, sertanejo e patriota” ao longo da década de 1910 – de Bilac, Lobato e Afonso Arinos, entre outros, ainda sob a égide do baronato do café –, que recusa a ascendência estrangeira na cultura brasileira, de teor mais realista versus o idealista romântico, atribuído a Alencar e Carlos Gomes.

Já em 1922, ocorreria um movimento nacionalista mais acirrado na crítica ao Romantismo, de Oswald de Andrade e Menotti del Picchia, em confluência com a formação de organizações anárquico-sindicais, com exceção de Mário de Andrade, de posições mais ponderadas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.
- _____. *O enigma dos Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Mário de. *Pequena história da música*. São Paulo: Livraria Martins, 1980.
- _____. *Música e jornalismo: diário de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, v. 2, 1975.
- COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da super nova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 1995.
- _____. *O gênio da floresta: O Guarany e a ópera de Lisboa*. Rio de Janeiro: Agir, 1996.
- COLI, Jorge. Carlos Gomes: na data do seu nascimento, a lembrança de um músico da liberdade. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 12 jul. 1986.
- _____. *Mário de Andrade e a música*. In: BERRIEL, Carlos Eduardo (Org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- _____. *Música final: Mário De Andrade e sua coluna jornalística **Mundo Musical***. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- DUARTE, Luiz Fernando D. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. In: *Boletim do Museu Nacional*, nº 41, Rio de Janeiro, Nova Série.

- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004.
- GUAIUME, Silvana. O fim de Carlos Gomes em Cartas tristes: correspondência do maestro, datada entre 1889 e 1896, revela desespero, melancolia e queixas por falta de dinheiro. *Correio Popular*. Campinas, 18 ago. 1996.
- LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- PEREIRA, Avelino Romero Simões. *Música, sociedade e política: Alberto Nepomuceno e a República musical do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCH, 1995.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. In: *Tempo Social*; Revista de Sociologia USP. São Paulo, 1989.
- VIEIRA, Hermes Pio. *O romance de Carlos Gomes*. L. G. Miranda Editora, 1936.
- WEFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

RECEBIDO EM 31/01/2016

APROVADO EM 01/03/2016

ENSAIO SOBRE A HERMENÊUTICA DE KARL BARTH: A PREGAÇÃO COMO ELUCIDAÇÃO DA ESCRITURA. UMA HISTÓRIA DO DISCURSO NO CRISTIANISMO PROTESTANTE

Maurício Manuel Amazonas dos Santos
Bacharel em Teologia/STCR
Licenciado em Ciências Sociais/UFRPE
Mestrando em Ciências da Religião/UNICAP
mauricioamazonas@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho visa identificar e compreender alguns elementos e instrumentos interpretativos da hermenêutica de Karl Barth (1886-1968) – teólogo pertencente à Igreja Reformada, de orientação calvinista, ele é reconhecido ainda hoje como um dos mais extraordinários teólogos do Século XX – e de que modo esses elementos podem contribuir na elaboração de uma Pregação que dê enfoque à Escritura Sagrada, bem como ao Credo e aos Sacramentos. Sua densa obra teve grande repercussão na Alemanha e noutros países da Europa. Só muito tardiamente chegaram ao Brasil, em língua portuguesa, algumas das obras de Barth. De importância basilar para este trabalho será a obra *A proclamação do Evangelho – Homilética*. Pois nela Barth revela ser aquele como de fato veio a ser reconhecido, mesmo por quem não concordava com os seus postulados: um teólogo da Palavra de Deus

Palavras-chave: Karl Barth, História dos Credos, Protestantismo

ABSTRACT: This paper aims to identify and understand some interpretative elements and instruments of Karl Barth's hermeneutics (1886-1968) – theologian belonging to the Reformed Church, the Calvinist orientation, it is recognized today as one of the most outstanding theologians of the twentieth century – and how these elements can contribute to the development of a Preaching to give focus to the Holy Scripture and the Creed and the Sacraments. Its dense work had great impact in Germany and other European countries. Only very belatedly arrived in Brazil, in Portuguese, some of Barth's works. Of fundamental importance to this work will be the work *The proclamation of the Gospel - Homiletics*. For Barth it turns out to be that as actually came to be recognized, even by those who did not agree with its principles: a theologian of the Word of God

Keywords: Karl Barth, History of the Creeds, Protestantism

Porque não se pode saber o que é a pregação sem sabermos o que é o sacramento
Karl Barth

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa identificar e compreender alguns elementos e instrumentos interpretativos da hermenêutica de Karl Barth (1886-1968) – teólogo pertencente à Igreja Reformada, de orientação calvinista, ele é reconhecido ainda hoje como um

dos mais extraordinários teólogos do Século XX – e de que modo esses elementos podem contribuir na elaboração de uma Pregação que dê enfoque à Escritura Sagrada, bem como ao Credo e aos Sacramentos. Sua densa obra teve grande repercussão na Alemanha e noutros países da Europa. Só muito tardiamente chegaram ao Brasil, em língua portuguesa, algumas das obras de Barth. Por volta dos anos de 1960, circulou por aqui o seu opúsculo de 1946, *Comunidade Cristã e Comunidade Civil*. Em formato de livro mesmo, a primeira tradução foi para o seu ‘*canto de cisne*’, como ele chamava a sua *Introdução à teologia evangélica*, de 1962, cuja terceira edição, pela Editora Sinodal, data de 1981. Em seguida, foi a vez de *Dádiva & Louvor* (também pela Sinodal, em 1986, ocasião do centenário de nascimento do Autor), uma coletânea que mostra um pensamento muito fragmentado do Teólogo da Basiléia. A partir do ano 2000, a Editora Novo Século se empenhou na publicação de outras obras, como a sua densa *Carta aos Romanos* até às mais compactas. Ainda sem tradução está a sua *Kirchliche Dogmatik – Dogmática Eclesiástica* (1932-1968), em 26 volumes, superando em tamanho a *Suma Teológica* de Santo Tomás de Aquino.

De importância basilar para este trabalho será a obra *A proclamação do Evangelho – Homilética*. Pois nela Barth revela ser aquele como de fato veio a ser reconhecido, mesmo por quem não concordava com os seus

postulados: um teólogo da Palavra de Deus. Como nos diz Walter Aalman, “*Karl Barth sempre se entendeu como um teólogo a serviço da proclamação do evangelho*”. (BARTH, 1986, p. 9) Battista Mondin o define como “o teólogo da Palavra de Deus” (MONDIN, 1980, p. 15-47).

DEFININDO CONCEITOS

Karl Barth era um teólogo que discutia exaustivamente até chegar a uma precisão conceitual. Começava analisando primeiramente a negação do conceito (aquilo que ele não significava ou não poderia significar em hipótese alguma, a menos que...) para depois elaborar, com profundidade, aquilo que realmente pretendia dizer com o termo que usava. É o que ficou conhecido como método dialético de fazer teologia. “*O trabalho teológico se realiza em forma de pergunta e resposta*” (BARTH, 2003, p. 105). Porque “A pergunta é a resposta e a resposta é a pergunta. Contradição irreconciliável. [...] Nem meu afirmar nem meu negar têm a pretensão de ser a verdade sobre Deus, mas a pretensão de ser testemunho de Deus, que se encontra no centro, além de todo sim e todo não” (BARTH, 1986, p. 79).

Mais tarde, esse método será menos evidente na obra de Barth, pois ele vai adotar o método de “*analogia da fé*” (MONDIN, op. cit. p 30). Contudo, o método dialético nunca se ausentará por completo dos escritos e palestras dele. Isso fica evidente numa das suas últimas obras, *Introdução à teologia evangélica*, de 1962. Essa

maneira de tergiversar em torno do assunto,¹ antes de nele penetrar com proficiência e profundidade, custou um preço muito caro a Karl Barth, pois algumas vezes seu pensamento pode ser confundido com a sua negação. Sem contar as rotulações que sofreu durante toda a sua vida por ter, no passado, trabalhado sua teologia na perspectiva do Liberalismo e de ter recebido influência do Existencialismo de Heidegger. “Karl Barth lutou sempre contra esse estigma” (GUNDRY, 1987, p. 38). Também necessário se faz levar em conta as diferenças de estilos de argumentação desse teólogo para com os demais, bem como as dificuldades que encontram os seus tradutores e tradutoras em verter sua obra para o nosso vernáculo, considerando que ele pensou e escreveu em alemão, sendo também um arguto conhecedor da latin e das línguas bíblicas.

Sobre a Escritura² – Talvez este seja o conceito por demais controverso ou incompreendido na teologia do nosso Autor. Karl Barth, até onde podemos alcançar, fazia distinção entre a Revelação, a Palavra de Deus, a Escritura Sagrada e a Bíblia. Segundo ele deixa transparecer, a *Revelação* seria o ato de Deus revelar-se em pessoa. Karl Barth vai chamar isso de *Encarnação da Palavra de Deus*. Vejamos o que ele diz sobre o assunto.

[...] Que a Palavra Eterna se tenha feito ‘carne’, isto é, se tenha tornado exatamente o que nós somos em nossa revolta contra ela mesma, tal é o incompreensível milagre da revelação. Para que houvesse revelação, foi

necessário que Deus se fizesse homem. E para que Ele se fizesse homem, foi necessário que se tornasse ‘carne’, no sentido preciso. A revelação da Palavra de Deus se cumpre ao preço dessa incompreensível e perturbadora condescendência, que ultrapassa toda a compreensão (BARTH, 2003, p. 147).

E esse ato da Revelação da Palavra Deus tem um nome: *Jesus Cristo*. Pois [...] “*Segundo o testemunho das Escrituras, Jesus Cristo é a única Palavra de Deus*” (MONDIN, op. cit. p. 20). Já com relação ao conceito mais amplo de *Palavra de Deus*, estaria esta relacionada ao ato mesmo da Criação, da vontade e da fala de Deus. De tudo quanto Ele disse, de tudo quanto Ele pronunciou e realizou durante e na História da Salvação. A *Escritura Sagrada* é o registro escrito dessa fala de Deus à humanidade. Mas, para Barth, era necessário distinguir entre a oralidade da fala propriamente dita e o registro escrito. Entre a fala de Deus e a compreensão humana existiria o abismo da cultura, das limitações da linguagem, além da subjetividade e dos condicionamentos do escritor ou escritora.³ Será esta Sagrada Escritura que chegará até nós em formato de *Bíblia*. Por isso ele afirma que a Bíblia contém a Palavra de Deus. Pois compreende que aquela Palavra dita por Deus era maior que aqueles caracteres hoje cifrados no papel. Seria até mesmo deslegante e desrespeitoso reduzir a Palavra de Deus a algo tão infinitamente inferior. Mas, apesar de ser ela “*um documento humano*” (BARTH, 2003, p. 179), não haveria outra via para se chegar à

¹ Paul RICOEUR diz que ‘Barth arrisca-se a falar muito, alguns dirão que até demais’. Vide RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à Filosofia e à Teologia*. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas: Papirus, 1988, p. 45.

² Via de regra, os tradutores e tradutoras trabalham com os verbetes Escritura ou Sagrada Escritura, no singular. Apenas muito raramente vamos encontrar esse termo no plural.

³ Karl Barth vai sempre nos lembrar que somos a *imago Dei*, mas que sofremos uma certa refração dessa imagem como efeito da Queda. Cristo iniciou o processo de restauração dessa imagem, mas ainda não atingimos a estatura da perfeita restauração da *imago Dei*.

Palavra de Deus que não fosse através da Bíblia. Porque,

A Bíblia é o único documento da revelação, pois é um documento suficiente. Por isso, o chamamos de Sagrada Escritura, a Palavra de Deus que chega até nós. Se se compreende bem que esse livro é o testemunho da Palavra de Deus, pode parecer inútil falarmos do objeto e do tema da pregação; só há um objeto, um só tema: "a revelação de Deus, Jesus Cristo" (BARTH, 2003, p. 55).

Ela, a Bíblia, detém o cerne do registro escriturístico necessário para nos fazer adentrar nos pensamentos de Deus. Ela é a ferramenta de trabalho do pregador ou pregadora, do pastor ou pastora e do teólogo ou teóloga. É partindo desse livro, a Bíblia, que podemos descobrir a Sagrada Escritura acerca da Palavra de Deus e da Revelação divina. Desta sorte, para Barth,

O conhecimento da revelação não significa reconhecimento de um Deus abstrato justaposto a um ser humano abstrato, mas reconhecimento de um Deus concreto, que buscou a pessoa humana. [...] É que revelação – aquilo que aconteceu aos profetas e apóstolos como revelação – não é nada menos que o próprio Deus. [...] Afinal, a revelação é o próprio Deus. [...] O próprio Deus é o teor da revelação (BARTH, 1986, p. 184, 185).

Desta maneira, dentro da estrutura da teologia barthiana (binômio que ele não gostava de ouvir), não seria panteísmo afirmar que a Revelação é Deus e que Deus é a Revelação. Pois a

Revelação, segundo ele, é Cristo, a Palavra de Deus Encarnada. Contudo, é preciso saber que quem provoca todo esse movimento de Revelação é o próprio Deus. É Ele quem se dar a conhecer. Toda a iniciativa se origina do Alto. Ao ser humano "cumpre apenas seguir uma trilha aberta pelo Sagrado em direção a Ele" (MONDIN, op. cit. p. 34).

Sobre o Credo⁴

O Credo Apostólico é o símbolo batismal e o Credo Niceno é o símbolo da catolicidade e unidade da Igreja. Os Credos, que Barth chamava de Símbolo Apostólico e Símbolo Niceno, foram por demais importantes para definir com exatidão a fé da Igreja nos tempos de aguda crise provocada pelas heresias. Por isso, ele diz o seguinte:

A confissão é sempre o resultado de um esforço motivado por esta preocupação e busca, é sempre uma tentativa de proteger a verdade divina do erro humano e de colocá-la no castiçal. A confissão é sempre concreta, decisão histórica, uma ação de batalha da Igreja, que julga a partir daquilo que ouve, em inúmeras convicções e doutrinas que brotam de seu âmbito, a voz da incredulidade, a falsa crença ou superstição, e se sente compelida, junto com o 'Sim' da fé, a opor o necessário 'Não': (sic) com o propósito de purificar as mãos humanas em face da pureza da mensagem incumbida a elas, de maneira que sua proclamação possa ser uma proclamação apropriada (BARTH, 2003, p. 22).

Para Karl Barth, ex-militante da Teologia Liberal e conhecedor dos encantos do liberalismo, pois, como ele mesmo diz: "*Eu também fui uma vez liberal e conheço o charme*" (BARTH, 1986, p. 175), o problema do

⁴ Assim também, no singular, é que nos chegam traduzidos os textos de Karl Barth.

Liberalismo foi partir da Palavra de Deus e nunca mais retornar a ela (AMAZONAS, 2005). Em Barth, toda a "ortodoxia significa acordo com os Pais e os Concílios". E, ainda mais: "A norma que determina a nossa escolha é a Escritura Sagrada" (BARTH, 2003, p. 174, 175). É por isso que Barth se vê como um profundo devedor dos Santos Padres.⁵ Ele lembra, acerca desse assunto, o Quinto Mandamento: Honra pai e mãe (BARTH, 2003, p. 173). Ser uma Igreja credal, para Barth, era estar de acordo com os ensinamentos dos Pais Apostólicos e dos Pais da Igreja. É verdade que nós recebemos os Credos diretamente da Tradição. Barth sabia disso o tanto quanto sabia que "a tradição não é revelação". E ainda mais: "o Credo está sujeito à Escritura", pois "a Palavra não está sujeita às pressuposições humanas, mas as pressuposições humanas estão sujeitas à Palavra" (Id., p. 176). Desta forma, "Cristo dirige a sua Igreja através da Escritura Sagrada" (Ib., p. 182). Mas é o Credo que me lembra constantemente que sou membro do Corpo de Cristo, que Ele morreu, ressuscitou e ascendeu à mão direita do Pai Todo-Poderoso, que Ele virá outra vez, que haverá ressurreição do corpo e vida eterna. Amém! "Mas é também este Credo que me lembra de professar uma Fé Trinitariana em Deus Pai, Filho e Espírito Santo. E o sujeito dessa pública confissão de fé é a Igreja" (BARTH, 2003, p. 21).

Sobre os Sacramentos

A Reforma Protestante também questionou o número dos Sacramentos. Para a Igreja de Roma, são sete (VV.AA. 1999, p. 62-94): Batismo, Eucaristia, Crisma, Penitência, Ordem, Matrimônio e Unção. Para Martinho Lutero havia apenas três Sacramentos: Batismo, Eucaristia e Penitência. No seu escrito *O cativoiro babilônio da igreja*, Lutero afirma:

[...] Em primeiro lugar, devo negar a existência de sete sacramentos e, ao mesmo tempo, afirmar que existem somente três: batismo, penitência e o pão; e que esses para nós foram miseravelmente aprisionados pela Cúria Romana e a Igreja foi despojada de toda a sua liberdade [...] [...] A confissão privada, embora não possa ser provada pela Escritura, é muito recomendável, útil e até mesmo necessária no sacramento. Não quereria que ela cessasse, antes me alegro de que ela existe (sic) na Igreja de Cristo, pois é o único remédio para a consciência perturbada [...] a única coisa que me aborrece é o uso da confissão pra favorecer o despotismo e as axações dos pontífices (BETTENSON, 2001, p. 298, 301).

Mesmo sendo um confesso admirador de Martinho Lutero, Karl Barth adotou a concepção reformada quanto aos Sacramentos, reconhecendo apenas dois: *Batismo* e *Eucaristia*. Desta forma, ele vai denominar de *Sacramento da Graça*, ao Batismo; e de *Sacramento da Esperança*, à Ceia do Senhor. Ele chega a afirmar que a vida começa, não quando nascemos, mas quando nos batizamos (BARTH, 2003, p. 25). Para ele, em cada culto deveria haver um batismo no início e a Santa Ceia do Senhor no final. Mas, entre um

⁵ Aqui se faz necessário distinguir entre *Pais Apostólicos* e *Pais da Igreja*. Os primeiros eram aqueles escritores antigos que conviveram com os Apóstolos, ou que viveram na época deles, e os sucederam. Datam do início do II Século. Os segundos são também escritores antigos e principais teólogos que viveram até o VI Século da Era Cristã. Veja-se ERICKSON, Millard. *Conciso Dicionário de Teologia Cristã*. Rio de Janeiro: JUERP, 1991. (p. 123).

Sacramento e outro, deveria ficar a Pregação como elemento explicativo e totalmente pleno de significado para elucidar tanto um quanto outro (Id., p. 26).

Na perspectiva reformada, o Sacramento seria uma ordem instituída pelo próprio Jesus Cristo nas páginas dos Evangelhos. Daí porque Penitência, Crisma, Casamento, Ordem e Unção seriam considerados apenas como *Sacramentos Menores* ou *Ritos Sacramentais*, por alguns segmentos do sacramentalismo, tendo em vista que estas recomendações são retiradas do ensino dos Apóstolos em suas Epístolas, e não dos *Evangelhos*, como é o caso *Batismo* e da *Eucaristia*, chamados de *Sacramentos Plenos* (AQUINO, 2000, p. 55, 58). É por causa desse critério que alguns teólogos luteranos até hoje compreendem a *Penitência* como sendo o *Terceiro Sacramento Pleno*, considerando o que diz o texto do Evangelho de São João.

Disse-lhes Jesus: Paz seja convosco; assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós. E, havendo dito isto, assoprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados lhes serão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes lhes serão retidos. (João 20.21-23).

Ao que nos parece, alguns segmentos da Igreja Luterana ainda discutem, sob uma perspectiva aberta por Lutero à época da Reforma, a possibilidade de se firmar em três o número dos sacramentos. Contudo, dentro do mundo eclesiástico

reformado não percebemos disposição tal abertura.

Em suma, considerando o que nos legou a nossa tradição reformada, o Sacramento é um sinal material e visível de uma graça espiritual e invisível. Sempre um elemento de concretude que alude a um fato espiritual na história da salvação. Neste caso, na *Santa Eucaristia*, o pão e o vinho representam, respectivamente, o Corpo de Cristo imolado e o Seu Sangue derramado em favor da remissão de seus fiéis. A água do *Santo Batismo* representa o lavar e a regeneração efetuada em nós pelo Espírito Santo ao nos admitir como filhos e filhas na família da Deus (AMAZONAS, 2005).

II. O LUGAR DA PREGAÇÃO E DOS SACRAMENTOS

Toda a Tradição Reformada valoriza sobremaneira a Palavra de Deus. Essa Palavra muitas vezes se confunde com a Pregação. *'Muito depressa a pregação tornou-se o centro'*(BARTH, 2003, p. 26) do culto e até mesmo a parte mais importante da celebração. A Reforma rompeu com o ritualismo frio da Igreja medieval e trouxe para o povo o contato direto com a Palavra de Deus, quer através da Pregação no vernáculo, quer através da tradução da Bíblia. Enquanto Lutero retirou do ambiente celebrativo apenas o que contrariava a Palavra de Deus, o puritanismo retiraria tudo o que não fosse a Palavra. Para decorar o ambiente de culto, pouca coisa ou quase nada além de um púlpito, um jarro com flores, e

cadeiras para acomodar o povo. Se a Pregação é o mais importante, sintomaticamente, o púlpito deve colocar-se no centro. Aos poucos, a Pregação ganhou mais destaque que a Leitura da Palavra. De sorte que se alguém sair de uma celebração onde 'apenas' foi feita uma Leitura da Palavra, esse alguém seria capaz de dizer que não ouviu a Palavra de Deus, pois não houve Pregação (MENDONÇA, 1985, p. 31-50).

Para Karl Barth, inútil seria opor os Sacramentos à Pregação. Segundo ele, "*O Sacramento remete ao ato da revelação, o qual Deus realizou. A Sagrada Escritura remete à qualidade da revelação*" (BARTH, 2003, p. 27). A Pregação teria a função de explicitar o significado desses dois Meios de Graça, embora para círculos mais fechados do segmento reformado, o único Meio de Graça fosse a Palavra. Mas Barth não via dessa forma. Pois para ele, "*a pregação é o comentário, interpretação do sacramento*" (id, p. 25). Se não há Sacramento, não há o que explicar e, portanto, não há Pregação. Karl Barth não entendia como o legado da Reforma, principalmente de Lutero e Calvino que recomendavam a celebração da Eucaristia a cada Domingo, fora tão depressa esquecido (Ib, p. 26). Lamentava profundamente o fosso abissal que se estabelecera entre romanos e reformados quanto à questão da Escritura Sagrada e dos Sacramentos. Vejamos o tom do seu lamento:

Nos ambientes da reforma, a igreja sacramental de Roma foi substituída por uma igreja da Palavra. Muito depressa,

a pregação tornou-se o centro de gravidade, ficando a celebração do sacramento com um caráter mais restrito. E atualmente, o que vemos? Por um lado, a igreja romana, igreja do sacramento na qual a pregação carece de valor; por outro, a igreja evangélica na qual há também um sacramento, porém que não é parte integrante e obrigatória do culto. As duas posições são uma espécie de destruição da igreja. O que pode significar uma pregação que se apresenta ostensivamente em detrimento do sacramento, uma pregação que não faz referência ao que deve interpretar? Não vivemos do que o pastor sabe dizer, senão do fato de que estamos batizados e de que Deus nos tem chamado. Por demais tem-se reconhecido esta lacuna em nossos dias e intenta-se preenchê-la por todos os meios possíveis (renovação da liturgia, enriquecimento do culto por meio da música, etc). Contudo, estes paliativos estão fadados ao fracasso desde o começo, pois saem do verdadeiro problema (Ib. p. 26).

Os Sacramentos, diz Barth no seu comentário sobre o Credo, se justificariam por si mesmos, além de que, "*à palavra falada seria acrescentada a ação*". E mais: "Deveria ser obrigatório que a Comunhão Santa fosse celebrada em todo o serviço, o que é, como é bem sabido, o que Calvino se esforçou por fazer. Para ser completo, um serviço evangélico teria que começar com o Batismo, com o sermão seguindo-o e concluído com a Comunhão Santa"(Ib., p. 125).

É assim que o Teólogo da Basiléia conciliava a Pregação com os Sacramentos. Pois, afinal, sem os Sacramentos na vida da comunidade não existiria o que explicar e, conseqüentemente, não haveria nada para ser pregado.

III. A PREGAÇÃO CONFORME KARL BARTH E OUTROS AUTORES

Agora, voltando um pouco naquilo que foi o motivo deste terceiro ponto do nosso trabalho, faz-se necessário distinguir entre *Palavra de Deus, Sermão e Pregação*. Por *Palavra de Deus*, mantenhamos a concepção de Barth, na qual Deus fala através da Sagrada Escritura, por meio do registro escrito na Bíblia, sabendo que o Senhor Jesus Cristo, o Verbo Encarnado, é a Palavra de Deus por excelência. Por *Sermão*, estritamente falando, vamos considerar o trabalho da pesquisa que resulta no esboço ou na escrita integral do material a ser apresentado à comunidade de crentes. A *Pregação* seria o 'ato de entrega do Sermão' ou o 'ato da pregação', como dizia Lloyd-Jones (LLOYDE-JONES, 1991, p. 42). Assim sendo, a *Pregação* é a apresentação e a verbalização do Sermão. Guardadas as devidas proporções - e já suplicando para que estas palavras não sejam tomadas fora desse contexto - poderíamos afirmar que a pregação é a tentativa (algumas vezes inútil e malograda) de recuperar a oralidade da Palavra de Deus, voltando naquele processo que nos devolveria a Palavra original. Todo o trabalho de pesquisa, toda a hermenêutica, toda a exegese, toda a oração, todo o temor e tremor de quem se atreve a pregar a Palavra de Deus, visa um só objetivo: levar ao povo o sentido e o sentimento da Palavra que um dia Deus proferiu aos seus santos Profetas e Apóstolos. Esta é a questão principal da *Pregação* para Barth: "A única coisa que conta é fazer

ouvir a Palavra de Deus. E não podemos saber o que ocorre neste momento, porque o efeito que produz esta Palavra depende de Deus" (BARTH, 2003, p. 35).

Embora a pregação seja "uma ação humana manchada pelo pecado", o mesmo "Deus que ressuscita os mortos e chama à vida", faz com que "a pregação seja ação humana santificada por Deus" (Ib., p. 37,38). É nesse dilema que se coloca tanto a *Pregação* como todo o labor teológico do nosso Karl Barth. Somos pessoas desprezíveis, "somos indesejáveis, supérfluos e ridículos" (BARTH, 1986, p. 70) mas, a exemplo do profeta Isaías (Is 6.1-8), somos convocados e convocadas por Deus para exercer a sublimidade da *Pregação* de sua Sacrossanta Palavra. Sabemos que o povo precisa ouvir a Palavra de Deus e sabemos que Deus tem uma mensagem para o seu povo. Queremos intermediar entre Deus e o seu povo, mas sabemos da nossa indignidade. É só pela misericórdia e pela decisão divinas que nos habilitamos à *Pregação*.

Algumas questões que nos são pertinentes, também foram alvo das inquietações de Karl Barth. Como tratar o estudo e a preparação desse Sermão que se tornará *Pregação* dentro em breve? Como considerar a congregação ou a paróquia? (Nas palavras de Barth, a *comunidade dos fiéis* = *communio sanctorum, congregatio fidelium*). Que tema ou assunto deve ser abordado? Quando e como deve ser abordado? Qual será o

tempo necessário para se laborar nesse sermão?

Vamos ver, inicialmente, os conceitos de outras pessoas a respeito da Pregação para que possamos melhor compreender e discutir esse conceito em Karl Barth. Vejamos a opinião de um pregador reformado e puritano, LLOYD-JONES,

[...] a pregação é uma transação (sic) entre o pregador e o ouvinte. O pregador é o homem que se acha atrás do púlpito a fim de entregar a mensagem de Deus. Não se trata de uma mera transmissão de conhecimento, há algo de muito mais profundo envolvido nisso. A totalidade do indivíduo está envolvida em ambos os lados; e se deixarmos de perceber isso, a nossa pregação será um fracasso. [...] Se as pessoas podem ouvir-nos sem se sentirem ansiosas consigo mesmas ou sem refletirem por si mesmas, então é porque não estivemos pregando. [...] É isso que a pregação significa. Ela fala conosco de tal maneira que nos põe sob julgamento; e trata conosco de tal modo que sentimos estar envolvida toda a nossa vida; e saímos dali dizendo: 'Jamais poderei voltar a viver como vivia antes. O que ouvi criou algo diferente em mim. Agora sou uma pessoa diferente, em resultado de ter ouvido aquilo'. [...] A pregação autêntica é aquela que trata da pessoa inteira, em que o ouvinte se sente tocado e exortado por Deus, através do pregador (LLOYD-JONES, op. cit. p 34-42).

Vejamos também a opinião de um pregador brasileiro, baseado no *Método de Pregação com Propósitos*, Carlito Paes. Para ele, pregar

[...] é declarar verdades eternas que nunca mudam (sic) e aplicá-las num mundo em constante mudança. [...] Os princípios jamais mudam. [...] As pessoas mudam. Suas necessidades mudam. Seu modo de compreender também muda. [...] Precisamos

conhecer as pessoas às quais nos dirigimos. Nossas palavras têm de atingir o mais profundamente possível seu coração, sua mente. [...] Hoje, adolescentes de doze anos possuem telefone celular e computador. Esse é o mundo que precisamos alcançar com a mensagem bíblica.

E Carlito Paes resume, apontando o nosso maior desafio:

[...] Situar o ouvinte no universo apresentado nas Escrituras. [...] Aplicar as verdades atemporais das Escrituras é 'construir pontes' entre o ontem e o hoje. [...] Acredite, um sermão que não supre nenhuma necessidade humana não é sermão (PAES, 2004, p. 23,25,49,64).

Como podemos perceber, as preocupações do pregador de hoje continuam sendo as mesmas do pregador de ontem. Como transmitir, de forma relevante, a mensagem de Deus para esta presente geração? Não resta dúvida que Rick Warren – no qual Carlito Paes se inspira para escrever o seu livro – foi um sistematizador importante neste aspecto, mas não inventou nada de novo. Aliás, o próprio Rick Warren, num gesto de grandeza, já reconheceu isso publicamente. Já é bem conhecida a frase que tanto foi atribuída a Charles Spurgeon quanto a Karl Barth: *"O pregador deve ter à sua mão direita a Bíblia e à sua mão esquerda o jornal do dia"*. Pelos menos no material pesquisado, não encontramos essa afirmativa em Barth.

Mas, o que diria o Teólogo da Basiléia acerca de todas essas coisas? Vamos analisar esse ponto de vista barthiano mais adiante, no próximo tópico, quando veremos o trabalho do

pregador na elaboração do Sermão. Por hora, vamos realçar algumas recomendações de Barth. Ele vai nos lembrar que:

[...] Toda a pregação está penetrada pela esperança, porém [...] a pregação não pode ser um discurso utilitário. Que [...] a pregação não se trata de um esforço humano para acrescentar algo à revelação, mas [...] deve submeter-se à fidelidade doutrinária e fidelidade apostólica. [...] Isto nos leva a considerar a pregação a partir do texto. [...] A única coisa que conta é fazer ouvir a voz de Deus. E não podemos saber como isso ocorre nesse momento, porque o efeito que produz esta Palavra depende de Deus. Por isso, nos remetemos a Ele e cremos nEle e no que Ele faz. [...] A pregação é a palavra de um homem de hoje, palavra cuja responsabilidade este assume. [...] A comunidade nos diz o que tem no coração. Vivemos juntos uma história. Nossa pregação deve respondê-la. E arremata: [...] Desgraçado o pastor que não encontra a atualidade da Palavra para os homens (sic) de hoje (BARTH, 2003, p. 23,28,30,34,35,44,63).

Podemos constatar que tanto Charles Spurgeon (1834-1892) – que chegava a ter uma frequência de até 5 mil pessoas nos cultos dominicais em que pregava – quanto Karl Barth, Martyn Lloyd-Jones, Rick Warren e Carlito Paes concordariam com relação à necessidade de contextualização na linguagem da Pregação. O que poderia variar de compreensão seria o entendimento acerca do *valor utilitário* da Pregação. Pois, para Barth, a Pregação se bastaria por ela ser uma *exposição* da Palavra de Deus, ao passo que para Warren e Paes, a relevância estaria na *aplicação*. Contudo, vale salientar que para Barth, “na pregação, a explicação (*explicatio*) relaciona-se à aplicação (*aplicatio*)

como sujeito e predicado”, pois o Senhor disse: “A Palavra que sair da minha boca não voltará para mim vazia, antes fará o que me apraz, e prosperará naquilo para que a envieie (Is 55.11)”(Ib., p. 62).

IV. O PREGADOR E A COMPOSIÇÃO DO SERMÃO

O Teólogo da Basileia afirmava que a tarefa precípua do pastor era trabalhar no preparo do Sermão (Ib. p. 54). Tanto o trabalho do estudante de teologia que esboçava um simples ponto da Teológica Sistemática, quanto o labor de um teólogo que se debruçava sobre um grande problema da Teologia Dogmática, bem como a pesquisa, a meditação e a oração do pastor no preparo de um Sermão; tudo isso representa o nosso empenho na obra do Evangelho e significam ambos a mesma coisa: compromisso e responsabilidade para com o nosso ministério e respeito para com a nossa comunidade, seja ela a comunidade acadêmica ou a comunidade dos fiéis. E Barth foi ainda mais enfático ao qualificar o labor teológico como sacrifício de adoração a Deus: “[...] Cada ato do labor teológico [...] precisa ser atirado mais uma vez no cadinho para ser refundido, precisa ser apresentado ao Deus vivo, lhe ser oferecido qual holocausto” (Ib., p. 105). Se for desse modo, como era que Karl Barth entendia e organizava esses elementos?

O pregador

Talvez ninguém tenha levado tão a sério o Ministério da Pregação

tanto quanto Karl Barth o fez. Para ele, o pregador ou ministro da Palavra deveria, em primeiro lugar, tomar consciência de quem ele realmente é:

[...] até onde nós sabemos, não há ninguém que mereça a ira de Deus mais abundantemente do que os ministros. [...] Moisés e Isaías, Jeremias e Jonas sabiam com certeza o porquê de não quererem entrar na situação do pregador. [...] Quem ousa, quem pode, pregar, sabendo o que é a pregação? [...] O que você está fazendo, você que está com a Palavra de Deus em seus lábios? Sobre qual base você assume o papel de mediador entre o céu e a terra? Quem o autorizou a tomar seu lugar ali e gerar sentimentos religiosos? (BARTH, 2004, p. 96,97).

Quem pode ser ministro ou pregador? Aquele ou aquela que viveu a crise do profeta Isaías, "*sabendo-se de impuros lábios e que habita no meio de um povo de lábios impuros*" (Is 6.5). A pessoa que sabe que ela mesma está sob o juízo e a condenação de Deus. É somente a partir da sua consciência de ser também "*descendente de Adão*" (Rm 5.14; 1Co 15.22) e "*filho da ira por natureza*" (Ef 2.3) que se está apto a falar da Graça, do consolo e da Salvação de Deus, em Jesus Cristo. Saber estas coisas não isenta essa pessoa de culpa e condenação: Jesus disse que este era o pensamento dos fariseus. Mas saber-se tanto mais culpado quando tanto mais conhecimento da Graça receber. "*Àquele a quem muito se deu, muito será cobrado*" (Lc. 12.48), disse o Nosso Senhor Jesus Cristo. É somente depois dessa conversão, desse repúdio de nós mesmos – "*Negue-se a si mesmo*" –, que nos tornamos aptos a

falar da restauração de Deus. Na verdade, somos testemunhas do que Deus é capaz de fazer por uma pessoa. É que Ele tocou e purificou os nossos lábios. E Karl Barth sentencia: "*Nós somos dignos de sermos* (sic) *acreditados somente enquanto nos conscientizamos de nossa indignidade*" (Ib., p. 99).

Em segundo lugar, o pregador deveria saber que ele tem à sua frente o relato testemunhal de quem esteve diante do evento salvífico: os Profetas e os Apóstolos. Eles, e não o pregador, é que são as autoridades no testemunho escritural. Por esta causa, para ser francamente honesto e humilde, o pregador deve retroceder com seu ponto de vista e sua espiritualidade (BARTH, 2003, p. 41). Eles, profetas e apóstolos, não têm que concordar com o que diz o pregador, mas o que diz o pregador tem a obrigação de concordar com o que eles disseram. "*Nenhum fundamento pode ser colocado além do que já está posto*". A pregação será digna desse nome tanto quanto mais profética e apostólica ela for.

Em terceiro lugar, deve o pregador saber que é sua tarefa levar a Palavra e falar em nome de Deus. Mas, como ser humano, ele sabe ser impossível falar de Deus, uma vez que há entre Deus e o ser humano uma *diferença qualitativa* (pois *Deus é o totalmente outro*), e, desta sorte, o ser humano jamais saberia o que dizer sobre Deus. Todavia, nessa dialética entre *o dever* e *o não-poder*, devemos nos lançar de forma incondicional, reconhecer e dar glória a Deus!

(BARTH, 1986, p. 68) Sobre isso Karl Barth vai discorrer com muita beleza e seriedade na sua *Introdução à teologia evangélica*. Nessa obra, ele aborda todo o quefazer teológico e o empenho do teólogo e pregador. Pois, para que serviria a teologia se não houvesse pregação? Teologia não é um mero filosofar sobre Deus, senão um profundo inquietar-se por causa de Deus. Pois bem. Diz Karl Barth que, frente à *existência teológica*, o ser humano se comporta com *admiração, abalo, comprometimento e fé*. Com isso ele deve enfrentar *os perigos que ameaçam a teologia*, tais como: *solidão, dúvida, tribulação e esperança*. mas, sobretudo, saber que seu *labor teológico* deve ser encarado com *oração, estudo, serviço e amor*. E neste exercício dialético serão equacionadas as questões da *necessidade* de falar de Deus e a da *incapacidade* humana de falar de Deus. O “*sim*” e “*não*”, a queda e a redenção, a perdição e a salvação, a nossa expulsão do Jardim do Éden e a nossa acolhida na cidade celestial, a ira e a graça, o inferno e o céu... “*a questão é a resposta. Esta é a equação de toda a Bíblia*” (BARTH, 204, p. 92).

A composição

Karl Barth só via uma possibilidade de sermão: era a *pregação expositiva*. A pregação não devia fazer nada além de expor o *Evangelho e a Lei* (e sempre nessa ordem). Lembrando que a pregação era uma explicação do sacramento. Era o sacramento que dava concretude às palavras da pregação. Sem

sacramento não haveria o que explicar na pregação. Já o dissemos. Por isso é preciso saber que se vai falar de Deus para uma comunidade que foi *batizada* (pertencente a Cristo, portanto) e que irá comungar da *Ceia Santa* (lembrando sua paixão, morte, ressurreição e ascensão, mas que Ele voltará outra vez para julgar os vivos e os mortos. E, para essa comunidade, haverá ressurreição e vida eterna). É preciso que isso faça sentido na vida das pessoas que vêm à Igreja buscando uma resposta de Deus e um sentido para sua existência.

Enquanto se encontra na memória ou papel, o sermão é apenas um sermão. somente quanto proferido no *púlpito* e frente à comunidade eclesial é que o sermão se torna pregação. Com isto, o pregador já tem consciência de três coisas, a saber: (1) *Deus* (2) tem uma *Palavra* (3) para sua *Comunidade*. Karl Barth cita Matinho Lutero: “*A Palavra de Deus não pode existir sem o povo de Deus*” (BARTH, 2003, p. 32). Assim sendo,

[...] o pregador não deve falar à comunidade colocando-se fora dela. [...] Pois ele ama a sua comunidade. Porque a ama, o pregador vive a vida de sua comunidade. Coloca-se no seu nível. [...] Não deve ser o sábio, [...] Mas sabe o que dizer a cada indivíduo da comunidade. [...] Não se trata de servir a uma clientela. Nem de ser um tirano ou um zombador, nem tampouco um solitário divorciado de sua comunidade. [...] Desgraçado o pastor que não encontra a atualidade da Palavra para os homens (sic) de hoje (Id. p. 46,47,48,63). [...] Se a congregação trás (sic) para a igreja a grande questão da vida humana e procura uma resposta e procura a questão correspondente para esta resposta: ela procura questionar as pessoas que estão ávidas por encontrar

e dispostas a compreender que sua procura é a própria resposta a (sic) sua questão (BARTH, 2004, p. 89).

Sabedor que a mensagem tem o seu conteúdo na Palavra de Deus, e que esta mensagem se dirige à comunidade dos fiéis do Corpo de Cristo, agora deve o pregador buscar os melhores meios na elaboração do seu Sermão. Afinal, ele ou ela é a pessoa que foi escolhida/purificada por Deus e reconhecida pela Igreja para executar esta tarefa especial que para o nosso Karl Barth representava "o evento mais importante e decisivo do mundo" (Ib., 94).

O texto

Vamos aqui apresentar um resumo de palavras de Karl Barth. "O texto não pode ser tratado segundo nossos desejos. É ele quem manda, não nós". "Não escolher um texto demasiado curto. A pregação é essencialmente explicação bíblica". "Vigiar aqueles textos que passam por fáceis". "Nada de alegorias". "Não deixar nossa individualidade falar". "A pregação não deve ser um discurso utilitário". "O que temos de ouvir é o que Deus diz à igreja, o que constitui seu fundamento de edificação". "Ouçamos só o que a Palavra diz e não o que o grande público, a pequena comunidade ou nosso coração gostariam de ouvir" (BARTH, 2003, p. 49,50,51).

O estudo

Aqui também, apresentamos resumos de textos de Karl Barth. "Trata-se de lutar contra a preguiça

intelectual do pastor". "O pregador não tem o direito de amparar-se preguiçosamente no Espírito Santo". "A igreja não pode tolerar que qualquer um tenha o direito de anunciar a Palavra sem cultura teológica. Todavia, não esqueçamos que a verdadeira pregação nos ensina o Espírito Santo, já que a cultura teológica está submetida a Ele" (Ib., p. 33.34,40). "Um estudante preguiçoso, mesmo sendo teólogo, não é estudante nenhum!" "Mas o teólogo permanece estudante de teologia até a morte ou ele nunca o terá sido". Barth ainda exorta o pregador a estar de acordo com os Profetas, Apóstolos e Santos Padres da Igreja - implicando aí os Concílios da Igreja indivisa - e com os Reformadores. Diz que não se pode dispensar o auxílio da ciência bíblico-teológica e de usar os critérios sóbrios da crítica bíblica. Ele também reconhece a necessidade decisiva e imperativa da oração: "A oração sem estudo seria vazia. O estudo sem oração seria cego" (Ib., p. 108,109,110).

O Sermão

Para o Teólogo da Basileia, a primeira tarefa da feitura do Sermão era "ler o texto no original. Toda tradução é fonte secundária e representa por si só um verdadeiro comentário". Somente depois é que podemos recorrer às mais diferentes versões. Reconheçamos todo o valor do contexto. "O texto bíblico não é um recorte". Começamos a análise anotando "os pontos importantes, o objeto da perícopa, suas partes

diferentes, a ordem das idéias". Somente depois disso consultemos os comentários. Lembremo-nos de recorrer aos antigos e aos trabalhos exegéticos de Calvino e Lutero. Os trabalhos de Santo Agostinho devem ser vistos com cautela por causa da influência platônica. A Pregação precisa de uma *Introdução*? Barth responde "Não. Ao menos que se trate de uma *introdução bíblica*". E a conclusão? "Não se pode, ademais, terminar com a aplicação, porque a interpelação não virá demasiado rápido". "Evitemos citar versos de cânticos para terminar". "Perigoso é concluir com uma exortação final". Para finalizar com seus conselhos homiléticos, Karl Barth diz: "A pregação deve ser preparada e redigida palavra por palavra. Só uma pregação, na qual se possa justificar cada palavra, é um ato sacramental". E arremata: se foi a Bíblia que falou desde o começo, creiamos que "alguma coisa deve vir do alto para nós" (BARTH, 2003, p. 65-68).

Considerações finais

Estudar o pensamento teológico de Karl Barth pode ser algo prazeroso e desesperador ao mesmo tempo. Mesmo sendo um homem de vasta cultura teológica e filosófica, e escrevendo exaustivamente – até janeiro de 1966, a quantidade dos seus escritos chegava a 553 títulos – ele se mostrava como uma pessoa pequena e indigna da função que exercitava. Tal qual o profeta São João Batista, ele era aquele que apontava para o caminho. Este caminho é bíblico, cristocêntrico, pneumatológico, apostólico e profético.

É o caminho de fidelidade à tradição dos Santos Padres, dos Concílios da Igreja indivisa e dos Reformadores do Século XVI: Lutero e Calvino. Se quisermos definir numa só palavra, a teologia de Barth seria uma Teologia Cristocêntrica. "Todos os meus pensamentos giram em torno daquele ponto, que no Novo Testamento se chama Jesus Cristo" (BARTH, 1986, p. 83).

Barth era profundo admirador e conhecedor da teologia de Santo Anselmo, Arcebispo de Cantuária (1033-1109). Foi baseado na obra desse Arcebispo que Barth escreveu o que ele considerava como a sua maior contribuição à teologia: *Fé em busca de compreensão*. Lamentava que este fosse o seu livro menos lido.

Foi também um homem de ações enérgicas. Altmann conta que antes de Barth ter sido expulso da Alemanha, levantou-se e acusou o Führer por causa da "infração dos direitos humanos contra os judeus, ciganos, deficientes, comunistas, socialistas e outros". Demitido, retorna à Suíça. "Em 1940, aos 52 anos de idade, dispõe-se voluntariamente a treinamento militar, e vai montar guarda junto à fronteira, pronto a defender seu país, em caso de invasão pela Alemanha" (Ib., p. 12,23).

Karl Barth nunca deixou de pregar. Sabemos que quando já velho – e ele morreu aos 82 anos de idade – saía de sua casa, talvez cansado, com a Bíblia debaixo do braço, e ia às prisões para evangelizar os encarcerados. Não podia viver sem testemunhar da libertação do Senhor!

Era o teólogo mais influente do Século XX falando para pessoas que transgrediram a lei. A eles, Barth apresentava o Evangelho da Graça de Cristo!⁶

Também Karl Barth se sabia teólogo e exerceu o magistério com excelência. Há uma informação, não publicada em livros, de que alguns jovens sul-americanos, quando estudantes de Mestrado e Doutorado em Teologia na Alemanha, pegavam o metrô e atravessavam a fronteira para visitar a Suíça, durante um dia de final de semana. Iam à cidade de Basiléia para conversar com o Professor Barth. Ele então os recebia na sala de sua casa, ouvia as perguntas e começava a discorrer sobre os grandes temas da Dogmática. Enquanto isso, uma secretária taquígrafa tomava nota de tudo. Depois de duas ou 3 horas de conversa, o mestre alegava que estava cansado e pedia licença para se retirar e descansar. Alguns dias depois, aqueles jovens voltariam e a maratona se repetiria.

Contudo, não faltará alguém que se diga antibarthiano sem ter lido apenas uma das linhas que ele escreveu. Há pessoas que o leram pela ótica dos compêndios de teologia e sabem apenas repetir que Barth disse não ser a Bíblia a Palavra de Deus. Nesse percurso não faltará gente mal intencionada e mal informada para deturpar o teólogo da Basiléia. Sobre isso, escreveu o professor de Teologia e de História da Igreja Presbiteriana do Brasil, Júlio Andrade Ferreira:

Estamos convictos que muito se tem dito de impreciso a respeito de Barth sobre Cristo. Reconhecendo que às bordas do mistério da Encarnação jamais um autor poderia ser fiel à Escritura desfazendo o mistério, não sabemos como a teologia tradicional poderia exigir dele mais (FERREIRA, 2003, p. 148).

O ministério de Karl Barth findou no dia 10 de dezembro de 1968. Fora encontrado deitado em seu leito, com as mãos postas em oração. Conforme ele mesmo acreditava, retornou ao Pai durante um exercício fundamental para a Teologia.

Referências

- AMAZONAS, Maurício. *A importância da educação teológica no ministério pastoral*. Mimeo. Recife, 2005.
- _____. *A linguagem teológica*. Mimeo. Recife, 2005.
- _____. *Eucaristia na Igreja Cristã – sua origem e desenvolvimento*. Mimeo. Recife, 2005.
- _____. *Formação do Cânon do Novo Testamento*. Mimeo. Recife, 2006.
- AQUINO, Jorge. *Anglicanismo: Uma introdução*. Recife: Perfilgráfica, 2000.
- BARTH, Karl. *A Palavra de Deus e a palavra de homem*. Tradução de Cláudio Rodrigues. São Paulo: Editora Novo Século, 2004.
- _____. *A proclamação do Evangelho*. Tradução de Daniel Sotelo e Daniel Costa. São Paulo: Editora Novo Século, 2ed. 2003.

- _____. & CULLMANN, Oscar. *Batismo – em diferentes visões*. Tradução de Daniel Costa e Daniel Sotelo. São Paulo: Editora Novo Século, 2004.
- _____. *Credo*. Tradução de Carlos Ono e Daniel Costa. São Paulo: Editora Novo Século, 2003.
- _____. *Dádiva e louvor*. Artigos selecionados por Walter Altmann. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1986.
- _____. *Fé em busca de compreensão*. Tradução de Vera Kikuti. São Paulo: Editora Novo Século, 2ed. 2003.
- _____. *Introdução à Teologia Evangélica*. Tradução de Lindolfo Weingärtner. São Leopoldo: Editora Sinodal, 8ed. 2003.
- _____. *O Pai Nosso – a oração que Jesus ensinou aos seus discípulos*. Tradução de Rolando de Nassau. São Paulo: Editora Novo Século, 2003.
- BERKHOF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. Tradução de Mauro Meister. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.
- BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja cristã*. São Paulo: ASTE, 2001.
- CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*. São Paulo: Vida Nova, 2ed., 1988.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *A inspiração e inerrância das Escrituras*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998.
- ERICKSON, Millard. *Conciso Dicionário de Teologia Cristã*. Tradução de Darci Dusilek & Arsênio Netto. Rio de Janeiro: JUERP, 1991.
- FEE, Gordon & STUART, Douglas. *Entendes o que lêes?* Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Edições Vida Nova, 1984.
- FERREIRA, Júlio Andrade. *Antologia Teológica*. São Paulo: Novo Século, 2003.
- GUNDRY, Stanley. *Teologia contemporânea*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2ed. 1987.
- HINSON, E. Glenn & SIEPIERSKI, Paulo D. *Vozes do Cristianismo Primitivo*. São Paulo: Temática/Sepal, s/d.
- LIBANIO, João Batista. *Como saborear a celebração eucarística?* São Paulo: Paulus, 2005.
- LLOYD-JONES, Martyn. *Pregação & Pregadores*. Tradução de João Marques Bentes. São Paulo: Editora Fiel, 3ed. 1991.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *A crise do culto protestante no Brasil*. In *ESTUDOS DE RELIGIÃO*. Revista do Instituto Metodista de Ensino Superior. Ano I – Nº 2, outubro de 1985. pp. 31-60.
- MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do Século XX*. (Volume 2). Tradução de José Fernandes. São Paulo: Edições Paulinas, 2ed. 1980.
- PAES, Carlito. *Como preparar mensagens para transformar vidas*. São Paulo: Editora Vida, 2004.
- RICOEUR, Paul. *Ensaio sobre a interpretação bíblica*. Tradução de José Carlos Bento. São Paulo: Editora Novo Século, 2004.

RICOEUR, Paul. *O Mal – um desafio à Filosofia e à Teologia*. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas: Editora Papyrus, 1988.

VV.AA. *Segundo catecismo da doutrina cristã*. Petrópolis: Vozes, 108ed. 1999.

VIRKLER, Henry. *Hermenêutica avançada*. Traduzido por Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Editora Vida, 2001.

ZILLES, Urbano. *DIDAQUÉ: Introdução e comentário*. Petrópolis: Vozes, 5ed. 1986.

ZIMMER, Rudi. A centralidade da Eucaristia no culto. In: *ESTUDOS DE RELIGIÃO*. Revista do Instituto Metodista de Ensino Superior. Ano I – Nº 2, Outubro de 1985. (pp.129-140).

RECEBIDO EM 07/01/2016

APROVADO EM 26/01/2016